



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 27, SEXTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 2019

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 22ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 14 DE MARÇO DE 2019

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1.1 – ABERTURA | 10 |
| 1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO | |
| Destinada a comemorar os noventa e oito anos do jornal Folha de S. Paulo e homenagear "in memoriam" o Diretor de Redação Otavio Frias, nos termos do Requerimento nº 15/2019, da Senadora Kátia Abreu e outros senadores. | 10 |
| 1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro | 10 |
| 1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Antonio Anastasia) | 10 |
| 1.2.3 – Oradores | |
| Senadora Kátia Abreu | 12 |
| Senador Eduardo Braga | 15 |
| Senador Alvaro Dias | 17 |
| Sr. Gilmar Mendes, Ministro do Supremo Tribunal Federal | 19 |
| Senador Weverton | 23 |
| Senadora Eliziane Gama | 25 |
| Senador Jorge Kajuru | 27 |
| Senador Randolfe Rodrigues | 29 |
| Senador Wellington Fagundes | 32 |
| Senador José Serra | 33 |
| Senador Humberto Costa | 35 |



| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Senador Renan Calheiros | 36 |
| Sr. Luiz Viana Queiroz, Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB | 38 |
| Sr. Ricardo Pedreira, Diretor Executivo da Associação Nacional de Jornais | 39 |
| Sr. Josias de Souza, jornalista | 40 |
| Srª Maria Cristina Frias, Diretora Editorial e de Redação da Folha de S. Paulo | 42 |
| 1.3 – ENCERRAMENTO | 44 |
| 2 – ATA DA 23ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 14 DE MARÇO DE 2019 | |
| 2.1 – ABERTURA | 48 |
| 2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE | |
| 2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) | 48 |
| 2.3 – ORDEM DO DIA | |
| 2.3.1 – Item único | |
| Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2017, da Senadora Fátima Bezerra e outros senadores, que altera os arts. 7º, 23, 24, 37, 40, 201, 203, 208, 227 e 244 da Constituição Federal para incorporar-lhes a nomenclatura "pessoa com deficiência", utilizada pela Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Transcorrida a segunda sessão de discussão em segundo turno. | 48 |
| 2.3.2 – Apreciação de requerimento | |
| Nº 137/2019, do Senador Antonio Anastasia. Aprovado. | 48 |
| 2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA | |
| 2.4.1 – Oradores | |
| Senador Jorge Kajuru – Considerações acerca de relatório divulgado pelo Inep em 2018, que identificou atraso do Brasil no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação - PNE. | 48 |
| Senador Confúcio Moura – Destaque à necessidade de se recuperar o ambiente da escola como um espaço de equilíbrio e respeito. Preocupação com a falta de capacidade de as escolas brasileiras implantarem a Base Nacional Comum Curricular. | 51 |
| Senador Wellington Fagundes – Convite para a participação de sessão solene, a ser realizada em 18 do corrente, em homenagem aos 110 anos de criação da Diretoria da Indústria Animal no Brasil e aos 36 anos da Academia Brasileira de Medicina Veterinária. | 56 |
| Senadora Eliziane Gama – Registro de requerimento protocolado por S. Exa. para a realização de sessão especial em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Comunicação de requerimento protocolado na CTFC a fim de convidar o Secretário Especial de Comunicação Social, Sr. Floriano de Amorim Neto, para prestar informações sobre diversos aspectos relacionados ao setor de comunicação do Governo Federal. | 57 |
| Senador Paulo Rocha – Preocupação com o ambiente de intolerância e violência no País. Críticas às altas autoridades pelo incentivo ao armamento da população. Defesa do respeito à representação da sociedade e à democracia. | 58 |



| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Senador Paulo Paim – Apelo às autoridades do Parlamento para que incluam em pauta o projeto relatado por S. Exa. que propõe salários iguais às mulheres e homens que ocupem a mesma função. Esclarecimentos sobre os trabalhos conduzidos pela CDH, presidida por S. Exa. Manifestação contrária às <i>fake news</i> | 60 |
| Senador Plínio Valério – Considerações sobre a política ambiental brasileira com destaque para a busca do equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento da Região Amazônica. | 67 |
| Senador Izalci Lucas – Manifestação a favor da aprovação de projeto de lei que trata da remissão de multas direcionadas aos contadores. Comentários sobre evento realizado na biblioteca do Senado Federal em comemoração ao dia do bibliotecário, celebrado em 12 do corrente. Considerações sobre a importância da implantação e investimento de projetos de desenvolvimento regionais. Comentários acerca do Fundo de Financiamento do Centro-Oeste - FCO. Satisfação pela escolha de S. Exa como Vice-Líder do Governo no Senado Federal. | 79 |
| Senador Alvaro Dias – Defesa de melhores critérios para a aplicação da Convenção de Haia, de 1980, sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças. Críticas à AGU por ação de busca e apreensão e restituição de menor que obteve sentença desfavorável à Sra. Valéria Ghisi e conseguiu retirar sua filha do território brasileiro e enviá-la à França, dando a guarda ao pai. Questionamentos sobre a aplicabilidade da Convenção de Haia e apelos à AGU e ao Ministério da Justiça para que adotem os procedimentos necessários para a recomposição da justiça no referido caso. | 84 |
| Senador Wellington Fagundes – Anúncio de viagem a ser feita por S.Exa. à cidade de São Paulo a fim de participar de leilão de aeroportos brasileiros. Destaques aos esforços de S. Exa. para a melhoria da infraestrutura do País. Defesa da PEC nº 39/2015, a qual determina que as concessões e permissões de serviços públicos sejam normatizadas por lei complementar. | 88 |
| Senador Humberto Costa – Reflexão sobre a grave crise da segurança pública no País, com destaque aos assassinatos da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, que completa um ano, e ao massacre em Suzano-SP. Críticas à política armamentista do atual Governo. | 91 |
| 2.5 – ENCERRAMENTO | 93 |
| 3 – ATA DA 24ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 14 DE MARÇO DE 2019 | |
| 3.1 – ABERTURA | 95 |
| 3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO | |
| Destinada a celebrar o Dia do Imigrante Italiano, nos termos do Requerimento nº 63/2019, do Senador Antonio Anastasia e outros senadores. | 95 |
| 3.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Nacional da República Italiana | 95 |
| 3.2.2 – Fala da Presidência (Senador Antonio Anastasia) | 95 |
| 3.2.3 – Oradores | |
| Senador José Serra | 98 |
| Senador Flávio Bolsonaro | 98 |
| Senador Esperidião Amin | 100 |
| Sr. Antonio Bernardini, Embaixador da República Italiana | 101 |
| 3.3 – ENCERRAMENTO | 103 |



PARTE II

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 22ª SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Discursos e Documento encaminhados à publicação

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Senador Veneziano Vital do Rêgo – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno. | 105 |
| Senador Eduardo Gomes | 107 |
| Senadora Kátia Abreu – Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. | 111 |

5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 23ª SESSÃO

5.1 – EXPEDIENTE

5.1.1 – Abertura de prazos

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 103/2017. | 113 |
| Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 91/2017; e 74/2018 sejam apreciados pelo Plenário (Memorandos nºs 5 e 6/2019-CCT). | 113 |

5.1.2 – Comunicações

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| De Liderança do Bloco Parlamentar da resistência Democrática, de indicação de membros para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 25/2019). | 117 |
| Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de designação de membros para compor a Subcomissão Temporária para acompanhar a situação da Venezuela, criada pelo Requerimento nº 8/2019-CRE (Ofício nº 5/2019). | 118 |
| Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária para acompanhar a situação da Venezuela (Ofício nº 6/2019). | 119 |
| Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor dos Ofícios "S" nºs 10/2015; 6 e 5/2017, com posterior envio ao Arquivo (Memorandos nºs 7, 8 e 9/2019). | 120 |

5.1.3 – Discursos encaminhados à publicação

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Senador Ciro Nogueira – Celebração do Dia Mundial do Consumidor. Comentários sobre projetos de lei apresentados por S. Exa. que defendem os direitos dos consumidores. | 125 |
| Senador Wellington Fagundes – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno. | 127 |
| Senador Humberto Costa – Íntegra do discurso de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno. | 130 |



5.1.4 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Mensagem nº 3/2019. 134

5.1.5 – Projetos de Lei

Nº 1496/2019, do Senador Jaques Wagner, que *dispõe sobre aplicações alternativas e sustentáveis aos resíduos e rejeitos decorrentes da exploração mineral, altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências.* 136

Nº 1504/2019, do Senador Jayme Campos, que *altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para destinar os bens da herança vacante adquiridos pelos Municípios, Distrito Federal ou União aos serviços de saúde, de educação ou de assistência social.* 144

Nº 1507/2019, do Senador Paulo Paim, que *acrescenta o inciso IV ao § 1o do art. 2o da Lei no 12.153, de 22 de dezembro de 2009, e o inciso V ao § 1o do art. 3o da Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001, para permitir que o demandante possa optar pelo procedimento comum do processo de conhecimento do Código de Processo Civil nas causas cíveis de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e nas causas cíveis de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal.* 150

5.1.6 – Projetos de Lei Complementar

Nº 62/2019, do Senador José Serra, que *altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, para conferir maior flexibilidade, alcance e eficácia à regra fiscal que disciplina o crescimento das despesas correntes primárias no âmbito dos governos estaduais.* 159

Nº 63/2019, do Senador José Serra, que *dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.* 166

Nº 64/2019, do Senador Oriovisto Guimarães, que *institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários.* 174

5.1.7 – Propostas de Emenda à Constituição

Nº 15/2019, primeiro signatário o Senador Ciro Nogueira, que *prescreve a inimizabilidade penal dos menores de dezesseis anos e estabelece as condições para a imputabilidade dos maiores de quinze e menores de dezoito anos.* 182

Nº 18/2019, primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *modifica o caput do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação nas Assembléias Legislativas, e dá outras providências.* 190

Nº 19/2019, primeira signatária a Senadora Eliziane Gama, que *altera o art. 144 da Constituição Federal, para incluir a Força Nacional de Segurança Pública dentre os órgãos de segurança pública.* 198

5.1.8 – Requerimentos

Nº 137/2019, do Senador Antonio Anastasia, de autorização para desempenho de missão no período de 5 a 10 de abril de 2019. 205

Nº 138/2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, de homenagens de pesar pelo falecimento das vítimas do atentado ocorrido na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano, no Estado de São Paulo. ... 208

Nº 139/2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho e outros senadores, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 185/2009. 210

Nº 140/2019, do Senador Paulo Paim e outros senadores, de desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2014. 214



| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Nº 141/2019, do Senador Weverton e outros senadores, de desarquivamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 68, 71 e 82/2011; 80 e 131/2012; 61 e 64/2013; 10, 11, 43, 66 e 113/2014. | 218 |
| Nº 142/2019, da Senadora Eliziane Gama, de informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. | 224 |
| Nº 143/2019, da Senadora Eliziane Gama, de autorização para desempenho de missão no período de 20 a 23 de março de 2019. | 227 |

6 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

6.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| Nº 1/2019-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 3/2019 | 232 |
| Nº 39/2019-CDH/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 160/2014 | 239 |

PARTE III

7 – ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

| | |
|-----------------|-----|
| Nº 7/2019 | 245 |
|-----------------|-----|

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

247

9 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA

250

10 – LIDERANÇAS

251

11 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

253

12 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

255

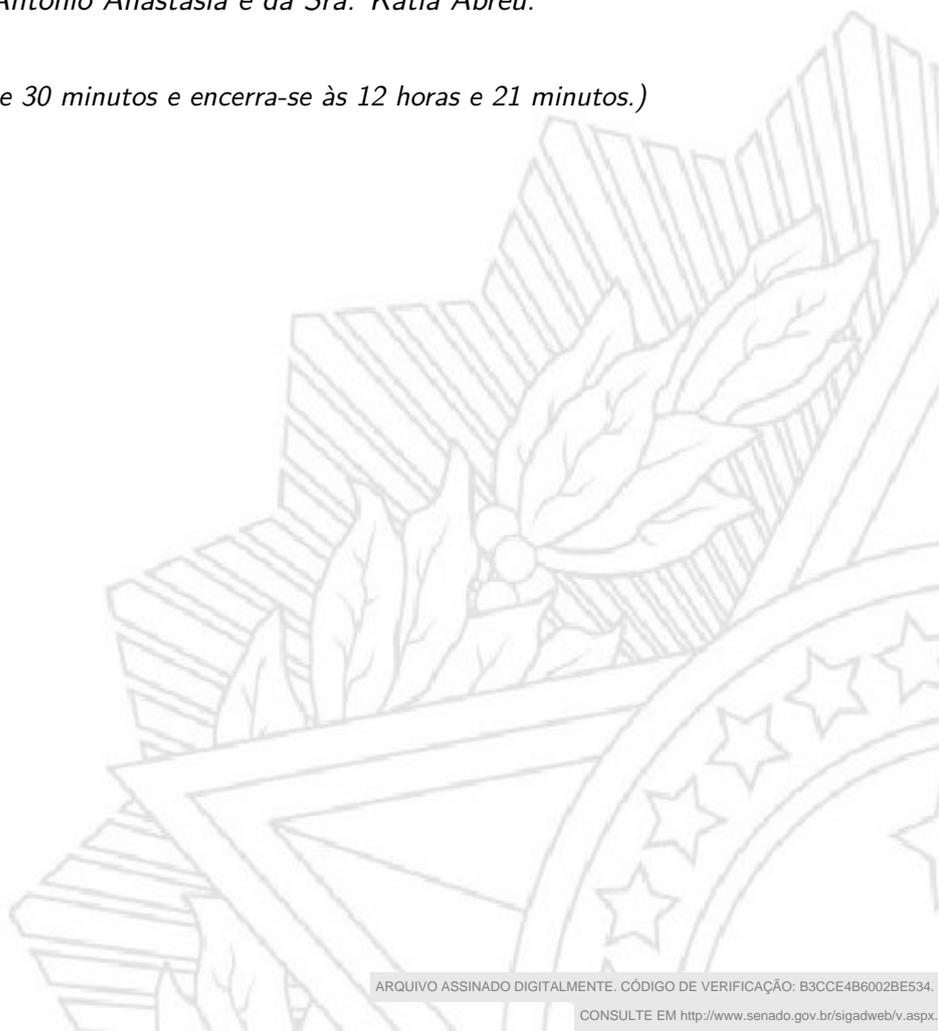


Ata da 22ª Sessão, Especial,
em 14 de março de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Anastasia e da Sra. Kátia Abreu.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 30 minutos e encerra-se às 12 horas e 21 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial é destinada a comemorar os 98 anos do jornal *Folha de S.Paulo* e a homenagear, *in memoriam*, o Diretor de Redação Otávio Frias, nos termos do Requerimento nº 15, de 2019, de autoria da Senadora Kátia Abreu e de outros Senadores.

Tenho a honra de convidar para comporem a mesa o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia; S. Exa. a Senadora Kátia Abreu, requerente da presente sessão; o Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, em exercício, Paco Britto; o eminente Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem, Dr. Luiz Viana; e a Diretora de Editorial e Redação do jornal *Folha de S.Paulo*, Sra. Maria Cristina Frias. (*Pausa.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional brasileiro.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Eminente Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Rodrigo Maia; Sra. Senadora Kátia Abreu, requerente desta sessão; Exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes; Exmo. Governador do Distrito Federal em exercício, Paco Britto; eminente Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem, Dr. Luiz Viana; Exma. Sra. Diretora de Redação do jornal *Folha de S.Paulo*, Maria Cristina Frias; autoridades civis e militares aqui presentes; Sras. Senadoras e Srs. Senadores, "realizam-se amanhã, em todo o território da República, as eleições dos representantes dos Estados ao Congresso Nacional". Essa era parte da notícia estampada em um emaranhado de caracteres, sem fotos ou leiaute rebuscado, na edição nº 1 da então *Folha da Noite*.

O mundo acabava de sair da grande guerra. E 1921 foi o ano em que Albert Einstein foi reconhecido com o Nobel de Física e em que, nas páginas do recém lançado jornal, uma manchete anunciava também a morte da Princesa Isabel. De lá para cá, quantas eleições cobriu? Quantos fatos noticiou? Quantas opiniões veiculou?

Com o fim da República Velha, adquirida, então, por um liberal cafeicultor, a então *Folha da Manhã* se posiciona contrária ao Estado Novo. Pouco a pouco, o jornal cresce em tiragem e em leitores, quando, em 1945, adota "a busca da imparcialidade" como política redacional.

Continua, assim, acompanhando a história, ajudando a construir o Brasil, relatando os fatos, como a disputa entre um marechal do Exército e um brigadeiro à Presidência da República; o retorno e o suicídio de Vargas; a chegada de Juscelino ao poder; a transferência da Capital para Brasília; as polêmicas e a renúncia de Jânio Quadros; as reformas de base; as controvérsias em torno de Jango; os acontecimentos de 1964. Dessas histórias, nenhum capítulo se passou sem que fosse relatado e debatido nas páginas da *Folha*.

E foi em 1962 que Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiram o controle acionário do veículo de comunicação. Nesse período, nosso homenageado, Otavio Frias Filho, ainda com cinco anos de idade, crescia, junto com o jornal de seu pai.

No regime militar, a *Folha* viveu, como o Brasil, a efervescência da época. Se, em um primeiro momento foi cobrada pelo apoio dado ao regime durante o início de sua vigência, posteriormente foi um dos veículos mais críticos ao sistema. E não se furtou de décadas mais



tarde, sob o comando de Frias Filho, em editorial corajoso e histórico, reconhecer equívocos. "Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais", afirmou em 2014.

Foi no turbilhão do regime militar, das discussões políticas e sociais daquela época, que crescia e se formava Otavio Frias Filho. Vivia ele, àquela altura, como qualquer jovem, com seus momentos de dúvidas, de contestação e de angústias. Convivia, ao mesmo tempo, com alguns dos mais célebres nomes da cultura e do jornalismo brasileiro. Pensava em ser cientista, professor universitário, político, psicanalista. Mas foi obrigado a, literalmente, morar no jornal para evitar a exposição e os riscos ao regime, época em que caminhões e veículos da empresa foram queimados.

Faço todas essas reminiscências, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eminentes autoridades, porque nós somos o fruto da nossa história. E a *Folha* ajudou a construir e a contar, diariamente, a história do Brasil dos últimos quase 100 anos. E isso não é pouca coisa.

Foi assim, com incentivo e permanente carinho do pai, que Otavio Frias Filho assumiu o protagonismo na *Folha*.

Em 1984, ele começou a revolucionar não apenas o jornal de sua família, mas o jornalismo no Brasil, no processo conhecido por todos como Projeto Folha. O jornal lança seu manual de redação, até hoje referência na imprensa, em que oferece nova proposta editorial, com um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno.

Em um período de intensas transformações no Brasil, a *Folha* também se transformava e transformava, junto, a forma de se produzir e de se pensar o jornalismo em nosso País.

A *Folha* participou, não apenas como órgão noticioso, mas como verdadeiro agente transformador, do processo de redemocratização, da discussão e promulgação da Constituição Cidadã, da eleição e *impeachment* do Presidente Collor, do Plano Real, do Governo de Fernando Henrique, de Lula, Dilma e Michel Temer, ajudando a construir, a escrever e a noticiar a nossa história.

Como diretor de redação, Otavio Frias Filho, da mesma forma, foi protagonista da sua história, da de seu jornal e do jornalismo brasileiro contemporâneo.

Merece, pois, nosso reconhecimento, aplausos e homenagens porque, com isso, ajudou a consolidar nossa imprensa e nossa democracia, ainda, na época, frágil e cheia de falhas, mas, agora, cada vez mais forte e com vontade e disposição de melhorar.

Por vezes – e isso acontece – a imprensa pode errar, pode incomodar, pode não ser justa, mas o jornalismo – sério, isento, objetivo e responsável – continua sendo cada vez mais fundamental para a democracia; para denunciar aquilo que não está correto; para dar luz e voz àquilo que muitas vezes se quer esconder; para fazer com que a política, a sociedade e a Nação possam evoluir e se desenvolver social e democraticamente.

O mundo muda. As ideias mudam. As pessoas passam. Mas o bom jornalismo não pode e não vai morrer.

Celebrar hoje os 98 anos da *Folha* e homenagear a história e o nome de Otavio Frias Filho é valorizar o trabalho e a dedicação de tantos profissionais jornalistas que deram e dão suas vidas por aquilo que acreditam, que, com seu esforço e labor, buscam colaborar para o fortalecimento de nossa cidadania.

Os desafios são intensos e perenes. A situação do nosso País ainda não é boa. Mas, vejamos todos, como já avançamos e evoluímos. E parcela significativa dessa evolução foi possibilitada por causa do esmero e do trabalho jornalístico



Continuaremos, Sras. e Srs. Senadores, eminentes autoridades, sendo, muitas vezes, criticados, justa ou injustamente. Continuaremos concordando ou discordando de pontos de vistas, do enfoque ou das manchetes de determinadas matérias. Continuaremos informando e sendo informados, ora como fontes, ora como leitores. E – isto é o mais bonito na democracia –, daqui da tribuna deste Senado Federal, continuaremos sempre defendendo a liberdade de expressão e de imprensa, um Brasil democrático, mais justo, menos desigual e muito mais desenvolvido. É assim que deve ser. É assim que será.

Que a *Folha* possa continuar ajudando a construir, a noticiar e a escrever nossa história. E que o vigor, a ousadia e a determinação de Otavio Frias Filho possam inspirar novas gerações de jornalistas corajosos, responsáveis e comprometidos com um País melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Concedo a palavra à eminente Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta sessão de homenagem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discursar.) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o nosso Presidente Antonio Anastasia, nosso competente Senador; o Presidente da Câmara dos Deputados, que nos honra com a sua presença, Deputado Federal Rodrigo Maia; o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. Gilmar Mendes – muito obrigada pela presença –; Governador em exercício do Distrito Federal, Sr. Paco Britto; Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB Nacional, Sr. Luiz Viana; e a Diretora de Editorial e Redação do jornal *Folha de S.Paulo*, Sra. Maria Cristina Frias.

Quero cumprimentar a todos os jornalistas que aqui se encontram, Embaixadores, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Sr. André Luis, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Sr. Cristiano Flores, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Jornais, Sr. Ricardo Pedreira, todos os familiares de Otavio Frias Filho, Sérgio Dávila, Diretor-Executivo da *Folha de S.Paulo*, enfim todos os jornalistas, colunistas importantes do Brasil.

Obrigado a todos pela presença, especialmente a grande maioria da própria *Folha de S.Paulo* que está aqui no dia de hoje.

Ao celebrar os 98 anos do jornal *Folha de S.Paulo* e relembrar abriu a biografia e memória do notável Jornalista Otavio Frias Filho, ex-Diretor da *Folha*, que faleceu no ano passado, aos 61 anos de idade, estamos homenageando também a democracia, a liberdade de expressão em todas as formas, sem distinção ou partidarismos, sobretudo neste tempo de redes sociais, de notícias falsas, de *fake news* e de duros ataques a quem trabalha para levar aos brasileiros informação essencial à existência de qualquer democracia. Onde há desenvolvimento e nações fortes, existe imprensa livre e independente!

Jornalismo informativo e combativo, como sempre fez a *Folha de S.Paulo* ao longo de sua história, desde Octavio Frias pai, é essencial para a manutenção de qualquer Estado democrático. Os problemas não estão na imprensa, mas sim nas práticas criminosas, injustiças e irregularidades que ela denuncia com o seu trabalho. A função básica de quem atua com jornalismo é informar e ajudar na correção de rumos, seja de empresas, de governos, ou mesmo da sociedade em seu conjunto. Se a imprensa incomoda é porque está fazendo o seu papel!



Os excessos e abusos cometidos pela imprensa devem ser levados à Justiça, com todo o rigor, por quem se sente injustiçado. E também defendo, com veemência, que seja dado aos inocentados o mesmo espaço dado na imprensa à época das acusações.

Otávio Frias Filho foi, sem dúvida, um desses homens que cumpriu importante papel na modernização da imprensa no Brasil. Foi um dos mais cultos e talentosos do País. Como bem escreveu o jornalista Reinaldo Azevedo, Frias foi "dramaturgo de primeira, jornalista rigoroso, ensaísta ousado, dono de uma inteligência fulgurante e de uma descrição como não se vê". Reinaldo Azevedo descreveu exatamente quem era Otávio Frias.

Sempre elegante no trato das matérias intelectuais e profissionais, Otávio Frias Filho comandou, por décadas, o maior jornal do País, que completou 98 anos no último 19 de fevereiro, sem perder de vista o contraditório, a pluralidade e a diversidade de vozes. E isso está presente na imensa obra que construiu.

Conheci Otávio em um almoço de trabalho na sede da *Folha de S.Paulo*. Uma situação comum para ele, mas incomum para mim. Na ocasião, Otávio ouviu com atenção e interesse o que eu disse em defesa da agricultura brasileira e me perguntou: "O que podemos fazer para dar mais atenção ao campo?".

Falei sobre a necessidade de ouvir os produtores a respeito das leis ambientais. Argumentei que a defesa do meio ambiente não é bandeira deste ou daquele grupo, que o ecossistema sustentável é causa da humanidade.

Falamos também sobre a insegurança jurídica, que tanto prejudica a atividade produtiva no País, no campo e na cidade. Falamos sobre os preconceitos contra o setor agropecuário. Falamos sobre economia, falamos sobre política.

Apesar de sua posição de destaque, Otávio sempre conversava com as pessoas, com seu jeito gentil, de saber ouvir, de se interessar pelo que o outro dizia, mesmo se estivesse discordando.

Acertamos outras conversas depois deste almoço de apresentação e iniciamos ali um diálogo que durou uma década e uma amizade que levarei sempre comigo. E, ao longo desses anos, conversamos muito sobre a vida, sobre tudo, sobre o País, que para mim é maior que a política. Nós dois tínhamos histórias radicalmente diferentes, mas havia um ponto em comum: tanto eu quanto ele assumimos cedo responsabilidades muito grandes.

E, cada vez em que eu abria a *Folha de S.Paulo* todas as manhãs, ficava mais claro para mim que aquele homem havia cumprido todas as obrigações que foram exigidas dele.

Amigo a gente não conhece, amigo a gente reconhece, disse Vinícius de Moraes. Desde o almoço em que o conheci até setembro de 2017, quando ele adoeceu, Otávio Frias agiu como um amigo querido, atento e cuidadoso.

Fiquei honrada e feliz quando o convidei e ele aceitou visitar o Tocantins. Além de Palmas e Formoso do Araguaia, um grande polo de produção de grãos, estivemos também no Jalapão. O excepcional jornalista crítico, apartidário e pluralista que deixou o jornalismo muito melhor – e muito maior – do que encontrou estava ali, ao lado dos artesãos e das artesãs do meu Estado, no Jalapão, conversando sobre a realidade do nosso Brasil profundo. Apreciou os pontos turísticos de uma beleza esplendorosa no Jalapão: tomou banho no fervedouro, caminhou pelas dunas alaranjadas e se emocionou com a força da Cachoeira da Velha.

Se ele estivesse na sede da *Folha de S.Paulo* ou no interior do Tocantins, era a mesma pessoa: sinônimo de simplicidade e de correção. A vida feliz não se vê com os olhos, disse Santo Agostinho. A vida feliz é a que temos até chegar a noite. Não conheci alguém mais civilizado e



mais culto que Otavio Frias Filho, sempre interessado no futuro do País, sempre disposto a discutir saídas para o Brasil, sem que tivéssemos de estar de acordo com ele ou ele conosco.

Naquela altura, fui convidada por Maria Cristina Frias a escrever na coluna Mercado. Escrevi, com total liberdade, centenas de artigos para a *Folha* dizendo respeito à agricultura brasileira.

Pela primeira vez, de forma contínua e persistente, durante tanto tempo, os produtores rurais participavam do debate nacional através da minha coluna na *Folha de S.Paulo*. Toda semana, um artigo explicando a força da nossa agricultura, um espaço extraordinário para esse mundo rural, que tanto ajuda o País.

A exemplo de tantos brasileiros e de tantas brasileiras de todos os matizes políticos, sou testemunha de uma verdade incontestável: Otavio foi um dos principais construtores e um dos maiores responsáveis pelo ambiente democrático deste País.

Aprendi com meu amigo: o bom jornalismo é o melhor antídoto para a notícia falsa e para a intolerância. Também aprendi que um jornal não se faz só por quem o escreve, mas também por quem o lê. Precisamos, cada vez mais, de espaços para o contraditório e para o debate feito com liberdade e independência. Nós somos um mundo civilizado.

Otavio, assim como nós, enfrentou tempos complicados. A destruição dos sonhos dos mais novos, a pobreza entre a maioria da população, os impostos sem as devidas contrapartidas, as políticas sem comando, a sucessão de medidas equivocadas foram e são testes diários à capacidade de não desistir da política, porque ela traz boas soluções para as pessoas e a sociedade. A capacidade de encontrar, dentro de nós mesmos, a força e o amor para continuar a trabalhar por um Brasil melhor e mais justo, a política é capaz disso.

(*Soa a campanha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A *Folha de S.Paulo*, solidificada a partir do projeto de Otavio, tem imperfeições, como ele admitia, por ser feita diariamente, às pressas, a sangue quente; mas é um jornal com vida, com inconformismo e liberdade de pensamento, como acredito que um jornal de verdade deve ser.

A informação, gostemos ou não, tem o poder de mudar e transformar a vida das pessoas. Quando eu cheguei ao meu Estado, o Tocantins, eu não sabia absolutamente nada sobre agropecuária. Era apenas uma recém-formada psicóloga. E foi com base nas informações, sobretudo as claras e precisas, que criei, por exemplo, meu senso crítico sobre a agropecuária. E isso me ajudou no desafio de me tornar líder nesse importante setor da economia.

Todo brasileiro tem o direito de decidir sobre seu destino. E, em tempos de *fake news*, informação de qualidade é essencial nesse processo. É esse um dos serviços que cabe à imprensa. Qualquer tentativa de intimidação desse importante pilar da democracia será inaceitável barreira para o acesso à informação ao cidadão. É também negação à democracia.

Por isso, quero agradecer, como cidadã, à imprensa brasileira, da qual muitas vezes fui vítima, e lembrar os inúmeros jornalistas que fazem dessa tarefa de informar o seu trabalho diário. Quero lembrar os mais famosos, além de Otavio, como o jornalista Ricardo Boechat, falecido em tragédia de acidente aéreo no início deste ano, e recordar também os demais operadores diários do mundo da informação, tão essenciais, como é o caso de fotógrafos, cinegrafistas, radialistas.

Encerro com uma frase do jornalista Alberto Dines, um grande pensador, sobre o papel da imprensa:



A imprensa é o espelho do País, mas, como todos os espelhos, é um instrumento polido e trabalhado para que possa representar não só a imagem daquilo que está refletindo, mas aquilo que o objeto gostaria de parecer. A imprensa não deve ser reprodução exata do país que a produz. Tem de ser melhor, para servir de estímulo e fornecer os desafios.

O Brasil tem muitos e enormes desafios neste momento, e penso que precisaremos superá-los. E isso só será possível com a imprescindível atuação da imprensa. Foi duro chegar até aqui. Não aceitaremos retrocessos. São mais de 200 milhões de brasileiros que optaram pela democracia. Custou, inclusive, muitas vidas. Tomografia da democracia: se pudesse ser tirada em qualquer momento, nós examinaríamos o exame de tomografia e enxergaríamos na transparência as instituições, a liberdade de imprensa e o Estado de direito.

Muito obrigada.

Parabéns, Otavio Frias Filho, por tudo você representou para nós, e à *Folha de S.Paulo*. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Cumprimentando a eminente Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta sessão de homenagem extremamente oportuna, eu tomo a liberdade de convidar S. Exa. para assumir a Presidência dos trabalhos.

(*O Sr. Antonio Anastasia, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Kátia Abreu.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mais uma vez, bom dia a todos, todas as autoridades da Mesa, nós iniciaremos com os oradores inscritos pelo Senado Federal, com a representação pelos Líderes dos partidos. Todos os Senadores poderão usar a palavra, mas nós iniciaremos com os Líderes de cada partido, inscritos e convidados indicados pelos titulares.

Senador Eduardo Braga, Líder da Maioria, do PMDB, do Amazonas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – Sra. Presidente, eminente Senadora Kátia Abreu; eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que nos dá a satisfação e a honra de recebê-lo nesta Casa; eminente representante do Governador do Distrito Federal e Governador em exercício, nosso conterrâneo, Sr. Paco Britto, filho do Senador Flávio Britto, de saudosa memória em nosso Estado; Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, Sr. Luiz Viana; e eminente Diretora de Editorial e Redação do jornal *Folha de S.Paulo*, Sra. Maria Cristina, em nome de quem eu quero cumprimentar todos os familiares e todos os funcionários e trabalhadores responsáveis por essa importante instituição da democracia brasileira que representa a *Folha de S.Paulo* e, em nome também da senhora, quero cumprimentar todas as demais autoridades aqui presentes, que justa sessão especial se realiza hoje neste Plenário, na qual prestamos homenagem a um dos grandes jornais mundiais: a nossa *Folha de S.Paulo*.

O requerimento, como já é de conhecimento de todos, da Senadora Kátia Abreu e outros colegas desta Casa, não poderia ser mais oportuno. Mais do que nunca, precisamos celebrar o Governo representativo e democrático; mais do que nunca, precisamos celebrar a tolerância e a diversidade de opiniões; mais do que nunca, precisamos celebrar a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão.



Esses valores e essas liberdades, não por acaso, compõem a profissão de fé da *Folha de S.Paulo*, um jornal que, ao longo de seus quase cem anos de existência, guiou a sua atuação pelos princípios do apartidarismo, do pluralismo e da crítica fundamentada.

O que seria de nós, homens públicos, se não houvesse críticas? O que seria de nós, homens públicos, se não houvesse a liberdade de expressão? E o que seria de nós, homens públicos, se não houvesse o contraditório?

O exercício diário desses princípios faz surgir um jornal de credibilidade ímpar, tornando a *Folha* a principal referência do jornalismo impresso brasileiro e impulsionando uma série de marcos que compõem a belíssima história dessa publicação quase centenária.

A *Folha*, Sras. e Srs. Senadores, é um jornal de pioneirismos. É impressionante a lista de inovações que ela introduziu no jornalismo brasileiro, das quais passo a citar algumas.

Desde 1986, a *Folha* é o jornal de maior circulação no Brasil e, em 1994, foi o primeiro jornal brasileiro a bater a marca de 1 milhão de exemplares aos domingos.

Em 1995, a *Folha* construiu, e ainda detém, o mais avançado parque gráfico da América Latina. Além disso, em 1968, já havia sido o primeiro grande jornal latino-americano a ser integralmente impresso em *offset*; em 1971, foi o primeiro jornal brasileiro a adotar a fotocomposição eletrônica, aposentando definitivamente os velhos moldes de chumbo que caracterizavam as gráficas de antigamente; e, em 1983, inaugurou a era das redações informatizadas não apenas no Brasil, mas em toda a América do Sul.

Foi o primeiro jornal a divulgar seu modelar Manual de Redação, aqui já referido. Em 1984, foi o primeiro jornal brasileiro a ter um *ombudsman*, em 1989.

Para além desses e de outros pioneirismos, o Grupo Folha também atua nas áreas de pesquisa, logística, conteúdo *on-line* em tempo real, agência de notícias e mais. É uma empresa marcada por um compromisso inarredável com a inovação, a informação, a divulgação livre e democrática de fatos e opiniões, sempre em busca da verdade.

Uma homenagem a um veículo de comunicação da grandeza da *Folha de S.Paulo* representa, na essência, uma homenagem aos milhares de profissionais que passaram pela redação dos diversos jornais desde a iniciação da imprensa impressa no Brasil – e, no caso da *Folha*, desde a sua fundação, em 1921. Na impossibilidade de mencionarmos todas essas pessoas aqui, lembramos uma delas, que, tenho certeza, representa o espírito da *Folha* como poucas e por intermédio de quem celebramos o trabalho de todos aqueles que contribuíram para que a *Folha de S.Paulo* seja, hoje, uma referência de jornalismo mundial. Refiro-me, obviamente, a Otavio Frias Filho, morto precocemente, seis meses atrás, aos 61 anos de idade.

Otavio Frias Filho personificava, como poucos, o estilo da *Folha* e de fazer um jornal e um jornalismo crítico, que dava espaço aos vários lados da mesma história, que buscava o máximo de imparcialidade possível, um jornalismo que respeita a inteligência de seus leitores, apresentando os fatos com isenção e deixando que cada um de nós chegue às suas próprias conclusões. Esse é o verdadeiro jornalismo, que, lamentavelmente, ao redor das mudanças mundiais, seja das novas plataformas de mídia, seja da interatividade direta com setores da opinião pública, muitas vezes, tem sido esquecido nos mundos modernos.

Recentemente, dois grandes professores da questão social e da questão política de uma renomada universidade americana, Harvard, escreveram um livro que hoje é livro de cabeceira de todos aqueles que querem compreender os movimentos sociais e os movimentos democráticos do mundo: *Como as Democracias Morrem*. As democracias não morrem mais por golpe de Estado.



As democracias, em todos os lugares do mundo, estão morrendo, muitas vezes, por autocratas vestidos de democratas, que chegam ao poder e, depois de chegarem ao poder, corrompem a liberdade de imprensa, corrompem o Estado democrático de direito e quebram os fundamentos e os pilares necessários para uma democracia equilibrada e justa.

Para concluir, Sr. Presidente, repito aqui um trecho do depoimento que dei por ocasião da morte desse grande brasileiro:

Comandante de uma revolução jornalística que influenciou positivamente toda a imprensa brasileira [e mundial], foi responsável pela implantação do *Manual [repite] de Redação da Folha de S.Paulo* com regras plurais, imparciais e democráticas. Sob sua direção, Otavio estimulou a modernização do jornal, hoje uma referência no tratamento dos temas mais diversos com pluralidade e independência.

Não poderia encerrar, como representante do Estado do Amazonas e da Amazônia nesta Casa, sem registrar um episódio que aconteceu comigo, Ministro Gilmar, logo quando assumi o Governo do Estado do Amazonas, lá nos idos de 2003. Chegava eu, um jovem Governador do Estado do Amazonas, à *Folha de S.Paulo* para conversar com o Dr. Frias sobre a Amazônia. Nós podíamos ver exatamente o brilho nos olhos de alguém que queria conhecer e queria viver...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... as fronteiras do desenvolvimento e as fronteiras do grande patrimônio brasileiro que é a megabiodiversidade da Amazônia.

Nós brasileiros precisamos conhecer cada vez mais o nosso Brasil, interpretá-lo, decodificá-lo e poder garantir às futuras gerações que teremos um país mais justo, mais plural, mais democrático.

Parabéns à *Folha de S.Paulo!* Parabéns à Senadora Kátia Abreu! Esperamos todos nós que o Brasil que possamos entregar às próximas gerações seja um Brasil mais plural, mais diverso e mais democrático.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Senador Eduardo Braga.

Convido para a tribuna o Senador Alvaro Dias, Líder do Podemos.

Registro a presença dos jornalistas Leandro Colon, Thais Arbex, Daniela Lima, Daniela Carvalho, Bruno Boghossian e Orlando Brito.

Com a palavra, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela Liderança.) – Presidente Kátia Abreu, inicialmente, os meus cumprimentos pela oportuna iniciativa, inteligente e necessária iniciativa de V. Exa., que aplaudo neste momento.

Saúdo as demais autoridades já nominadas.

Pretendo ser bastante sucinto para reduzir o cansaço que, certamente, toda sessão de homenagens proporciona àqueles que aqui comparecem. Mas, sem dúvida, este tem que ser um momento solene e, muitas vezes, repetitivo.

Há frases que vêm de longe, mas devem ser repetidas para alimentar as nossas convicções democráticas de hoje, especialmente neste momento dramático, histórico e de transição para o



nosso futuro, momento da maior importância, que nos convoca à responsabilidade certamente. Por isso, frases que vêm de longe são oportunas nos dias de hoje.

Thomas Jefferson: "Melhor uma imprensa livre sem governo do que um governo sem imprensa livre".

E relembro o conceito de Alex Campos: "Quando se trata de corrupção e impunidade, até um jornalista tem que ter lado. Nenhum de nós pode se dar ao luxo de ser covarde ou demagogo, se escondendo atrás dos compromissos de isenção, imparcialidade e neutralidade". "A imprensa tem, sim, o poder de iluminar histórias obscuras, reacender memórias apagadas e restabelecer verdades distorcidas".

Mais do que nunca, neste momento, a imprensa tem que ser o retrato dessa realidade descrita por aqueles que vivenciaram a construção da democracia em várias nações do mundo. A difusão da informação é a verdadeira guardiã da liberdade.

A ex-Presidente da nossa Suprema Corte, Cármen Lúcia, não nos deixa esquecer que o analfabetismo político se vence com informação. Por isso, a liberdade de imprensa há de ser festejada sempre em todo o mundo.

No marco da celebração desses 98 anos do jornal *Folha de S.Paulo*, devemos reverenciar a figura emblemática do seu Diretor de Redação, Otavio Frias Filho, falecido no ano passado, responsável pela modernização do jornalismo brasileiro nos idos dos anos 80.

Ao longo dos 34 anos em que comandou o jornal, ele transformou a *Folha* no maior e mais influente periódico do País, líder em audiência e circulação, um veículo crítico, independente, pluralista, necessário – eu diria imprescindível.

Acompanhei, durante muitos anos, nesta Casa do Congresso Nacional, a presença do jornalismo investigativo em momentos fundamentais para a limpeza exigida pela sociedade brasileira, especialmente quando da efetivação de Comissões Parlamentares de Inquérito da maior importância, como a dos Correios, a do Mensalão e tantas outras. O jornalismo investigativo, presente sobretudo na *Folha de S.Paulo*, foi essencial para alimentar as convicções daqueles que entenderam ser necessário aprofundar investigações, revelar fatos. As CPIs não poderiam se constituir instrumentos para esconder e, sim, para revelar as verdades muitas vezes afogadas por aqueles que, exercendo atividade pública preponderante no País, preferiam a escuridão do que a clareza dos fatos.

Frias afirmava com precisão e realismo que o jornalismo, apesar de suas severas limitações, é uma forma legítima de conhecimento sobre o nível mais imediato da realidade. Para firmar sua autonomia, precisa cultivar valores, métodos e regras próprias.

À frente do grande projeto editorial da *Folha*, cujo mote era que o caos da informação exige jornalismo seletivo, qualificado e didático, Otavio Frias foi um jornalista competente, engenhoso e transformador, que honrou a democracia e a liberdade de imprensa. Os nossos cumprimentos também à jornalista Maria Cristina Frias, Diretora de Redação da *Folha*, louvando o seu desejo de que a *Folha* continue um jornal inquieto e em renovação constante.

Para concluir, creio que a melhor forma de conclusão é lembrar Ruy Barbosa que, certamente, com a sua presença aqui, nos convoca também à responsabilidade diante dos fatos vividos hoje neste País:

A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que



lhe sonégam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa e se acautela do que a ameaça. [...]

Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos, um país que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições.

Que Ruy Barbosa inspire-nos no dia de hoje.

Muito obrigado, Sra. Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Alvaro Dias. Eu gostaria de ressaltar, agradecendo ao Senador Nelsinho Trad, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que a Comissão começaria às 9h, e a TV Senado deveria estar gravando ao vivo, mas ele adiou o horário de início da Comissão para que esta sessão pudesse ser divulgada na TV Senado e na Rádio Senado.

Agradeço ainda aos jornalistas Pedro Ladeira, Mônica Bergamo e Eliane Cantanhêde – muito obrigada pela presença – e aos profissionais da TV Senado, da Rádio Senado e da Agência Senado.

Eu pediria permissão aos colegas Senadores e oradores inscritos para que o Ministro da Suprema Corte Gilmar Mendes pudesse usar a palavra, para que possa cumprir os seus compromissos no Supremo.

Muito obrigada.

Com a palavra o Ministro Gilmar Mendes.

O SR. GILMAR MENDES – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, que me dirigiu esse convite para aqui estar nesta homenagem à *Folha de S.Paulo* e ao Otavio Frias. Quero deixar os cumprimentos também ao Presidente Rodrigo Maia; ao Sr. Governador em exercício do Distrito Federal, Paco Brito; e ao Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Luiz Viana. Cumprimento, especialmente, a Diretora de Editorial e Redação do jornal *Folha de S.Paulo*, Sra. Maria Cristina, e, ao fazê-lo, cumprimento todos os membros, todos os integrantes desse importante órgão de mídia.

Quando a Senadora Kátia Abreu me convidou para participar desta homenagem, sobretudo para falar nesta homenagem, eu me senti extremamente honrado, porque, como todas as testemunhas da história sabem, vivi, ao longo desses anos, uma relação muito especial com a imprensa e, especialmente, com a *Folha de S.Paulo*. Eu poderia brincar, Sérgio Dávila, dizendo que eu, em alguns momentos, poderia ser até caracterizado como um de seus *ombudsmen*. Quantas vezes nós nos falávamos – com você e com Otavio – e quantas vezes a *Folha* me deu o direito de resposta ou espaço?! E foi assim que aprendi a respeitar Otavio Frias, nesses diálogos que tivemos ao longo de muitos anos.

Otavio Frias, como sabem, já teria, sem nenhum favor, seu retrato na galeria dos grandes brasileiros só pelo jornalista e *publisher* que foi. Honrou seus pais, seu País; honrou seus colegas de profissão. Em sua proverbial descrição, quase tão grande como seu talento, foi também escritor, dramaturgo, ensaísta, um pensador do nosso tempo por sua inquietude intelectual a serviço da modernização das relações sociais e políticas. Era adversário do atraso, da pompa, das tradições mortas. Mas jamais um inimigo da institucionalidade, da democracia, da pluralidade.

Como sabem, escolhi fazer carreira na vida pública e já sou um dos mais longevos. Quando olho lá, a minha vida começada nos anos 90, já vejo que lá se vão muitos anos e que muitos que lá estavam já não mais estão.



Todos os que estamos aqui e que levamos o nosso trabalho com seriedade sabemos que isso não é fácil. É claro, como já disse, nem sempre gostei do que a *Folha* publicou sobre o meu desempenho. Discordei da opinião do jornal muitas vezes. Mas sempre considerei que a imprensa livre não existe para agradar a esse ou àquele. Tampouco a mim deveria ser assim. E sempre reconheci no jornal e naquele que o comandou com talento, com brilho e com firmeza a honestidade de propósito. Isso é fundamental. Nós nos respeitamos exatamente se percebemos essa lealdade. Apesar das divergências, há honestidade de propósito.

Em dias como os que vivemos, cumpre lembrar que o grande valor da democracia está na convivência entre os divergentes, na existência de regras de jogo que nos permitem ser diferentes na emergência das demandas da sociedade para as quais o Poder e os Poderes nem sempre estão preparados.

A democracia é o regime que se afirma abraçando a negação, porque, sabem V. Exas., também é possível dizer "sim" nas ditaduras, nas tiranias, nos regimes de força. Não é o dizer "sim" que caracteriza os regimes abertos. É a possibilidade de dizer "não" que marca esses regimes.

Aqui e ali, essa possibilidade de dizer "não" pode ser um valor em baixa. Jamais o será para mim, para este estudioso do direito, para este magistrado. E sempre vi na *Folha* que Otavio Frias reinventou, junto com o reflorescimento da democracia, uma parceira exemplar. Não uma parceira de minhas ideias necessariamente. Não uma parceira de meus votos necessariamente. Não uma parceira de minhas afinidades intelectuais necessariamente. Mas uma parceira na defesa das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da divergência daqueles que não têm voz, de minorias que, não fosse o tal valor afirmativo da negação, essência dos regimes democráticos, não teriam como expressar.

Eu me lembro – e a vantagem, talvez uma das poucas de ir se tornando mais velho, é que nós vamos acumulando experiências – que participei de inúmeros debates na *Folha de S. Paulo*, depois muitas vezes seguidos de almoço e de diálogos. E eram interessantes tertúlias, desafios e era perceptível a alegria do Otavio de ver os embates, o contraditório. Ainda há pouco vi aqui Eliane Cantanhêde, e lá estive uma vez num embate a propósito das discussões que ainda hoje se articulam com muita frequência no Brasil, até porque o Brasil também é muitas vezes repetitivo, leva muito tempo para resolver os seus problemas, era a questão das ações policiais e dos *habeas corpus*, Senadora Kátia Abreu.

Então, Eliane Cantanhêde me perguntava por que que nós no Supremo, Josias, dávamos *habeas corpus* a ricos? E eu então respondi: "Nós damos *habeas corpus* no Supremo a ricos e pobres". "Mas por que eu só vejo vocês darem *habeas corpus* para ricos?" Eu disse: "Porque jornalista gosta de ricos, não gosta de pobres". Otavio Frias riu bastante com essa resposta, porque claro isso não era objeto, os *habeas corpus* a pobres não são contabilizados.

E depois, no almoço, nós tivemos a oportunidade de dialogar e ele repetiu isto. E isso depois compôs, inclusive, o editorial do jornal.

Eu vou ler o Editorial, parte dele, de 27/03/2010.

(*Soa a campanha.*)

O SR. GILMAR MENDES – O título do Editorial é: Gilmar Mendes [minha despedida na Presidência do Supremo Tribunal Federal].

Gilmar Mendes



Defensor intransigente dos direitos individuais, o ministro ficará como um dos mais polêmicos e ativos presidentes do STF.

Apreço pelo confronto público de ideias e temperamento dado à polêmica são características, em princípio, indesejáveis num juiz [dizia o editorial]. A combativa personalidade do Ministro Gilmar Mendes, no entanto, se mostrou valiosa para enfrentar resistências e impor à Justiça brasileira uma gestão modernizadora nos dois anos em que esteve à frente do Supremo Tribunal Federal.

O estilo também é condizente com outras duas marcas de seu mandato: a defesa intransigente dos direitos individuais e a consolidação do STF como corte constitucional, cuja função é arbitrar omissões ou conflitos de princípios da Carta de 1988.

Ocasionais embates com os demais poderes da República surgiram desse movimento de afirmação do Judiciário, ainda que Mendes não tenha resistido, muitas vezes, a cometer excessos retóricos na defesa do que em inglês se chama *law and order*.

Houve também conflitos internos. Sob seu comando, a imensa máquina do Judiciário foi objeto de um salutar choque gerencial. O Conselho Nacional de Justiça, dirigido pelo Presidente do STF, ganhou a legitimidade e os recursos necessários para cumprir sua missão de aumentar a transparência administrativa dos tribunais e elevar a eficiência do trabalho dos juízes.

O órgão tem buscado estabelecer indicadores de desempenho e metas de produtividade. O objetivo de que todas as causas iniciadas antes de 2006 tivessem uma sentença até o fim de 2009, anunciado por Mendes, não foi alcançado, mas contribuiu para reduzir a morosidade na análise de casos pela Justiça. Não é desprezível, diga-se, a marca de 60% dos processos pendentes resolvidos dentro do prazo previsto.

No Supremo, o momento mais dramático [dizia o editorial], estima o próprio Mendes, foi o episódio dos dois *habeas corpus* concedidos em sequência ao banqueiro Daniel Dantas. O recurso é uma garantia constitucional dos cidadãos contra abusos de autoridade – e cabia a Mendes julgar o caso. O juiz de primeira instância havia decretado uma primeira ordem de detenção provisória contra o banqueiro, que o Presidente do Supremo decidiu reverter.

O juiz decretou então nova prisão [parece que estamos falando de tempos atuais, embora estivéssemos em 2010]. Ainda que agisse dentro de suas prerrogativas, o gesto ganhou contornos de provocação. Não houve equívoco nem exagero do Presidente do Supremo ao determinar que o banqueiro fosse novamente libertado.

É um erro considerar o episódio de forma isolada. Mendes defendeu o mesmo princípio quando comandou os chamados mutirões carcerários, em 20 Estados, que colocaram em liberdade cerca de 20 mil pessoas indevidamente encarceradas.

Num País marcado pela impunidade, pode soar impróprio – e é certamente impopular – defender suspeitos da sanha persecutória de setores do Estado. Mas é tarefa da Justiça fazê-lo, e Mendes cumpriu com desassombro sua função.

E o editorial então encerrava: "Ao transferir o cargo para Cezar Peluso, no final de abril, Gilmar Mendes ficará não apenas como um dos mais polêmicos, mas também como um dos mais ativos presidentes da história do Supremo Tribunal Federal".

Isto era Frias com toda a sua capacidade de perceber as sutilezas das coisas que iam nas engrenagens do Estado.



Otavio Frias Filho nos deixou precocemente, mas fica a sua grande obra, que vemos hoje multiplicada em vários empreendimentos do Grupo Folha. E todos eles solidamente comprometidos com uma sociedade mais livre, mais aberta, mais plural.

Dia desses, um importante ministro de Estado citou o monopólio que tem o Estado do uso legítimo da violência, princípio que não tem origem num defensor de tiranias. Ao contrário: estamos falando de Max Weber, que era muito caro a Frias. Delega-se tal monopólio ao Estado justamente para que as sociedades não sejam tomadas, e não podem ser, por milícias armadas, que se imponham pela força, pela intimidação, pela truculência. Eis um papel indeclinável, sim, do Estado: o exercício desse monopólio, do monopólio legítimo da força.

Isso está, como sabem, na grande obra de Weber, *A Política como Vocação (Politik als Beruf)*.

Mas nem Estado, nem grupos de pressão que dele queiram se assenhorear têm o monopólio da verdade. Tampouco tem a imprensa, é claro. Por isso mesmo, ela deve se abrir para o contraditório, para a diversidade, para a pluralidade. E isso, Otavio Frias Filho realizou na *Folha*. Não conheço um só especialista ou estudioso da área que lhe negue o papel de fundador de um novo tempo na imprensa brasileira, não mais a serviço do grupo de opinião, de grupos de pressão, de grupos de interesse. Posso estar errado, Maria Cristina, que hoje conduz a *Folha* com a régua e o compasso herdados do grande mestre, mas me parece que o jornal sente até certa satisfação intelectual quando colunistas ou articulistas convidados deixam claro, nas páginas da própria *Folha*, as de papel ou as eletrônicas, que discordam do jornal. Esse modelo, que abriga a divergência sem abrir mão de deixar claro qual é o seu norte, é o melhor espírito a que Otavio deu vida na nossa imprensa.

Eu encerro, Presidente, dizendo: a obra de Otavio é imensa. Ele, de fato, é um dos fundadores, senão *primus inter pares* da moderna imprensa brasileira. Não está mais entre nós, mas vive em sua obra, que continua a render frutos. O que mais pode querer um homem? O que mais poderiam querer os que o amavam e o admiravam? Otavio se multiplica, vive e se multiplica. Essa é a boa notícia.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Ministro Gilmar Mendes. Obrigada pela sua presença, pela sua brilhante homenagem.

Registro a presença, nas galerias, dos estudantes do ensino médio do Colégio José Carrilho, de Goianésia, Goiás. Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal.

Assim como registro também, agora há pouco saiu das galerias, a organização privada Yu Si Zhang, da China, arquitetos da China, que vieram conhecer a arquitetura da Câmara e do Senado. Obrigada pela presença.

Convido para uso da palavra o Senador Weverton Rocha, Líder do PDT.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente Kátia, só a título de informação: consta inscrição minha, Presidente? Porque na minha ordem, eu estava em uma outra ordem. Só a título de informação. V. Exa. pode me informar?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está inscrita, sim, Senadora Eliziane Gama, do nosso Maranhão, PPS.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Muito obrigada.



O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, a minha também está, por fineza?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim, claro, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, querida.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Como ex-jornalista da *Folha de S. Paulo*, Senador da República, não poderia...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência, Randolfe Rodrigues, pela Liderança da Rede.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Também, Randolfe, com certeza.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela Liderança.) – Sra. Presidente Kátia Abreu, autora do requerimento que faz esta justa homenagem ao Jornalista Otávio Frias Filho e aos 98 anos da *Folha de S. Paulo*; Sr. Ministro do Supremo Gilmar Mendes, que me antecedeu nas palavras; Vice-Governador do Distrito Federal, Paco Britto, aqui representando o Governador Ibaneis; Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Luiz Viana; Sra. Diretora de Editorial e Redação do jornal *Folha de S. Paulo*, a Sra. Maria Cristina Frias; autoridades; embaixadores; imprensa; telespectadores; ouvintes da Rádio Câmara... Da Rádio Senado. É o costume, Sra. Presidente; oito anos lá na Câmara, agora... Ouvintes da Rádio Senado; galeria; demais autoridades e colegas Senadores.

Ao comemorarmos hoje, aqui, os 98 anos da *Folha de S. Paulo* e fazer esta justa homenagem ao Diretor de Redação Otávio Frias, por requerimento de V. Exa., também homenageamos a vida brasileira, que passou e passa por suas páginas, que estão registradas em seus arquivos, fotografadas pela lente profissional dos que lutaram pela construção de uma sociedade mais justa, de um Brasil justo, digno de orgulho de seus filhos.

Digo isso porque é consenso que, ao longo do tempo, a *Folha* tem sido um instrumento ágil, rápido, eficaz, em que o debate é amplo e as correntes de pensamento manifestam-se intensa e livremente, por exemplo, por meio de sua página 3. Jamais, em tempo algum, soube-se que tivesse havido alguma negativa à publicação de artigos que trouxessem ideias novas, muitas vezes contrárias à linha editorial do jornal.

A *Folha* destaca-se como um jornal que teve a coragem de fazer – e faz, diariamente – uma autocrítica, na medida em que criou a figura do *ombudsman*, crítico do próprio jornal. Essa figura preza pela democracia, ou seja, a ideia de que nela, na democracia, pode haver acertos e pode haver erros. A *Folha* teve sabedoria política extraordinária, compatível com o sistema participativo: a ideia de que é preciso autocriticar-se, de que é preciso verificar quais são os seus erros e quais são os seus acertos.

Portanto, com essa linha editorial – em primeiro lugar, independente; em segundo lugar, dando oportunidade para que as várias manifestações de pensamento sejam nela acolhidas; e, em terceiro, pela crítica permanente que faz do seu próprio trabalho –, a *Folha* dá um exemplo para todos nós, do Poder Legislativo, que vivemos da contrariedade, da controvérsia, da contestação, da oposição de ideias.



Exemplo dos melhores, da abertura ao debate, comparecem diariamente às suas páginas, as mais diversas correntes políticas. Expoentes de todos os pensamentos ali encontram o espaço para apresentar suas ideias, argumentos, fomentando discussões extremamente salutares para a cultura e a informação de seu privilegiado público leitor.

Quero destacar a figura do homenageado, *in memoriam*, o Otávio Frias Filho. Ele que é o grande responsável pela reforma editorial que começou a ressuscitar a imprensa brasileira, em meados da década de 70, acordando do sono letárgico em que fora arremessada pela censura.

Em Otávio identificam-se vários escritores e jornalistas, numa simbiose feliz, pois, por usar a expressão comum de Aníbal Fernandes, combatente jornalista, pernambucano, dos anos 40 e 50: "Nem todo escritor é jornalista, mas todo jornalista deve ser um escritor".

A Otávio deve-se a renovação gerencial e editorial do jornal, no chamado Projeto *Folha*, que atraiu numerosos talentos, recrutando jovens egressos da Universidade Paulista, que trouxeram ao batente o contributo de novas ideias e ajudaram na consolidação editorial do veículo.

Ele quebrou todos os tabus e convenções, acabando com um tipo de "jornalismo pronto-a-vestir", que existia para adaptar-se a todos os gostos políticos, servindo *à la carte*, indistintamente, a políticos e a governos de ocasião.

Trouxe para a redação da *Folha* a aplicação prática da máxima cunhada por Juan Luís, famoso jornalista espanhol, que fala no seu livro "Carta a um Jovem" acerca dos jornalistas – abro aspas: "Só há dois gêneros de jornalistas: os que escrevem bem e os outros". Fecho aspas.

Com Otávio Frias Filho, na *Folha*, o jornalismo brasileiro definitivamente fixou a sua credibilidade editorial, abalada por tantos anos de interferência de Governos na orientação da mídia e também pela ingerência da censura, que abafou vozes e amesquinhou o papel da imprensa, retardando a redemocratização do Brasil.

Cabe aqui uma reflexão: a imprensa e o Parlamento são instituições permanentes da sociedade democrática. Os governos passam. Elas resistem, todavia, às vicissitudes do tempo, aos ataques dos radicais e dos fundamentalistas, que não aceitam a crítica.

Não somos, porém, instituições perfeitas. Refletimos a opinião pública e, parodiando Churchill, quando ele diz: "Construímos a opinião publicada".

Ao longo da história, a opinião pública apoiou ditadores absolutos e liberais, exultou com os demagogos, consentiu aristocracias, aplaudiu democracias, derrubou Parlamentos. Nada se fez que a opinião pública não consentisse ou aprovasse, de forma tácita ou explícita. Nela, o político vai buscar aquela reserva de poder que o sustenta na renovação do seu mandato popular. Nela, os jornais apoiam-se para corrigir os rumos, mudar seções, orientar editoriais, melhorar seu padrão gráfico, criar e oferecer serviços ao universo dos leitores. O Parlamento e o jornal — e essa responsabilidade muito cabe à *Folha de S.Paulo* — devem contribuir cada vez mais para as suas expectativas e aspirações de desenvolvimento econômico com a justiça social.

Mas novos desafios se fazem presentes a cada momento neste mundo em estado de eferescência. As novidades tecnológicas brotam a todo momento e mudam a forma como as pessoas interagem entre si e com as mídias tradicionais e as novas, particularmente as redes sociais. Hoje somos, em diferentes níveis, produtores e receptores críticos de conteúdo, e tudo num simples clique.

Finalizo, desejando que a *Folha* siga, para o bem da democracia, priorizando o apartidarismo, a imparcialidade e a interpelação jornalística das autoridades públicas, fazendo da informação do conteúdo o seu maior capital.



Vida longa à criatividade, à inventabilidade e à liberdade de imprensa a serviço do nosso Brasil!

Eu queria aqui, com muita honra, Sra. Presidente, Kátia Abreu, que é colega de Partido, o nosso PDT, dizer que, não só justa, mas neste momento difícil que estamos vivendo da quadra do nosso País, eu lhe confesso – sou do Maranhão, Nordeste brasileiro: pela primeira vez, na história, nós não vimos, no primeiro escalão do Governo Federal, nenhum representante do Norte e do Nordeste. Nós estamos vendo pouco a presença das mulheres no Executivo. Estamos sentindo um clima, nos corredores do Congresso Nacional, de medo, de pessoas cautelosas, com medo de expressar as suas opiniões, por eventuais perseguições. Nós estamos percebendo um ambiente extremamente difícil. E há poucos. E os líderes que restam precisam ter a coragem de dizer que o fascismo não pode vencer a democracia. E a imprensa tem que ter, mais do que nunca, essa altivez, para ter a coragem de se unir nessa quadra e dizer que ela é muito maior do que qualquer projeto de poder de quem quer que seja.

Por isso, parabéns, Otávio! Eu tenho certeza de que, *in memoriam*, ele representa todos esses brasileiros que acreditam numa democracia forte, numa imprensa livre e também numa Política, com "p" maiúsculo, funcionando, porque, só através dela, a gente vai conseguir construir um Brasil mais justo, mais igualitário, para as nossas crianças e para as próximas gerações.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Senador Weverton.

Convido, para fazer uso da palavra, a Senadora Líder do PPS, Eliziane Gama. E o próximo será o Líder do PSB, Senador Kajuru e, depois, o Líder da Rede, Senador Randolfe.

Eu gostaria de registrar a presença aqui, nas nossas galerias, de turistas de vários países que visitam o Senado Federal, da Holanda, do Reino Unido, do Uruguai, da China, da Alemanha... Muito obrigada pela presença e sejam bem-vindos ao Senado Federal!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Senador Jayme Campos, Mato Grosso.

Presidente, Kátia Abreu, indago a V. Exa. se são só as Lideranças partidárias que podem se inscrever para falar em homenagem a Otávio Frias.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não. O senhor pode falar em nome do DEM.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito obrigado, Sra. Presidente. Só essa indagação, tendo em vista...

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela Liderança.) – Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu; os meus cumprimentos também ao Governador em exercício aqui, Sr. Paco Britto; cumprimento também o Sr. Luiz Viana, Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e os nossos cumprimentos, de forma muito especial, a Maria Cristina Frias, Diretora de Editorial e Redação do jornal *Folha de S.Paulo*.

Hoje, na verdade, é uma homenagem importante, Senadora Kátia Abreu – os meus cumprimentos a V. Exa. por esta iniciativa. Eu, particularmente, fico feliz de estar hoje aqui. Digo isso como jornalista que sou e como admiradora da *Folha de S.Paulo*.



Sou jornalista formada pela Universidade Federal do Maranhão e, ao longo de toda a nossa trajetória de caminhada – digo isso como nordestina –, temos os sonhos e as aspirações que regem o nosso Brasil, que regem o profissionalismo e os sonhos da nossa juventude brasileira. Dentro desse sonho, estava em nós também o sonho de um dia figurar nos jornais brasileiros, nos grandes jornais, nos grandes editoriais e, portanto, também, no jornal *Folha de S.Paulo*. E digo isso, iniciando a minha fala, porque acho que esse é um sentimento da juventude brasileira, do jornalismo brasileiro, daqueles que são aspirantes, que estão dentro da universidade, e daqueles também que são egressos da universidade.

O jornal *Folha de S.Paulo* marcou e marca uma época no Brasil, sobretudo por ser, hoje, o complexo mais influente deste País, como comunicador, como formador de opinião e como alguém que faz o agendamento social – aliás, é esse o papel da comunicação na nossa Nação brasileira –, como alguém que marca, na verdade, uma geração e uma época.

Naturalmente, aqui, os colegas que nos antecederam já destacaram, de forma muito clara, como foi toda a história do jornal *Folha de S.Paulo*, seus momentos áureos, seus momentos de glória, que, aliás, ainda vivemos, como também, naturalmente, momentos em que a sua própria linha editorial chegou a ser questionada. E, aí, eu destacaria, nesse sentido, o papel muito importante do Jornalista Otávio Frias, que, pela sua juventude, pela sua pujança, pela sua determinação e pela sua ousadia, fez, na verdade, uma reorganização e trouxe uma sensível mudança, tornando mais plural... Trazendo, aliás, os grandes jornalistas para a sua redação e protagonizando, logo após os anos 70, mais precisamente 1976, dando ao jornal um novo caráter editorial e marcando, de uma forma histórica, o jornalismo brasileiro pós-ditadura.

Naturalmente, nós temos vários outros jornais no Brasil que tiveram o seu protagonismo e a sua atuação, mas é justo dizer que o jornal *Folha de S.Paulo* foi o jornal que mais se notabilizou nessa transição, do período da ditadura para o período democrático brasileiro, e, portanto, mais precisamente ali, no momento da Diretas Já, eu diria o momento mais rico da sua história, que marcou uma época e marcou, na verdade, as nossas vidas.

Aliás, o jornal *Folha de S.Paulo* acabou sendo, no meu entendimento, um instrumento muito importante para se evitar que informações fossem colocadas debaixo do tapete ou fossem escondidas. O jornal *Folha de S.Paulo* teve um papel muito preponderante e trouxe à tona as informações, cumprindo o seu papel de protagonista.

Nesse sentido, quando a Senadora Kátia Abreu faz esta homenagem, nesta Casa, ela está, sobretudo, trazendo a todos nós esse sentimento de reconhecimento e de demonstração de que esse jornal teve, tem e continuará tendo um papel preponderante e de protagonismo na história política e econômica, porque também acaba tendo uma influência no nosso País.

Eu gostaria também de dar um destaque muito especial ao fato de que o jornal *Folha de S.Paulo* – e eu digo isso como jornalista também – vive os temores e a pressão que a força do poder político, às vezes, infelizmente, acaba acarretando, em relação à comunicação como um todo em nosso País. E, aí, não é uma situação apenas da *Folha de S.Paulo*, mas de várias outras mídias, que acabam sendo, neste exato momento, vilipendiadas pelos arautos do poder, tentando mudar uma forma editorial, mas que todos nós sabemos, como jornalistas, que isso acaba sendo um combustível para trazer à luz a verdade, para fazer a transcrição real dos fatos que acontecem no dia a dia.

Destruir ou tentar, pelo menos, destruir essa comunicação social é tentar, na verdade, manipular. No meu entendimento, é uma tentativa vã, é uma tentativa em que não se tem



resultados, quando se trabalha ou quando se ataca um órgão com tanta substância, com tanta força e com tanta história arraigada no sentimento brasileiro, como é o caso do jornal *Folha de S.Paulo*.

Vemos por aí, por exemplo, a tentativa da manipulação, a utilização de *fake news* e de tantos outros instrumentos para tentar barrar essa comunicação tão importante, mas todos nós sabemos, como comunicadores, que essa é uma tentativa que não terá, na verdade, êxito, porque o jornalismo é muito maior do que os medos e essas tentativas.

E, nesse sentido, me faz lembrar aqui uma frase que é muito adequada para o jornal *Folha de S.Paulo*, do grande jornalista Zuenir Ventura, quando ele diz: "A imprensa não é o quarto poder, a imprensa é o contrapoder". E é exatamente esse papel que a *Folha de S.Paulo* faz em nossos dias.

Portanto, de forma muito breve, eu queria deixar os meus cumprimentos à *Folha de S.Paulo*, deixar o nosso reconhecimento e a nossa torcida, para que esse jornal continue a marcar os nossos tempos, a trazer à tona a verdade, a trazer à tona, a cada dia, a transcrição da verdade.

Aliás, o jornal *Folha de S.Paulo* tem feito um papel muito importante, que é fazer a crítica como ela precisa ser feita, que é dar a todos o direito do contraditório, que é ter um papel importante, inclusive, dentro do Congresso Nacional, quando faz a sua crítica e faz, naturalmente, também, esse agendamento social.

Por fim, os meus cumprimentos, mais uma vez, a todos os editores, jornalistas e profissionais do jornal *Folha de S.Paulo* e à Senadora Kátia Abreu, pela iniciativa desta homenagem.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Senadora Eliziane Gama, PPS, Líder, do Maranhão.

Eu gostaria de pedir à Secretaria-Geral da Mesa para dar como lido o pronunciamento do Governador do Distrito Federal em exercício, Sr. Paco Britto, que deverá se retirar para compromissos do Governo.

Muito obrigada pela sua presença.

Gostaria de agradecer as presenças do Embaixador do Reino da Tailândia, Sr. Surasak Suparat, e do Embaixador da Espanha, Fernando García.

Convido para usar a tribuna o Senador Kajuru, Líder do PSB, Senador do Estado de Goiás.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRA. SENADORA KÁTIA ABREU.

(*Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.*) (**Vide item 4.1.1 do Sumário**)

Matéria referida:

– Discurso do Sr. Paco Britto, Vice-Governador do Distrito Federal.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Que dia especial!

Kajuru agora quebrar protocolos. Então, já vou começar, aqui, dando um tchauzinho para os estudantes de Goianésia, que vieram me conhecer.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela Liderança.) – Não, não, não pode bater palma. Não pode bater palma. Pelo Regimento não pode.

Vieram me conhecer. Bom, não é?

Presidente Kátia Abreu, eu vou falar a verdade para V. Exa.: a imprensa brasileira tem que enaltecê-la por esta homenagem. Sabe por quê? Porque eu acho que há tanta homenagem inútil



aqui neste Congresso Nacional... Tanta bobagem... Eu fui vereador lá em Goiânia e registrei em cartório que eu jamais faria homenagem a ninguém, comemoração de data, entrega de título de cidadão... Parlamentar tem que apresentar é projeto.

Agora, uma homenagem dessas tem que ser reconhecida, porque – V. Exa., Maria Cristina Frias, tenha certeza – sua família atingiu algo difícil no mundo de hoje: atingiu a glória! Não é fácil atingir a glória, não – pouquíssimos: Gandhi... E alguns outros. A sua família atingiu a glória!

Primeiro, sou um dos únicos deste Congresso Nacional que recebi salário da *Folha de S.Paulo*. E engraçado: sabe o que seu irmão fazia, o Otávio? Era decisão dele: a cada coluna que eu escrevia – fiquei dois anos lá. E vou contar por quê –, e eu mandava a coluna, tipo, 18h30, e, na minha conta bancária, o pagamento da coluna chegava antes. Eu nunca vi isto: receber antes. Essa é a *Folha de S.Paulo*. Eu recebia antes! Detalhe: eu fui o primeiro jornalista brasileiro, para quem não sabe, a ser demitido ao vivo – ao vivo! –, mas também fui o primeiro jornalista brasileiro a pedir demissão ao vivo também – por duas vezes. E, quando eu pedi demissão ao vivo, na Rede TV! – eu estava sem emprego –, quem me chamou para trabalhar, para substituir o Tostão, o genial Tostão, nas férias e para mandar dois artigos semanais no caderno de esportes? A *Folha de S.Paulo*, o único veículo. Corajoso, não?! Detalhe: foi o único veículo de comunicação, senhoras autoridades, senhores presentes aqui, o único que não censurou Kajuru. E eu escrevia cada barbaridade...

Eu queria que V. Exa. anotasse aí, no seu papelzinho, quando chegar à *Folha*, a data de 17 de julho de 2002 – 17 de julho de 2002, antes das eleições presidenciais. Quem quiser entre no UOL e pegue lá no arquivo "Coluna Jorge Kajuru". E o título. Nossa, mas eu escrevi cada... Eu falava: "Gente, eles não vão deixar. Essa não vai". Foi tudo! Nenhuma palavra foi retirada! Recebi um telefonema do Mário Magalhães. Ele falou assim: "Kajuru, essa expressão aqui você quer retirar ou manter?" Eu falei: "O que que você acha?" Ele falou: "Não, você é que decide". "Mantém!". Manteve. Dia 17 de julho de 2002. Não há como esquecer.

Mas a *Folha de S.Paulo* tem que ser reconhecida por quê? Primeiro: quando alguns atacam a *Folha*... E eu falo assim: "*Folha*, pega mais um quadro e coloca aí na sua galeria", porque, quando atacam a *Folha*, isso é, para mim, sinal de atestado de idoneidade. Eu sou assim: quando alguém me critica, eu falo: "Quem? Esse aí?!". Ou quando alguém me processa: "Esse aí?!". Isso é um atestado de idoneidade para mim.

A *Folha* recebeu vários atestados de idoneidade – e os recebe até hoje – quando é atacada.

Quando, por exemplo, dizem: "Ah, a *Folha de S.Paulo* é um jornal de oposição". Ora, o Millôr Fernandes tinha toda a razão: "Imprensa é oposição, o resto é armazém de secos e molhados". A imprensa não foi feita para bajular ninguém, não! E a *Folha de S.Paulo* é um exemplo exatamente nesse sentido.

Você busca uma seleção – para mim, a maior seleção brasileira de jornalistas de todos os tempos que escreveram e que escrevem na *Folha* – e você vê lá: uma seleção de Alberto Dines, Claudio Abramo, Paulo Francis, Carlos Heitor Cony, Clóvis Rossi, Josias, Gaspari, Mônica, Eliane, Matinas Suzuki, Fernando Rodrigues, Juca Kfourri, Tostão, Mário Magalhães, Caio Túlio Costa, Marcelo Coelho, Boris Casoy, Gilberto Dimenstein, Ruy Castro, José Simão e este idiota aqui. Escrevi na *Folha*. O José Luiz Datena falou assim para mim: "Meu irmão, você não precisa fazer mais nada na imprensa". Eu disse: "Por quê?" E ele: "Porque o cara que escreve na *Folha* não precisa de mais nada, é o maior patrimônio, é o maior prêmio, é o maior diploma de um jornalista".



E é bom lembrar: a *Folha de S.Paulo* foi o único veículo de comunicação deste País que deu espaço para perseguidos políticos que não podiam escrever em lugar nenhum, para intelectuais e jornalistas perseguidos – e um jornalista perseguido não é o algoz, é a vítima. E a *Folha* deu espaço, a vida inteira, para esse pessoal.

O Grupo Folha, ao perder o seu diretor talentosíssimo – talento abismal o seu irmão tinha, abismal, abismal –, de imediato, definiu o quê? Definiu que o cargo pela primeira vez seria ocupado por uma mulher que aqui está, Maria Cristina Frias. E ela já se colocou, diante da circunstância, em vantagem sobre a concorrência. Eu cito aqui, inclusive, a própria Maria Cristina Frias – aspas: "Ser mulher ajuda nessa busca de equilíbrio de opiniões e fontes diversas nas nossas páginas, na elaboração de pautas que interessem a um público cada vez mais amplo. Assim como os principais jornais do mundo, a *Folha* se preocupa em entender como ampliar o eleitorado feminino" – fecho aspas. Foram suas palavras.

E, para concluir, cito novamente V. Exa., Maria Cristina Frias, a homenageada de hoje, deste dia especial, com um trecho da sua entrevista concedida ao próprio jornal, no último domingo, dia 10 de março. Com propriedade, Maria Cristina Frias, aqui presente, definiu que o papel do jornal é o de – aspas – "iluminar os debates dos problemas coletivos com informações bem embasadas e apuradas, monitorar o que fazem os políticos, além de se comprometer em defender a democracia e fatores que levem ao desenvolvimento do País" – fecho aspas. Belíssima a sua entrevista, belíssima a sua declaração. Parabéns de forma sincera – e, se existe uma coisa que eu não faço na minha vida, é puxar saco, até porque não preciso, de ninguém.

Concluo lembrando, aqui não sei se todos lembram, o melhor *slogan* – eu amo frase e amo *slogan* – de um veículo de comunicação que eu vi até hoje. Foi o seu irmão quem criou, Otavio, Otavinho. Eu, inclusive, no dia, fui lá dar um abraço nele, dar parabéns a ele. Lembram-se daquele *slogan*: Rabo preso só com o leitor? E eu o imitei quando eu tinha a minha rádio, que foi cassada, a Rádio K do Brasil, lá em Goiás, de que a Senadora Kátia se lembra. Eu falava: Rádio K do Brasil, Rabo preso só com o ouvinte, imitando a *Folha*. A *Folha*, o rabo preso dela é só com o leitor.

Assim, eu concluo, desejo longa vida ao jornal *Folha de S.Paulo* e repito: a família Frias atingiu o que poucos conseguem, a glória.

Agradecidíssimo. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Kajuru, Líder do PSB.

Quero registrar também aqui a presença dos estudantes de Direito da Faculdade Uniplan, aqui do Distrito Federal. Sejam bem-vindos.

Quero convidar o Senador Randolfe, Líder da Rede, para uso da palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela Liderança.) – Sra. Presidente, Senadora Kátia Abreu, quero cumprimentar algumas das autoridades que por aqui já passaram: S. Exa. o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia; S. Exa. o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes; e o Governador do Distrito Federal em exercício Sr. Paco Britto. Cumprimento, ao mesmo tempo, o Sr. Luiz Viana Filho, Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Meus cumprimentos externados à Dra. Maria Cristina Frias, Diretora de Editorial e Redação do jornal *Folha de S.Paulo*.



Meus senhores, minhas senhoras, demais autoridades aqui presentes, esta é uma sessão solene que tem dupla homenagem: ao quase centenário, 98º aniversário, da *Folha de S.Paulo* e ao nosso querido Otavio Frias. Eu o conheci pouco, em algumas visitas à *Folha de S.Paulo*, mas tive nele a referência como leitor da *Folha de S.Paulo* e, desde militante político, desde o movimento estudantil, tive na *Folha de S.Paulo* uma referência do jornalismo brasileiro comprometido com a democracia.

Esse legado de Dr. Otavio, de Otavinho, como vocês o conheciam, essa referência deixada e mantida como um baluarte de fundação da *Folha de S.Paulo* é o que deve ser principalmente homenageado no dia de hoje, porque, nesta data de hoje, esta é uma das primeiras homenagens que esta Casa fará à imprensa brasileira, ao jornalismo brasileiro. Nós estamos numa quadra da história do Brasil que não é a primeira quadra, que não é a única quadra, mas nós estamos em um momento da história do Brasil em que é necessário reafirmar princípios basilares. Liberdade de imprensa, por exemplo, Dra. Maria Cristina, como a senhora e Otavio Frias muito bem sabiam, é princípio fundante do Estado moderno como conhecemos.

O Estado moderno como conhecemos tem suas bases alicerçadas em três revoluções democráticas burguesas do século XVIII: a inglesa, em 1648, a americana, de 1776, e a francesa, de 1789. É na Revolução Americana que um dos *founding fathers*, pais fundadores da democracia americana, Alexander Hamilton falava do alicerce da liberdade de imprensa. Dizia em *O Federalista*, a principal obra fundante do Estado moderno democrático como conhecemos, Hamilton: "A liberdade de imprensa é o direito de publicar impunemente a verdade, por bons motivos, para fins justificados, sem olhar o governo, os magistrados, os indivíduos".

Faço citação de Hamilton, citação fundadora da liberdade de imprensa comum dos baluartes do Estado moderno, do Estado democrático de direito, porque, desde fevereiro de 1921, esse princípio basilar esteve presente no então *Folha da Noite* e no hoje *Folha de S.Paulo*; esteve presente nas posições críticas do jornal mesmo diante da ditadura getulista; esteve presente na primeira reabertura política em 1945 e acompanhando a Constituição redemocratizadora de 1946; esteve presente sempre denunciando a corrupção, tendo como princípio basilar da República o respeito à coisa pública e sendo vigilante nesse sentido; esteve presente não só denunciando os arbítrios do regime autoritário instalado em 1964, mas se opondo, estabelecendo o espaço para o contraditório, quando as oposições não podiam falar, garantindo as vozes das oposições.

Essa posição da *Folha de S.Paulo*, me permita dizer, Dra. Maria Cristina, teve uma relação particular com a minha vida de então militante do movimento estudantil no final dos anos 80, início dos anos 90. Naquele período, nas manifestações da minha geração do movimento estudantil, a *Folha de S.Paulo* foi a primeira a cunhar para a minha geração a consigna de – abre aspas – "caras pintadas" – fecha aspas –, dando foco às primeiras manifestações estudantis que ocorriam naqueles anos 90. E foi a partir daí que, inclusive, acompanhamos todo o desenrolar daquela crise política do início dos anos 90 pelas páginas do jornal *Folha de S.Paulo*.

Eu quero aqui, ao fazer este brevíssimo retrato histórico, reiterar o que eu tenho certeza, Dra. Maria Cristina, de que o seu irmão estaria reafirmando nos dias atuais. O jornalismo brasileiro, a Federação Nacional dos Jornais, a Federação Nacional dos Jornalistas, a Associação Nacional dos Jornais, Associação Brasileira de Imprensa e a OAB trouxeram enorme contribuição para a nossa redemocratização em 1988, quando se consagra, na Constituição, no art. 5º, a reprodução do princípio de Hamilton, em *O Federalista*, com outras palavras. Dizia – está na Constituição – que nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação



jornalística em qualquer veículo de comunicação social, à liberdade de expressão e de manifestação. Não ter impedimento de veicular o que quiser e garantia do sigilo da fonte são princípios basilares do Estado democrático de direito. São princípios basilares!

Os senhores e a senhoras podem dizer: "Mas está falando o óbvio!" Às vezes, o óbvio deve ser dito. Quando estamos sob a vigência de um tempo em que o mais alto mandatário da Nação, reiteradas vezes, propagandeia mentiras contra jornalistas, ataca jornalistas e ataca diretamente os meios de comunicação, é necessário restaurar os dizeres de Hamilton como princípio civilizatório do Estado de direito. É necessário reafirmar o que diz a Constituição como princípios fundamentais da Constituição, da redemocratização e do estabelecimento das bases do Estado democrático de direito, como nós temos hoje no Brasil. É necessário, principalmente desta tribuna, da tribuna do Parlamento, proclamar isso, fazendo as homenagens a Otavio Frias, fazendo as homenagens à trajetória da *Folha de S.Paulo*, mas fazendo as homenagens para garantir o que é fundamental, que esteve presente no ontem, que permanece no hoje e que tem que ser reafirmado para o futuro. Esses princípios não são de ocasião. Não será um Governo de plantão ou de passagem que porá a eles fim. Não será a circunstância que os deterá. São princípios com os quais a humanidade chegou até aqui, evoluindo até eles. Os princípios aqui proclamados são os princípios da Constituição, da forma mais evoluída de Estado que a humanidade teve até hoje, que é o Estado democrático de direito.

Eu quero reafirmar isso, eu faço questão de destacar isso, porque me alinho para julgar que, em uma democracia, só há estabilidade e segurança no pleno exercício desses direitos. O direito à liberdade de imprensa e de manifestação, com a inviolabilidade da atuação dos jornalistas, é um princípio de direito humano fundante do Estado moderno, fundante da nossa Constituição.

E, aproveitando, eu acho que é necessário também dizer isso desta tribuna, porque não são tempos normais quando, a exemplo do mais alto mandatário da Nação, outros setores buscam destruir a reputação de jornalistas e buscam atacar a nós, figuras públicas que somos, 81 Senadores da República neste Plenário, alguns de direita, outros de esquerda, outros de centro. Nós temos um princípio que é a exposição pública e, como exposição pública, é necessário sermos fiscalizados. Aliás, nós somos remunerados pelo Erário público, nesta Casa, para representar a Federação brasileira. E, para tal função, não existe fiscal melhor de nossa atuação que não seja a atuação livre e independente da imprensa.

Por isso, as formas de intimidação da imprensa se manifestam de formas distintas. No passado, era invadindo, empastelando, fechando os jornais. No presente, como já disse, pode ser através de alguma rede social, atacando jornalistas e atacando meios de comunicação. Um dia desses, foi com o Estadão, outro dia, foi com a *Folha*, antes, foi com a Globo, e pode ser com qualquer outro meio de comunicação, que tem a prerrogativa de garantir que a democracia seja assegurada para todos.

E me permitam concluir aqui citando novamente Hamilton. É Hamilton que também, em *O Federalista*, diz: "O preço da liberdade é sempre a eterna vigilância." E a eterna vigilância, em uma democracia, Senador Kajuru, se processa pela atuação independente do Parlamento, do Congresso; se processa pela participação dos atores sociais, dos cidadãos e cidadãs; mas se processa principalmente com a atuação livre e independente da imprensa.

Esta homenagem do dia de hoje – eu queria cumprimentá-la, Senadora Kátia Abreu – é mais do que uma homenagem à *Folha de S.Paulo*, é mais do que somente uma homenagem ao Dr. Otavio Frias; ela é, sobretudo, uma homenagem aos princípios que devem ser mantidos, a garantia



da liberdade de imprensa, princípio por que seu irmão lutou, que defendeu e sustentou e que, eu tenho certeza, é a base da atuação desse jornal. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Randolfe. Parabéns pelas palavras.

Eu convido o Líder do Bloco Vanguarda, Líder do PR, Wellington Fagundes. Em seguida o Senador José Serra, cedido o espaço pela indicação de Líder de Renan Calheiros, que passará adiante. Então, Wellington Fagundes; posteriormente, Senador José Serra; depois, Humberto Costa, Jayme Campos e Renan Calheiros. E passaremos aos nossos oradores convidados.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Pela Liderança.) – Nossa nobre companheira Senadora Kátia Abreu, que propôs esta sessão solene, eu quero cumprimentar também a filha do nosso querido homenageado, Sra. Maria Cristina Frias – tem que estar muito fria para receber, neste momento, a emoção de lembrar de uma pessoa tão importante no contexto da democracia brasileira e no desenvolvimento do País.

Eu quero, Sra. Presidente, me associar a V. Exa., que encabeçou o requerimento para a realização desta sessão especial, e a todos os demais colegas com quem compartilho a alegria de homenagear os 98 anos de fundação da empresa Folha da Manhã, origem desse admirável jornal a serviço do Brasil que é a *Folha de S.Paulo*.

É uma alegria, Sra. Maria Cristina Frias, que, com certeza, se mescla com o nosso profundo pesar pelo falecimento, há pouco mais de seis meses, do Diretor de Redação, o brilhante e saudoso jornalista Otavio Frias Filho, também homenageado nesta sessão.

Sra. Presidente, a empresa e o jornal nasceram e cresceram sob o signo da luta pela liberdade de informar e opinar sobre os rumos da sociedade brasileira. Nada mais justo e natural, portanto, que sejam celebradas pelo Parlamento brasileiro, pois, como aprendemos com a história contemporânea, pode até existir Congresso sem democracia, mas a democracia não existe sem o Congresso.

Neste seu quase século de vida, a *Folha de S.Paulo* forjou sua têmpera, afiou seu gume e amealhou o imenso capital de credibilidade pública que hoje possui combatendo as oligarquias de todos os matizes.

No século passado, esse compromisso de informar e, ao mesmo tempo, formar a cidadania teve um dos seus momentos mais gloriosos na campanha das Diretas Já, marco do processo de reconquista da democracia que empolgou toda a Nação, tendo na *Folha* o mais fiel, abnegado e intransigente porta-voz.

E aqui quero lembrar o meu companheiro mato-grossense Dante de Oliveira. Inclusive, conheci Otavio junto com o Dante nas conversas, nas rodas políticas aqui em Brasília, eu curioso nessa discussão, em que se aprendia o que é construir a democracia brasileira. Portanto, faço uma homenagem também aqui à história de Dante de Oliveira.

De lá para cá, ao longo desses quase 35 anos de restabelecimento das liberdades civis e políticas, um dos mais combativos e competentes times de profissionais da imprensa brasileira, liderado por Otavio Frias Filho, exerceu impecavelmente o papel de guardião sempre alerta do interesse público, doa a quem doer, pois a *Folha* não tem partido, ou melhor, seu partido é o Brasil.

Aproveitando, como estou falando também do Mato Grosso, eu quero aqui registrar, porque a construção de um jornal tão grande, como é a *Folha de S.Paulo*, tem todas as dificuldades para a sua existência, para a sua permanência, principalmente de um jornal impresso.



Eu quero aproveitar também para aqui homenagear todos os jornais brasileiros, principalmente os do interior. Quero falar também da minha cidade, do Jornal *A Tribuna*, que está completando 50 anos. Esta semana mesmo eu conversava com o seu diretor, Samuel Logrado – aí eu quero homenagear também o Aroldo Marmo de Souza, que foi o seu fundador –, que me dizia da dificuldade, Samuel, do que é manter um jornal impresso ainda hoje. Mas ele dizia que exatamente pela tradição, por essa força do que representa ainda o papel, de alguém levá-lo para casa e de estar ali como um documento guardado, ele fazia questão de manter ainda o jornal impresso.

Aqui vale a pena abrir breves aspas para um significativo trecho de um documento ao qual Frias Filho contribuiu com o seu costumeiro brilhantismo e que, apesar de redigido há quase 40 anos, preserva todo o vigor das ideias permanentemente atuais: a luta mais importante a ser travada pelo jornalismo é – abre aspas – "contra o preconceito, contra o senso comum, contra a falta de clareza e concisão, contra as informações incompletas e ambíguas" – fecha aspas.

Sras. e Srs. Senadores, a coerência na fidelidade a esses princípios fez de Otavio Frias Filho e continuará fazendo da *Folha de S.Paulo* uma presença produtiva no cotidiano dos seus inúmeros leitores e também um firme aliado do povo brasileiro na promoção da causa da liberdade, do progresso e da justiça social.

Parabéns aqui a todos os profissionais que construíram, junto com Otavio, essa história que perdura e que, com certeza, perdurará muito no fortalecimento da democracia brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

Convido o Senador José Serra para o uso da palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discursar.) – Eu queria cumprimentar a Senadora Kátia Abreu pela iniciativa e pela condução dos trabalhos, como vem fazendo até agora.

Eu queria aqui cumprimentar *a posteriori* todos que estiveram presentes, incluindo o Ministro Gilmar Mendes, que fez um pronunciamento realmente marcante. Eu disse a ele estar muito satisfeito de ter ouvido uma análise naquele nível e com aquela profundidade.

Eu queria cumprimentar muito especialmente a Cristina Frias, que eu conheço já de tantos anos, desde que ela era criança, quando frequentava a *Folha* – e já explico por quê.

Mas nós estamos homenageando hoje aquele que é o principal personagem da renovação da nova e da moderna imprensa brasileira, que é o Otavio Frias Filho.

Eu fiquei impressionado quando, depois do seu falecimento, inclusive, órgãos concorrentes de imprensa na área de opinião emitiram esse juízo. Otavio tinha sido o jornalista mais importante da sua época, que mais pesou na reformulação e na modernização, um novo tipo de imprensa no Brasil.

Quais são as características do modelo *Folha*? É o pluralismo, a independência, a combatividade, a inovação permanente e até a autocrítica. É o jornal que introduziu a figura do *ombudsman* na nossa imprensa.

Tenho uma história muito especial com a *Folha*, porque a *Folha* acolheu, desde os anos 70, muitos daqueles que eram perseguidos pela ditadura militar. No meu caso, voltava do exílio de 14 anos, em 1978. Nessa época, o Cláudio Abramo, que cuidava do painel da *Folha* e de editoriais, me convidou para escrever, ocasionalmente, na página 3. Eu me via antes exilado e, depois, com a



possibilidade de falar ao País ainda durante a moldura do regime autoritário, que a *Folha* rompeu nesse sentido. Posteriormente, embora professor da Unicamp e pesquisador do Cebrap, me integrei à *Folha* como editorialista. Fiz parte da equipe de editorialistas durante quatro anos e lá convivia, dois ou três dias por semana, com o Sr. Octavio Frias, pai, com o Otavio, que era estudante de Direito, ainda fazia movimento estudantil naquela época, e com a própria Cristina, que frequentava o jornal, sentava numa mesa, escrevia, olhava, observava. Para mim foram anos fundamentais. De alguma maneira, foi o que marcou a minha reinserção no Brasil e na política brasileira.

As características que o Octavio Frias, pai, e o Otavio Frias Filho tinham em comum eram, eu diria, acima de tudo, o pragmatismo sem qualquer sopro de oportunismo, uma grande inteligência intelectual e inteligência emocional e também uma inesgotável curiosidade. Algo que os dois tinham era a curiosidade por fenômenos estranhos, por coisas desconhecidas, por questões sociais, por questões de qualquer natureza que se referissem à sociedade.

O Otavio, como eu disse, era estudante, mas integrava a equipe de intelectuais. E quero dizer que ele era o melhor texto da equipe. O Cláudio Abramo tinha tido a ideia de fazer uma equipe de intelectuais para escreverem. Eu vi com espanto que o Otavinho, ainda estudante de Direito, escrevia melhor que nós todos. E não só isso, revisava os editoriais. Revisava-os na edição final, de maneira sempre oportuna, sempre indiscutível, sempre impecável. Eu ficava realmente assombrado com essa capacidade. Na verdade, ele desdobrou essa capacidade em várias áreas, não apenas do jornalismo, mas também da literatura, do teatro, da crítica literária inclusive.

Com a sua personalidade aparentemente pouco expansiva, sua postura de austeridade e de discrição, tinha uma enorme produtividade e era também – e queria dizer algo que já foi dito – corajoso. Eu presenciei aqui um momento em que essa coragem se exibiu – e talvez tenha sido o maior de toda a gestão dele à frente da *Folha*: foi quando de um confronto com o Governo Collor, que foi muito agressivo em cima do jornal, e o Otavio escreveu um editorial de primeira página, um texto incrível pela sua contundência, pela qualidade da redação. É um documento histórico que valia a pena ser olhado. Na primeira página! Partiu para o enfrentamento.

Lembro-me até de que ele veio a Brasília e, aqui, estivemos juntos analisando as repercussões, que acabaram sendo tratadas no Plenário da Câmara, uma vez que o Governo entrou pesado na Justiça contra o jornal. E o jornal não só não se intimidou como, através desse editorial de primeira página, chamemos assim, contra-atacou. Foi um episódio muito tenso e que merece ser reconstituído em algum momento, e, ao meu ver, foi a marca definitiva do jornal, foi quando se afirmou a natureza da *Folha*. Isso se deu no começo dos anos 90.

Essa homenagem, portanto, para mim, tem um grande significado: tem um significado político, geral, em relação ao País e em relação à imprensa por tudo aquilo que a *Folha* representa, mas tem também uma questão que toca a mim e ao meu passado. Por isso, Kátia, eu fiz questão de vir a esta tribuna dizer essas coisas, porque, para mim, é um orgulho saber que a *Folha* fez parte da minha formação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigado, Senador José Serra. Parabéns pelas palavras.

Antes de chamar o próximo orador, eu convido as personalidades que usaram da palavra para compor a mesa: o jornalista Josias de Souza e Ricardo Pedreira, Diretor Executivo da Associação Nacional dos Jornais (ANJ).



Com a palavra o Senador, Líder do PT, Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela Liderança.) – Sra. Presidente desta sessão, nossa querida companheira Senadora Kátia Abreu, Sra. Diretora de Editorial e Redação do jornal *Folha de S.Paulo*, Maria Cristina Frias, o Sr. Vice-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Luiz Viana, o jornalista Josias de Souza, o Sr. Ricardo, também aqui presente, compondo essa Mesa dos trabalhos, inicialmente eu queria parabenizar a Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento para esta homenagem, não somente pela justeza da homenagem, mas, principalmente, pela propriedade de fazê-la neste momento que nós vivemos em nosso País.

Queria também dizer que nós, do PT – eu, na condição de Líder –, fizemos questão que o Partido estivesse aqui representado. Nós estamos tendo um seminário o dia inteiro sobre a reforma da previdência, mas não poderíamos deixar de participar. Não somente pelo que representa a *Folha de S.Paulo*, pelo papel que ela desempenhou e desempenha na história da imprensa em nosso País, mas, especialmente, pelo que ela faz hoje e pelo momento que nós estamos vivendo no Brasil.

Lembrou muito bem o Kajuru a manifestação de Millôr Fernandes, em um determinado momento, ao dizer que a imprensa é oposição. Ainda que em muitos momentos possa desagradar a quem esteja exercendo temporariamente o poder – e isso vale para todos os seguimentos, valeu para nós nos momentos em que estivemos à frente deste País –, o papel da imprensa é esse, é fiscalizar, é denunciar, é construir uma visão crítica, é mostrar, muitas vezes, defeitos, problemas e insuficiências. Refiro-me aqui a governos, ainda que isso possa agradar mais ou menos a uns ou a outros e, muitas vezes, até possa acontecer algum tipo de exagero em algum tipo de cobertura ou de colocação ou de manifestação de opinião, mas é para isso mesmo que existe a imprensa.

Eu acho que a *Folha de S.Paulo* cumpre muito bem esse papel. Teve uma função primordial na reconquista da democracia em nosso País, teve um papel muito importante de defesa da cidadania em todos os governos que vieram posteriormente à Constituição de 1988 e, hoje, cumpre um papel central. Cumpriu, nessa eleição, quando corajosamente denunciou interferência importante no processo eleitoral, sem se preocupar se eventualmente a candidatura que foi denunciada ganharia ou não, ou seja, colocou-se ao lado do que é o justo, do que é o correto, independentemente do que pudesse acontecer.

Assume, hoje, uma posição extremamente corajosa em criticar coisas que tenham uma possibilidade ou que tenham, às vezes, até uma intenção de agredir a democracia, de desrespeitar a Constituição. Então, nós não poderíamos nunca deixar de estar aqui para externar o nosso reconhecimento ao Dr. Octavio Frias, que eu conheci, ao seu filho, Otavio Frias Filho, e à *Folha de S.Paulo* e dizer que contem conosco. Podemos ter divergências de visão sobre a sociedade, mas temos uma congruência importante, que é defesa da democracia, da liberdade, em particular da liberdade de imprensa. Nós não podemos nos calar em nenhum momento quando se tenta fazer, inclusive, a intimidação pessoal, quando se tenta fazer uma intimidação cujo objetivo é gerar medo. A *Folha de S.Paulo* nunca teve medo, e seus jornalistas também nunca tiveram medo. Para isso, contem conosco como partido, como Senadores que vão denunciar quando isso acontecer, que vão se colocar na defesa desse posicionamento, dessas iniciativas. Podem ter certeza de que o que vocês estão fazendo neste momento de defesa da democracia, da liberdade, de crítica aos que querem atacar essa mesma democracia, não entendendo, talvez, o papel grandioso que têm quando



estão no exercício do poder, é algo que, para nós, para a nossa atividade política, é muito importante.

Muitas e muitas vezes nós aqui usamos a tribuna e apresentamos proposições que partem de um trabalho investigativo importante que foi feito pelo jornal ou de uma opinião que representa o que pensa e o que deseja a maioria da população brasileira.

Então, mais do que me congratular e dar os parabéns por esta homenagem que vocês recebem, gostaria de pedir que continuem a fazer esse trabalho importante, que é muito sério e fundamental para o Brasil e para todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Humberto Costa, por suas palavras. Parabéns!

Convido à tribuna – ainda faltava o Senador Jayme Campos, mas não está no Plenário – o último orador, o Senador Renan Calheiros, pela Liderança do PMDB, das Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela Liderança.) – Presidente e requerente desta sessão de homenagem, Kátia Abreu, parabéns pela iniciativa e pela oportunidade que você oferece ao Senado Federal de comemarmos os 98 anos do jornal *Folha de S.Paulo* e de homenagearmos, em memória, o Diretor de Redação, Otávio Frias!

Diretora de Editorial e Redação do jornal *Folha de S.Paulo*, Maria Cristina Frias, é uma honra muito grande tê-la aqui no Senado Federal, assim como Josias de Souza e Renato Pedreira.

Eu quero, posteriormente também, como fez aqui o Senador José Serra, cumprimentar o Ministro Gilmar Mendes, que esteve aqui. Eu tive um compromisso anterior e, por isso, me atrasei indevidamente e perdi a oportunidade de cumprimentar o Ministro Gilmar.

Cumprimento também jornalistas queridos que estão ou estiveram aqui, como a Mônica Bergamo, o Leandro Colon, o Sérgio Dávila, o Daniel Carvalho, a Thais Arbex, o Bruno Boghossian, a Daniela Lima. Ao cumprimentar esses jornalistas, eu quero cumprimentar todos os jornalistas que estiveram presentes nesta sessão.

Estou, Senadora Kátia Abreu, honrado por, em nome do MDB, numa deferência do Líder Eduardo Braga, expressar-me nesta sessão, discorrer sobre os 98 anos da *Folha de S.Paulo* e as virtudes de Otávio Frias Filho, seu precoce falecimento, aos 61 anos de idade, e reprisar a catequese centenária e incessante sobre o pilar democrático que ele defendeu intransigentemente e um dos mais sagrados da democracia, a liberdade de expressão.

A tarefa, que é eterna, equivale à condenação de Sísifo. Quando pensamos ter concluído nossa missão, precisamos novamente empurrar a pedra montanha acima, já que, em diversas fases recentes da nossa jovem democracia, esse valor vem sendo ameaçado, sob vários pretextos e estratégias. Por isso, esse esforço continuado não é inútil.

Pensador irrequieto, dramaturgo, escritor, executivo, entre tantas outras atividades, a trajetória de Otávio Frias é a síntese, Josias, do bom jornalismo, uma atividade devotada ao pluralismo, à crítica, à independência e ao apartidarismo, princípios editoriais invioláveis perseguidos diuturnamente pelos profissionais do jornal *Folha de S.Paulo*, que, comandado por seu impetuoso diretor de redação, promoveu diversas modificações e avanços. Entre elas, a criação em 1991, do primeiro *ombudsman* na *Folha de S.Paulo*, espaço democrático, como todos sabem, para acolher reclamações, críticas e contestações.

A iniciais do nome Otávio Frias Filho representam o *off*, mas ele era um jornalista do *on*. Nada às escondidas, tudo em "*on*", aspeado.



Otávio Frias, com quem tive a honra de estar em várias oportunidades, assumia as suas ideias, era franco, direto, tinha uma honestidade intelectual incomum e defendeu valores democráticos no exercício da sua atividade, a partir da sua formação pessoal e humanista.

Nós homens públicos enfrentamos tempos novos. A revolução tecnológica incluiu na rotina das civilizações modernas a interatividade, a velocidade nas respostas e a agilidade na solução de problemas. Os avanços são positivos e irrecusáveis, porém a hiperconectividade e o explosivo fenômeno das redes sociais jogaram luz sobre a produção de conteúdos para os ambientes digitais.

Nunca se consumiu tanta informação e, em várias delas, a origem é desconhecida, assim como a apuração, a checagem e a edição. O termo *fake news*, para atacar ou desqualificar, está incorporado nessa rotina. O relato fidedigno de fatos caracteriza a notícia e é o antídoto eficaz contra as falsas notícias.

Toda a sociedade, acredito nisso, irá amadurecer nessa interação com as redes sociais.

Por ora, há um excesso de malícia e milícias robóticas tentando se sobrepor à notícia, à própria opinião pública e manufaturar verdades inexistentes. Precisamos unidade na defesa da verdade, que é única e insubstituível. A verdade não é e não será a versão do poderoso da ocasião.

De outro lado, nenhuma instituição, pública ou privada, pode se achar perfeita a ponto de prescindir de aprimoramentos. Todas precisam ser refeitas diariamente. Aquelas que têm a humildade de assimilar as críticas, que são permeáveis às mudanças e admitem corrigir erros mantêm sua respeitabilidade.

Por isso, sempre repito: para corrigir os erros da democracia, mais democracia; para corrigir os excessos da imprensa, mais liberdade de expressão.

Da nossa perspectiva, temos que reiterar uma firme posição em defesa da democracia e seu mais importante reflexo, a liberdade de expressão, interditando qualquer ensaio na tentativa de controlar o livre debate no País. O modelo democrático brasileiro, a exemplo das nações modernas, se opõe ao pensamento único e monocrático, inservível à própria democracia.

Vamos respeitar a divergência, conviver com o contraditório e até com os excessos, sem assassinar a verdade. Isso é democracia.

A propósito desse ponto, destaco, pela oportunidade, o excelente artigo da pesquisadora Ilona Szabó de Carvalho, na *Folha de S.Paulo* de ontem – Ilona, com quem tive o prazer de conviver quando Ministro da Justiça: "Se perdemos a capacidade [diz a Ilona] de distinguir fatos de imposturas e se nossas instituições não responderem à disseminação de notícias falsas e à propaganda extremista, nossa democracia estará condenada".

(Soa a campanha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A liberdade de expressão revela, portanto, o grau de civilidade e amadurecimento de uma coletividade. Tão importante quanto a liberdade de imprensa é a responsabilidade no manuseio da informação, que será consumida e reproduzida por milhões de pessoas na presunção da verdade.

O ensinamento de Thomas Jefferson, um expoente democrático, permanece inalterado e contemporâneo: "Onde a imprensa é livre e todo homem é capaz de ler, tudo está seguro".

Quanto mais livre a imprensa, maior a liberdade de expressão, mais robusta estará a democracia, mais forte estará a sociedade e maior será o controle público.

Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu, pela oportunidade que V. Exa. me concede de falar aqui.



Mais uma vez cumprimento todos, Cristina, que fazem a *Folha de S.Paulo*, que, mais do que nunca, precisa, com o vigor de sempre, com a histórica participação, continuar na moldagem dessa democracia, que ainda não foi construída totalmente. Nós vivemos desafios, a partir do desafio de termos que lutar, continuar lutando para assegurar os próprios direitos consagrados na Constituição e nas demais legislações, que fazem parte desse nosso cipoal.

Isso tudo não será possível sem a determinação, sem a isenção, sem a independência, sem o vigor, mais do que nunca, exigidos da *Folha de S.Paulo*.

Parabéns. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Senador Renan Calheiros, por sua participação e presença.

Terminam os oradores, Senadores presentes – praticamente todos os partidos se fizeram representados –, e eu passo a palavra para o Vice-Presidente da OAB Nacional, representando Felipe Santa Cruz, o Dr. Luiz Viana.

Com a palavra, por favor.

O SR. LUIZ VIANA QUEIROZ – Exma. Senadora proponente e Presidente desta belíssima sessão, Maria Cristina Frias, representando a família de Otavio Frias e a *Folha de S.Paulo*, Josias de Souza, Renato Pedreira, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhoras, uma saudação muito rápida da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Presidente Felipe Santa Cruz, que estava agendado para estar aqui presente, teve que retornar à sua casa no Rio de Janeiro e me pediu para representá-lo, trazendo uma rápida palavra da Ordem dos Advogados do Brasil.

E eu começo de onde terminou o Senador Alvaro Dias, citando Ruy Barbosa, que está aqui presente encimando este belíssimo Plenário, em *A Imprensa e o Dever de Verdade*, de 1920:

A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Hoje, nesta bela sessão de comemoração, eu trago o abraço da Ordem dos Advogados do Brasil à família de Otavio Frias, trago a homenagem à *Folha de S.Paulo*. Na sessão, está escrito ali "comemorar". Comemorar é tornar memorável com, fazer desta oportunidade uma oportunidade para que nós possamos manter vivos na memória tanto o passado da *Folha de S.Paulo*, quanto a própria vida de Otavio Frias Filho.

O tempo, 98 anos, por si só já seria suficiente para esta homenagem, Presidente, mas essa longevidade é uma longevidade com qualidade. Vim, portanto, aplaudir a família de Otavio Frias e a ele próprio, aplaudir a *Folha de S.Paulo* e, ao mesmo tempo, colocar a Ordem dos Advogados do Brasil ao lado da *Folha*, da imprensa livre deste País, em defesa da liberdade de expressão, em defesa da liberdade de imprensa.

Também, quero colocar a Ordem dos Advogados do Brasil ao lado das entidades que congregam os jornalistas. Sabem os jornalistas aqui presentes mais do que eu – aliás, a própria *Folha de S.Paulo* destacou isso em 2018 – que, entre 2010 e 2017, o Brasil foi o segundo País da América Latina na morte de jornalistas no exercício da profissão. Portanto, é preciso reforçar a liberdade de imprensa e a segurança dos profissionais.



E não há democracia sem liberdade de imprensa, porque a liberdade de imprensa é também um direito fundamental, compõe o conjunto, o núcleo duro dos direitos humanos, e não há democracia sem a garantia da eficácia dos direitos humanos, como não há direitos humanos senão na democracia. Isso está escrito na Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos.

Não há democracia sem transparência, e eu quero concluir voltando a Ruy Barbosa, no mesmo texto de 1920: "Nenhum país salva a sua reputação com os abafos, capuzes e mantilhas da corrupção encapotada".

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ VIANA QUEIROZ – Nada tão atual quanto isso.

Quero concluir dizendo que, nesta gestão de Felipe Santa Cruz, a liberdade de imprensa é tão importante que um dos primeiros atos foi a criação de um Observatório da Liberdade de Imprensa no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que será coordenado pelo advogado Pierpaolo Bottini e que se coloca aqui à disposição do Senado, ilustre Senadora, como das demais entidades ligadas à liberdade de imprensa.

Faço votos, Maria Cristina Frias, de que o passado da *Folha de S.Paulo* seja uma garantia do seu futuro e de que nós possamos continuar contando com esse trabalho tão brilhante que foi realizado, que esperamos continue nessa trajetória de busca e divulgação da verdade.

Parabéns à família. Parabéns à *Folha*. Parabéns, Senadora Kátia Abreu. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Dr. Luiz Viana, Vice-Presidente da OAB, e quero parabenizar toda a diretoria e Felipe Santa Cruz pela criação do Observatório da Liberdade de Imprensa, isso para nós é fundamental, mesmo porque a OAB é uma entidade totalmente isenta e poderá divulgar isso para todo o nosso País, para saber se a nossa democracia está mesmo segura. Gostaria de convidar Ricardo Pedreira, Diretor Executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ), e ainda registrar a presença da jornalista Denise Rothenburg, do *Correio Braziliense*.

O SR. RICARDO PEDREIRA – Bom dia a todos! Meus cumprimentos à Presidente desta sessão, Senadora Kátia Abreu, autora da iniciativa desta comemoração, desta homenagem. Meus cumprimentos aos integrantes da Mesa: Maria Cristina; Dr. Luiz Viana, da OAB; Josias, velho colega de antigas coberturas; Editor-Executivo da *Folha*, Sérgio Dávila; Diretor da sucursal, Leandro Colon; Senador Kajuru.

Para a Associação Nacional de Jornais (ANJ), é uma imensa honra participar desta sessão no Senado. A *Folha de S.Paulo* é um dos dez jornais que, há 40 anos, criaram a nossa associação. Hoje, a ANJ tem mais de cem jornais associados, que representam cerca de 90% da audiência dos jornais brasileiros, no impresso e no digital. A *Folha de S.Paulo* é parte essencial da história da ANJ e, por isso, temos tanta satisfação em homenageá-la.

Otávio Frias Filho, também homenageado hoje, foi o idealizador do Código de Ética da ANJ, que contém os princípios de autorregulamentação da nossa entidade, princípios esses que consagram tudo aquilo que simboliza o bom jornalismo que defendemos: independência, a busca permanente da verdade, profissionalismo, compromisso com os valores da democracia e reconhecimento e correção de erros.

Os 98 anos que a *Folha de S.Paulo* completa agora em 2019 também simbolizam esses princípios. Toda essa longevidade está diretamente relacionada à capacidade da *Folha* de fazer jornalismo profissional e de qualidade, de se modernizar e se atualizar, de estar atenta aos anseios e interesses da Nação, dos cidadãos e dos seus leitores.



Foi em sintonia com as mudanças que o Brasil atravessou na década de 80 que Otavio Frias Filho implantou na *Folha* o Projeto Editorial, que resulta no jornalismo crítico, plural e irrequieto, que são a marca desse grande jornal. O Projeto Folha, como passou a ser chamado, é um marco na história do jornalismo brasileiro.

Essas qualidades são evidentes na *Folha* em benefício dos seus leitores e em meio à revolução deflagrada pela internet, pelas mídias digitais, pelas redes sociais. As informações e as opiniões trafegam em alta velocidade em todas as direções, e isso é muito positivo. Mas cresceu assustadoramente a disseminação da informação falsa, conferindo ainda mais valor à informação de credibilidade, que é a essência do bom jornalismo que a *Folha de S.Paulo* representa.

Contra as informações falsas, o melhor antídoto é mais jornalismo, é mais liberdade de imprensa. Por isso, é essencial a existência de veículos como a *Folha*. E é auspicioso o crescimento que a *Folha* e tantos outros jornais brasileiros e fora do Brasil estão tendo nas suas audiências digitais, pois a verdade é que, ao contrário do que muita gente diz, nunca se leu tanto jornal quanto nos dias de hoje.

Há três anos, a ANJ fez uma campanha que dizia o seguinte: "Antes, a gente lia jornal todo o dia. Hoje, a gente lê jornal o dia todo". Não apenas no papel, mas, nos computadores e, principalmente, nos celulares, a gente tem na palma da mão a notícia apurada com profissionalismo, editada e contextualizada com critério e ética, dentro do objetivo maior de dar aos cidadãos a visão do mundo que as cerca.

Por isso, o livre exercício do jornalismo é tão importante para as nossas vidas e é inseparável da democracia. Só com informação de qualidade, com o debate aberto, poderemos construir os consensos necessários à prosperidade.

Ao homenagear nesta sessão especial do Senado a *Folha de S.Paulo* e Otavio Frias Filho, estamos homenageando, acima de tudo, o jornalismo e a liberdade de imprensa.

Otavio nos deixou precocemente, mas iluminou nosso caminho com seu apreço pelo profissionalismo, com sua obstinação pela informação precisa e com a valorização do pluralismo.

A *Folha* segue com brilho a direção apontada por Otavio, agora com a Maria Cristina na difícil tarefa de substituí-lo. A ANJ cumprimenta Maria Cristina e todos aqueles que fazem, a cada dia, a cada minuto, a *Folha de S.Paulo*. Que vocês prossigam com sua missão, assim como todos os que fazem jornalismo profissional, independente e de qualidade em nosso País. Repito: precisamos de mais e mais jornalismo, precisamos de mais e mais liberdade de imprensa.

Parabéns à *Folha* e saudades de Otavio. Para a ANJ, é um privilégio ter a *Folha de S.Paulo* como companheira de jornada.

Muito obrigado e bom dia a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Dr. Ricardo Pedreira, diretor da ANJ. A sua presença nos honra muito.

Com a palavra o jornalista, colunista Josias de Souza, do UOL, *Folha de S.Paulo*.

O SR. JOSIAS DE SOUZA – Bom, em respeito a Ruy Barbosa, que nos observa de cima, eu não vou cometer a ousadia de fazer discursos aqui. Vou fazer algumas observações, observações rápidas, para realçar a importância desta sessão.

Antes eu cumprimento todos. Estamos aqui agora numa reunião quase intimista. Faço uma menção especial à Senadora Kátia Abreu, para elogiá-la por esta iniciativa de propor, num momento tão oportuno, esta homenagem à *Folha*, muito bem representada aqui por sua diretora



de redação, Maria Cristina Frias. É uma homenagem extensiva a Otavio Frias Filho, um personagem por quem eu tenho especial apreço e admiração.

A homenagem à *Folha* vem em boa hora não apenas por conta do aniversário do jornal, mas porque há, na conjuntura atual, muita gente que suspira comovida só de ouvir falar em liberdade de expressão, liberdade de imprensa. O sonho de algumas dessas pessoas é de se verem livres da imprensa. Uma sessão como esta no Senado da República constitui uma oportunidade fabulosa para a gente alardear que a liberdade de imprensa, a livre manifestação do pensamento são bens imateriais e inegociáveis.

Aqui, a propósito das tentativas de desqualificar jornalistas e meios de comunicação, eu abro um rápido parêntese para lembrar algo que tive a oportunidade de contar num texto recentemente. Eu disse que era muito fácil reconhecer o Otavio Frias Filho numa roda de jornalistas. Ele era o que estava falando mal do jornalismo. Antes de sua morte, eu tive a oportunidade de perguntar: "Por que você tem essa visão tão corrosiva sobre o seu próprio ofício?". Ele me devolveu a pergunta, falou: "Por que você escolheu ser jornalista?". E eu disse: "Não é na imprensa que a história vai buscar boa parte dos dados de que se alimenta?". E o Otavio disse: "É por isso que a história está cada vez mais confusa e imprecisa". No longo convívio profissional que tivemos, a qualidade que mais admirei no Otavio foi a sua devoção pela autocrítica. O seu grande acerto na condução da *Folha de S.Paulo* foi essa obsessão pelo reconhecimento dos próprios erros. Foi nessa atmosfera, que eu tive o privilégio de respirar por mais de 20 anos, que eu me habituei a praticar o jornalismo. Num ambiente assim, as críticas que vêm de fora, em vez de abaterem, fortalecem. E aqui eu fecho o parêntese.

Com todo o respeito às pessoas que pensam de modo diferente, eu digo que a nossa democracia, a democracia brasileira, está doente. Ela sofre de uma espécie de esquizofrenia. É como se o Brasil estivesse no divã, submetendo-se à uma terapia grupal para tratar as suas próprias loucuras. O País, às vezes, sofre um surto regressivo, briga consigo mesmo, briga com a realidade. Passado o transe, o Brasil não consegue se dar alta. O País está apaixonado pelo ódio e vem sendo plenamente correspondido. A grande sorte é que a democracia produz os antídotos contra os seus próprios venenos.

Num comentário que escrevi sobre o massacre ocorrido ontem na escola de Suzano, em São Paulo, eu dizia que bondade e solidariedade viraram gêneros de primeira necessidade no Brasil. As pessoas andam mal-humoradas. Aluno agride professor e vice-versa. Conversa entre membros da mesma família vira bate-boca e, às vezes, descamba até em troca de tapas. O debate político só é considerado eficiente quando uma parte consegue obrigar a outra a calar a boca. E há gente achando que a solução é distribuir armas. Num ambiente assim, pintar o noticiário de cor-de-rosa seria como retocar uma radiografia. Obviamente, não resolve o problema. É preciso tratar a doença. E a cura só será obtida com dois remédios: a honestidade no diagnóstico – e nisso veículos como a *Folha* são especialistas – e doses cavalares de amor: amor pela diversidade de ideias, amor pela fricção proporcionada pelo exercício do contraditório, amor pela liberdade de imprensa, amor pelo País. Amor pela diversidade de ideias, amor pela fricção proporcionada pelo exercício do contraditório, amor pela liberdade de imprensa, amor pelo País. Parece fácil, mas o único problema é que amar não é coisa para amadores.

Para encerrar, eu quero enaltecer duas habilidades que eu reconheço nos adversários da liberdade de imprensa. Mesmo não suportando a imprensa, que exerce a saudável atribuição de impensar, eles continuam lendo os jornais, seja em que plataforma for, continuam assistindo aos



telejornais, e é muito bom saber que leem e assistem ao noticiário sobre o que se passa fora da bolha de suas redes "antissociais". A satisfação nasce de uma constatação básica – e aí faço o elogio às duas qualidades dos inimigos da imprensa: se leem e assistem, é porque são alfabetizados e não são cegos. Munidos dessas duas habilidades essenciais, vão acabar percebendo que numa democracia um agente político que se queixa da imprensa é mais ou menos como um comandante de navio que reclama do mar. Os navios e seus comandantes passam, o mar permanece.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Parabéns, Josias de Souza, esse grande e brilhante jornalista do Brasil, da *Folha* e do UOL. Muito obrigada pela sua participação não só pelo que você representa, mas pela preciosidade das palavras.

Agora convido Maria Cristina Frias, Diretora Editorial e de Redação da *Folha de S.Paulo*, irmã de Otavio Frias Filho, que será a nossa última convidada a usar a palavra.

Sinta-se à vontade, Maria Cristina.

A SRA. MARIA CRISTINA FRIAS – Bom dia.

Gostaria de cumprimentar os membros que compuseram esta Mesa, a quem agradeço as palavras generosas na pessoa da Senadora Kátia Abreu. Saúdo os colegas da imprensa.

Senhoras e senhores, todos os Senadores e oradores do Senado Federal, é a segunda vez que tenho a honra de vir a esta Casa para agradecer uma homenagem. Cá estive para um reconhecimento a Otavio Frias de Oliveira, fundador da *Folha* moderna e meu pai, e hoje tenho a satisfação de retornar para uma homenagem aos 98 anos da *Folha* e ao jornalista Otavio Frias Filho, proposta pela Senadora Kátia Abreu, cuja deferência muito nos sensibiliza. Ambos, Otavio pai e Otavio filho, nos fazem muita falta, à *Folha* e ao jornalismo brasileiro.

Desde que assumi a direção editorial e de redação do jornal, por indicação de meu irmão Otavio, tenho me dedicado a perseguir os princípios do Projeto Folha, que foi patrocinado por ele desde os anos 1980.

Uma ideia central do jornalismo que praticamos é que os poderes numa sociedade democrática precisam ser contrastados, não podem ser exercidos sem crítica nem contrapeso, sob o risco de se desviarem para o arbítrio.

Entre outras instituições, cabe à imprensa livre e profissional exercer o papel fiscalizador em nome da sociedade civil. No âmbito dos Poderes constituídos, fiscalizar a Presidência da República é uma das funções nobres do Congresso Nacional.

O Senado, esta Casa no Brasil já quase bicentenária, tem a tarefa de modular e equilibrar o próprio Legislativo.

O jornalismo, por sua vez, como entendido pelo saudoso Otavio, tampouco deveria ser exercido num vácuo de autocritica e controles internos. Mesmo praticado sob estritos protocolos técnicos, sua capacidade de enxergar todo o campo em que atua é limitada, até pela natureza apressada do nosso ofício, e incompleta do nosso objeto, um fiapo de história que ainda não se revelou por inteiro. O jornalismo está sujeito, portanto, a cometer erros e impropriedades, tão mais frequentes quanto menos presentes e eficazes forem seus mecanismos de autocontrole.

Daí surgiram algumas das inovações que revolucionaram a imprensa brasileira. A *Folha* estabelece, e cumpre como rotina inarredável, a obrigação de ouvir os argumentos de pessoas e organizações criticadas em nosso noticiário e de publicá-los. Diariamente, corrige seus erros de



modo transparente, sob a rubrica "erramos". Contrata uma profissional, a *ombudsman*, cuja responsabilidade é criticar o nosso jornalismo com autonomia.

A *Folha* cultiva a pluralidade na definição de seu quadro de jornalistas, colunistas e articulistas. E queremos avançar na diversidade com mais mulheres, negros, um leque mais amplo de perfis ideológicos e de formação não só na redação, como em nosso leitorado.

A direção do jornal está de portas sempre abertas aos representantes da sociedade e do Estado, interessada sobretudo em ouvir os seus questionamentos aos conteúdos que publicamos e em saber de experiências, acontecimentos e visões de mundo que muitas vezes não aparecem como deveriam em nossas páginas.

Todo esse arcabouço foi desenhado no intuito de permitir o florescimento de um jornalismo que seja, sim, crítico, como dele se espera, mas que seja, ao mesmo tempo, mais preciso e leal com leitores, fontes e personagens da notícia. Cremos que, com isso, damos nossa modesta contribuição para o aperfeiçoamento da democracia e para a diminuição das injustiças sociais no Brasil. É o mesmo papel que, na escala institucional que lhe é de direito, desempenha esta Casa sob a égide da Constituição de 1988.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Maria Cristina Frias, pelas suas palavras, pela sua presença aqui nesta importante sessão para todos nós, não só para a *Folha*.

Hoje, nós estamos homenageando o aniversário da *Folha* e também trazendo a lembrança de Otavio Frias, que faleceu há seis meses, mas, de certa forma, nós estamos aqui falando de toda a imprensa brasileira, num momento crítico para o Brasil, num momento crítico pelo qual a democracia está passando.

Nada é mais importante do que isso. Eu não conheço nenhuma democracia no mundo onde a imprensa seja amordaçada, calada, destruída, criticada, abusada. Contestar, sim! Esse é um direito que todos nós temos se nos sentirmos injustiçados, como disse agora há pouco.

Temos a Justiça para isso. Podemos abrir processos e nos defender. É um direito que nós temos e não devemos temer isto também: quando nos sentirmos atacados injustamente dar o grito dos injustiçados, mas calar a imprensa é inadmissível!

Começamos com ataques à Rede Globo de Televisão, começamos depois com ataques à *Folha de S. Paulo*, depois ao *Estado de S. Paulo* e, agora, não há mais limites.

Mas eu quero dizer a todos vocês que não posso falar por 100% desta Casa, mas pela grande maioria dos Senadores desta Casa, que aqui nós não permitiremos nada contra a democracia. E para valorizar, defender e proteger a democracia, a liberdade de imprensa está incluída nesse rol. Fiquem despreocupados.

Muito obrigada a todos pela participação.

Registro a presença do Senador Reguffe, de Brasília, do DF, e também do Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul.

Muito obrigada a todos que participaram deste evento. Mando também uma lembrança especial a toda a imprensa do Estado do Tocantins, ao *Jornal do Tocantins*, a todos os blogues da capital e do interior, a todas as rádios comunitárias e privadas, à imprensa de televisão, às empresas de televisão, a todos vocês. E também me dirijo a cada um de vocês pela liberdade de imprensa. Quero dizer que esta Casa está pronta para defender todo o jornalismo brasileiro, toda a imprensa brasileira do Oiapoque ao Chuí.



Dou por encerrada esta sessão de homenagem aos 98 anos do jornal *Folha de S.Paulo* e em homenagem, *in memoriam*, ao Diretor de Redação Otavio Frias Filho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 21 minutos.*)



Ata da 23ª Sessão, Deliberativa Extraordinária,
em 14 de março de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Luiz Carlos Heinze e Jorge Kajuru.

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 25 minutos e encerra-se às 15 horas e 36 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 56ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

23ª Sessão Deliberativa Extraordinária às 11 horas

Presenças no período: 14/03/2019 07:00:00 até 14/03/2019 20:32:00

Votos no período: 14/03/2019 07:00:00 até 14/03/2019 20:32:00

| Partido | UF | Nome Senador | Presença |
|---------|----|----------------------|----------|
| PDT | RO | Acir Gurgacz | X |
| PODE | PR | Alvaro Dias | X |
| PSD | BA | Angelo Coronel | X |
| PSDB | MG | Antonio Anastasia | X |
| PSD | RJ | Arolde de Oliveira | X |
| PSD | MG | Carlos Viana | X |
| DEM | RR | Chico Rodrigues | X |
| PP | PI | Ciro Nogueira | X |
| MDB | RO | Confúcio Moura | X |
| MDB | AM | Eduardo Braga | X |
| PODE | CE | Eduardo Girão | X |
| MDB | TO | Eduardo Gomes | X |
| PPS | MA | Eliziane Gama | X |
| PODE | PI | Elmano Férrer | X |
| PP | SC | Esperidião Amin | X |
| REDE | ES | Fabiano Contarato | X |
| REDE | PR | Flávio Arns | X |
| PSL | RJ | Flávio Bolsonaro | X |
| PT | PE | Humberto Costa | X |
| PSD | TO | Irajá | X |
| PSDB | DF | Izalci Lucas | X |
| PT | BA | Jaques Wagner | X |
| MDB | PE | Jarbas Vasconcelos | X |
| DEM | MT | Jayme Campos | X |
| PT | RN | Jean Paul Prates | X |
| PSB | GO | Jorge Kajuru | X |
| PR | SC | Jorginho Mello | X |
| MDB | PB | José Maranhão | X |
| PSDB | SP | José Serra | X |
| PDT | TO | Kátia Abreu | X |
| PODE | RS | Lasier Martins | X |
| PSD | AP | Lucas Barreto | X |
| PP | RS | Luis Carlos Heinze | X |
| MDB | GO | Luiz do Carmo | X |
| PSL | SP | Major Olimpio | X |
| MDB | PI | Marcelo Castro | X |
| PPS | ES | Marcos do Val | X |
| DEM | SE | Maria do Carmo Alves | X |
| PRB | RR | Mecias de Jesus | X |
| PSD | MS | Nelsinho Trad | X |
| PSD | AM | Omar Aziz | X |
| PODE | PR | Oriovisto Guimarães | X |
| PSD | BA | Otto Alencar | X |
| PT | RS | Paulo Paim | X |
| PT | PA | Paulo Rocha | X |

Emissão 14/03/2019 20:32:37





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 56ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

23ª Sessão Deliberativa Extraordinária às 11 horas

Presenças no período: 14/03/2019 07:00:00 até 14/03/2019 20:32:00

Votos no período: 14/03/2019 07:00:00 até 14/03/2019 20:32:00

| Partido | UF | Nome Senador | Presença |
|---------|----|-------------------------|----------|
| PSDB | AM | Plínio Valério | X |
| REDE | AP | Randolfe Rodrigues | X |
| - | DF | Reguffe | X |
| MDB | AL | Renan Calheiros | X |
| PSDB | AL | Rodrigo Cunha | X |
| DEM | MG | Rodrigo Pacheco | X |
| PT | SE | Rogério Carvalho | X |
| PODE | RJ | Romário | X |
| PSL | MT | Selma Arruda | X |
| PSD | AC | Sérgio Petecão | X |
| MDB | MS | Simone Tebet | X |
| PODE | RN | Styvenson Valentim | X |
| PSDB | CE | Tasso Jereissati | X |
| PROS | RR | Telmário Mota | X |
| PP | GO | Vanderlan Cardoso | X |
| PSB | PB | Veneziano Vital do Rêgo | X |
| PR | MT | Wellington Fagundes | X |
| PDT | MA | Weverton | X |
| PROS | RN | Zenaide Maia | X |

Compareceram 64 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Item nº 1.

Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2017, da Senadora Fátima Bezerra e outros Senadores, que incorpora à Constituição a nomenclatura "pessoa com deficiência", utilizada pela Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência.

Parecer favorável nº 128, de 2017, da CCJ, Relator: Senador Antonio Anastasia.

Segunda sessão de discussão da proposta, em segundo turno. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para o prosseguimento da discussão.

Requerimento nº 137, de 2019, do Senador Antonio Anastasia, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participar da Assembleia da União Interparlamentar, bem como da Sessão Ordinária do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe, em Doha, Catar, no período de 5 a 10 de abril de 2019. E comunica, nos termos do art. 39, inciso I, que estará ausente do País no período de 5 a 14 de abril. (**Vide item 5.1.8 do Sumário**)

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Vamos passar aos oradores inscritos.

Como primeiro orador inscrito, Senador Jorge Kajuru.

Com a palavra o Senador Jorge Kajuru, do PSB, de Goiás.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Só não saiu no microfone, Sr. Presidente, quando o senhor falou "amigo do Ronaldo Caiado".

O senhor é amigo dele? (*Pausa.*)

É?

Brasileiros e brasileiras, Excelências, meus únicos patrões, subo a esta tribuna novamente como seu empregado público, cumprimentando pela alegria de estar hoje tendo na Mesa, como Presidente, este gaúcho exemplar que eu passei a admirar a cada dia, não só como Parlamentar, mas também como ser humano, pois ontem, Senador Reguffe, meu ídolo, ele veio se preocupar com a minha hipoglicemia, que ele acompanhava, pelo celular, eu medindo aqui no braço, ela estava em 36. Hipo! Hipo é mais perigosa do que a hiper. Aí me ofereceu para ter lá, nos Estados Unidos, obter lá, um aparelho diferenciado, que depois eu vou falar sobre ele para todos os diabéticos e diabéticas deste País.

Pois bem, como dizia o imortal Ariano Suassuna, "pois bem", o assunto hoje é meta do Plano Nacional de Educação (PNE, criado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.



Em 2018, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresentou o relatório do segundo ciclo de monitoramento, dando conta de como o Brasil está atrasado no cumprimento de metas.

Um plano que teve todos os cuidados na sua elaboração não pode ficar, Sr. Presidente, pátria amada, à mercê de problemas de gestão no cumprimento de suas metas.

No relatório de 2018 fica demonstrado que só uma das metas, só uma, Senador Girão, do Ceará, só uma, a de nº 13, aquela que estabelece que pelo menos 75% dos professores da educação superior sejam mestres e 35% doutores... Em 2016 esse índice era de 77,5%. Mas, Excelências, brasileiros e brasileiras, outras 19 metas não estão chegando aos objetivos intermediários, como podemos ver pelos dados do Inep – dados oficiais.

E se eu inventar um aqui e mentir em uma aqui, por favor, me ponham na cadeia.

Resumindo, o Brasil ainda não conseguiu cumprir a meta de crianças na pré-escola. O desempenho da alfabetização no ensino fundamental está parado, parado. Registra-se retrocesso na oferta do ensino em tempo integral. Algumas das metas que tratam da qualificação, plano de carreira e salário dos professores, estão entre as ainda não cumpridas, Senador Capitão Styvenson, esse homem fraquinho, baixinho, magrinho, que não intimida ninguém. O assunto é sério, a gente tem que brincar um pouco.

O investimento público em educação está abaixo do percentual do PIB previsto para ser alcançado até 2024.

Ora, o desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é precário, justamente porque o Brasil ainda não investe o que precisa em educação. Ou, quando investe, padece de má gestão.

E é bom que lembremos que recursos públicos para educação não configuram "gastos", Senador Reguffe. Gastos não, pelo amor de Deus, como dizem alguns deste Congresso Nacional, e eu passo mal. Os meus tímpanos são feridos, são torturados. Ao contrário, meu Deus, orçamento para a educação é investimento, investimento, nunca gasto.

Cito, por exemplo, a Meta 20 do PNE, que é a de ampliar o investimento público em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência da lei, que é agora em 2019; e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio, isto é, em 2024.

Em 2015, 5% do PIB foram investidos em educação pública pelos entes federados. Quando se considera, também, os gastos públicos em educação privada – que inclui o financiamento estudantil pelo Fies, por exemplo –, o percentual do PIB ficou em 5,5%, Senador Rodrigo, das Alagoas.

Para não percorrermos as 20 metas, o que seria muito cansativo aqui, vejamos, por exemplo, a Meta 1, de ter, Presidente Heinze, 100% das crianças de quatro e cinco anos matriculadas na pré-escola até 2016; e 50% das crianças com até três anos matriculadas em creches nos próximos dez anos. Nem uma nem outra foram cumpridas, Pátria amada. Em 2016, só 91,5% das crianças entre quatro e cinco anos foram atendidas; e, a fim de atingir a meta, cerca de mais 450 mil precisariam ter sido incluídas, 450 mil precisariam estar incluídas.

Já a meta para as creches – para atender crianças de zero a três anos –, embora só valha para 2024, em 2016, só 32% das crianças nessa faixa estavam atendidas. Isso, gente brasileira, significa que, para atingi-la, 1,9 milhão de crianças precisam ser incluídas até 2024.



Chamo a atenção, senhoras e senhores, e respeitosos colegas, para este detalhe do relatório do Inep, de que a classe social, Presidente Heinze (os mais pobres), e a raça (os afrodescendentes) são fatores de exclusão dos adolescentes. Pela condição social e ascendência, esses adolescentes, nessas condições, estão ficando fora, por exemplo, do ensino médio. Se não prosseguirem as políticas de inclusão social, estarão em maior risco ainda.

E é fundamental, Senador Lucas Barreto, que prometeu um jantar hoje e, certamente, vai furar de novo, é fundamental propagar essa verdade, em tempos de *fake news*, em que autoridades da educação se ocupam em bisbilhotar. Vou repetir, Capitão Styvenson: autoridades – estou falando de autoridades da educação – se ocupam em bisbilhotar os pátios das escolas, para saber se as crianças estão perfiladas, cantando o Hino Nacional, recitando o lema do Governo Federal, etc., em vez, gente, de se concentrar, autoridades, nas metas do PNE.

Diante dessas manifestações, ideologicamente infantis, de nossas autoridades, sou obrigado a reverberar, em alto e bom som, uma pergunta básica – e a faço aqui: como se aumenta o patriotismo de um país? Como, Senador Rodrigo? Com amor por nossas crianças – respondo assim. Com amor por nossas crianças e adolescentes; com maior qualificação dos professores e professoras; com melhoria do piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica; com a reforma e a ampliação das escolas; com boas quadras de esporte para nossas crianças; com música; com bibliotecas; e adolescentes desenvolvendo-se integralmente: física, moral, mental e espiritualmente; com artes, para que nossas crianças alcancem os bens imateriais da humanidade. E então, sim, de cor e de coração – estou arrepiado, desculpe –, nosso belo Hino será cantado em pátios e em solenidades escolares.

O amor à Pátria, da parte de nossas crianças, virá. Virá naturalmente, por serem elas bem tratadas, cuidadas, acarinhadas pela Pátria. Não de um gesto externo, policialesco, "pseudamente" militarizante, de perfilar-se, marchar, ou outras práticas desconectadas do contexto sociocultural da realidade contemporânea.

Para concluir.

E, assim, se tivéssemos, exaustivamente, percorrido cada meta, verificaríamos que não foram cumpridas. Não quero deixar, entretanto, de citar uma meta, a de nº 19, porque gosto de exaltar a meritocracia. Então, vou ser justo.

A meta cria condições – a 19 – para a gestão democrática da educação, com critérios de mérito e desempenho e consulta pública à comunidade escolar. Não foi cumprida, pois só 70% das unidades federativas – 18 Estados e o Distrito Federal seu, Reguffe – realizam eleições e estabelecem critérios técnicos de mérito e desempenho na escolha de diretores de escolas estaduais.

Esse é, então, Brasil, o retrato que trago aqui do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação. Como podem ver, só uma delas foi obtida, e todas as demais 19 estão comprometidas. E acrescento: cada vez mais longe de serem alcançadas, particularmente após a aprovação da PEC do teto dos gastos públicos.

Precisamos retomar a prioridade para a educação – o resto é perfumaria – aqui neste Congresso Nacional, no Poder Executivo Federal, em todos os Estados, em todos os Municípios.

Não teremos uma Nação grande e com desenvolvimento sustentável enquanto não houver a universalização do acesso à educação, meu Deus – a nossa principal arma se chama educação; enquanto não promovermos nossas crianças, jovens e adultos, Presidente Heinze, do Rio Grande do Sul, aos patamares mais elevados da educação formal – ah, meu Deus, que destino!; por fim,



enquanto houver uma educação diferente para os pobres e outra para os ricos. Querem que eu diga o que mais?

Diante de tantas ameaças aos avanços possíveis na educação, cabe a nós, comprometidos com essa causa, virmos aqui, à tribuna, denunciar. Mais que isso: precisamos pressionar, pelos legítimos meios – aprovação de leis e de orçamentos e fiscalização, incluindo comissões parlamentares de inquérito –, para que a educação continue a ser vista como prioridade em nosso Brasil.

E muito mais terei a dizer nos próximos anos a respeito desse assunto, pois, graças a Deus, em meu Gabinete 16, tenho, voluntariamente, a orientação política de Pedro Simon – do seu Rio Grande do Sul, Heinze; a orientação, na educação, de Cristovam Buarque, aqui do Distrito Federal; e, na saúde – pois ela não quer nem ouvir falar mais em política –, de outra Senadora histórica desta Casa, a Senadora Heloísa Helena; além do Prof. Mulatinho, ex-reitor da Universidade Federal de Goiás, secretário de educação por duas vezes e ministro de Fernando Henrique Cardoso. Esse é o meu gabinete, qualificado, que eu faço questão todo dia de enaltecer, pois ninguém trabalha no singular. A gente precisa trabalhar sempre no plural.

Presidente Luis Carlos Heinze, eu encerro só lembrando, Senadores aqui presentes – Girão, Reguffe, Styvenson, Rodrigo, e outros que chegarão daqui a pouco... Ah, Paulo Rocha está aqui, médico, e Lucas Barreto. V. Exa. é médico, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ah, não; o médico é o Humberto, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas acabei colocando o senhor como médico. Hã?

O Sr. Paulo Rocha (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Gráfico.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Gráfico?! Sério? *(Risos.)*

Mas, olha, a gente termina rindo, só para ter um pouco de bom humor.

Agora, para terminar, falando sério.

Quem aqui se lembra quando Kennedy assumiu a Presidência dos Estados Unidos? O que ele fez? Surpreendeu todos como? Ele investiu todas as verbas, contratando os maiores intelectuais dos Estados Unidos para serem educadores, professores, com salários digníssimos, e investiu tudo em universidades.

Será que o Brasil nunca terá, lá no Palácio, um cidadão que pense pelo menos um por cento do que pensava sobre a educação o americano Kennedy?

Agradecidíssimo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Senador Kajuru.

Dando sequência, Senador Confúcio Moura, do MDB de Rondônia.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares presentes, eu achei muito oportuno e fiquei muito feliz com o discurso do Senador Kajuru sobre a educação. E eu vou no mesmo caminho nesse meu discurso. Ele vai ser mais ou menos uma embolada de ideias sobre educação.



Nós ontem observamos, e o noticiário foi massivo no Brasil sobre a tragédia, na cidade de Suzano, com a matança de alunos e professores e coordenadores de educação, o que comoveu sobremaneira a população brasileira.

Muito triste, isto tudo vem progressivamente acontecendo, das mais variadas formas: a falta de respeito pela escola.

A escola, habitualmente, é o equipamento público social mais importante de um bairro. Em qualquer que seja ele, a escola tem muitos anos e por ali passaram muitos alunos. E todo mundo fala: "Onde é que você mora?" Ele fala: "Eu fico depois da escola". Eles fazem referência à escola do bairro.

E a escola, ao longo dos últimos anos, vem perdendo a sua autoridade, vem perdendo a sua influência de respeito na sua comunidade, no seu entorno.

E as escolas foram subindo muros cada vez mais altos. E esses muros, hoje, nas escolas, em grande parte, parecem mais cadeia. Muros altos, passando até caco de vidro em cima do muro, arame farpado em cima das escolas. De certa forma, ninguém enxerga, ninguém vê o movimento alegre e festivo dos meninos, brincando dentro da escola.

Então, a escola passou a ser um ambiente de medo. Progressivamente, na hora do recreio, que é a hora mais gostosa das aulas, passa-se a observar o espetáculo das brigas das facções internas das escolas. Lá fora, na rua, na porta da escola, os grupos se digladiam, cercados por colegas que aplaudem as brigas. E a violência contra os professores, a falta de respeito e a falta de disciplina interna, na sala de aula, além do tráfico, da bandidagem do entorno, tudo isso vem prejudicando muito o equilíbrio das nossas escolas brasileiras.

E essa cultura da violência... Ora é bala perdida, ora é tiroteio em bairros, em morros. E há uma ordem, um comando, para fechar as escolas por um, dois, três dias.

Então, a escola ficou vulnerável, ficou frágil; os professores acuados, chegando ao ponto de tragédias dolorosas, como a que o povo brasileiro assistiu ontem. E o Ministro Dias Toffoli falou, na sua manifestação, que cena como essa não faz parte da cultura brasileira, porque a escola sempre foi uma instituição de respeito.

Conto para vocês que, lá em Rondônia, o Estado que eu represento aqui, há uma escola que era chamada, no passado, de Escola Manaus. Ela foi 39 vezes depredada, com registro e boletim de ocorrência em delegacia, computadores furtados, merendas, carteiras quebradas, arrancadas até as janelas, 39 vezes, 39 vezes reconstituídas. Com isso, só sobrou – naquele momento, eu, no Governo do Estado – a militarização daquela escola. E o diretor era um capitão do Corpo de Bombeiros. E, passados esses últimos três anos, depois dessa transformação, a escola se tornou uma referência. Hoje, há filas para matrículas, com pais, um orgulho das crianças e uma interação família, professor e escola.

Aqui está, Sr. Presidente, Kajuru, um alerta aos Srs. Governadores, aos Prefeitos, aos Vereadores, Deputados Federais, Senadores, enfim, a todos, chamando a atenção dessa nossa safra que estamos passando aqui, no Senado, e ocupando esses cargos públicos: a educação, para mudar, precisa de 20, 30, 40 anos! Eu já estou com 70 anos e, certamente, não verei realizado esse grande sonho brasileiro de termos uma educação de qualidade no Brasil, comparativamente à de países da América Latina, como o Chile, a Argentina... O Uruguai, muito melhor do que a gente! E nós ficamos com muita vergonha! País grande! Nós falamos que somos a sétima ou oitava economia do mundo, maior do que quase a soma das economias dos países vizinhos, e temos a pior qualidade na educação na América Latina. Isso é ruim!



Se nós fizéssemos uma estatística... Eu estimo que nós temos quase 6 mil prefeitos no Brasil e eu creio que apenas 10% deles realmente são devotos da educação. E há modelos extraordinários de melhoria na qualidade da educação, promovidos por Prefeitos e Governadores deste País. Na última estação de Governadores, o Espírito Santo destacou-se perante os demais Estados, assim como os Estado de Goiás também, de Pernambuco e outros, em avanços significativos na qualidade da educação que vieram de baixo para cima.

Então, nós, os brasileiros, ainda somos péssimos copiadore dos bons exemplos educacionais. Nós temos que apenas plagiar os modelos de cidades pequenas do Brasil. Dou um exemplo aqui – não sei se continua igual; foi uma referência por muitos anos: um Município pequeno do Ceará, chamado Brejo Santo, bem como Cocal dos Alves, no Piauí; e Novo Horizonte, no Estado de São Paulo.

Eu poderia citar aqui vários outros exemplos de cidades pequeninas, rurais, onde professores e Prefeitos indignados perguntam: "Por que que o sertanejo tem que ser obrigatoriamente pobre?"

(Soa a campainha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – "Onde está escrito que essas massas de nordestinos, de amazonenses, de nortistas, de pessoas do Centro-Oeste, nascem para morrer na pobreza absoluta?"

Então, Sr. Presidente, temos desafios terríveis.

V. Exa. abordou aqui a situação do Plano Nacional de Educação: vinte e tantas metas ainda não cumpridas. Mas temos um desafio aí, gente, um desafio do tamanho do Everest, e nós não pensamos nele ainda, que é a Base Nacional Comum Curricular, que foi aprovada no ano passado, 2018, e é para ser implantada a partir do ano que vem, 2020, 2021. A Base Nacional Curricular.

Eu quero saber como as escolas brasileiras vão implantar a Base Nacional Comum Curricular, tendo um eixo essencial como a matemática, a língua portuguesa e o inglês com 1.800 horas por ano, e 20% das outras horas sendo destinadas às disciplinas paralelas, complementares. Eu quero ver como vão fazer isso tudo sem mudar a estrutura, a infraestrutura das escolas. Como nós vamos contratar professores de arte, professores de inglês, professores de educação física com áreas variadas, do futebol, do basquete, do vôlei, da música, enfim, das disciplinas consideradas opcionais? É muita coisa para implantar na Base Nacional Comum Curricular.

Quem vai inspirar no Brasil essa base? Será que é um Município pequeno, lá embaixo, que vai escrever como é que vai ser a Base Nacional Comum Curricular? Lá em Brejo Santo, lá em Cabixi, no Estado de Rondônia, ou aqui em Águas Lindas, no Goiás? Quem é que vai ajudar esse Prefeito, esse secretário, a organizar essa Base Nacional Comum Curricular, se nem aqui em Brasília, se nem o Ministério definiu nada? E esses professores avulsos complementares? Haverá um concurso público para ensinar capoeira? Haverá um concurso público para dar aulas, por exemplo, de bateria ou de fanfarra? Que negócio é esse, mal definido?

A Base Nacional Comum Curricular nasceu com a LDB, em 1990. Tem 29 anos! E foi aprovada ano passado. E ano que vem entrará em ação.

É bom, é exemplar, é uma referência mundial termos três disciplinas essenciais nucleares, como a matemática, a língua portuguesa e o inglês, mas nós temos que montar esses laboratórios. A matemática de quadro-negro ou a matemática de pegar materiais e jogos e ensinar a criança?

Então, muita coisa precisa ser definida. Leis existem, resoluções existem, agora, a prática, a operacionalização delas é que realmente nos dificultará muito.



Eu, que me dedico a este tema, vou criar, em alguns Municípios, e implantar lá, com os nossos "prefeitinhos" – entre aspas, porque são uns baitas Prefeitos de cidades pequenas –, a Base Nacional Comum Curricular, para ver se a coisa nasce de baixo para cima; para ver se serão como as revoluções, que vêm de baixo, da insatisfação, da nossa ignorância, da nossa rebeldia, da nossa insurreição, porque a ignorância cansa! Ela é maldita! Essa péssima qualidade, esse fingir que ensina, esse faz de conta que gasta dinheiro e qualidade, essa brincadeira maldita que o Brasil está tangendo o povo brasileiro, de qualquer maneira.

Assim, Srs. Senadores, o assunto é sério.

(Soa a campainha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Nós podemos aprovar aqui todas as reformas possíveis, podemos brigar entre nós no discurso pelas reformas, por isso ou por aquilo outro, mas a maior reforma, gente, é reformar as pessoas, é salvar menino, é salvar jovem do ensino médio contra o traficante, que realmente está no entorno da escola cativando a meninada! E é assim também com esse enclausuramento dos filhos. Os pais estão dormindo, e o menino, no computador, aprendendo esses jogos! Eu tenho certeza absoluta de que o que foi feito ontem, em Suzano, veio desses jogos malditos, perversos, que conduziram esses dois jovens a assassinar, sem sentido nenhum, colegas da sua escola!

Eu encerro as minhas palavras não como um desabafo, não como mais um discurso de tantos que vêm para cá, mas como um grito, um alerta, um chamamento, uma convocação para que a nossa classe, investida hoje nessa enorme renovação... Foram renovados 85% dos nossos Senadores, mas renovados para quê?! Renovados para votar leis para audiências públicas, para consumir o tempo e virar massa de bolo aqui dentro do Senado ou para fazer essa revolução na educação brasileira?! Para que renovar, se não for para aplicar essa força da renovação, essa insurgência dos jovens no sentido de salvar – a palavra é essa – os nossos jovens, os nossos meninos de 14 anos, de 17 anos, que não estão aprendendo absolutamente nada e, depois, saem sem emprego, sem condição, desqualificados para um mercado de trabalho travado?! É isto que nós devemos fazer, esta é a mensagem do povo: "Vá lá, Senador novo! Renove! Vá lá e mude o Brasil! Mude o Brasil mudando as pessoas!".

Muito obrigado...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Confúcio Moura, eu tenho que lhe fazer um aparte pela qualidade, pelo brilho, pela emoção do seu discurso, principalmente nessa linha de defender a educação, fazendo também uma cobrança a todos nós, eu diria. Houve uma renovação, mas uma renovação para quê? Nós queremos que haja tantas renovações quanto forem necessárias, mas para avançar e não para recuar.

Nessa linha de V. Exa., eu estou muito assustado. É claro que eu estou assustado com a reforma da previdência, como todos sabem, mas, com essa proposta que estão anunciando sobre os tributos vinculados, na Constituição, principalmente à educação e à saúde, que vão desaparecer, isso me preocupa muito! Conforme o interesse desse Governador ou daquele Prefeito eleito, aqueles 25% que deveriam ir para a educação não vão – nós sabemos que não vão! Se está mal como está, calculem se começarem a aplicar 5%, 10% na educação e, na mesma proporção para baixo, na questão da saúde! Isso é assustador! É assustador!

Segunda questão que V. Exa. também fala aí: há uma política de ódio no País, a política de um contra o outro. É como se nós estivéssemos em disputa eleitoral! Ninguém está em disputa eleitoral. Vamos olhar aqui o cenário. Nós teremos disputa daqui quatro ou oito anos. Que se faça



disputa eleitoral no momento adequado, no mais alto nível. Eu sempre digo o que aprendi desde cedo: quem prega o ódio está chamando para si a morte; quem prega o amor está chamando a vida.

V. Exa. lembra muito bem o que está acontecendo: essa moçada vinculada, dia e noite, agarrada nisto aqui ou no computador, naqueles jogos de guerra, vai levando a uma lavagem cerebral e dá no que está dando aí! Não é só agora, não. Eu sei que aconteceram outros há um tempo. Não é o que foi agora, mas nós temos de rever tudo isso.

E, para mim, o caminho é o que V. Exa. aponta. Não há outro a não ser a educação. Não há outro a não ser o ensino técnico, por exemplo.

Eu, Senador Confúcio, permita-me que lhe diga, era um vendedor de banana na feira livre de Porto Alegre e só melhorei a vida depois que consegui fazer um curso técnico. E isso foi no Sistema S. E todos sabem que há um questionamento muito grande quanto ao Sistema S. Eu ganhava um salário mínimo, fiz meu curso técnico e passei a ganhar em torno de dez salários mínimos na fábrica. E, claro, tive a oportunidade de ser um líder sindical – o líder é por minha conta, era um sindicalistazinho – e cheguei a ser Senador da República.

Eu quero cumprimentar V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra-chave são educação, amor e solidariedade.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, eu gostei muito. Estavam Senadores novos, em sua maioria. Sabem o que eles diziam lá, no que eu assinei embaixo? Eles diziam: "Chega de dar impressão de que estamos em disputa eleitoral. Vamos pensar no País, num projeto de Nação. Nós viemos aqui para isso, Senador". Eu digo: "Eu assino embaixo de tudo o que os senhores estão dizendo, porque assim eu penso". E assim todas as Comissões e este Plenário deveriam se pautar.

É claro que, quando eu olho para a previdência e para esse regime de capitalização, eu fico assustado – vai virar um salário mínimo para cada um, todo mundo sabe que é isso que vai acontecer –, mas eu quero ficar junto com V. Exa., quero ser seu soldado – já que está na moda hoje em dia falar assim – com essa bandeira da educação.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é a salvação da vida da nossa gente.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido. Obrigado.

O Sr. Wellington Fagundes (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O Senador Paim, com certeza, pode ser o seu general, não é?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ele já é o general!

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Sou recruta! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Confúcio Moura, do MDB, de Rondônia, V. Exa., toda vez que sobe a esta tribuna, me faz lembrar do Prof. Darcy Ribeiro – digo de forma sincera –, que foi meu amigo, com



quem eu dividia papos no Rio de Janeiro. Frequentávamos o mesmo restaurante. E V. Exa. fala de educação e diz, humildemente: "Eu sou um Senador de uma nota só". Não, o senhor é um Senador de várias notas, todavia, na educação, é nota 10, com louvor! Parabéns pelo seu pronunciamento, emocionante, inclusive.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Confúcio Moura, o Sr. Luis Carlos Heinze, 4º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Kajuru.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que o País tenha a certeza de que educação é prioridade. O resto é perfumaria.

Aqui, presidindo a sessão pela sétima vez, eu faço questão de registrar a presença, nos visitando, nesta sessão de quinta-feira, 14 de março de 2019, de um Deputado Federal do Estado de Goiás, nosso Estado, que é meu professor em Parlamento – professor, o melhor que eu tive. Além disso, é um amigo especial. Trata-se do Deputado Federal Elias Vaz, que vai dar muito orgulho a este País, ao Congresso Nacional – podem ter certeza –, em todas as lutas e, principalmente, como um fiscalizador exemplar. Obrigado pela sua visita aqui, amigo irmão Elias Vaz.

Vamos, seguindo a ordem, do Regimento Interno, de oradores. E eu chamo, com muito prazer, para fazer uso da palavra na tribuna, do PT, do Pará, o gráfico Paulo Rocha.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Pela ordem.) – Enquanto o nosso companheiro Paulo chega à tribuna, eu gostaria de aproveitar aqui, Sr. Presidente, para fazer um registro de uma sessão, convidando todos os Senadores para ela. E V. Exa. sempre está aqui na sexta e na segunda. Na segunda-feira, nós fazemos aqui, pela manhã, 10h, uma sessão solene em homenagem aos 110 anos da Diretoria da Indústria Animal no Brasil e também aos 36 anos da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, comemorando também os 99 anos da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, além de homenagear a Dra. Alzira de Souza, a primeira médica veterinária formada no Brasil.

E, como médico veterinário e também um membro da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, eu terei a honra de estar com o nosso Presidente, o Dr. Milton, que tem apenas 103 anos de idade, um cientista dos mais renomados do mundo, que fez doutorado na França. Ele é um militar, inclusive, e uma das pessoas mais respeitadas no mundo científico. Estará aqui conosco ele, que fez 103 anos há poucos dias. Lúcido, ele escreve todos os dias artigos e está desenvolvendo pesquisa no Brasil ainda.

Eu gostaria de convidar todos os companheiros, como o Senador Paulo Paim, que também sempre está aqui presente, e o Senador Paulo, que já convidei agora, para que estivéssemos aqui nesta segunda-feira, porque a medicina veterinária tem muito a ver com a saúde pública brasileira,



pois nós vivemos da proteína também animal, extremamente importante. Então, há essa questão da inspeção animal, enfim, todo o trabalho que a medicina veterinária promove no Brasil.

Nos nossos Estados, Goiás e Mato Grosso, somos grandes produtores de proteína animal e vegetal. Então, por isso, eu gostaria de convidar V. Exa., inclusive, quem sabe até, para abrir aqui a nossa sessão...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com prazer.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como o Presidente Davi estará numa viagem a São Paulo e não poderá estar aqui, eu gostaria até de convidá-lo... Eu não tenho a liberdade de fazer em nome do Presidente, mas, como ele delegou a mim, eu gostaria de convidá-lo para que V. Exa. pudesse aqui, junto com outros companheiros, abrir a sessão, e, depois, eu poderia dar continuidade.

Seria um prazer muito grande tê-los aqui na homenagem à medicina veterinária do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Homenagem justíssima, Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso. Estarei aqui, com o maior prazer, às 10h da manhã da segunda-feira – já marquei aqui para não haver nenhuma dúvida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senadora, a guerreira do Maranhão, Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela ordem.) – Obrigada.

Só antes ali do nosso nobre colega Senador Paulo Rocha, eu queria fazer dois registros, Sr. Presidente.

O primeiro registro é referente a um requerimento que estamos aqui protocolando para a realização de uma sessão especial em que celebraremos o Dia Mundial do Meio Ambiente. Aliás, a política ambiental, infelizmente, não tem tido a prioridade necessária por parte do Governo, e a gente sabe que o impacto e o resultado, por falta dos cuidados necessários e dessa prioridade, acabam sendo gigantes não somente para esta, mas também para as próximas gerações. Inclusive, acompanhamos várias catástrofes, tragédias que aconteceram, no meu entendimento, ações criminosas, por falta de uma política e de um sistema de controle e de fiscalização maior em relação à política ambiental brasileira. Então, nós faremos essa audiência para celebrar alguns avanços, naturalmente, mas para pedir que novos marcos possam ser estabelecidos.

O nosso segundo registro, Presidente, é referente a um requerimento que nós protocolamos hoje na Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa no sentido de ter aqui a presença do Secretário Especial de Comunicação Social, Floriano Barbosa de Amorim Neto, quando nós discutiremos um pouco acerca da comunicação deste atual Governo. Precisamos entender como está sendo organizada a questão das verbas da comunicação, que, aliás, são significativas; entender melhor esse plano regional de mídia, qual a atenção que será dada para as demais regiões do Brasil, pois eu sou da Região Nordeste e, portanto, sempre luto para que todas as regiões do Brasil possam ter a sua principal atenção; ao mesmo tempo, também, entender o direcionamento orçamentário do ponto de vista das redes sociais, pois temos visto com muita frequência *fake news*, inclusive incentivadas por integrantes do Governo; e entender melhor essa política da



comunicação do Governo Federal, sobretudo com a utilização dessas verbas, que são públicas, dinheiro do contribuinte brasileiro, que precisa ter a devida fiscalização. Por considerar a imprensa brasileira uma das mais bem organizadas, eu diria, evoluídas e democráticas do mundo, o sistema de transparência também tem que ser à altura, sobretudo quando se trata de recurso público, quando se trata de Governo Federal.

Registros feitos, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Requerimento importantíssimo, Senadora Eliziane Gama, e a audiência da mesma forma. E eu a acompanho. Por coincidência, eu, aqui no Senado, e o Deputado Federal Elias Vaz, na Câmara, entramos com um requerimento solicitando os gastos até agora com publicidade em todo o País, já que sabemos que o Governo está gastando muito em nome de uma só causa: reforma da previdência. Parabéns.

Com a palavra o Senador paraense Paulo Rocha – e peço desculpas pelas duas participações dos Senadores e agradeço a sua paciência aqui. Com a palavra o Senador do PT, do Pará, Paulo Rocha, gráfico.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, aqueles que estão nos acompanhando, sem dúvida nenhuma, nós estamos começando a Sessão Legislativa do Senado Federal e do Congresso Nacional com uma responsabilidade muito grande, dada a situação que estamos vivendo no nosso País.

Eu faço parte de uma geração – e sempre digo que nós somos uma geração sacrificada, mas vitoriosa – em que nós começamos a enfrentar ainda na juventude governos autoritários. As soluções autoritárias de então não traziam as soluções para os problemas de um País como este, que não só precisava resolver os problemas das desigualdades regionais, das desigualdades entre o rico e o pobre, como principalmente das diferenças regionais que temos em nosso País. Portanto, governos autoritários ou governos setoriais, com essa visão de solucionar só problemas de setores, não tinham soluções para os problemas, para todos os conflitos que existem em uma sociedade.

E um País como este não tem outra saída que não a de ser governado pela democracia, por um processo em que a participação popular e a participação de todos os setores, empresários, trabalhadores, homens, mulheres, negros, enfim, possam, num ambiente de democracia, buscar a solução dos nossos problemas. Por isso, é importante o Congresso Nacional, porque aqui estão as representações de toda a sociedade do nosso País.

O que nós temos que enfrentar, essa Legislatura que está começando com o discurso do novo? Primeiro, o Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara Federal, tem que se colocar no nível de poder dos outros Poderes, porque aqui é o Poder que emana do povo. Estou falando isso, porque nós estamos vivendo um momento... Se, naquela época, nós ganhamos e avançamos com o discurso de implantar a democracia, essas eleições que deram o resultado agora, não só neste Congresso, mas também principalmente no Poder Executivo, nos levaram... A disputa se transformou numa polarização que está eivada de ódio – eivada de ódio! O ambiente de intolerância neste País chegou a níveis insustentáveis. Aumenta a violência nas ruas não é só contra o pobre, mas a violência contra a mulher, a violência dentro de casa; aumenta a eliminação da companheira, nos casos de feminicídio; aumentam os casos de intolerância contra os LGBTs, os



negros, os pobres. E isso está chegando ao centro das cidades, não é mais só na periferia a violência.

E, agora, dois Senadores falaram muito aqui – aliás, todos os Senadores falaram muito aqui – na questão da educação. O ódio, a violência chegou dentro da sala de aula, contra o professor, contra o mestre. Na época em que nós fomos educados, a gente tinha a professora como uma segunda mãe, era uma referência como a segunda mãe. Hoje um jovem sem idade maior trata a professora com ódio. A que chegamos este País?

Assassinatos de eliminação de lideranças por causa de divergências políticas, caso da Marielle, ou eliminação de jovens por se vestirem de um jeito ou usam uma cor que é caracterizada como uma posição política.

O que nos estarrece mais é que essa violência é pregada, inclusive, por altas autoridades do nosso País, dizendo que a solução do nosso País passa pelo ódio, pela eliminação, pelo armamento. A maior autoridade do País incentivando: "Mais armas em casa!".

Cai sobre nós, Senadores e Senadoras, realmente essa responsabilidade política do nosso País, para que não deixar o nosso País retroceder a esses níveis. Nós já tínhamos ultrapassado isso. Por exemplo, no meu Estado, a disputa por terra eliminou, ceifou centenas de líderes sindicais, líderes religiosos, advogados, Parlamentares. Essa página, nós já tínhamos virado no meu Estado do Pará. Agora, de novo, o nível de intolerância volta, como o caso da chacina de Pau D'Arco. Então, nós temos que chamar a atenção de todo mundo, do Presidente da República, dos juízes, do Judiciário, do Ministério Público, de todos. Não é só a responsabilidade política dos chamados políticos, é a responsabilidade de todo mundo, principalmente de quem está comandando o nosso País. E não pode haver, a partir do Palácio do Planalto, um incentivo à solução no armamento, a provocação do ódio, incentivando o ódio contra mulheres, contra negros, contra LGBT, contra aqueles que vestem de uma cor que identifica a posição política.

Eu queria chamar a atenção, porque há tantos temas aí em que nós temos que nos debruçar e que estão exatamente eivados de retrocessos. E os ganhos da sociedade, os avanços da sociedade foram exatamente através do processo democrático do nosso País. Nós não podemos deixar que essa visão autoritária, essa visão de ódio possa suplantar o significado da vontade da maioria. O nosso povo é um povo ordeiro, quer paz, quer dignidade, quer um futuro feliz para a nossa juventude. A nossa juventude está sendo ceifada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... pela indústria do narcotráfico, pelo vício, pelo banditismo. Então, a solução é exatamente esta: a democracia. A solução são os avanços que nós já conquistamos na democracia do nosso País, que criaram condições de criarmos um Estado social.

Ao contrário, após o *impeachment* da companheira Dilma, o que estamos vendo é a destruição do Estado social para, no lugar dele, colocar um Estado com uma visão elitista, um Estado que só favorece os grandes, os autoritários, os donos do poder, os donos do dinheiro.

E isso está ocorrendo em todas as propostas.

Paim, você falou ainda agora ali na questão da educação com a desvinculação. Essa foi uma conquista...

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Desvincula o Município, o Estado e a União. Desvincula tudo.



O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Estado Social que nós queremos construir está exatamente baseado na Constituição de 1988. Lá, com a nossa luta, com a mobilização da sociedade, nós colocamos os eixos principais do Estado Social – está lá! – na questão da saúde, da educação, nas questões básicas da vida de um povo, na questão dos trabalhadores. Está lá na Constituição a questão da liberdade, da autonomia sindical, que agora, com a Medida Provisória nº 873, ataca-se fortemente.

A previdência social, que é um modelo de previdência pública em que a base principal é contributiva, mas em que existe a partilha, que é um processo de distribuição de renda, de geração de dignidade para aqueles que já trabalharam tanto pelo seu País e que, na sua impossibilidade de trabalharem mais, são protegidos por uma previdência pública. Nós estamos vendo isso sair pelas mãos, por uma visão de retrocesso para se implantar um outro Estado que seja só para favorecer os grandes. O pior é que é com esse ambiente de intolerância, de ódio.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria agradecer a oportunidade. Eu pedi os dez minutos apenas porque fiz uma troca ali com o meu companheiro Paim.

Eu agradeço a atenção, mas chamando a atenção de que pode vir qualquer proposta para cá, mas ela tem que vir baseada nessa questão do respeito à representação da sociedade, que veio de um processo democrático – podemos nos debruçar aqui sobre os projetos mais candentes, mas que vão ao encontro da necessidade do nosso povo, da nossa gente.

Do que o Brasil está precisando? O Brasil está precisando de um projeto de desenvolvimento com crescimento econômico e distribuição de renda, dando oportunidade para todos. E dar oportunidade para todos, meu companheiro Kajuru, é fortalecer cada vez mais a educação e preparar a nossa juventude, preparar não só o seu caráter, mas dar a formação profissional, a formação técnica capaz de prepará-lo para poder incluí-lo no processo de desenvolvimento com crescimento econômico, distribuição de renda e oportunidade para todos. Assim, a gente vai construir um País com um povo digno e uma sociedade feliz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Parabéns, Senador do PT do Pará, Paulo Rocha, pelo seu pronunciamento cirúrgico e pelo escopo dele.

Eu fiquei muito preocupado, Senador Paim, com a palavra ódio. Parece que a neurose social se instalou no Brasil, infelizmente, através do ódio.

Belíssimo o seu pronunciamento, em todos os sentidos.

Neste momento raro aqui na Mesa Diretora agora, desde o Distrito Federal, Senador Plínio, com o nosso querido Izalci Lucas, dois goianos: Vanderlan Cardoso e Elias Vaz – só gente querida aqui. É um prazer aqui. Goiás e Distrito Federal juntos, se misturam, se mesclam.

Vamos seguindo o Regimento Interno.

Pela ordem, vem ele para fazer o pronunciamento – quando eu falo "vem ele" é para que se preparem, porque tem conteúdo –, o ex-vendedor de bananas, mas que nunca deu a banana ao trabalhador brasileiro.

Senador do Rio Grande, pelo PT, Paulo Paim, com a palavra, com prazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Muito obrigado, Senador Kajuru. Você é sempre muito respeitoso, muito, eu diria, carinhoso com seus pares. Entenda isso como uma palavra de alguém que o conheceu no dia a dia aqui. Eu o conhecia de nome. No dia a dia eu noto que, mesmo na discórdia com alguém, porque é



legítimo discordar, porque assim se faz a política, você é tranquilo, equilibrado e respeitoso, porque pensar diferente é bonito até e assim se escreve a democracia.

Por isso, eu também estou muito indignado com este momento que a gente está atravessando. Parece que a gente não admite que alguém pense diferente. Nós aqui nos damos muito bem – eu me refiro, inclusive, aos novos –, porque respeitamos a história, a vida de cada um. Como a gente sempre fala, quem chegou aqui chegou porque tem um potencial, senão não chegava. Não adianta querer desqualificar o cidadão. Não é bem assim. Eu respeito a todos que estão aqui e que passaram por aqui. E, se alguém pisar na bola, que vá responder pelos seus atos. Então, nós estamos muito tranquilos quanto a isso.

Mas, Senador Kajuru, eu quero no meu tempo, nesta tarde, falar um pouco sobre a pauta das mulheres. V. Exa. aprovou um grande projeto aqui e foi aplaudido de pé por todos aqui, Senador Kajuru. Ontem eu acabei fazendo um entendimento aqui, porque estou há 11 anos relatando um projeto que veio da Câmara para assegurar que a mulher tenha o mesmo salário que o homem na mesma função. Vou pegar o exemplo da taquígrafa aqui. Se há um homem aqui que é taquígrafo – ela é taquígrafa –, ele tem que ganhar um salário maior que o dela? Não tem sentido, não é, doutora? A mesma coisa é na fábrica, a mesma coisa é no comércio, na produção. Se demonstrou que tem a mesma potência, tem a mesma qualidade de produção, produtividade, que é uma coisa que eu lembro do tempo em que fui metalúrgico também, por que não ganhar o mesmo salário? Lá na correia de transmissão. A correia de transmissão é igual para os dois, homem ou mulher. Tem que passar porque, se não, tranca tudo, não é? Vai ali colocando. Eu lembro aqui o Charles Chaplin agora: "Não sois máquina! Homens é que sois!", referindo-se aos homens e mulheres. Ontem eu fiz um acordo porque foi a saída que encontrei, porque, na verdade, o que tinha que ter votado ontem, Senador, era o projeto que a Câmara já tinha aprovado. Aprovava aqui e mandava para o Senado. Eu acho até que o Presidente Bolsonaro... Eu não uso o nome de alguém quando é uma crítica, digamos, forte, mas quando é num aspecto até qualitativo, diria, eu cito, porque daí é bom citar, como eu cito o nome dos senhores todos aqui. Se nós tivéssemos aprovado, e esse projeto fosse para o Presidente da República, que está há 11 anos sendo debatido aqui, o Presidente teria uma oportunidade de ouro de sancionar, de dizer: "ficavam falando, falando, anos e anos". E é um projeto de um Deputado do MDB, antes PMDB. Não é meu; eu só fui Relator aqui. E o Presidente poderia sancionar, ainda que apusesse algum veto, mas sancionava e, enfim, nós teríamos uma lei no País que dissesse que homens e mulheres, na mesma função, têm o mesmo salário.

Qual o acordo que eu fiz? Eu disse: "Tudo bem, eu aprovo" – e dei o parecer como Relator para o projeto do Senador Bezerra, que à Câmara, onde vai passar por todas as comissões de novo. Quanto ao projeto sobre o qual eu estava há 11 anos peleando aqui, ficou acertado que ele vai, mais uma vez, para as comissões, porque ele já passou por todas as comissões da Casa. Eu vou atrás, aprovo e ele vem para cá. Ele vai para a Comissão de Assuntos Sociais, para a Comissão de Direitos Humanos, eu vou relatar e ele vai voltar para cá. Eu espero que, daí a gente aprove.

Agora, se aquele do Senador Bezerra, que eu relatei ontem, chegar à Câmara, a Câmara aprovar e mandar para a sanção, gol de placa! Eu não tenho problema nenhum de paternidade. Eu sempre digo que pai mesmo é aquele que cuida, ou seja, não é só o que gera, é o que cuida, que ama, que acaricia. Não falamos tanto em escola? É aquele que leva para a escola e que busca, enfim. Quem cuida é o pai. Então, eu me sentiria contemplado se o Presidente Rodrigo Maia



colocasse aquele projeto em pauta, votasse e levasse para a sanção. Se não colocar, vamos pegar o nosso aqui, vamos aprovar e vamos mandar para a sanção, e o Presidente decide se sanciona ou não, o que é um direito dele.

Digo isso porque muita gente achou que havia sido aprovado o projeto do qual eu era Relator. Não foi; não teve como. A única forma que eu consegui – e isso faz parte do jogo democrático também, não é? – foi fazer com que esse projeto ficasse um pouco mais aqui para maturar um pouco mais, já que ele é de 2011. Nós estamos em 2019, então, já são oito anos que ele está aqui no Senado, e eu estou tentando aprová-lo.

Eu fiz questão de falar sobre isso, Presidente, porque muita gente me ligou dizendo: "Paim, enfim aprovamos o projeto que garante que mulheres e homens vão ter o mesmo salário". Aprovamos mais um para ir à Câmara – já é o terceiro nesse período. Quando chega para aprovar o projeto que veio da Câmara, surge mais um. Daí aprova aquele, manda para a Câmara, vai para todas as comissões etc., e não sei até quando vai isso. É capaz até de emendarem lá e voltar para cá ainda, e, aqui, se não colocar em pauta, também não vota.

Então, eu acho que o caminho mais rápido ainda para isso sair do discurso e se tornar uma realidade é... Tudo bem que passe em uma ou duas Comissões, que venha para cá e, aqui, o Plenário vote. Daí eu acredito que é política para valer; se não, dá a impressão, Senador Arns, que a gente não está fazendo um trabalho sério. Eu fiz e os senhores concordaram, claro, porque entenderam que era a única saída que eu tinha naquele momento, porque aquele era o projeto pautado. O meu não. Foi votado que o meu não ficaria mais no Arquivo e que viria para as comissões. E esclareço mais uma vez: o projeto não é meu, eu sou só o Relator. O projeto é do MDB.

As pessoas pensaram que já estava garantido que o projeto havia sido aprovado assegurando que homens e mulheres terão, daqui para frente, salários iguais. Não! Depende de uma votação aqui ou de uma votação lá.

Assim, eu faço esse pequeno esclarecimento.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu me vejo na obrigação de cumprimentar mais uma vez os novos. O Senador Espiridião está aqui com a esposa dele, que foi Deputada comigo.

Senador Espiridião, na Comissão de Direitos Humanos eu trabalho já há alguns anos. Dificilmente dá quórum para votar um terminativo e não é que hoje, quinta-feira, havia quórum para votar? Mas teve um Senador que pediu muito para hoje porque ele tinha que viajar, e como ele não estava lá nós não votamos, os projetos eram de sua autoria. Fazia, acredito, quase um ano que não dava quórum para votar um terminativo e, em plena quinta-feira, o plenário lotado, só não votamos o terminativo porque o Senador que estava pautado – porque temos que avisar antes, não dá para pegarmos outro e colocar lá – teve que viajar. Então, não votamos os terminativos, eram quatro projetos dele, importantes projetos, mas, tenho certeza, serão votados no futuro.

Para mim é um bom sinal, pois na Comissão de Direitos Humanos – as pessoas acham que a gente só fica lá filosofando sobre a humanidade, o que não é verdade – temos projetos como esse das mulheres que passam por lá, projetos sobre crianças, adolescentes, da área da educação, da saúde, passam por lá, porque são direitos humanos.

Eu sempre repito o que o Senador Cristovam sempre dizia, que uma das Comissões mais importantes – não que seja a mais importante, uma das mais importantes – é a Comissão de Direitos Humanos, porque deficiente passa por lá, idoso passa por lá, os preconceitos todos, seja LGBT, negro, índio, branco. Eu sempre digo "negro e branco", ou "branco e negro", porque alguns



acham, quando a gente defende essa linha de combater os preconceitos, que só pensamos no negro ou ciclano e beltrano. Não, são brancos e negros de todas as áreas, idosos, deficientes, mulheres, LGBTs, enfim, a nossa gente e o nosso povo.

Então, eu queria agradecer muito aos Senadores, 99% novos, que estavam lá, e vou dizer que o velho era eu. Pior que ainda fizeram uma brincadeira positiva comigo. Discutimos com profundidade, foi um belo debate, sobre a questão de São Paulo, desse crime hediondo que aconteceu lá, dessa onda de violência, de ódio. Eu cheguei a dizer que no meu sistema de redes sociais eu lancei uma campanha: Não ao ódio, sim à paz, sim ao amor. Não ao ódio nas redes sociais. Que as pessoas debatam nas redes sociais é muito bom. Se não gostam do Lula, não gostam do Bolsonaro – estou dando um exemplo –, critiquem, mas critiquem politicamente. Se não gostam até de qualquer um de nós, critiquem politicamente, não na base no *fake news*, porque o que causa esse ódio maior, para mim, é mais *fake news*.

Por isso, nós teremos uma audiência pública para discutir essa indústria do *fake news*. Eu já vi a maioria dos Parlamentares sendo agredidos – eu conheço as pessoas, eu já disse outro dia – de graça, até em votações que eu sei que ele votou diferente aqui. E ele pede para mim, já aconteceu diversas vezes: "Paim, eu votei ou não votei dessa forma?" Claro que votou. Quer que eu declare? Declaro e gravo para ele na hora.

Critiquem-me pelo que eu fiz, mas não por aquilo que eu não fiz. Eu posso não ter assinado, por exemplo, essa ou aquela PEC. E perguntam: "Paim, por que você não assinou?" Não, estou vendo, talvez eu assine, estou analisando com profundidade. Merecia uma cobrança, correto. Agora, dizer que eu assinei uma outra PEC que alguém é contra – estou dando um exemplo – e eu não assinei, fico bravo, mas não adianta ficar bravo, tem que raciocinar, baixar o tom e tentar construir uma saída.

Era essa mais ou menos a minha mensagem hoje, Sr. Presidente. Agradeço a todos os membros da Comissão de Direitos Humanos pela força que estão dando àquela Comissão. Mudou a Comissão, mudou muito. E olhem que eu estava lá também como Presidente ou Vice sempre. Então, não é isto: "Mudou o Presidente, e, porque tu estavas como Presidente, foste tu que melhoraste". Eu não melhorei nada! Eu estava lá antes também – eu fui Presidente e Vice, por umas dez vezes já, da Comissão de Direitos Humanos – e percebi um debate qualificado. Mesmo nessa questão do armamento, foi um debate qualificado. Eu vi que, entre os jovens mesmo, havia um que defendia, em tese, a questão das armas, mas vi dois, três dizendo: "Não! Não é, não! A saída é a educação". E eu só medieei o debate. A saída é a educação, é a formação, é o ensino técnico, é valorizar os professores, é dar segurança para os professores trabalharem. Bom, daí vamos ver como fazer. Mas, mesmo nessa questão de liberar ou não as armas, foi um debate qualificado e respeitoso entre todos que estavam lá.

Isso é bom, Sr. Presidente! É bom porque a gente vai amadurecendo e vai aprendendo, ao ouvir também os que pensam diferentemente. Eu não sou daqueles, não, que dizem que a minha verdade é absoluta e tudo o que o outro diz é um engano, porque ele é um equivocado. Se me provar que eu estou errado, eu mudo de opinião, de posição, sim, porque errar é humano, é algo natural entre nós outros todos.

Enfim, era isso, Sr. Presidente.

Acho que a reforma da previdência também nós temos também que debater, debater, debater o quanto for necessário para acharmos um caminho que seja bom para o País e para a nossa gente.



O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço questão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Senador Vanderlan Cardoso, que me dá o orgulho de dividir aqui a Mesa Diretora, quer um aparte. Por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vanderlan Cardoso. Já fiz um aparte a ele quando estava na tribuna. Ele fez um belo pronunciamento, mostrando o seu conhecimento. Ele apontou – permita-me só lembrar – países capitalistas e países socialistas e fez um meio-termo. Dizia: "Vamos olhar o que é bom em todo o mundo e trazer para cá, para nós, o que for bom. Agora, trazer o que é ruim não dá".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E começa a fazer um grande trabalho na Comissão de Ciência e Tecnologia o nosso goiano, com muito orgulho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. É uma comissão importantíssima.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – De Iporá.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Quero cumprimentar o nosso Presidente Jorge Kajuru, que está presidindo aqui com maestria; Izalci; Esperidião, que acabou de sair; Senadores aqui presentes; e você.

Eu passei aqui. Nós temos algumas audiências, e V. Exa. sabe que aqui é tudo corrido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo corrido.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós, Senador, os novatos que chegam aqui... Eu até costumo brincar e falar que a gente chega aqui meio barriga-verde: a gente quer correr e dar o maior número de resultado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Atender a todos.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Atender a todos. Então, pensei: "Vou passar lá, pontuar e vou às audiências". Quando vi que V. Exa. ia falar, eu falei: "Não, vou ficar."

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Porque é muito bom ouvir o senhor falar, com a sua sabedoria. Fala com conhecimento, moderado. Eu sempre fui seu admirador, das suas falas, das suas colocações, até dessa sua neutralidade, não misturando as coisas, não indo pela questão de que o meu partido é melhor, o outro é isso, é aquilo, como V. Exa. acabou de falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concorro plenamente com V. Exa.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu defendo...



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se não vira um debate só ideológico, que não leva a lugar nenhum.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É, ideológico.

Na verdade, todos os governos que passam chegam e deixam sua contribuição. Todos vêm e dizem: "Isso vai mais nessa área, isso mais naquilo ali", mas todos chegam e deixam sua contribuição.

Então, eu queria parabenizar o senhor por esse projeto. Eu não sabia até que o senhor ia pegar a palavra ontem para dizer que foi há oito anos. Aliás, Senador, Presidente Kajuru, a gente não entende como projetos tão importantes às vezes a gente vê tramitando na Casa – como o senhor fala – há oito anos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oito anos, aqui no Senado.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Aqui no Senado, mais três lá na Câmara, se não me engano. Onze anos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Então, nós temos de começar a fazer essa avaliação e ver os projetos importantes e começar a dar essas prioridades.

Por que ficar esses anos todos? Como ocorreu com o projeto relatado pelo nosso Presidente aqui hoje, Senador Kajuru, com relação aos diabéticos, que começou com o ainda Deputado Federal Ronaldo Caiado, em 2012, se não me engano. É um projeto muito importante.

Na minha fala aqui de ontem ou de anteontem, eu disse que também me incluo, porque eu sou diabético.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou pré-diabético.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pois é, mas eu quero falar um negócio sobre isso. Até falei sobre isso aquele dia. Não sei se alguns médicos, Kajuru, falam para nos alegrar: "não, você é pré-diabético".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi isso mesmo que me disseram.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nesses dias, um médico mesmo, companheiro, disse: "não existe pré-diabético. Você é diabético". E eu levei um susto na hora. Mas fui me cuidar mais.

Com meu pai, foram três anos de sofrimento, no final de vida, diabético.

Então, com essas imagens que vêm, a gente aprovou isso com tanta satisfação, com tanto orgulho como esse projeto que vai ficar – o Senador Bezerra tem os méritos dele – muito conhecido também como relatado pelo Senador Paulo Paim, que tem a admiração de todos nós aqui no Senado, do povo brasileiro, pela sua conduta, pela sua moral.

Nós nos espelhamos muito no senhor. O senhor pode ter certeza disso.

Obrigado. Que Deus o abençoe por esse projeto maravilhoso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos caminhar juntos.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Paulo Paim, mais uma vez. Enfim, são 32 anos. O senhor tem todo o direito de escrever um livro de seus pronunciamentos. Eu, no seu lugar, faria isso. O Brasil agradeceria.

Mas eu fico feliz, presidindo esta sessão aqui, pela sétima vez, de ver mais um pronunciamento seu, mais um projeto seu e a habilidade de um gaúcho, como Paulo Roberto Falcão nos gramados fazia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Falcão. Eu era fã dele.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Foi uma jogada do bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Era um centromédio que sabia, com elegância, fazer o meio de campo. É isso que nós temos de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É isso que o senhor fez nesse projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom lembrar do Falcão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor foi um Falcão neste projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor pode ser definido como um Paulo Roberto Falcão neste projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Rio Grande vai gostar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Uma jogada do bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todo mundo lá era apaixonado pelo Falcão, pela classe, a elegância. Um *gentleman*, ele é.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O rei de Roma.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bom fim de semana para V. Exa.

Que Deus o abençoe sempre.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Amanhã estaremos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E parabéns também por tratar do assunto de ontem em São Paulo, que abalou a Nação. Ou seja, a neurose social se instalou no Brasil.

Certamente, Paulo Paim, os novos Senadores vão ficar orgulhosos de seu reconhecimento, de suas palavras dirigidas a eles, que precisam disso. Elogiar faz bem. Há uma brincadeira de que as



peças gostam mais de um elogio do que de um prato de comida. Então, elogiar, reconhecer o valor das pessoas é muito bom, é gratificante. Os novos agradecem a V. Exa.

Bem, eu tenho a felicidade aqui – e agradeço a Deus sempre –, Senador Vanderlan, Senador Izalci, de, quando ocupar aqui a Presidência, ver o conteúdo de pronunciamentos. Isso é muito importante para esta Casa, para este Senado.

Agora, por exemplo, vem um Senador do Amazonas, que, além de tudo, de preparo, é um ser humano exemplar, um ser humano educado.

E, por ter gente como o Senador Plínio Valério, é que a gente ainda pode acreditar na raça humana.

Com prazer, com a palavra o Senador Plínio Valério, do Amazonas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para discursar.) – Aumenta a minha responsabilidade, após um elogio desse, Kajuru, porque, vindo de você, vindo de um Senador da sua qualidade, só aumenta a nossa responsabilidade de corresponder àquilo que os Senadores têm feito comigo. Eu tenho sido alvo de carinho realmente deste Senado, dos Senadores, dos funcionários, de alguns funcionários e assessores. Isso é gratificante. E, em nome do Amazonas e pelo Amazonas, eu agradeço.

Vou tratar de um assunto que diz respeito a todos nós, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, e já foi tratado aqui também, a questão do meio ambiente.

E eu preferi escrever para, nesta moderação, tentar colocar alguns problemas sem gritar, embora seja difícil para mim, quando trato de assuntos, de injustiças que cometem com o caboclo da Amazônia.

Uma questão que se coloca com frequência ao discutir a proteção ambiental em todo o mundo é essa aparente contradição entre a legislação destinada a proteger o meio ambiente, de um lado, e a busca do desenvolvimento, do outro. É evidente que esse debate, essa dicotomia desperta polêmicas ainda mais acentuadas na Amazônia, mais do que em outras regiões, porque a repercussão na Amazônia é grande – e, quando se fala de ecologia, na Amazônia tudo é em termos continentais.

É inegável que, nos últimos 40 anos, a política ambiental brasileira foi marcada nessa ala pelo predomínio do fortalecimento dos instrumentos de comando e de controle. Nós convivemos, cada vez mais, com fiscalização, monitoramento, licenciamento ambiental, condicionantes burocráticas e punições eventuais a violações. Passa-se, dessa forma, por multas, apreensões de equipamento de pesca, restrições a equipamentos agrícolas, vedações a motosserras, punições por caça destinada à subsistência e assim por diante. Então, a política de proteção ambiental tem muitos pontos positivos – eu reconheço isso –, porque ela coíbe atividades que degradam a ecologia, mas apresenta, sim, aspectos perversos e punitivos que precisamos considerar.

O desenvolvimento social e ambiental, com efeito, tem sido uma prioridade do Estado brasileiro ao longo desses últimos Governos, ao longo desses últimos anos. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, reforça essa questão ao estabelecer que o Poder Público e o cidadão devem defender e preservar o meio ambiente a fim de mantê-lo ecologicamente equilibrado e, portanto, beneficiar gerações presentes e futuras.

Até aí, nada a reclamar. Ocorre que nem sempre o Estado brasileiro age de forma eficaz para conscientizar seus cidadãos a respeito da importância da preservação ambiental. E a situação agrava-se, Presidente Kajuru, quando analisada a conscientização dos segmentos sociais



vulneráveis, os quais têm, por um lado, mais necessidade dos serviços públicos e, por outro, menos oportunidade para acessá-los. Essa é uma questão que não pode ser ignorada.

Presidente, eu vou pular aqui um pouco para falar de um problema que para nós é sério, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Não há dúvida de que a política ambiental brasileira produziu resultados positivos – reconhecimento, já disse isso –, ao coibir atividades que degradariam o nosso patrimônio ecológico. Foi perversa, porém, ao dar frequentemente tratamento injusto ao nosso caboclo do interior, que são os guardiões das fronteiras.

O caboclo amazônida não pode matar duas cotias para comer, porque ele vai ser punido, ele vai ser multado, com multa impagável de 300 mil, de 1 milhão, coisas de país de fantasia. O caboclo da Amazônia que preserva as florestas, que preserva as fronteiras não pode derrubar uma árvore para fazer um trapiche, porque ele vai ser multado.

Então, o envolvimento dos instrumentos que punem, que advertem é eficiente, mas não é eficiente quando não reconhece que o caboclo, que o homem do interior – de Goiás também –, que o homem rural precisa de assistência, de políticas públicas que lhe deem condições para não degradar, que lhe deem condições de sobreviver daquilo que ele tem ao seu alcance.

Costuma-se criticar a legislação ambiental brasileira, como citei, por não ter chegado a conscientizar a população, por não proporcionar a devida informação sobre as suas próprias determinações. O problema, porém, eu acho que vai além: está em não proporcionar a toda essa população necessitada as condições concretas para se alimentar, para viver, enfim, sem recorrer a fontes tradicionais de subsistência. Por que eu mato uma paca? Por que eu mato uma cotia? Por que eu pesco um pirarucu a mais? Porque eu não tenho renda, não tenho trabalho, não tenho dinheiro para comprar a conserva, a carne e o peixe no mercado. Punir é fácil. Dizer que está errando, degradando todo mundo diz. Eu quero ver políticas públicas que tragam, Paim, que proporcionem a esse homem acusado de degradar condições de comer, de subsistir, de sustentar a sua família.

Dessa forma, em alguns momentos, as leis ambientais e seus operadores não se revelaram capazes. E é aí que vai a minha crítica. Não souberam separar aqueles que efetivamente destroem o meio ambiente dos que apenas retiram dos rios e florestas o seu sustento, como faz milenarmente o caboclo. O caboclo não é bandido. O bandido é outro, bandidos são outros que usam o nome, que usam – não digo desgraça, é muito forte – a infelicidade do nosso homem da floresta, que recolhem dinheiro às pencas no exterior, que vivem disso, mas que não fazem esse dinheiro chegar na outra ponta, que é essa ponta que estou falando aqui.

Devemos levar em conta, ainda, que burocracia consome recursos que poderiam ser utilizados diretamente na proteção da floresta, em atividades sustentáveis, dando dignidade ao homem. Há, sim, graves inconsistências nesse aparato burocrático criado por nossas leis ambientais. Onde foram parar os incentivos financeiros às atividades sustentáveis? É o que estou falando: no bolso do homem da floresta é que não foi, não foi.

Não podemos ser injustos ao atribuir exclusivamente à política ambiental a responsabilidade pela falta de desenvolvimento, mas temos de reconhecer que os piores índices de desenvolvimento humano do País estão na Região Norte, em especial na Amazônia. E aqui faço um parêntese e não leio, porque, se eu ler, vou falar baixo, e o que eu digo agora preciso falar alto: se a Amazônia fosse separada do Brasil, considerada um país, seria o 18º maior país do Planeta e o mais rico do mundo em recursos naturais, mas, se, ao mesmo tempo, a gente pegar, Senador, a Amazônia, que



eu separei do Brasil, que eu tornei um País, em qualquer índice de desenvolvimento – social, humano, seja lá o que for –, o Brasil ficaria em 46º lugar entre 140 países – o que é uma vergonha –, mas a Amazônia, Kajuru, ficaria em 93º lugar. Por que é que existe esse abismo entre o Brasil e a Amazônia? Por que é que o Ministro Paulo Guedes quer tratar a Amazônia como trata São Paulo e Rio de Janeiro? Somos outro Brasil.

Graças a Deus, somos brasileiros, graças a Deus, a Amazônia é brasileira, porque permite aos Governos Federais chegar ao exterior e vender a Amazônia, dizer que ela é preservada graças ao esforço federal. Mentira pura. Mentira. A Amazônia é preservada pelo homem da floresta, que sabe tirar o seu sustento, que não degrada.

Esse abismo há que ser corrigido, e não é você igualando, você falando, condenando, como o Ministro condena, qualquer subsídio. Qualquer renúncia fiscal ele abomina, ele abomina.

Na Amazônia nós temos um modelo que deu certo. Na época da borracha, na era da borracha, o Amazonas sustentou o Brasil. Quase 50% do PIB do Brasil era lá em Manaus, era lá no Amazonas. O dinheiro arrecadado, que ia para a sede do Governo, que era Rio de Janeiro, serviu para iluminar o Rio de Janeiro. A cidade maravilhosa foi iluminada com o dinheiro, com o suor, com o sangue dos seringueiros nordestinos, sim – e depois nos tornamos amazonenses, amazônidas. As campanhas de saúde daquela época, a dívida externa da época foram pagas com dinheiro dos caboclos, dinheiro dos seringueiros da Amazônia.

Aí veio a derrocada, a Malásia, levaram a nossa seringa para a Malásia, a Malásia produziu, e nós viramos um oásis. Abandonaram-nos. Fomos para o extrativismo. Tira aqui, tira uma copaíba daqui, um buriti de lá, fomos sobrevivendo, até que o Governo Federal concedeu ao Amazonas a Zona Franca de Manaus, um modelo econômico diferenciado, por isso muito criticado, que deu certo. Deu certo.

Eu costumo dizer que nos acostumou mal. O cachimbo da Zona Franca tornou nossa boca torta, e, todas as vezes em que querem acabar com a Zona Franca, é o fim do mundo. Mas isso serviu para preservar a floresta. Eu abro a boca em alto e bom tom, como Senador do Amazonas, para dizer a você que está nos ouvindo aí, nos vendo pela TV Senado: nós no Amazonas preservamos em 97% a nossa floresta. A nossa floresta é preservada em 97%. A maior floresta tropical preservada do Planeta. O mundo, o Brasil, ao invés de nos agradecer, quer nos punir quando ameaça retirar subsídios da Zona Franca de Manaus. Nós somos punidos, Senador, nós somos punidos, Presidente, Senador de Goiás, nós somos punidos por ter um modelo, Izalci, que preserva a floresta.

E a pergunta que fica: quanto o mundo pagaria para preservar uma floresta do tamanho da nossa, do tamanho da floresta do Amazonas? Quanto o mundo precisaria para repor uma floresta dessa, que nós amazonenses preservamos? Quanto se pagaria? Aí querem acabar com o modelo, o que vai nos levar para a nossa vocação, que é o extrativismo. Não permitem tocar nos minérios. "Não toquem nos minérios", não tocamos; "Não derrubem as florestas", não derrubamos; "Não inventem nada que vá ofender o meio ambiente", não fazemos.

Aí vêm as ONGs internacionais, os ISAs da vida. Vêm os Greenpeace da vida querer fazer da Amazônia, como já fizeram, um santuário. A Amazônia é um santuário. O homem da Amazônia pisa em ouro e dorme ao relento, porque o Governo Federal segue nas políticas do bom mocismo, do modismo, do politicamente correto. Correto é oferecer condições para que as famílias, para que o pai de família sustente a sua família. A Amazônia não pode ser tão intocável assim. A Amazônia hoje, só de áreas demarcadas, de áreas preservadas, essas áreas preservadas da Amazônia,



Senador, equivale a duas vezes o tamanho da Alemanha. Nós não podemos tocar, Paim, numa área que equivale a duas vezes o tamanho da Alemanha. É muito bonito para o alemão, é muito bonito para o holandês, para o inglês, para o americano, mas não é bonito para o meu conterrâneo. É feio, é vergonhoso.

Eu tracei a minha vida para um dia chegar aqui ao Senado. Lutei contra tudo. Eu matei um leão todo dia e deixei amarrado um outro para o outro dia, mas cheguei ao Senado. Deus me conduziu até aqui porque eu entreguei na mão Dele. Na minha vida, de 14 eleições, perdi dez, mas ganhei a mais importante para chegar neste momento de escrever um discurso e abandoná-lo para poder dizer o que deve ser dito.

A Forbes, a Rainha da Inglaterra, aqueles que dão dinheiro para o Greenpeace, para o ISA, para quem quer que seja, têm que saber que estão sendo enganados porque o dinheiro não chega na outra ponta, o dinheiro não chega lá onde tem que chegar. Eu frequento. Quem está falando aqui é um caboclo das barrancas do Rio Juruá, de uma cidade chamada Eirunepé, a 1,2 mil quilômetros de distância de Manaus em linha reta; se for pelo rio, 3 mil quilômetros e pouco. Lá, na Amazônia, ninguém fala em horas quando vai viajar, fala em dias – para a gente são dias.

Então, eu sou grato a Deus e ao povo da Amazônia pela oportunidade de poder aqui desabafar e dizer isso – de poder desabafar e dizer isso! Precisamos ser olhados com outro olhar, não porque somos coitadinhos. Longe de mim! Quem é de um Estado gigante como o Amazonas, quem tem a maior floresta preservada do mundo, o maior volume de água doce do mundo, o maior recurso natural do mundo, não é coitadinho – não é coitadinho! O Amazonas é gigante, e é em nome desse gigante que eu venho aqui, desta tribuna, dizer que a política que o Sr. Paulo Guedes quer espalhar pelo Brasil não serve.

Oxford e Harvard não ensinam como é a Amazônia. A Amazônia precisa ser ensinada para essa gente. A gente precisa dizer e mostrar o que é a Amazônia. Esse abismo que nos separa, esse abismo que separa a Amazônia do Brasil tem que ser corrigido.

Os índios, que são tão protegidos, querem explorar os seus recursos. Eles não toleram essa tutela. O índio não quer, o índio não precisa, o índio dispensa a tutela de estrangeiro. Os índios – e converso diariamente com eles, aqui, hoje conversei – não querem ser tutelados. O índio precisa, sim, de políticas públicas. Se demarcar terra, se reservar terra para índio resolvesse a questão – e eu não sou contra isso, eu só estou dizendo –, se resolvesse o problema, Manaus não seria a capital mundial onde moram indígenas; de 40 mil a 50 mil indígenas moram em Manaus em condições subumanas, mais de 60 etnias, com áreas demarcadas. Por que eles foram para Manaus? Porque desmarcaram, e não realizaram políticas públicas que permitissem a eles desenvolverem, conviverem e sobreviverem. Demarca-se. Pronto. É bonitinho. Está demarcado e acabou. E o índio fica abandonado. E o caboclo fica abandonado.

Meu Presidente Kajuru, Senador Izalci, eu hoje estou feliz da vida. Eu queria fazer um discurso. Fiz totalmente diferente, porque eu posso desabafar e dar o recado que eu tenho que dar. Paralelamente a isso, estou apresentando os projetos que tornam autônomo o Banco Central, projetos que vão discutir na grade transversal do ensino público a violência contra a mulher, implantar um exame básico de saúde nas escolas. Esses são projetos bons, são relevantes.

Que o Vice-Presidente da CAE possa estar discutindo. O Kajuru é nosso companheiro lá. Isso tudo é muito bom. Isso tudo é bom, porque faz com que meu mandato, Paim, se eleve ao nível do mandato dos senhores. Mas acredite em mim: o que me torna feliz, o que me faz agradecer a Deus todos os momentos é poder dizer: "Vocês que estão comandando este País não



sabem, não entendem nada do que é a Amazônia. Vocês têm que aprender com a gente o que é ser caboclo, o que é ser homem da floresta. Vocês não vão resolver o problema denunciando". Aqueles que pensam que resolvem o problema da Amazônia denunciando desmatamentos, queimadas não entendem nada. Eles precisam entender que o destino da Amazônia está ligado umbilicalmente ao destino da sua gente, ao destino de seu povo. Quando denunciam a floresta queimada, devastação e deixam o homem abandonado, estão enganando! O mundo há de saber disso. O mundo há de saber!

Senador da República do Brasil, o Brasil respeitado um dia, Paim, qualquer dia desses que viajar lá fora eu vou procurar esse pessoal para dizer: "Vocês estão enganados. Essas ONGs os enganam, mentem e vocês acham que nós somos coitadinhos. Nós não somos". Se a gente explorar apenas a reserva de nióbio da região dos Seis Lagos, no Alto Rio Negro, que detém 97% da reserva de nióbio do mundo, se nos deixassem explorar apenas 1%, eu queria ver quem é coitadinho. Se a gente pudesse explorar o ouro onde a gente pisa, se a gente pudesse explorar a ametista, a cassiterita que a gente pisa, eu queria ver quem é coitadinho.

Portanto, eu encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Valério...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senador Paim, por favor. O seu aparte sempre engrandece o discurso da gente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero cumprimentá-lo pela simplicidade, mas ao mesmo tempo de quem conhece, como a gente chama, o chão da fábrica, ou seja, o chão da Amazônia. E eu o cumprimento pelo equilíbrio. Eu sei que V. Exa. defende o meio ambiente, mas quer defender também seu povo. Meio ambiente, vamos construir o equilíbrio. E é por aí mesmo. Eu vou dar um dado que V. Exa. sabe mais do que eu. Até liguei para o gabinete para perguntar. Na Região Sul, nos últimos três anos...

(Soa a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... morreram 500 milhões de abelhas. Isso é gravíssimo, porque a abelha é um tipo de um termômetro do meio ambiente e da natureza. E por que estão morrendo 500 milhões de abelhas nesse período? Por isso que eu cumprimento V. Exa. e dou esse exemplo. É preciso construir o equilíbrio. Eu tenho certeza de que na Amazônia não aconteceu isso. É preciso construir o equilíbrio entre natureza... E, claro, o índio tem que sobreviver, o caboclo tem que sobreviver. Como eu digo em outras regiões, o quilombola tem que sobreviver, e o empreendedor tem que sobreviver.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Claro!

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E digo com a maior tranquilidade. Não é porque estou aqui com vocês. Vão querer que o empreendedor não sobreviva? Quem vai gerar o emprego?

É por isso que eu me considero um Parlamentar... Eu dialogo com todos, com empresários e com os trabalhadores. Recebi ontem aqui o comando do Sistema S: Senai, Sesc e todo esse complexo. Dialogamos muito, inclusive, sobre um projeto, e construímos, no final, um grande entendimento. Estou discutindo com o Vice-Presidente, que está na mesa, o Izalci. Estamos nos reunindo, discutindo uma questão que tem a ver com os profissionais da área dele, que prestam serviços para os empresários, que são os contabilistas, não é, Izalci?

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Exato.



O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E é um projeto interessante. Amanhã, vamos sentar ele, eu e o Governo, para encontrarmos uma saída que atenda a todos.

Mas o meu aparte é mais para cumprimentar o Senador Plínio Valério. Eu acho que esta é a questão que falta hoje no País: o equilíbrio. Não vão querer que o caboclo morra de fome, se ele tiver que pegar um peixe. Vou dar um exemplo bem chulo: não vão querer que ele pegue um peixe. Querem que ele morra de fome? E os filhos? E vale para todo o Brasil isso. Eu sou um defensor do meio ambiente, como V. Exa. também é.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Também.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas o meio ambiente para mim é tudo, inclusive o homem...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Claro!

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... inclusive as mulheres, inclusive os índios, inclusive os quilombolas, inclusive os trabalhadores rurais, inclusive os empreendedores da área do campo e também da cidade.

Meus cumprimentos a V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Paim. Como eu disse, V. Exa. só engrandece o nosso discurso.

Senador Vanderlan Cardoso, desculpe, pois no começo eu estava aqui vendo qual dos dois Senadores, porque eu não os conhecia pessoalmente pelos nomes, e, de uma forma até inteligente, olhei para ali e vi que estava acesa a luz. Então, Senador Vanderlan Cardoso, ouço V. Exa.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Plínio, foi um aprendizado, uma aula para nós aqui, eu tenho certeza, e para os que estão nos assistindo, a simplicidade com que o senhor falou e com o conhecimento que demonstrou a respeito de uma região que também conheço muito bem. O senhor tocou em vários pontos aqui que nós precisamos nesta Casa debater, como a questão dos incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus. Se nós formos observar o crescimento do nosso País, Senador, os Estados desenvolvidos do Sul, do Sudeste – e aí está o Estado do nosso Senador Paulo Paim – cresceram e se desenvolveram, e muito desse crescimento e desenvolvimento se deu graças aos Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. E aí está incluído o nosso Amazonas, Roraima. A questão do meio ambiente nessa região, tudo que o senhor falou, o que se preserva, eu conheço, falo com propriedade. O que se preserva, o que o caboclo, aquelas pessoas que ficam ali, que dependem do peixe, como o senhor falou, do pirarucu, da caça...

O mais impressionante é que cobram tanto de preservação da Amazônia e quando se desenvolve um projeto, como é o da Zona Franca, as críticas vêm. E eu acompanho essa a agonia nesses anos todos. Eu fui para Roraima na década de 80, e todas as vezes que há renovação dos incentivos da Zona Franca é um sufoco, é aquela correria.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É um deus nos acuda!

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E todos contra a Zona Franca de Manaus. Mas cobram que ali não se faça nada. Se nós formos observar Roraima, que está ao lado, verificaremos a riqueza que há em Roraima, a riqueza que há no Amazonas em minérios. Se nós fomos ali para Surucucu, Reserva Raposa Serra do Sol. Ali se



produzia o melhor arroz, Paim, juntamente com o lá do Rio Grande do Sul, em áreas irrigadas, produtivas, que abasteciam Roraima e abasteciam Manaus.

(Soa a campainha.)

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E, com a demarcação de Raposa Serra do Sol, o senhor sabe o que aconteceu: não se pode gerar emprego.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Isso.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E nós temos ali a questão dos indígenas, que não têm nem a opção de dizer "nós queremos aqui, junto com a iniciativa privada, ou por nós mesmos, explorar os nossos minérios, a cassiterita, a bauxita, o ouro, o diamante", em que é rico. Roraima, junto com Amazonas, na reserva dos ianomâmis é onde estão os maiores minérios, Paulo Paim, do nosso País.

Por isso, essas associações, Greenpeace e tudo mais estão ali. Todo mundo fica "sim, senhor", "sim, senhor", baixando a cabeça para esse povo. Não é?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Isso.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Então, de que precisamos? Roraima passa agora por uma situação tão complicada, porque é o único Estado do Brasil que ainda não está interligado pelo sistema de energia.

E, ainda, para se tirar licença ambiental – falava sobre isso aqui ontem –, Presidente Kajuru e Senador Izalci: olhem o quanto há de contradições nessas licenças no nosso País! Hoje, para se tirar uma licença ambiental para fazer uma termelétrica, dessas que consomem milhões e milhões de litros de *diesel* ou gás no nosso País, o processo é simplificado, mas, para se fazer uma PCH ou para se fazer qualquer investimento em energia alternativa, limpa, que venha a resolver um problema ambiental, pode pôr anos, e anos, e anos, que não se resolve.

Então, quero parabenizar o senhor aqui. E a preservação, o senhor pode ter certeza... Tudo o que o senhor falou... Enquanto o senhor estava falando, eu estava me lembrando do meu Rio Araguaia, no Estado de Goiás, porque, enquanto não houve ali um trabalho de esclarecimento para os ribeirinhos, para a população daquelas cidades ao redor do Rio Araguaia, dizendo que não se pode pescar na época em que o peixe está com ova... E, quando passou a haver esse trabalho de conscientização, você vai ao Rio Araguaia hoje e já vê peixes enormes, como a piraiá que tinha sumido e apareceu, porque houve um trabalho de pesque e solte ou de conscientização. Isso precisa ser feito na Amazônia e deixar dessa demagogia de dizer que não se podem explorar os minerais e minérios que estão ali, porque são muitos, para dar dignidade à população do Amazonas, à população de Roraima! Nós temos 600 mil habitantes em Roraima e quase 3 milhões de habitantes no Amazonas que passam por dificuldades em cima de uma riqueza enorme como aquela, que pode ser explorada, Senador Paulo Paim, de uma forma organizada como vemos em outros países.

Só para encerrar, é muito importante o que o senhor falou. Estive agora visitando uma indústria de reciclagem de plástico na Espanha, próxima à divisa com Portugal. O que os países que acabaram com toda riqueza deles estão fazendo agora? E isso eles estão fazendo tentando corrigir de uma maneira que eu até aplaudi.

Hoje, o plástico reciclado na Europa é 25% mais caro do que a resina normal virgem, sendo obrigado a colocar também 25% no plástico virgem da resina reciclada para melhorar a questão do



meio ambiente. Que a gente pegue isso como exemplo e faça aqui no nosso País, Senador Paulo Paim.

Parabéns mesmo!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu não o conhecia pessoalmente. Fiquei aqui olhando, porque a gente realmente que chegou agora não conhece todos. Eu fiquei aqui e pode ter certeza um entusiasta da sua fala, do que o senhor falou, do senhor mesmo, e eu perguntava aqui, perguntei a vocês: "Quem é esse Senador tão preparado, que eu não conhecia?" Perguntei para ele, perguntei para o pessoal aqui. Parabéns!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Que Deus o abençoe e lhe conceda muita graça ainda para o senhor trabalhar pelo seu Estado e pelo nosso Brasil! Parabéns!

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Obrigado pela sua solidariedade, pelo seu conhecimento, pelo apoio. Muito obrigado mesmo. Eu me sinto cada vez mais em casa aqui.

Para encerrar, Presidente Kajuru, peço só mais um minuto, um minuto e meio.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Estou pedindo depois um aparte também a V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Por favor, Izalci.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Primeiro, Senador, tive oportunidade já de mencionar V. Exa. em alguns pronunciamentos, exatamente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Obrigado. Obrigado.

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... eu, que tive o privilégio também, com muita dificuldade, de trabalhar muito no Amazonas, em Rondônia, nos anos 80. E a gente conhece um pouco a região e as dificuldades, principalmente da comunidade, de acesso, a dificuldade das pessoas para conviverem e morarem naquela região, com tanta dificuldade. Eu, quando fui a Rondônia, fiz auditoria, Senador Vanderlan, chamava "Aritremes".

(Soa a campainha.)

O Sr. Izalci Lucas (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Era Ariquemes, mas a gente chamava de "Aritremes", porque a malária era geral. Dificilmente se achava alguém que tivesse visitado Rondônia e não tivesse tido malária, que não tivesse pegado malária.

Mas é muito importante a gente conhecer o mundo real, e quem conhece o mundo real é quem está lá na ponta. Você conhecer as situações pela imprensa, pelo jornal, pelos livros, é uma coisa, agora, viver o mundo real é diferente. Por isso que o discurso de V. Exa... Você fala com o coração mesmo porque conhece, convive com o problema, vive o problema, e é o que a gente precisa adotar muito aqui, nesta Casa. A gente não pode ir muito na...



Porque há muitos projetos. Ontem mesmo, Senador Vanderlan, iria ser votado um projeto maravilhoso aqui. É óbvio que a ideia era maravilhosa, tudo maravilhoso, agora, o mundo real é diferente. Às vezes se inviabiliza a implantação em função do conhecimento de causa do assunto.

Então, quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento. O Senador Vanderlan acabou de falar aqui da dificuldade também em Roraima com relação à energia, que está dependendo da Venezuela, que está há dias e dias sem energia, e Roraima não tem porque não tem a licença ambiental.

Nós temos aqui, na Capital da República, a BR-080, que já tem asfalto. Para duplicar, faz 10 anos que eu, particularmente, estou tentando viabilizar a licença... Já colocamos recurso, inclusive de orçamento, e não foi liberada a licença ambiental, para a duplicação de um asfalto que já existe. Esta semana mesmo morreram cinco num acidente. Praticamente toda semana tem acidente nessa pista, que liga Taguatinga a Brazlândia, aqui, na Capital da República. Então, nós precisamos... E a minuta de uma medida provisória chegou a ser preparada para ser encaminhada para cá para dispensar determinadas licenças como essa, e você tem a faixa de domínio para duplicar. Não precisa dessa burocracia, e até hoje a gente não conseguiu. Não veio a medida provisória, o projeto que estava tramitando na Câmara não passou, houve divergência e a gente acabou não conseguindo.

Portanto, parabéns V. Exa. pelo pronunciamento, e precisamos conhecer um pouco mais a Amazônia. As pessoas precisam entender um pouco mais, inclusive o Governo, sobre... Por isso a importância do Senador e dos Parlamentares, que representam realmente a população e que conhecem a fundo. Por isso que, quando você fala em emendas, há aqui um tabu, toda hora está na imprensa: "Ah, o Governo vai liberar não sei quantos milhões de emenda". Como se a emenda fosse do Deputado, como se fosse para o Deputado. Nós precisamos prestigiar os Deputados nas suas emendas, porque eles é que conhecem a realidade do seu Município, da sua região. Então, espero e agradeço a contribuição de V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu que agradeço, Izalci. Nós nos tornamos amigos. Você tem me apoiado muito, aqui, e já nos tornamos amigos.

Presidente, peço só uns dois minutos para eu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Permitido.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O amazonense que está vendo agora, o amazônida, deve estar dizendo: "Ele não vai falar também da BR-319?" Vou. Já, já.

Só queria dizer ao Vanderlan, que, realmente, essa dificuldade maluca... É por isso que eu falava, no começo, que esse é o equilíbrio... Os instrumentos de punição funcionam, é uma beleza, mas, o que libera, então, é essa questão.

Quando o Presidente Bolsonaro fala em flexibilizar essa questão ambiental, eu acho legal. Flexibilizar é uma coisa. Espero que ele faça isso.

Olhe só o exemplo, meu amigo do Amapá que está chegando agora e sabe do que estou falando. Olhe agora, Alvaro, só para dizer-lhe uma coisinha aqui. A BR-319, que não sei... Já foi asfaltada, já funcionou há 40 anos, mas não sei por causa desse viés ideológico. Ela é a redenção econômica, é isso e aquilo para nós. Mas me pego numa coisa só: no direito de ir e vir. O manauara, o amazonense não tem o direito de sair da sua terra, de sair do seu Estado, por via



terrestre. Esse direito, Alvaro, que você tem no Paraná, que o Humberto tem em Pernambuco, eu não tenho no Amazonas. Não tenho o direito de ir e vir, eu não saio por terra; só saio pelo ar. Então, o que vim cobrar aqui no Senado é o direito de ir e vir, a dignidade de ser cidadão. Então, a 319, a gente vai tratar disso. Pessoal da Amazônia fique tranquilo, nós vamos tratar disso sim.

A questão da Zona Franca de Manaus. A Receita Federal arrecada – e vamos pegar 2017 que é o que se tem de mais concreto – 13 bilhões e alguma coisa, que vêm para a União. Aí voltam como recursos, daqueles obrigatórios, 3 bilhões só. São 3 bilhões só, Vanderlan. Ou seja, o Amazonas exporta receita líquida. Nós deixamos no cofre da União, a Zona Franca, 10 bilhões por ano. Nós somos um apêndice, nós causamos problemas.

Já dou um aparte, amigo.

A renúncia fiscal – a que Paulo Guedes é contra – para os Estados que compõem a Amazônia, para o Amapá, para Rondônia, para o Acre, para Roraima e para o Amazonas, equivale a 24 bilhões, num total de 280. São cinco Estados para preservar a floresta. São cinco Estados para preservar a floresta. E quando essa renúncia fiscal, meu amigo Alvaro, quando ela acontece, para a Zona Franca de Manaus, é para a produção; não é para especulação. O Brasil tem de entender que a renúncia fiscal só funciona na Zona Franca quando o produto sai para ser vendido. Se não se produz, não há renúncia. A renúncia do IPI, do ISS, do II, só sai quando eu produzo a televisão, quando eu produzo o aparelho. Aí ela começa a renúncia quando eu emito a primeira nota fiscal. É para a produção, é para a produção.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Então, eu estou a postos, eu estou pronto. E aqui vou falar em seguida – para ninguém contar a minha voz – que estou pronto para o toma lá, dá cá, sim, com o Governo Federal. Se eles garantirem juridicamente a Zona Franca é o que tomo, e o que dou é o meu voto. Isso eu faço, e faço em nome do Amazonas.

Ouçó o meu amigo do Amapá, com o maior prazer.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Meu amigo Senador, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que essa questão amazônica é muito complexa, mas que no Amapá nós temos os mesmos problemas.

Só que lá é diferente. Lá no Amapá, criaram uma Zona de Livre Comércio, ou seja, criaram um corredor de exportação, de importação, perdão, e criamos uma Zona Franca Verde. Aqui no Senado foi criada uma Zona Franca Verde e...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... essa Zona Franca Verde, Senador Kajuru, permite que nós façamos a industrialização de todos os produtos naturais do Estado do Amapá, menos o mineral, menos os minérios, que são a nossa maior potencialidade. E nós não podemos importar de todos os Estados amazônicos essa matéria-prima; só podemos do Amazonas, Roraima, Rondônia. Do Pará, que está do lado, não podemos, ainda colocaram esse bloqueio.

Lá no Amapá e no Pará tem a Renca. Eu estive com o Presidente Bolsonaro antontem conversando sobre isso. De acordo com o Instituto Hudson, que é o centro de estudos que assessora o Pentágono, existe na Renca, no subsolo da Renca, na maior província mineral do País e quiçá do mundo, que é uma província, US\$1,7 trilhões em minerais...

(Soa a campanha.)



O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... e isso, Senador Kajuru, em valores não atualizados. Os senhores imaginem que isso são dados lá da década de 70, quando criaram a Renca. Imaginem hoje, com a nanotecnologia que está aqui no celular, que está na mão, que está nos computadores, quanto pode valer isso hoje, fora o patrimônio florestal, que é um patrimônio renovável!

Criaram no Amapá uma Flona, uma Floresta Nacional, para que nós pudéssemos fazer o manejo sustentável, porque, se cortou uma árvore, plantam duas, três, quatro. Você renova a floresta. O Canadá, o ecológico Canadá, por dez vezes já renovou sua floresta. Lá no Amapá nós temos 97% de nossas florestas primárias preservadas. Só que a União foi lá e decretou que 70% de todas as áreas do nosso Estado seriam reservas, sem ouvir nenhum amapaense. Criaram um parque lá, o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, com 3,8 milhões hectares. Hoje o Ministério Público entrou com uma ação para dizer que a criação da Renca por decreto não poderia. Ora, então vamos revogar também a criação do parque, porque também foi por decreto. Tudo lá foi por decreto.

E lá é como no Amazonas, de que o senhor fala: o nosso Estado é o Estado mais rico do Planeta, mas o nosso povo, o meu povo do Amapá está na pobreza contemplando a natureza. Nós somos o Estado mais preservado do mundo e fomos levados a crer que, por ter esse ativo ambiental, os outros países e os Estados ricos que se desenvolveram iriam nos compensar. Eu até falei dessa tribuna que foi o maior *fake* ecoplanetário contra um Estado brasileiro.

Então, lá tem povo, lá tem gente, lá tem natureza, é claro, tem a essência da natureza, mas tem cultura, que é povo. Lá vive gente e são pessoas que lutaram para ser brasileiros, porque os amaparinos morreram defendendo o nosso território lá.

Então, é dessa compensação que eu falei para o Presidente Bolsonaro. Eu estou disposto a ajudar o Governo em tudo que for possível, mas lá tem uma BR-156... Agora nós tivemos uma reunião da Comissão de Infraestrutura, aí o Ministro Tarcísio nem me dava atenção, eu tive que pedir a ele atenção. E lá no mapa, lá estava o mapa do Brasil, das grandes obras, o Amapá fora...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O Amazonas também.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Aí, eu disse: Ministro... E eu com um documento aqui que ele assinou que a BR-156, em três anos, Senador Alvaro, é a obra inacabada mais antiga do Planeta Terra, tem 78 anos e não se termina a BR-156. E é onde começa a Nação brasileira.

Então, eu estou disposto e me solidarizo com V. Exa. para que juntos possamos apoiar o Amazonas, o Amapá, nos solidarizamos e assim apoiarmos também o Brasil. Mas o Brasil, os outros Estados não podem olhar para o Amazonas, para o Amapá... Para o Amapá, leram Joon Chang, ou seja, *Chutando a Escada*. Todos os Estados se desenvolveram, todos; quando foi na hora do Amapá, chuta a escada. Lá não pode nada? Pode, tem que poder. A Renca, só se pode explorar 23% dela, e a parte sul tem ouro para explorar lá por mil anos, fora os outros minerais.

Nós temos lá agora uma empresa, a Total, querendo pesquisar o petróleo na Foz do Amazonas. Imaginem os senhores: a Foz do Amazonas tem 300km de extensão. Ali está um dos maiores depósitos, eu poderia dizer, de hidrocarbonetos, que foi o acúmulo de matéria orgânica nesses 400 milhões de anos que têm as nossas terras do Amapá. Então, os senhores imaginem que existe ali uma plataforma que vai até o Orinoco, que é na Venezuela, que tem petróleo e gás. E nós temos a certeza, pelas pesquisas que temos, de que lá é o que eles chamam de grande prêmio, a maior reserva de gás e quiçá de petróleo do mundo. Mas ninguém quer deixar explorar.



Nós vamos fazer um debate agora em que eu vou chamar Greenpeace, os generais, os pesquisadores, para que a gente possa fazer esse debate, porque, se houver exploração de petróleo, nós vamos ter 1% do faturamento bruto disso para a ciência e tecnologia, para a formação tecnológica, para os nossos jovens. Lá nós temos 63 mil jovens na categoria nem-nem, nem estuda nem trabalha.

E nós somos um Estado isolado, como uma ilha, Senador. Lá é uma ilha. Também só se sai de lá de avião ou de barco. Estamos a 300km de Belém. Então, nós precisamos também desse desenvolvimento e os outros Estados amazônidas também. De acordo com Instituto Hudson, existem U\$14 trilhões em reservas minerais e vegetais só na Amazônia.

Então, essa é a grande riqueza que todo mundo quer ter, quer guardar para o futuro, mas essa riqueza é do Brasil, é do Amapá, é do Amazonas, são dos Estados amazônidas. Então, eu me solidarizo com V. Exa...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... estamos juntos nessa luta para que os nossos Estados sejam vistos pelo Governo Federal e para que nós tenhamos também esse apoio. E aqui retribuiremos, claro, com o nosso apoio, porque fomos eleitos para isso, para trabalhar pelo desenvolvimento dos nossos Estados.

Obrigado.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senador Lucas Barreto, do Amapá, meu companheiro de infortúnio e de ideais, a gente está aqui para isso.

Encerro, Presidente, dizendo: aqueles que pensam que defendem a Amazônia denunciando não entenderam, não enxergaram que não podem continuar fazendo isso se não perceberem que não defender o homem amazônida, condenando o homem amazônida, não adianta defender: amazônida e povo da floresta ligados umbilicalmente. Quem não compreende isso, Presidente, ou engana ou está sendo enganado.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, companheiros que apartearam.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Plínio Valério, o Estado do Amazonas reconhece o amor admirável que V. Sa. tem para com o Estado, para com o povo. E eu dizia ao Senador Vanderlan quando ele me perguntou de V. Exa., eu falei: amigo Vanderlan, é admirável o preparo dele quando fala de meio ambiente. Pode esperar: quando ele fala de meio ambiente, é um aprendizado, como o Senador Vanderlan observou.

Eu entrei com um projeto ontem e tenho certeza de que todos aqui vão apreciá-lo, especialmente o Senador Plínio, em relação à biodiversidade, em relação ao bioma do Cerrado com Amazônia, à vegetação nativa. É um projeto muito importante, porque um Senador tem que se preocupar com o meio ambiente. É fundamental. O tripé é educação, saúde e meio ambiente; o resto vai.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento. E é bom lembrar rapidamente, foi o Senador Izalci que me contou, eu não sabia: o Senador Plínio Arruda, Senadores Alvaro, Humberto e Vanderlan, vai para Manaus – numa quinta-feira está aqui –, vai para Manaus, que é uma viagem longa e, chegando lá, ele tem que gastar 1,2 mil quilômetros para chegar ao Município dele.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Três dias se for de avião...

Seguindo essa seleção hoje de depoimentos, de pronunciamentos, de pontos importantes, desde a educação ao meio ambiente, enfim, ao respeito...

Registro aqui a chegada do nobre Senador Marcos do Val, do Espírito Santo. Quer fazer um aparte ou vai falar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Como orador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, eu já vou colocar o seu nome aqui. Perfeito? Com o maior prazer.

Então, agora, seguindo essa seleção de joias raras de depoimentos, esse exemplo do Distrito Federal, esse guerreiro, Senador Izalci Lucas, pela ordem aqui. Posteriormente, cumpriremos o Regimento Interno da Casa, com o Senador Alvaro Dias, com o Senador Humberto Costa e com o Senador Marcos do Val.

Com a palavra, com prazer, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, antes de entrar nos assuntos que eu tinha programado falar hoje, como o nosso Senador Paim mencionou a questão do projeto dos contadores, eu quero inclusive aproveitar esta oportunidade já para tornar pública essa questão. V. Exa. sabe que os contadores são os maiores servidores ou empregados do Governo, até porque os contadores fornecem todas as informações e, a cada dia, se adicionam mais obrigações acessórias, implantando inclusive o eSocial, que é importante para o País, informatizando... Hoje o governo não precisa nem de fiscal mais, as informações já são suficientes para a análise de qualquer situação na área fiscal e tributária. Então, os contadores são hoje empregados voluntários do Governo. E, infelizmente, os governos não têm reconhecido isso, inclusive penalizando os contadores, muitas vezes, por ações que não competem muito a eles.

Mas eu vou falar especificamente do projeto que estava na relatoria já há algum tempo com o nosso Senador Paim. Eu fiz um apelo a ele, até porque participei do debate na Câmara, e nós o aprovamos na Câmara, que é uma remissão de multas atribuídas aos contadores, de uma informação que foi criada, se não me engano, em 1999, GFIP, que são informações para o Governo, obrigações acessórias. Inclusive no manual, quando implantado, dizia-se que não haveria multa – no próprio manual –, mas os contadores foram surpreendidos agora, recentemente, com multas atribuídas e multas imensas: R\$500 para cada obrigação acessória, em que, muitas vezes, há diversas informações. E, para cada informação, há uma multa. Há escritórios hoje com multas de R\$1 milhão, R\$2 milhões, R\$3 milhões, e os contadores não têm nem como cobrar das empresas, até porque muitos escritórios assumiram ou compraram os escritórios bem depois ou as empresas já foram fechadas, mas caiu nas costas do contador essa multa. Eles estão desesperados. Nós temos casos de suicídio já no Brasil – isso vale para o Brasil todo – de contadores que estão desesperados, escritórios com multas de R\$300 mil, R\$1 milhão, R\$2 milhões e tal. Então, foi apresentado e aprovado na Câmara.



Antigamente, nós tínhamos o Secretário da Receita, o Rachid – eu conheço o Rachid há muitos anos – eu só me lembro de uma palavra que ele falava sempre: "Não!". Tudo era não! Então, nós chegamos a um acordo e aprovamos na Câmara a remissão desses débitos. O projeto estava sob a relatoria do Senador Paim e ontem estava previsto, estava na pauta. O Governo, então, pediu para que se retirasse, para a gente discutir essa questão aqui no Senado, que não havia sido discutida com este Governo.

Então, amanhã de manhã nós vamos fazer a reunião no Plenário. Em seguida, vamos conversar com o Governo, com os contadores e com o Relator, que é o Senador Paim, sobre esse assunto, que é um assunto preocupante e importante. Não há previsão orçamentária, não há prejuízo nenhum, até porque isso é multa. Ninguém previu multa disso, até porque o próprio manual dizia que não haveria. Então, é um assunto importante. Eu recebo diariamente centenas de mensagens solicitando empenho nessa matéria. Como há muitas matérias, se a gente não se debruçar, elas ficam aqui por anos e anos, e as pessoas ficam, como se diz, lá na ponta. É preciso conhecer o que está acontecendo na ponta. Não dá para ficar exigindo esse trabalho dos contadores, que é voluntário, porque nenhum contador recebe nada do Governo, que exige muitas informações e depois trata o contador como se fosse alguém que prejudicou o Governo, embora seja o contrário, pois sempre ajudou muito. Precisamos ter um respeito a essa categoria.

Eu sou contador. Assim como o Plínio acabou de dizer – ele que é do Amazonas –, ele conhece o Amazonas. Eu sou contador e conheço o problema dos contadores, o problema das empresas. Eu, na minha atividade, sempre tive muito cuidado para exigir que as empresas fizessem tudo corretamente. Depois que cheguei à Câmara Federal e agora ao Senado, conhecendo um pouco mais a área pública é que a gente fica estarecido, decepcionado com o que fazem com os nossos recursos, que são recolhidos com muito sacrifício. É por isso que eu digo também: todos deveriam ser empresários para ver o quanto é difícil pagar o salário no quinto dia útil, o quanto é difícil pagar os impostos no vencimento. O discurso é bonito, mas a prática é diferente. Então, a gente tem que ter respeito.

Eu espero que a gente consiga convencer o Governo e, ao mesmo tempo, aprovar na Comissão de Assuntos Sociais e posteriormente na CCJ esse projeto da remissão dessas multas. Agora, eles estão sendo surpreendidos com as de 2009! Os caras vão autuando essas coisas como se isso aí fosse fundamental para o Governo, e não é. Até porque agora é que se está implantando o eSocial, que está dando muito trabalho. Realmente é importante também fazer isso, mas não podemos sacrificar os contadores.

Outro assunto, Sr. Presidente. Eu tive o privilégio de participar esta semana, na segunda e terça-feira, do evento promovido aqui no Interlegis. Dia 12 foi o Dia do Bibliotecário, e nós então participamos desse evento, uma promoção e participação da Biblioteca do Senado, da Câmara, da Federação Internacional, do IBICT também, que é um instituto importante. A Cecília Leite é a Presidente o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Então, uma homenagem aos bibliotecários que sofrem também por falta de apoio. As bibliotecas públicas, em especial nas escolas, praticamente não funcionam mais, não há profissionais. Colocam lá muitas vezes pessoas que não têm qualificação para essas bibliotecas, quando estão abertas. Então, a gente precisa valorizar isso. A leitura é importante para a educação. Então, eu participei desse evento e quero registrar aqui a minha admiração por esses profissionais, registrar as dificuldades que eles enfrentam. O nosso desafio aqui no Senado é promover, incentivar cada vez mais a leitura e o livro. A gente tem que voltar a fazer como na minha época, em que havia as poesias, em que você



dava para a criança um livro de presente e incentivava a leitura. Isso é importante para a educação. Então, eu precisava registrar esse evento.

Da mesma forma, ontem, na Comissão de Desenvolvimento Regional, que tenho o privilégio de presidir, nós debatemos exatamente o que foi dito aqui, ou seja, o grande desafio que nós temos hoje é o desenvolvimento regional. Nós precisamos conhecer... E o Senador Plínio disse muito bem aqui a situação do Amazonas, o Senador Lucas, do Amapá. Nós precisamos desenvolver a economia, a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, gerar emprego, mas conhecendo a vocação de cada área, de cada Município, de cada região.

Hoje de manhã, eu me reuni com os representantes do CGE, que são hoje os especialistas que fazem os planejamentos estratégicos, que têm um conhecimento vasto, que prestam serviços para o Ministério da Ciência e Tecnologia e para o Ministério da Educação. E agora, com a junção do Ministério das Cidades com o da Integração Social foi gerado o Ministério do Desenvolvimento Regional. Nós tivemos oportunidade semana passada de ouvir o Ministro e ontem ouvimos o Presidente da Sudeco, o representante do Banco do Brasil, que trabalha com o Fundo do Centro-Oeste. Na quarta-feira, nós temos Sudam, também o Basa e Suframa. Na outra semana, Sudene, o Banco do Nordeste e também a Codevasf, exatamente para conhecer e fazer um projeto regional. O grande desafio nosso é gerar emprego, gerar renda, apoiar os jovens, as *startups*, as empresas juniores, aproveitar todo o conhecimento científico que nós temos. As universidades brasileiras têm uma produção imensa de conhecimento que está no papel, está nos artigos.

V. Exa., Senador, que é o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, sabe que nós somos o 13º país em artigos científicos. Então, há muito conhecimento. Agora, qual é o nosso desafio em desenvolvimento regional? Transformar esse conhecimento numa política de pesquisa aplicada. Tem que transformar isso e resolver os problemas do Brasil, resolver realmente introduzir inovação e tecnologia para gerar condições e desenvolvimento.

Portanto, nós discutimos isso aqui hoje de manhã e ontem na Comissão. Nós precisamos, em cada região, implantar realmente um projeto de desenvolvimento que possa atender as necessidades. Temos hoje quatro pilotos, com mais uma implantação em andamento, que é do Triângulo também, Uberlândia. Hoje nós temos em Campina Grande um projeto de desenvolvimento que já está produzindo resultado; em Itapeva, São Paulo; em Caxias, no Rio Grande do Sul; e também no Distrito Federal. São projetos simples, projetos baratos que representam muito pouco em termos de investimento, mas que precisam ser incentivados.

Nós então hoje decidimos fazer um grande seminário. Fizemos no ano passado na Câmara, mas, como mudou o Governo e praticamente houve uma renovação imensa no Parlamento, nós queremos fazer um grande seminário, chamando aqui todos os atores: as universidades; os institutos de pesquisa; os agentes financiadores, que são as Fundações de Amparo à Pesquisa; a Finep; o BNDES; da mesma forma, os ministérios envolvidos, da Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Regional.

Ciência e tecnologia é fundamental. Estivemos com o Ministro Marcos Pontes, falando realmente, criando uma Subsecretaria de Inovação, de Inovações Aplicadas, de Tecnologias Aplicadas. Isso é fundamental para o País.

Agora, é necessário financiamento, é necessário esclarecimento. Nossa legislação foi bastante alterada, mas são ainda muito pouco conhecidas as alterações que fizemos aqui do Marco Regulatório de Ciência, Tecnologia e Inovação. As Fundações de Amparo, por lei, são obrigadas a investir "x" por cento da receita corrente em ciência e tecnologia. Aqui no DF, chega quase a 2%



da receita. É uma grana significativa, mas é preciso ter foco, é preciso ter projeto e, evidentemente, otimizar os recursos. Nós não podemos ficar gastando dinheiro de qualquer jeito.

Por isso, é importante termos um projeto de Nação, um projeto de desenvolvimento nacional, especificando evidentemente cada região de acordo com as suas características, de acordo com a sua vocação, e fazer com que esses institutos, como Finep, BNDES e as próprias Fundações de Amparo possam financiar esses projetos. Nós temos problemas imensos no Brasil em cada Município.

Então, agora, por exemplo, já devem lançar os editais de apoio à pesquisa, e a gente tem de compatibilizar isso. Não dá para ficarmos investindo recursos – Já é difícil haver recursos para essa área – e lançando pesquisa espontânea que muitas vezes ficam apenas nos computadores, nos artigos, nas revistas, e não se transformam em geração de emprego e renda.

Então, para vocês terem ideia, ontem, no orçamento para 2019 do FCO, Senador Vanderlan, que interessa muito ao Centro-Oeste, está previsto um investimento de R\$11 bilhões só do FCO, do Centro-Oeste. É evidente que envolve aí Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Muitas vezes – essa é a discussão que eu tive ontem –, o Banco do Brasil, que é o nosso gestor, porque nós não temos aqui, como o Basa, como o Banco do Nordeste... Nós temos aqui até o BRB, do DF, e uma das ideias era transformá-lo até num banco de desenvolvimento do Centro-Oeste, tendo em vista que Goiás e Mato Grosso não têm banco estadual. Mas eu critiquei muito essa questão do banco ontem porque o risco está todo com o banco, mas o banco dá uma característica a esse financiamento de agente financeiro. Como o risco é dele, ele trata, então, todos os projetos no foco de não ter risco nenhum, diferentemente da proposta do fundo constitucional, que é exatamente para o desenvolvimento regional.

Então, o financiamento do FCO e também da Sudam e da Sudene, esses projetos têm um foco no social também, porque hoje o que acontece é que os pequenos empresários, os jovens que estão entrando com as suas *startups* não têm acesso a isso, porque as garantias que o banco exige são tamanhas... E, no foco dele, ele está correto, porque, se não pagar, ele tem que pagar, ele tem que devolver o dinheiro – o banco. Mas o projeto não foi criado para isso, para agente financeiro apenas. O foco principal é incentivar o desenvolvimento da região. Então, nós temos que pegar os projetos de interesse do Centro-Oeste e usar esses recursos para isso, e não para aquela empresa ou para aquele empreendimento que tem viabilidade financeira de pagamento. Isso não interessa... Interessa também, mas não é o foco principal dos fundos setoriais. Nós temos que dar realmente o foco no sentido de justiça social, evidentemente, sempre olhando a questão da rentabilidade, porque você também não pode financiar por financiar. Por isso a importância de definirmos os projetos. O que falta no País são projetos. Muitas vezes há recurso, mas não há projeto. E, quando há projeto, muitas vezes não está integrado, não há integração nenhuma. Então, a gente precisa ter isso.

Eu quero até anunciar que hoje, pela manhã, Senador Kajuru e Senador Vanderlan, eu aceitei o convite para ser Vice-Líder do Governo. E, com certeza, a partir da semana que vem, nós teremos condições de fazer um debate maior e melhor nesta Casa. Acho que o Governo ainda não divulgou, publicizou as suas propostas. O Parlamento ainda desconhece um pouco as ações, as propostas do Governo. Por isso que cabe a nós aqui, na Liderança... O Líder, na prática, é um despachante, um interlocutor, um facilitador com relação aos Parlamentares. Então, eu acredito que, a partir da semana que vem, nós teremos condições de talvez divulgar um pouco mais as propostas, porque, pelo que eu vi até agora, realmente há muita coisa boa para acontecer. O



interesse realmente é melhorar o País, e eu, mesmo sendo do PSDB... O PSDB sempre defendeu as reformas. Nós precisamos... Não é a reforma da previdência que vai resolver o problema do Brasil. Sem ela, é inevitável. Mas nós temos que ter a reforma do Estado, a reforma tributária, o pacto federativo, que também o Senado vai... Eu sei porque o Presidente já divulgou aqui: nós vamos trabalhar e nos dedicar muito a essa questão do pacto federativo.

Então, é só comunicar isto. Por isso que eu gostaria muito... O Senador Paim disse muito bem aqui que divergência é normal, a gente tem que tratar respeitosamente, mas, como V. Exa., Senador Kajuru, a cada dia – e V. Exa. participa todos os dias da sessão – traz as suas, e eu disse aqui... É importante a gente criticar ou elogiar alguma coisa, mas uma coisa pontual, detalhando, para não ficar subjetivo, e a gente poder debater de uma forma clara, porque a população precisa entender.

Então, sobre a previdência, não tenham dúvida: eu estarei aqui, a partir da semana que vem, detalhando ponto a ponto aquilo em que acredito, aquilo que o Governo defende e o que é melhor. Porque também ninguém vai aqui impor ou tentar aprovar aquilo que veio. Não. Nós estamos aqui exatamente para aperfeiçoar. Sei que se não a unanimidade, mas todos com quem conversei até hoje querem o melhor para o País. E esta é minha missão: acima da questão partidária, acima dos interesses pessoais, o que importa para mim é melhorar o País. Eu quero deixar para o Brasil uma situação melhor do que a que recebi, quero deixar para os meus netos um País melhor do que o que recebi.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nós é que agradecemos ao Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal, sempre preocupado com pontos factuais e pontuais.

O Senador Vanderlan Cardoso lhe pediu, Senador Lucas, Senador Izalci, um aparte.

Por fineza, o companheiro de Goiás Vanderlan Cardoso.

O Sr. Vanderlan Cardoso (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Izalci, em primeiro lugar quero parabenizá-lo. Hoje o Senador Chico Rodrigues já me passou logo de manhã, já estava publicado. É uma satisfação enorme tê-lo como Vice-Líder do Governo aqui no Senado.

Só queria aqui destacar, com relação ao FCO, sobre a nossa região. O senhor falou com muita propriedade, mas muita mesmo. Os recursos do FCO e outros recursos vão, através de juros mais em conta, fomentar o crescimento e o desenvolvimento das nossas regiões – Brasília, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso; Tocantins está fora porque agora é Norte. Só que nós precisamos, realmente – e o senhor falou com muita precisão – direcionar melhor esses recursos. Em tempos passados o que a gente via? Por exemplo, se vão para Goiás R\$800 milhões destinados pelo FCO, R\$700, R\$700 e poucos milhões, vão para duas ou três empresas. Não sou contra a liberação para empresas, para megaempresas; tem que haver também. Mas ali vão R\$50 milhões, R\$60 milhões, para os que eu chamo de mortais. Eu até me incluo nisso, e também as nossas empresas, pois é uma dificuldade enorme você ver aprovada alguma coisa. Depois que aprovam, para arrancar, para tirar, é tanta burocracia! Sobre esses recursos eu falava hoje com o Superintendente da Sudeco, o Sr. Marcos, se não me engano. Com muita propriedade, disse a ele: "Nós temos que começar agora a ver, a discutir melhor com a classe política e também com as federações, Fecomércio, Fieg e assim por diante, no caso das federações, a melhor distribuição



desses recursos. O senhor foi com precisão cirúrgica e tocou num assunto sobre o qual fui hoje conversar na Sudeco. Então, nós precisamos destinar os recursos para o pequeno, para o médio, para o grande também – porque o pequeno e o médio, o senhor sabe, são os que geram emprego, geram renda também –, as cooperativas, porque ali vai se pegar a agricultura familiar, vai pegar tanta coisa, os produtores de leite... Então, nós temos que ver melhor, como senhor falou aí.

Vamos olhar isso aí com zelo, com carinho. Estou vendo agora uma união, um olhar diferente com relação a esses recursos, que são vultosos. Com R\$11 bilhões e pouco para a nossa região dá para gerar muitos empregos e renda.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bem, eu pediria a compreensão de V. Exas. a partir de agora para que sejamos um pouco mais objetivos, porque temos um horário marcado às 15h, ou seja, daqui a pouco, para uma sessão especial aqui, neste Senado, destinada a celebrar o Dia do Imigrante Italiano, solicitada pelo Senador mineiro Antonio Anastasia.

Mas vamos continuar aqui, pelo Regimento Interno do Senado, com a ordem de inscrição.

Já chegou, inclusive, o nosso orgulho de Minas, Senador Antonio Anastasia, esse símbolo desta Casa.

E, agora, por falar em símbolo, o Senador mais conhecido como Alvaro todos os Dias.

Senador Alvaro Dias, do Podemos, do Paraná, com a palavra para usar a tribuna, com prazer, e já o cumprimento pelo projeto de lei sobre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) se transformar em patrimônio cultural e prestar contas de tudo que ela faz. Que projeto lindo, que eu já quero abraçar com V. Exa.

Fique à vontade.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discursar.) – Senador Kajuru, muito obrigado.

Certamente, vamos travar aqui um bom debate sobre o futebol como patrimônio cultural do povo brasileiro e como uma atividade essencialmente econômica, geradora de emprego, de renda, de receita pública, promotora, portanto, do desenvolvimento econômico do País.

Mas hoje eu peço permissão a V. Exa. para fazer um pronunciamento escrito. Não gosto muito de ler discurso, mas, em razão da complexidade do tema, especialmente a complexidade jurídica do tema, eu prefiro fazer a leitura do discurso, sem prejuízo do drama. As preciosidades jurídicas, as especialidades jurídicas não podem esconder o drama que seres humanos vivem muitas vezes em razão da injustiça contra eles praticada.

E, antes de iniciar o pronunciamento, eu quero manifestar a minha inteira solidariedade a um grande amigo no Paraná e, mais do que solidariedade, a minha admiração pela luta que ele trava em defesa da sua pequena e querida neta. Eu me refiro ao Ricardo MacDonald Ghisi, que trava uma batalha para ter o direito de ter a sua neta vivendo no Brasil.

Mas eu vou fazer a leitura desse pronunciamento e certamente todos entenderão melhor o drama que vive esta família do Paraná.

Eu vou falar sobre algo importante: o Brasil precisa melhorar os critérios para a aplicação da Convenção de Haia, de 1980, sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças.

O desentendimento entre pai e mãe de nacionalidades diferentes que se separam e disputam a permanência dos filhos ao lado de cada um em países distintos constitui um fenômeno complexo e em progressiva ampliação. Nesses casos, o entendimento é, em geral, mais difícil, visto que o



deslocamento dispendioso prejudica a construção de uma agenda de visitas e a guarda compartilhada nem sempre é viável. Esses casos se multiplicam diante do grande intercâmbio de pessoas no mercado de trabalho e no meio acadêmico, bem como da grande geração de movimentos migratórios internacionais pelos mais variáveis motivos, o que proporciona o aumento da formação de casais de diferentes nacionalidades.

Esse fenômeno de enorme complexidade jurídica, onde em regra estão envolvidas duas jurisdições, vem sendo objeto de acordos internacionais. Um deles é a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, concluída na cidade de Haia, em 25 de outubro de 1980, da qual o Brasil é signatário. Essa convenção deve ser aplicada quando a transferência ou a retenção de uma criança for considerada ilícita. Como Estado contratante, o Brasil indicou a Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf), que funciona no Ministério da Justiça e atua em conjunto com a Advocacia-Geral da União (AGU), visando implementar os procedimentos da convenção.

Um ponto fundamental a que a Acaf e a AGU precisam estar atentas diz respeito à adequada caracterização da ilegalidade da transferência ou da retenção da criança quando da análise de um caso concreto. Essa caracterização é questão primordial para que se tenha condições jurídicas e, portanto, legitimidade para aplicação do texto da convenção. Não estando a ilegalidade demonstrada de forma cristalina, deve-se atuar no sentido de facilitar uma solução amigável.

Feitas essas considerações, reitero o registro de um drama que continua sendo vivenciado por uma família paranaense. A psicóloga e professora universitária Valéria Ghisi Silveira se viu obrigada a acompanhar sua filha, a menina Naomi, que foi retirada do território brasileiro e enviada à França, terra natal do pai, em novembro de 2016. A criança, nascida na França, de pai francês e mãe brasileira, foi trazida ao Brasil pela mãe em 2014, com o consentimento do pai, com a intenção de permanecer por cerca de dois meses no Brasil. A mãe da criança, vítima de violência doméstica devidamente registrada em ocorrência policial e processo judicial na França, decidiu não retornar àquele país.

Lançando mão da mencionada convenção e alegando retenção ilegal da criança no Brasil, o pai, por meio de uma ação de busca e apreensão e restituição de menor movida pela AGU, que atuou em cooperação jurídica internacional, logrou êxito de obter uma sentença desfavorável à mãe e conseguiu retirar a criança do território brasileiro e enviá-la à França, onde está até hoje. A criança tinha pouco mais de um ano de idade.

A sentença da Justiça Federal do Paraná continha algumas condicionantes e, sem o cumprimento de todas essas salvaguardas, o retorno da criança não poderia ser determinado. Ocorre que, após o retorno da criança à França, verificou-se a ocultação da informação de que pai promovia ação criminal contra a mãe por sequestro internacional na França, o que impediria a observância das salvaguardas impostas pela Justiça brasileira. Chegando ao território francês, a mãe foi temporariamente detida e se quebrou o compromisso com a salvaguarda que garantia à mãe a guarda provisória da criança.

Diante do descumprimento da sentença, a juíza prolatora da mesma, ao retomar o processo após sua licença, condenou solidariamente a AGU e o genitor por litigância de má-fé. A juíza da 1ª Vara da Justiça Federal do Paraná reconheceu que a AGU não apresentou os fatos em juízo conforme a verdade, alterou a verdade dos fatos e se coligou ao pai francês para lesar a mãe brasileira no processo. Veja a estupidez do inusitado: a autoridade brasileira aliando-se à autoridade francesa, comportando-se injustamente em prejuízo de uma família brasileira.



Cabe ressaltar que não apenas na primeira instância a atuação da AGU foi contestada. O procedimento adotado pela AGU não está recebendo respaldo também na segunda instância.

Chama a atenção a divergência de entendimento a respeito da aplicação da convenção ao caso concreto, que caracteriza o entendimento da Desembargadora Marga Barth Tessler, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que em 2018 relatou a apelação civil relacionada ao processo de busca e apreensão e restituição de menor. Na decisão, a Desembargadora destaca a dúvida sobre o efetivo direito de guarda da criança pelo pai quando da partida da criança para o Brasil. Esse cabal e efetivo direito de guarda do pai não combina com o registro de ocorrência policial na França...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... onde a mãe, vítima de violência doméstica, em determinado momento era quem residia com a criança na França.

Ressalta a Desembargadora que, não havendo clareza a respeito da efetiva guarda por parte do pai, a permanência da criança com sua mãe no Brasil não configuraria uma retenção ilegal e, conseqüentemente, não fundamentaria uma situação de sequestro internacional de criança, que legitimaria a aplicação da convenção. A cabal configuração da ilegalidade é condição sem a qual não se deve aplicar a norma internacional.

Ainda assim, continua a Desembargadora, mesmo que clareza existisse na situação de guarda da criança em favor do pai, a violência doméstica sofrida pela mãe, devidamente registrada em ocorrência policial e processo na França...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... representaria um óbice às pretensões do pai de ter a filha repatriada para o território francês.

A divergência – vou terminar, Presidente; mais alguns segundos, alguns minutos – entre o entendimento do Poder Judiciário, da AGU e também da Autoridade Central no que diz respeito ao preenchimento dos requisitos necessários à aplicação da convenção no caso concreto indica que o assunto não está bem compreendido pelas instituições do Poder Executivo brasileiro. Restou evidente no processo a ausência de uma posição madura e consolidada das instituições brasileiras, e isso criou transtornos irreparáveis à família envolvida. O entendimento a respeito de situação tão grave não pode ficar ao sabor do entendimento desse ou daquele profissional da Administração Pública, por mais brilhante que seja. Precisa haver um entendimento consolidado...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... que seja o entendimento do Governo brasileiro, e não do profissional do dia. Precisa haver um protocolo bem definido e claro.

O excesso de empenho da advogada da AGU em aplicar a Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, mesmo restando dúvidas quanto à legitimidade de aplicá-la ao caso concreto, bem como a omissão de informações no processo, já foi objeto de representação da mãe da criança perante a Ordem dos Advogados do Brasil.



A posição distante e pouco diligente da Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf) na certificação do preenchimento dos requisitos necessários à aplicação da convenção já foi registrada junto ao Ministério da Justiça.

Diante da situação posta, que é trágica para a família que ilustra essa história, e poderá ser trágica para outras famílias brasileiras...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Eu vou concluir, Sr. Presidente, mas o tema é muito importante, porque diz respeito a injustiças que são praticadas de forma irresponsável, eu diria, em razão da leniência, sobretudo injustiças praticadas contra famílias brasileiras por imposição externa aos interesses nacionais.

Portanto, diante dessa situação posta, que é trágica para a família que ilustra essa história, e poderá ser trágica para outras famílias brasileiras que se encontram em situação semelhante, nós fazemos um apelo ao atual Advogado-Geral da União: que solicite uma avaliação criteriosa e transparente da atuação da profissional da AGU...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone.*) – ... que atuou nesse caso concreto...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Mais um minutinho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É por causa da sessão. Desculpa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... que atuou nesse caso concreto, em que fortes evidências levam ao entendimento de que não seria uma situação de aplicação da convenção. Identificado prejuízo à família brasileira por falta de atuação diligente da profissional que atuou no processo em nome da AGU, que a Advocacia-Geral da União adote os procedimentos necessários à recomposição da justiça.

Faço também um apelo ao atual Ministro da Justiça, Sergio Moro: que, junto com o Advogado-Geral da União, constitua uma comissão de especialistas para definir um protocolo objetivo destinado a embasar o entendimento das instituições brasileiras a respeito de ser ou não o caso de aplicação da convenção a um determinado caso concreto, especialmente no que diz respeito...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... à adequada caracterização da ilegalidade da retenção de crianças em Território nacional.

Fica, portanto, o registro desse drama que acomete uma família paranaense e o apelo às autoridades brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nós que agradecemos os pronunciamentos feitos, sempre com propriedade, pelo Senador do Paraná, Líder do Podemos, Alvaro Dias.



Eu só pediria, rapidamente, por fineza, a compreensão dos nossos companheiros, de V. Exas. – há mais dois oradores inscritos –, porque o Senador Antonio Anastasia já está aqui para comandar a sessão justa em que se celebra o Dia do Imigrante Italiano.

Então, por fineza, gente, desculpa. Os embaixadores já estão presentes. Vamos tentar objetivar os trabalhos.

De imediato, eu chamo para fazer uso da tribuna o orador inscrito, representando sempre com orgulho o Mato Grosso, o Senador Wellington Fagundes. Posteriormente, o Senado de Pernambuco, com orgulho, Humberto Costa, que, aliás, é médico.

Com prazer, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para discursar.) – Eu quero aqui saudar toda a população brasileira a que nos assiste pela TV Senado e por todos os meios de comunicação da Casa.

Senador Kajuru, estou aqui com um pronunciamento que iria demorar uns 25, 30 minutos, mas em respeito, inclusive, à sessão solene que vamos ter em homenagem a um povo que fez tanto pelo Brasil e que nós respeitamos muito pelo histórico e até pelas dificuldades vividas também pelo povo italiano, eu vou aqui tentar resumir a minha fala.

Na Câmara dos Deputados, Senador Kajuru, é regimental o Parlamentar falar e dar como lido todo o seu pronunciamento. Eu acho que seria interessante que a gente pudesse adotar aqui isso também, porque um pronunciamento como esse foi trabalhado, elaborado e a gente poderia deixá-lo para os *Anais* da Casa, porque isso faz parte do histórico de vida, Senador Anastasia, da nossa atividade.

Às vezes, a gente produz tanto, e a população não tem conhecimento. Mas nós podemos fazê-lo de outras formas também, até porque hoje temos as mídias sociais, que o Senador Kajuru, como Presidente, sabe usar muito bem. Eu quero aprender, inclusive, com ele. Então, acho que essa seria talvez uma proposição a ser feita à Mesa, Senador Anastasia. É tão simples. Por que não podemos fazê-lo?

Eu gostaria apenas de registrar que amanhã nós estaremos na cidade de São Paulo. Daqui a pouco, estarei viajando com o Ministro Tarcísio de Freitas para participar de um evento extremamente importante para o Brasil. Trata-se do leilão que vamos fazer lá na Bolsa de Valores de 12 aeroportos do Brasil. E aí eu falo, em especial, também dos aeroportos do Centro-Oeste, pois temos quatro aeroportos de Mato Grosso. O da nossa capital, Cuiabá, de Várzea Grande... Esse aeroporto de Mato Grosso, que é o principal, está na cidade de Várzea Grande, que é a Região Metropolitana da nossa querida capital, Cuiabá.

Nós ainda tivemos oportunidade de ser o Relator da política pública do Plano Aeroviário Nacional, em 2016, na Comissão de Desenvolvimento Regional. À época, nós estudamos muito e muitas audiências públicas foram feitas exatamente para propiciar uma aviação regional mais moderna eficaz. À época, o Governo lançou um grande programa com muitos aeroportos a serem construídos com recursos públicos. Mas nós já tínhamos a certeza de que o Brasil não teria recursos para tantos investimentos. Por isso, nós recomendamos as concessões públicas a serem feitas, inclusive o leilão em bloco.

No caso do Mato Grosso, inicialmente, fomos ao Presidente da República, ao Ministro Padilha, que na época era Chefe da Casa Civil, para argumentar que o Aeroporto de Cuiabá tinha viabilidade na sua concessão. À época o Ministro falou: "Não, Cuiabá só tem um milhão e pouco



de passageiros por ano". Eu disse: "Não, Cuiabá tem mais de 3 milhões". E aí ele ligou para o Presidente da Infraero e realmente Cuiabá hoje já alcança mais de 4 milhões de passageiros.

E nós sugerimos, depois de muitas negociações, que fosse feito um leilão em bloco, incluindo Cuiabá, Rondonópolis, Sinop, Alta Floresta e também Barra do Garças. Mas depois, por uma decisão inclusive administrativa e do Prefeito de Barra do Garças, resolveu-se tirar Barra do Garças. Amanhã, nós teremos, então, o leilão em bloco do Centro-Oeste, no caso, de Mato Grosso, que é o leilão desses quatro aeroportos.

Eu tenho dito, inclusive, que é a rota do desenvolvimento, porque essa região, integrando a região sul de Mato Grosso, com a nossa capital, Cuiabá, com o Nortão de Mato Grosso, é uma das regiões que mais se desenvolvem no Brasil. Somos responsáveis hoje por uma produção agropecuária extremamente forte, com produtividade: conseguimos alcançar índices. Senador Anastasia, maiores do que os dos Estados Unidos, principalmente na produção agrícola.

Mato Grosso é um Estado que... Agora há pouco, estávamos fazendo uma sessão em homenagem ao jornal *Folha de S.Paulo* e lembrávamos a luta pelas Diretas, Dante de Oliveira. E, à época, Dante de Oliveira, como Governador, aceitou o desafio dos produtores em Mato Grosso, que não produzia nada de algodão. Com um programa de incentivo à produção de algodão, em três anos apenas, Senador Kajuru, Mato Grosso passou a produzir 54% da produção nacional de algodão. Então, é um Estado solução, como Goiás é um Estado solução. Todo o Centro-Oeste tem Estados solução, mas precisamos de infraestrutura.

Eu sei que o Governo Federal não tem capacidade, sozinho, de fazer esse investimento. Por isso, eu falo aqui com muita certeza que, amanhã, nesse leilão que teremos lá, teremos muitos concorrentes. Muitas empresas terão interesse, não só nesse do Centro-Oeste, como também no do Nordeste.

Por isso, eu quero aqui transmitir a toda a população, em especial à do meu Estado, que amanhã estaremos lá exatamente para apoiar aquilo que entendemos ser a modernidade, que vai gerar mais emprego, vai gerar mais renda, vai gerar mais oportunidade de desenvolvimento, principalmente para o Mato Grosso.

E aí, claro, na nossa luta aqui pela infraestrutura, queremos melhorar os aeroportos, queremos melhorar as nossas estradas. Nós queremos que a ferrovia que está parada hoje em Rondonópolis vá para Cuiabá, para o Nortão. Enfim, queremos integrar o Estado, e aí o recurso de investimento. Nós queremos que o mundo todo venha a investir no Brasil. O dinheiro não tem cor, não tem pátria. Temos que promover a geração de emprego para a nossa população, como dizia Roberto Campos. Ontem, inclusive, estivemos na posse do neto de Roberto Campos, Presidente agora do Banco Central do Brasil. Você só soluciona a questão da pobreza com desenvolvimento, com geração de emprego, com riqueza.

Por isso, acredito e esperamos que este Governo, o Governo do Presidente Bolsonaro, tire do papel muita coisa e coloque realmente em prática. Que a gente possa vencer a burocracia, principalmente as dificuldades para promover o desenvolvimento.

Aí, Senador Anastasia, nós temos um problema com o qual quero encerrar. Eu sou autor da PEC 39, que é a PEC da segurança jurídica, e hoje no Brasil, Senador Kajuru, para fazer investimentos de longo prazo, os contratos são feitos como política de governo e não como política de Estado. Como nós vamos atrair o investimento, seja capital nacional ou externo, dessas obras de longo prazo, 20, 30, 40 anos, se nós não garantirmos que aquilo que foi assinado pelo governo



de plantão ou pelo governo do momento – não vou nem dizer de plantão – seja sustentado pelo País, independentemente de quem venha a ser o governo?

Por isso, nós temos que ter um contrato assinado, registrado, não só apalavrado, que seja uma política de Estado garantida de forma perene. E aí o Senador Anastasia, que foi Governador, conhece muito bem isso. Nós precisamos atrair investimento para o Brasil. Recurso, dinheiro no mundo tem à vontade, mas nós precisamos ter segurança jurídica.

Por isso, eu quero, inclusive, pedir aqui ao Senador Anastasia, com toda a sua experiência, que nos ajude para que a gente aprove essa PEC, para que a gente traga exatamente a certeza de que todos os Governadores, Prefeitos, todos aqueles que querem atrair investimentos e, principalmente, o Governo Federal tenham a resposta adequada para o mercado de que aqui há segurança jurídica.

Muito obrigado. E desejo agora... Porque nós vamos continuar trabalhando. No final de semana... Amanhã estarei em São Paulo. Às vezes, as pessoas perguntam o que faz o político no final de semana. Às vezes, trabalhamos muito mais, porque temos que estar na base. A nossa atitude amanhã, lá em São Paulo, será exatamente para ajudar o Brasil nessa perspectiva de atração de investimento.

Muito obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR WELLINGTON FAGUNDES.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 5.1.3 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso, como Presidente desta sessão, quero fazer justiça a V. Exa., até por merecê-la, em função de um tema tão fundamental como objetivou aqui sendo compreensivo com o Dia do Imigrante Italiano.

Façamos o seguinte: a íntegra do seu pronunciamento a gente vai fazer constar dos *Anais* desta Casa. Perfeito? Então, entregue-o aqui à Mesa Diretora para que se cumpra na íntegra. Farei a mesma coisa com o Senador Humberto Costa, porque sei que ele também será objetivo para a gente respeitar aqui o nosso companheiro Antonio Anastasia.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu agradeço imensamente e espero que esta decisão momentânea de V. Exa. seja perene também aqui na Casa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... porque isso é perfeitamente possível. Não vejo nenhum problema nesse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Na íntegra, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Assim também farei com o Senador Humberto Costa, de Pernambuco, que já está pronto, já está a postos, como último orador inscrito desta sessão.



Cadê? Desculpe-me, Senador. É pela visão, Senador. O senhor é médico e sabe o que eu passo.

O tempo regimental é de 20 minutos. Se V. Exa. for mais objetivo, mais compreensivo em função da situação, a gente também registrará em ata a íntegra do seu depoimento. Pode ser?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, aqueles que nos acompanham pela TV Senado, que nos acompanham pela Rádio Senado, internautas que nos seguem pelas redes sociais, primeiramente, como sempre, justiça e liberdade para Lula! Lula livre!

Sr. Presidente, nesta quinta-feira, 14 de março, data em que se completa um ano da execução da Vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, o Brasil se vê em luto por outra tragédia nacional, que foi a ocorrida ontem em Suzano, na Grande São Paulo.

Oito assassinatos praticados por dois jovens, que depois se mataram, sete deles dentro de uma instituição de ensino, a Escola Prof. Raul Brasil, e que deixaram outros onze feridos e o País perplexo diante da crueldade e do enredo que envolve seus autores.

Dois rapazes de 17 e 25 anos que prepararam meticulosamente – matérias dizem até que durante um ano – um crime bárbaro contra funcionários e colegas pelo simples exercício do ódio, o mesmo motor que deu ânimo aos executores de Marielle, como ressaltou a polícia.

Como disse a mãe de um deles: "É chocante ver meu filho chamado de assassino". Mas chamar de quê? É a triste constatação de alguém que desconhecia as atividades do próprio filho, que não tinha ciência de seus interesses, das redes sociais por onde navegava, do que via e buscava na internet, dos jogos eletrônicos que usava e, sobretudo, de como combinava tudo isso com a realidade em que vivia.

Está muito evidenciado que os assassinos, ambos sem quaisquer antecedentes criminais, amigos de infância, são um produto desta sociedade doente dos dias atuais, em que o diálogo, o embate de ideias e os fatos estão cedendo espaço à intolerância, à violência e à mentira.

E não posso deixar de registrar aqui que todo esse ambiente pernicioso no Brasil vem sendo intensificado, nos últimos meses, com a entusiasmada militância do Presidente Jair Bolsonaro. Não é segredo para ninguém que toda a vida pública do Presidente foi pautada pelo discurso da truculência, do ataque ao outro, da desqualificação alheia e até da defesa da tortura. Nada disso ele nega; ao contrário, orgulha-se de reafirmar. E tudo isso foi potencializado durante a campanha presidencial em que o ódio aos adversários, especialmente a nós do PT foi disseminado pelo então candidato.

Bolsonaro apresentou-se como um justiceiro, vendeu aos brasileiros a imagem de que iria resolver os problemas da violência no País na base da bala, do encarceramento indiscriminado, na lei do olho por olho, dente por dente, na supressão do direito de minorias, na eliminação de desafetos e assegurou aos brasileiros que todos iriam poder resolver suas desavenças do mesmo jeito. Foi ele que disse, como candidato, que iria exilar ou mandar prender opositores. Foi ele que insuflou seus eleitores a "fuzilar a petralhada". Foi ele que usou objetos nos comícios para simular fuzis e consagrou o gesto de se fazer uma arma com a mão, banalizando um gesto profundamente violento – gesto, aliás, que ele ensaiou até mesmo com crianças em seu colo, simulando com elas o ato de atirar com armas de fogo. No posto de Presidente da República, um dos primeiros atos do Presidente foi autorizar, por meio de um decreto ilegal que estamos questionando nesta Casa e também no Supremo Tribunal Federal, que cada brasileiro possa ter a posse de quatro armas. E



agora quer liberar o porte nos centros urbanos, vendendo essa medida como se ela, de pronto, fosse resolver os graves problemas por que passa o País.

Foi essa a tônica que marcou a chacina de ontem em Suzano. Não há como nós não enxergarmos nesses dois jovens, um deles, pelo menos, defensor e apoiador de Bolsonaro nas redes sociais, as digitais do discurso de ódio propagado permanentemente pelo Presidente não só no período de campanha, mas também no exercício do cargo para o qual foi eleito. Bolsonaro e os que agem como ele influenciam autores de tragédias como essa.

Foram necessárias seis horas após o massacre para que ele fosse às redes sociais se manifestar em favor das vítimas e dos familiares talvez porque não tivesse muito o que dizer, talvez porque estivesse pensando em alguma frase em que pudesse inserir, no meio daqueles corpos inocentes, como ousaram alguns fazer ontem, aqui neste Congresso Nacional, a defesa das armas. Por fim, parece ter resolvido não cruzar a linha da sanidade e rendeu-se a chamar o ato de monstruosidade, acordo total.

A segurança pública é o monopólio constitucional do Estado. Ela não pode ser terceirizada. Ninguém pode oferecer ao cidadão a ideia de que ele possa ter uma arma e sair por aí fazendo justiça com as próprias mãos, de que ele saia resolvendo suas diferenças na troca de tiros. Isso é algo inaceitável, é eliminar o Estado como responsável pela resolução de conflitos, é acabar com as forças de segurança, é empurrar a sociedade para o estágio da barbárie.

As milícias são um exemplo bem-acabado desse poder paralelo. Hoje estão absolutamente fora de controle em lugares como o Rio de Janeiro, entre outros, ingovernáveis com seus tentáculos em todas as estruturas do Estado, e com seus membros recebendo honrarias e homenagens do Poder Público.

O Brasil foi o país que mais registrou mortes por armas de fogo no ano passado, em todo o mundo. Foram mais de 43 mil assassinatos. E o Presidente da República, para atender aos interesses econômicos da indústria armamentista e dos países exportadores de armas, como os Estados Unidos, pretende inundar o País com mais armas. É um absurdo!

Se o Estatuto do Desarmamento tem falhas, como a lacuna em relação às armas brancas, vamos aperfeiçoá-lo, vamos endurecer a legislação para melhorar a lei. Essa é função desta Casa. Agora, é absolutamente inaceitável, vivendo num cenário de guerra como o que vivemos, abriremos as portas para que o País receba uma enxurrada de armamentos que acabem ficando à mão das nossas crianças e jovens, como os que ontem praticaram aqueles homicídios em São Paulo.

Precisamos de uma política de segurança pública séria e moderna que seja capaz de responder aos novos desafios impostos pela atualidade, precisamos equipar melhor nossas polícias e, fundamentalmente, precisamos investir em inteligência policial porque, sem ela, estaremos sempre atrás da criminalidade.

O Estado sobe o morro para revistar favelas, violenta pobres e negros, vai a escolas revistar bolsas de crianças à procura de armas, mas é incapaz, por exemplo, de descobrir um matador de aluguel com um verdadeiro arsenal de 117 fuzis M16. Como pode o Estado, dessa forma, fazer face ao crime e à violência?

Então, Sr. Presidente, num dia como o de hoje em que completa um ano da morte de Marielle Franco e de Anderson Gomes, temos de parabenizar o trabalho feito pela Polícia Civil do Rio de Janeiro ao esclarecer a autoria do assassinato. Quando cobramos, inclusive, a definição, o esclarecimento sobre os mandantes, mundialmente são feitas manifestações para cobrar um esclarecimento total sobre o assassinato de Marielle.



No momento em que o Brasil enterra as vítimas do massacre de Suzano, temos de tomar consciência de que não é escoando mais armas para a sociedade que nós vamos conter os homicídios e reduzir a violência. Ao contrário, Sr. Presidente – e vou concluir –, atos dessa natureza só vão piorar a nossa situação, razão pela qual esse decreto de Bolsonaro, que ampliou a posse de armas, deve ser imediatamente revogado. A própria opinião pública já deixou claro, em pesquisas recentemente feitas, que não concorda com a liberalização do uso das armas. E nós devemos nos debruçar seriamente, menos em factoides, como o decreto ou o pacote anticrime, e mais em ações substantivas e consistentes que nos ofereçam soluções mais duradouras e efetivas no combate a essa chaga social que ceifa tantas vidas e faz sangrar tantas famílias, todos os dias, no Brasil.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR HUMBERTO COSTA.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 5.1.3 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Agradeço a compreensão do Senador Humberto Costa em função de uma sessão que já vai começar para homenagear o Dia do Imigrante Italiano, que será comandada por um símbolo desta Casa, o Senador Antonio Anastasia, de Minas Gerais.

Agradeço também a compreensão do Senador Flávio Bolsonaro, aqui presente à Mesa Diretora, que gostaria de fazer uso da palavra, mas abriu mão em função do respeito disciplinar à sessão que vai começar a seguir.

Esta sessão deliberativa extraordinária, desta quinta-feira, 14 de março de 2019, brasileiros e brasileiras, está encerrada.

Uma ótima tarde, um ótimo dia, com saúde, paz e, principalmente, com Deus.

Amém.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 36 minutos.)

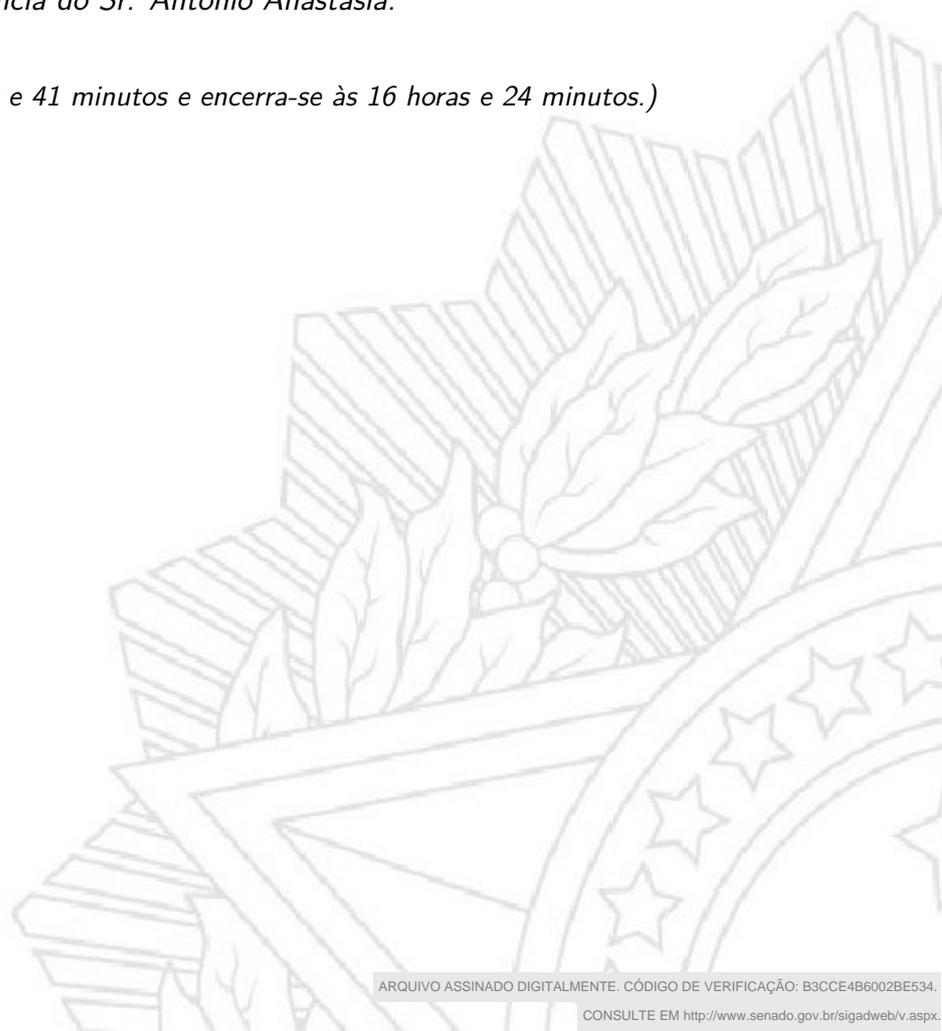


Ata da 24ª Sessão, Especial,
em 14 de março de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Antonio Anastasia.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 41 minutos e encerra-se às 16 horas e 24 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a celebrar o Dia do Imigrante Italiano, nos termos do Requerimento nº 3, de 2019, de minha autoria e outros Senadores.

Para compor a Mesa, tenho a honra de convidar o Exmo. Sr. Embaixador da República Italiana, Antonio Bernardini; o eminente Senador Flávio Bolsonaro; o Diretor de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal, Embaixador Marco Farani; e a Sra. Chefe da Divisão da Europa Meridional e da União Europeia, do nosso Itamaraty, a Sra. Secretária Marcela Pompeu.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução dos Hinos Nacionais do Brasil e da Itália.

(Procede-se à execução do Hino Nacional do Brasil.)

(Procede-se à execução do Hino Nacional da Itália.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Exmo. Sr. Embaixador da República Italiana, Antonio Bernardini; Exmo. Sr. Senador Flávio Bolsonaro; Exmo. Sr. Embaixador Marco Farani, Diretor de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal; Exma. Sra. Marcela Pompeu, Chefe da Divisão da Europa Meridional e da União Europeia do Ministério das Relações Exteriores; Sras. Senadoras e Srs. Senadores; dignos convidados e membros da comunidade italiana em Brasília e no Brasil; membros do corpo diplomático; e, em especial, eminente Embaixador do Reino da Tailândia, Sr. Surasak Suparat; e Sra. Embaixadora da República do Botsuana, Sra. Tebogo Motshome, a todas as senhoras e aos senhores boas-vindas e os meus cumprimentos.

Sr. Embaixador, em primeiro lugar, é com grande satisfação que o Senado Federal acolhe esta sessão especial de homenagem ao Dia do Imigrante Italiano. E me permita, em primeiro lugar, fazer, nesta sessão, a referência a um dos Parlamentares que, no passado, participaram da iniciativa desta data, recentemente falecido, o Senador Gerson Camata, do Estado do Espírito Santo. Como sabemos, o Estado do Espírito Santo é um dos Estados com maior contingente de imigrantes italianos no Brasil, e o Senador Camata foi grande e ardoroso defensor dessa proposta. Então, a minha referência, inclusive, ao seu recente falecimento.

Mais uma vez, reitero que, nesta Casa Legislativa, a Casa Alta do nosso Parlamento, nós temos diversos Senadores com ascendência italiana, começando pelo Senador José Serra, que acaba de adentrar este recinto e recebe igualmente os nossos cumprimentos – peço à Mesa que providencie que ele assuma uma posição igualmente na Mesa Diretora. O Senador Flávio Bolsonaro, que aqui se encontra, a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Fabiano Contarato, entre outros que estão presentes, são todos descendentes da colônia italiana que para cá imigrou.

Permitam-me iniciar, minhas senhoras e meus senhores, Senador Serra, as minhas palavras em referência exatamente à herança, Senador Elmano Férrer, que aqui também se encontra – receba as minhas homenagens. Ressalto exatamente a referência fundamental de que, hoje, a República Italiana é o depositário de um acervo histórico e humanístico sem igual, a descendência própria que houve do Império Romano. Aliás, ao falar em imigração, nós não podemos esquecer, Sr. Embaixador, o ato histórico tão fundamental que, ainda no início dos anos 200 da Era Cristã, o Imperador romano Caracala estendeu a cidadania romana a todos os habitantes do Império.



Esse ato, que aconteceu há 1.800 anos, foi uma demonstração clara, muito mais do que um ato político imperial, de um ato de reconhecimento da humanidade e da cidadania de todos. No momento em que o mundo, hoje, vive uma grande disputa sobre a questão da imigração e da migração, o exemplo do Império Romano, do qual a República Italiana hoje é legítima herdeira, é um exemplo a ser reconhecido e seguido pelos atos do Imperador Caracala.

Aqui no Brasil, senhoras e senhores, a presença italiana é fulgurante e fundamental para o nosso desenvolvimento.

A imigração italiana constante, como conhecemos, começou no século XIX. Mas é bom lembrar que as Américas foram descobertas por um italiano, Cristóvão Colombo. E foi Américo Vespúcio, outro italiano, aquele que primeiro teve a condição de desenhar em mapas o litoral brasileiro; inclusive, atribui-se a ele a descoberta do Rio São Francisco.

Na realidade, a presença italiana entre nós no Brasil e nas Américas é constante desde o início do processo de colonização e reconhecimento deste novo Continente, o chamado Novo Mundo. No Brasil, em especial, por iniciativa ainda do Imperador D. Pedro II e depois ao tempo da República Velha, iniciou-se um processo vigoroso de imigração italiana. Àquela época, infelizmente, a Itália estava numa situação difícil economicamente. E, por isso mesmo, houve uma forte corrente imigratória não só para o Brasil, mas também para a Argentina, para os Estados Unidos, para a Venezuela e para diversos outros países da América. Tornou-se hábito dizer que o italiano vinha "fazer a América", exatamente com o objetivo de conseguir condições para os seus familiares. E assim foi com a minha família, como foi também com a família do Senador José Serra, com a família do Senador Bolsonaro e de outros tantos que estão aqui presentes, inclusive o Embaixador Farani, que temos a honra de ter conosco nesta Mesa.

A partir de então, Sr. Embaixador, a presença do imigrante italiano tornou-se constante, quer no campo, nas fazendas de café, quer nas cidades, nos diversos trabalhos realizados como artífices, como ourives, como profissionais liberais. A capital de meu Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, foi construída àquela época e, se não fosse a presença em especial da colônia italiana, certamente não teríamos o acervo arquitetônico que temos lá hoje. A presença italiana foi fundamental, portanto, não só na capital, mas também no interior de meu Estado. Sem dizer o que aconteceu em São Paulo, Senador José Serra, onde a presença italiana foi decisiva para o desenvolvimento daquele Estado. E também no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e também nos Estados do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste. Ou seja, em todo o Brasil, o imigrante italiano compareceu com labor, com empenho, com dedicação e com muito amor, não só à Itália, mas também à nova Pátria que era constituída, o Brasil. Somos hoje no Brasil milhões de descendentes de italianos, espalhados nos 27 Estados da Federação. Todos nós irmanados na unidade brasileira, mas também mantendo com muito orgulho o sangue latino que veio da Itália e de Roma.

Aliás, falando em Roma, Sr. Embaixador, permita-me sempre lembrar que a força do Império Romano, que a República Italiana é depositária de seus valores, foi tão forte que até hoje entre nós brasileiros se diz, ainda em latim: *Roma locuta, causa finita*. Quando Roma diz, a causa está decidida. Todos os caminhos levam a Roma, eminente Senador Esperidião Amin, que, levantino que é, também tem nas águas do Mediterrâneo uma relação tão próxima com a Península Itálica. Lembrando que, em Roma, como os romanos, nos habituamos a dizer.

Tudo isso nos foi trazido pelos nossos avós, pelos nossos bisavós, pelos nossos pais e se constituiu num verdadeiro amálgama da nacionalidade brasileira, com a presença dos nossos



índios pré-colombianos, daqueles que vieram do Continente africano, daqueles outros europeus orientais que formaram a nacionalidade brasileira numa Nação, felizmente, numa raça que é única, sem preconceitos, bastante unida, com a mesma língua e fundamentalmente com os mesmos valores. Isso é extremamente positivo. As instituições italianas vieram desde o Direito Civil até as instituições políticas, todas herdadas, desenvolvidas e implementadas no nosso País.

Portanto, não há uma só ação, e poderia dizer na culinária, na cultura, no cinema, na indústria, no comércio, em que não haja uma presença italiana extremamente firme e forte.

Faço um parêntesis na questão do futebol, evidentemente, porque aqui as rivalidades existem entre Brasil e Itália, e não são de agora, mas é claro que essa rivalidade acaba cimentando ainda mais essa relação em que a disputa sempre é tão saudável.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – O Senador Serra me lembra do Palmeiras, e eu não vou relatar os episódios de Belo Horizonte em relação ao nosso Atlético e Cruzeiro.

Eu queria também citar aqui a presença, se me permitem, do meu caro amigo Anísio Ciscotto, que aqui está, um dos dirigentes da colônia italiana em meu Estado, que acaba de concluir uma belíssima pesquisa, historiador que é, sobre a participação de italianos, brasileiros, de ítalo-brasileiros na Primeira Guerra Mundial, quando houve um grande esforço de italianos que estavam no Brasil em prol, Senador Elmano, daquela Primeira Guerra Mundial.

Na Segunda Guerra, as razões os levaram a ficar em lados opostos por certo período. O Brasil participou depois da libertação da Itália, especialmente na região mediana da Itália, para o norte, e temos hoje, no cemitério em Pistoia lá, com grande carinho dos italianos, os restos mortais de tantos pracinhas brasileiros que participaram, ao lado dos Aliados, na libertação da Itália naquele momento que estava sob o jugo da Alemanha nazista a partir de 1943. Isso tudo demonstra mais uma vez essa grande unidade.

Por isso, o imigrante italiano é tão festejado em nosso País! Em minha capital, Belo Horizonte, é realizada, Sr. Embaixador, com sua presença, uma festa popular muito aplaudida. Essa festa popular é uma das maiores do mundo em comemoração à data nacional italiana, e a mesma coisa ocorre em São Paulo, ocorre no Rio de Janeiro, ocorre nos demais Estados, e eu citava há pouco Espírito Santo, como também Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, onde essa presença é tão forte.

E diria, por fim, ao concluir essas minhas palavras de saudação, Sr. Embaixador, antes de passar aos meus pares, Senadores, exatamente isto: para nós, que somos descendentes de italianos no Brasil, a responsabilidade em favor do imigrante é muito grande. Nós somos todos também, aqui, corresponsáveis pela nacionalidade brasileira, mas, ao mesmo tempo, por cultivar e manter os valores da Itália, da Velha Roma, em nosso Território: a ideia da liberdade. Aliás, nós, mineiros, que somos montanheseiros, nos inspiramos também nos italianos quando diziam que *montani semper liberi*: os montanheseiros serão sempre livres. Isso demonstra, de fato, essa presença muito forte da cultura italiana entre nós, e seria despiendo a essa altura eu arrolar aqui a sua presença econômica, que é fundamental e foi decisiva para o desenvolvimento do Brasil.

É nossa responsabilidade, portanto, no Parlamento brasileiro, manter unidos esses laços entre a Itália e o Brasil, reconhecer a importância e o vigor da colônia italiana e de seus descendentes no nosso País e, ao mesmo tempo, cada vez mais, estimular, cimentar e fazer florescer as relações ítalo-brasileiras e dessa imensa família que hoje se estende por milhões e milhões de pessoas em



todos os 27 Estados e no Distrito Federal da população, da cidadania e da República Federativa do Brasil.

Desse modo, Sr. Embaixador, o Senado comemora esta data com gáudio e com extrema satisfação, e reitero a V. Exa. que a Itália sempre estará presente no coração dos brasileiros por tantos e tantos motivos, não só pela culinária, pelo sangue, pelo futebol, pela cultura, pela arquitetura, mas, fundamentalmente, por uma identidade muito próxima dos dois povos que são irmãos e continuarão assim para sempre, pela humanidade que é típica da Itália.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Com a palavra, para seu pronunciamento, o eminente Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discursar.) – Muito pouco terei a acrescentar às palavras do Senador Anastasia, que fez um resumo, uma exposição admirável da circunstância desta homenagem à Itália.

Eu, na verdade, sou de descendência cem por cento italiana. Meu pai era italiano, diretamente da Calábria, de Corigliano Calabro, e meu avô materno era de Corigliano Calabro. Portanto, eu sou dois terços de Corigliano Calabro. Minha avó era argentina, filha de napolitanos. Portanto, na vila em que eu morava, na Mooca, que era uma vila operária, havia tanto estrangeiro e tanto italiano que, quando algum brasileiro, quando alguém que não fosse mudava para a vila, minha mãe dizia; "Francisco – era como se chamava meu pai –, mudaram uns brasileiros aqui para a vila". Era um bairro inteiramente italiano, predominantemente, mas também de imigrantes espanhóis, portugueses, libaneses, enfim, como era São Paulo na época e no lado em que eu morava, na Zona Leste, na Mooca.

Mas houve outro episódio muito marcante na minha vida. Na época de estudante, eu fui dirigente estudantil, fui líder, na época do golpe de 1964, do golpe militar. Eu tinha 21 anos, mas isso não me impediu de ser furiosamente perseguido. E tive que fugir do País. Eu não tinha passaporte lá fora, e a Itália me acolheu. Deu-me cidadania, me protegeu...

Novamente, depois, no Chile – eu morava no Chile, onde morei nove anos –, eu já era até funcionário das Nações Unidas, professor da Universidade, e fui preso na época do golpe do Pinochet. Quem me libertou? O Governo italiano. Diretamente, fui para a Itália. É algo que até me emociona. Fui com toda a minha família. Isso me fez mais italiano ainda.

Era isto que eu queria deixar aqui a vocês como testemunho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Eminente Senador José Serra, que se emociona ao lembrar de fato a trajetória de sua vida e de como a República Italiana o acolheu num momento de grande dificuldade, ele que é um dos grandes valores da política brasileira e da intelectualidade brasileira. Aliás, ele revelou tudo isso em seu belíssimo livro "Cinquenta Anos Esta Noite", que tive a oportunidade de ler há dois anos e que sempre o recomendo, Senador Serra. Acho que a sua emoção é a prova mais clara, nesta cerimônia, da importância da presença italiana e de seus descendentes entre nós, porque nos consideramos também italianos e, por isso, sob o manto protetor igualmente do Brasil e da Itália, Sr. Embaixador.

Dando sequência aos pronunciamentos, o Senador Flávio Bolsonaro é o próximo inscrito. Em seguida, Senador Esperidião Amin.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para discursar.) – Exmo. Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia, a quem já parabeno por esta brilhante iniciativa de realizar esta sessão solene, relembrando, trazendo de nossas memórias e



fazendo-nos trazer também à tona lembranças de nossos ancestrais; Exmo. Sr. Embaixador da República Italiana, Sr. Antonio Bernardini; Exmo. Sr. Diretor de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal, Embaixador Marco Farani; Exma. Sra. Primeira Secretária Marcela Pompeu, Chefe da Divisão de Europa Meridional e da União Europeia do Ministério das Relações Exteriores; prezado amigo, Senador Elmano Férrer; Senador José Serra, que acabou de deixar a Mesa; Senador Espiridião Amim, que também passou aqui e disse que é tão italiano quanto Bolsonaro – e não sei se está no Plenário ainda –; Presidente, senhoras e senhores, é uma honra...

Espiridião voltou. Essa foi a razão de provocá-lo. Faço questão de tê-lo aqui, à minha direita, na Mesa.

Presidente, eu tenho um sentimento muito especial de estar aqui hoje. Sou filho do primeiro Presidente do Brasil que é descendente de imigrantes italianos e que foi eleito pelo voto direto, o que muito nos orgulha, muito nos honra. A nossa origem é a cidade de Anguillara Veneta, na província de Pádua, uma cidade humilde de onde, entre 1834 e 1900, partiram mais de mil imigrantes em direção ao Brasil, incluindo o meu trisavô. O meu trisavô veio para cá, para o Porto de Santos, aos 10 anos de idade, Vittorio Bolzonaro. No dia 22 de abril de 1888 ele partiu da Itália.

Ainda tenho outra desconfiança, Presidente, o meu nome Flávio. Pode ser, quem sabe, uma homenagem ao Anfiteatro Flavio, mais conhecido como Coliseu. Mas, enfim, as afinidades são muitas, o carinho é muito grande. Negar o valor dos imigrantes é negar a própria história de nossas famílias. Então, mais uma vez, ratifico a grande alegria, a grande honra de estar participando desta sessão solene aqui no Senado, minha primeira, já que assumi o mandato de Senador agora este ano, e justamente para saudar os meus ascendentes, as pessoas que deram origem à minha família, que deram origem ao meu nome.

Hoje, até hoje, são muito presentes no Estado de São Paulo. Chegamos pelo Porto de Santos. Fomos, a exemplo da família de V. Exa., também para o trabalho em lavouras. Logo em seguida, a família acabou se enraizando, fundando o próprio comércio, com muito trabalho, com muito afincos, na cidade de Campinas. Agora com um braço forte também no Rio de Janeiro e em alguns outros Estados.

Então, Presidente, parabéns por esta homenagem, parabéns a todos que fizeram parte dessa história que ainda há muitas páginas, nesse livro, para escrevermos juntos, celebrando, sim, a nossa ascendência italiana, respeitando a imigração, respeitando os imigrantes, sempre buscando a verdade. Nessa campanha eleitoral, como foi dito há pouco neste Plenário, se abusou muito, Senador Anastasia, das *fake news*, das mentiras, das distorções, para atacar, inclusive pessoalmente, as pessoas que se colocaram no pleito eleitoral. Uma das acusações que nós sofremos com muita veemência foi a de sermos contra os imigrantes, um absurdo sem tamanho, uma mentira construída e repetida várias vezes com o único objetivo de tentar nos atacar politicamente. Mas Deus é maior e sabe o que faz, está no controle de tudo e a verdade sempre vem à tona.

Então, estou aqui com muita alegria, agradeço o convite do Senador Anastasia. E estou à disposição também para cada vez mais consolidar esses laços de amizade, união, comércio e respeito com esse país que eu tanto adoro e admiro, que é a Itália.

Boa tarde. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Flávio Bolsonaro. Cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento. E também o sangue italiano fala mais alto. E V. Exa., além do sobrenome, como bem lembrou, no nome próprio é descendente de uma das mais famosas dinastias romanas, os flavianos, que foram imperadores no século I, ao tempo do Império Romano.

Antes de dar a palavra ao Senador Esperidião Amin, eu cometi uma indelicadeza, porque, como – no caso dele, ele vai explicar – o nome Amin é muito forte, nós sempre o vinculamos ao levante, que, aliás, também foi romano, mas ele acaba de me confidenciar aqui, e dirá a todos, que também tem 50% de sangue italiano. Então, é o exemplo mais claro do nosso Mediterrâneo, o Mare Nostrum, com a presença do levante e da Itália.

Com a palavra o eminente Senador Esperidião Amin, do Estado de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, é com muita satisfação que eu participo deste momento de justificado orgulho para o Brasil. Nós estamos aqui, e eu saúdo o nosso Senador Flávio Bolsonaro, o Senador Elmano Férrer, o Senador José Serra, que esteve conosco, que nos emocionou a todos, saúdo o Embaixador Marco Farani, a Sra. Marcela Pompeu – está aí um nome duplamente intérprete da nossa história – e todos que estão aqui prestigiando. Elmano Férrer já falei. Agora há pouco vi o Senador Angelo Coronel, que acaba de chegar.

Eu queria fazer dois registros a propósito do Dia do Imigrante Italiano, que é a razão da nossa estada aqui, Sr. Embaixador. Nós temos muitos livros, em Santa Catarina e na Região Sul, escritos sobre a migração italiana, predominantemente de Vêneto e também Trentino. E o Senador Flávio Bolsonaro falou de uma das províncias, talvez a mais conhecida, que é a província de Pádua, na região do Vêneto. Os dois livros são: *Tão Fortes Quanto a Vontade*, a autora é Nelma Baldin – na página 76 do livro, um dos primeiros imigrantes chamava-se Felice Marini, que é o meu sobrenome por parte de avô –; o outro livro é *Vincere o Morire*, de Renzo Grosseli. E lá estão escaladas as famílias, inclusive Lázare, que é de Cremona, mas predominantemente não quer dizer exclusivamente, porque, como falou o Senador José Serra, ele é predominantemente *del sur*, do sul da Itália.

Eu sou primeira geração por parte de pai e por parte de mãe, sou filho de migrantes. Se alguém tem que ser muito zeloso com respeito ao migrante, sou eu, porque eu fui acolhido, e num Estado que todos imaginam que seja predominantemente alemão. Não. A maior etnia do Estado de Santa Catarina é a italiana.

A minha avó era de Pádua também, mas ela nasceu no limite com a província de Treviso, em Santa Maria di Feletto, foi criada em Pádua, e o meu avô, Pellegrino Marini, era de Bevilacqua, Verona. E a minha mãe só não nasceu na Itália por causa da Primeira Guerra Mundial, porque o conflito se estabeleceu exatamente no Vêneto, guerra de trincheira. Se morria até por projétil, mas geralmente se morria por tifo, disenteria. Enfim, morria-se por falta de sanidade.

Então, eles migraram para a Suíça e, por ironia, a minha mãe nasceu no cantão alemão da Suíça, na primeira cidade do abecedário suíço, Aadorf. Voltaram para a Itália, depois da Primeira Guerra Mundial, num clima de desespero social e econômico, e migraram para São Paulo. De lá, para o Paraná, e, como funcionária da Texaco, para fazer uma auditoria em Florianópolis, ela foi a Florianópolis. E o libanês Esperidião Amin, que tinha o olho muito melhor do que o meu, a capturou.



Então, se conheceram na Rua Felipe Schmidt, na rua do comércio de Florianópolis. Este é o Brasil, o Brasil que foi moldado. O Presidente usou a palavra amalgamado; eu diria que foi moldado, porque foram sendo incluídos pedaços e excertos em várias épocas. E o meu Estado é isto, e o Brasil é isto.

Então, nós estamos aqui para celebrar um dos grandes componentes deste País, que nos orgulha, que a gente deve amar e, acima de tudo, devemos ser devotos das suas melhores tradições, que são as tradições do acolhimento, da tolerância, da convivência, da coexistência.

E, quanto ao imigrante italiano, o Embaixador sabe disso, o nosso Estado preza muito essa múltipla etnia e nós estamos aqui para que ele faça chegar à civilização italiana, que tanto benefício trouxe ao Brasil, o agradecimento, porque, se nós aprendemos a cantar, se nós aprendemos a ler, a esculpir, a dar atenção às artes e, acima de tudo, também, ao exercício da inteligência da dúvida, a duvidar, e eu acho que duvidar é uma das grandes qualidades do ser humano – não à toa, nasci no dia de São Tomé –, então, eu acho que nós devemos muito à contribuição ética da Itália e do imigrante italiano para o nosso País, para a nossa civilização ou para o projeto de civilização Brasil.

Por isso, eu gostaria de encerrar, dizendo, primeiro, o provérbio dos Vêneto:

*Veneziani, gran Signori;
Padovani, gran dotori;
Visentini, magna gati;
Veronesi... tutti mati;
Co Rovigo, no me intrigo;
Trevisani, radicioni;
E, Belun? Te se proprio de nisun!*

E, como dizem os irmãos catarinenses, *grazie infinite*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin, que, com sua inteligência invulgar e sua simpatia, naturalmente nos encanta a todos. Mas reitero, Sr. Embaixador, que, sob o ponto de vista do biótipo, o eminente Senador Esperidião Amin teve uma influência maior, de fato, da comunidade sírio-libanesa, digamos assim. Mas comprovou aqui que o sangue italiano e a sua inteligência comprovam que a origem itálica também está presente nessa figura tão querida, tão simpática do Senador Esperidião Amin.

Eu queria passar a palavra agora ao nosso eminente e ilustre convidado, caro Embaixador Bernardini, embaixador da República Italiana, que terá a honra, portanto, de seu pronunciamento no Senado sobre o Dia do Imigrante Italiano. Com a palavra V. Exa.

O SR. ANTONIO BERNARDINI – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Antonio Anastasia. É uma grande honra para mim participar nesta sessão. Agradeço também a participação do Senador Bolsonaro, do Senador Serra, do Senador Esperidião Amin, do Embaixador Farani, da Chefe da Divisão da União Europeia, Marcela Pompeu.

Em primeiro lugar, eu gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos e profunda gratidão por parte da Itália, pela iniciativa do Senado da República de celebrar o Dia Nacional do Imigrante Italiano com uma sessão especial que hoje nos reúne aqui. Agradeço ao Vice-Presidente Antonio Anastasia, que, com grande entusiasmo, acolheu e promoveu essa iniciativa. Não sabia



que você conhecia a história de Roma de uma maneira perfeita. É impressionante! Uma iniciativa cujo valor transcende e pertença a uma comunidade específica, pois está nas raízes da identidade do caminho que compartilhamos.

Gostaria também de lembrar, como o Senador Anastasia fez alguns minutos atrás, com emoção, um brilhante político brasileiro, membro muito estimado desta Casa, que teve um grande papel no estabelecimento do Dia Nacional do Imigrante e que nos deixou tragicamente há algumas semanas, o Senador e ex-Governador do Espírito Santo, Gerson Camata.

A comunidade italiana no Brasil é uma das maiores do mundo. Os compatriotas registrados na nossa rede consular são mais de 570 mil – 1% da população italiana mora no Brasil. Mas o número de nativos supera os 30 milhões de pessoas. É um número muito importante, impressionante.

O conhecimento da história, ainda mais, a experiência cotidiana deste País extraordinário, feita a cada momento, andando nas ruas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, como nas cidades de Santa Catarina, do Espírito Santo, do Paraná, do Rio Grande do Sul, lembra-nos o quanto a Itália e o Brasil estão unidos por laços antigos de amizade na medida em que a língua italiana ecoa nos nomes de lugares, pessoas e famílias.

O patrimônio imaterial, ligado aos sabores das comidas típicas, músicas e danças, é um dos aspectos principais que constituem os seus lugares da alma, isto é, aquelas sensações de pertencimento que, muitas vezes, perderam a memória exata da origem da passagem, mas que, apesar disso, contribuíram para forjar a identidade.

Além do patrimônio imaterial, existe também outro patrimônio visível e tangível, gerado pelo trabalho dos imigrantes italianos, homens e mulheres, que, sem poupar-se, com determinação e dignidade, proporcionaram sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil nos setores da agricultura e alimentício, dos transportes e das construções e com os investimentos das grandes empresas italianas que acreditaram e continuam acreditando firmemente neste País. Finalmente, não posso deixar de acrescentar a presença de italianos e descendentes de italianos na vida política deste grande País e em suas instituições, como é muito claramente demonstrado no dia de hoje.

Igualmente relevante foi a contribuição brasileira para o nascimento da República italiana. O Senador Anastasia lembrou a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial e os estudos do amigo Anísio, que chegou aqui a Belo Horizonte, mas tenho que lembrar também a participação da Força Expedicionária Brasileira na luta contra o nazifascismo, nas batalhas travadas nos Apeninos da região da Toscana e da Emília. Continua viva na memória da população italiana essa participação: os italianos lembram e honram os soldados das Forças Armadas brasileiras mortos no território italiano.

Esta colaboração viva e ampla, praticada nos setores político, econômico, cultural e social, representa um capital que deve ser renovado ao longo do tempo. A memória não pode ser apenas cultivada: acima de tudo, devemos ser capazes de projetá-la no futuro.

Neste contexto, permita-me, Sr. Presidente, de sublinhar que na Itália nós atribuímos um papel fundamental ao fortalecimento das relações entre os Parlamentos dos dois Países. A própria constituição dos grupos Parlamentares de amizade Brasil-Itália, tanto aqui como na Itália, faz parte deste processo de fortalecimento das já excelentes relações bilaterais, através de novos estímulos à diplomacia parlamentar. Com efeito, a diplomacia parlamentar representa uma contribuição adicional muito valiosa para a identificação e realização de prioridades concretas de



colaboração em setores chave, como cultura, economia, relações comerciais, investimento e cooperação industrial.

Termino, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, renovando os meus sinceros agradecimentos e apresentando os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. Mais uma vez, Sr. Presidente, muito, muito obrigado por essa honra de celebrar e comemorar os imigrantes italianos, para terem a possibilidade de falar nesse Senado da contribuição dos italianos para a construção desse grande País que é o Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Antes de encerrar esta solenidade, que é esta sessão, Sr. Embaixador, eminentes Senadores. Senador Esperidião Amin, V. Exa. mencionava a música italiana, e eu me omiti, mas não poderia deixar de fazê-lo, que o Hino de meu Estado, a música tão conhecida, Ó, Minas Gerais, na verdade é a valsa napolitana Vieni Sul Mar. Então, no momento em que nós mineiros cantamos os encantos da nossa terra, estamos, na verdade, cantando uma música do cancioneiro popular napolitano, aliás da região de onde provém minha família, que é da Campanha do Sul da Itália, da região da Magna Grécia. Daí o nome com origem grega, de meu sobrenome.

Eu gostaria de agradecer muito a presença do eminente Embaixador Bernardini, dos Senadores que aqui compareceram, e o faço na pessoa do Senador Esperidião Amin, que agora jamais chamarei de exclusivamente levantino, mas, na verdade, de concidadão ítalo-levantino e mediterrâneo. Agradeço à Sra. Marcela Pompeu, cujo sobrenome de fato também evoca a sua querida ascendência italiana, que V. Exa. tem. Queria saudar o Embaixador Farani, todos os Embaixadores, o Corpo Diplomático; Senador Elmano Férrer, que aqui se encontra; Senador Coronel, que estava até há pouco; senhoras e senhores convidados, o nosso agradecimento.

Cumprida, pois, a finalidade da sessão, agradeço às personalidades que nos honraram com seu comparecimento.

Está encerrada esta sessão.

E viva o imigrante italiano no Brasil! (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 24 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 22ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Discursos e Documento encaminhados à publicação



O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Quando um regime autoritário se instala, uma das primeiras medidas é, invariavelmente, agrilhoar a imprensa. Assim, elimina-se o direito ao pluralismo de ideias; pasteurizam-se as mentes; sacrifica-se a Liberdade.

Um país que repudia a intolerância e zela pela Democracia precisa apoiar e se orgulhar-se de sua imprensa livre!

E o Brasil tem todos os motivos para rejubilar-se da qualidade de seus veículos de comunicação, que têm resistido, ao longo da história, aos projetos antidemocráticos que eventualmente se instalam no poder.

Hoje, Senhor Presidente, celebramos o aniversário da *Folha de S.Paulo*, um dos mais importantes periódicos brasileiros, muitas vezes premiado e reconhecido internacionalmente por sua qualidade, independência e compromisso com a opinião pública.

Fundada em 19 de fevereiro de 1921, a *Folha de S.Paulo* traçou uma belíssima história de aperfeiçoamento tecnológico, qualificação de seus profissionais e de resistência aos arroubos autoritários em momentos de turbulência política.

Em quase um século de história, a *Folha* se notabilizou pelo compromisso com o pluralismo e pela defesa intransigente da liberdade de expressão. E, ao longo dos anos, quanto mais acompanhava os desenvolvimentos tecnológicos do setor, mais qualidade impunha no exercício do papel de órgão difusor de informação.

Entre muitas outras inovações, a *Folha de S.Paulo* foi o primeiro jornal brasileiro a utilizar os infográficos, recursos visuais que apresentam as informações de forma mais objetiva e acessível ao público leitor.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ilustres convidados, ao tratar da modernização do jornalismo brasileiro, é necessário dar o devido destaque a Otávio Frias Filho, que, além de jornalista, também era ensaísta e dramaturgo.

Otávio foi diretor de redação da *Folha de S.Paulo* e diretor editorial do Grupo Folha. Esteve por 34 anos à frente do jornal e faleceu em setembro de 2017. Sua gestão, entre outros princípios, guiou-se pela meta de consolidar o veículo como referência no jornalismo apartidário, pluralista, crítico e independente.

Sua vida no jornalismo foi repleta de atuações memoráveis!

Os que acompanham a história do jornalismo brasileiro se recordam de seu relevante trabalho, ao conduzir a *Folha de S.Paulo* na campanha pelas "Diretas Já", em 1983. O jornal teve um papel decisivo, de liderança, em relação aos demais órgãos de imprensa.

Pouco tempo antes de falecer, em 17 de junho de 2018, Otávio Frias publicou o artigo intitulado "Intervenção Militar", em que aponta os riscos do autoritarismo na política e faz uma defesa intransigente da democracia como — em suas palavras - *o único sistema capaz de regular uma sociedade atravessada por incontáveis interesses contraditórios*.

Sua atuação no jornalismo revelou uma das faces de um homem nobre, digno e honrado, sempre comprometido com a verdade e com a defesa do pluralismo.

Formado em jornalismo e pós-graduado em ciências sociais, Otávio também expressou sua sensibilidade por meio da literatura e da dramaturgia. Deixou-nos belíssimas coletâneas de ensaios, entre as quais se destacam *De Ponta Cabeça*, *Queda Livre* e *Seleção Natural*.

No campo da dramaturgia, entre suas peças encenadas estão *Típico Romântico*, *Rancor*, *Don Juan* e a versão teatral de *O Terceiro Sinal*.



Inúmeras foram as manifestações de grandes jornalistas, escritores e responsáveis por veículos de comunicação de todo o mundo na ocasião do falecimento de Otávio Frias. Valho-me, nesse momento, das palavras do jornalista Vincent Peyrègne, diretor-executivo da Associação Mundial de Jornais, a respeito do nosso homenageado:

Em um contexto difícil, ele construiu para si uma reputação excepcional, de grande integridade. Aquele que, com humildade, recusava o título de repórter soube se impor como um pilar nessa profissão. (...) Ele sempre se colocava na posição de mediador, favorecendo um diálogo aberto com seus leitores. Nesse sentido, era um pioneiro. Seguindo tais princípios, encampava igualmente os valores de um jornalismo progressivo, que transcende os meros fatos em favor da análise, da contextualização, da investigação, iluminando o debate de opiniões e, dessa maneira, passando de provedor de notícias a conhecimento empoderador.

Assim, Otávio Frias deixou um legado importantíssimo, contribuindo fortemente para o reconhecimento internacional acerca da qualidade jornalismo brasileiro.

Em tempos de Internet e de periódicos digitais, a *Folha* segue com seu pioneirismo. Realiza um jornalismo contemporâneo dinâmico e investigativo, que desperta a consciência crítica e incentiva o debate sobre temas fundamentais para o fortalecimento da opinião pública brasileira.

Sua relevância se firma a cada fato político divulgado, em todos os momentos históricos em que a informação, o bom jornalismo, o debate qualificado são decisivos para o enriquecimento da nossa vida cultural e, sobretudo, para a preservação da democracia.

Concluo meu pronunciamento, Senhor Presidente, congratulando-me com a ilustre Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento que resultou na realização da presente Sessão Especial. Homenagear os grandes brasileiros e os veículos de comunicação que cumprem sua missão com desvelo é dar visibilidade a exemplos de compromisso com um futuro melhor para o nosso País.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.



O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a liberdade de imprensa é o pilar maior da democracia e seu sustentáculo. Nos regimes de força o primeiro ataque é para silenciar a voz do rádio, jornal, televisão e agora das mídias sociais.

A história da *Folha de S.Paulo* começa no longínquo 19 de fevereiro de 1921, quando o jornal foi fundado por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha.

A *Folha* nasceu para fazer contraponto à imprensa conservadora, tradicional e que representava as elites rurais, trazendo ideias e propostas inovadoras, oferecendo à sociedade paulistana e brasileira a oportunidade de ter acesso a diferentes formas de pensamento e despertando para a importância da discussão política e as consequências diretas sobre a vida de todos.

Em 1986, a *Folha* tornou-se o jornal de maior circulação em todo o país, liderança que mantém até os dias atuais.

Em 1994 atingiu a expressiva marca de mais de um milhão de exemplares vendidos na edição de domingo. No ano seguinte inaugurou seu novo parque gráfico, considerado o maior e mais atualizado tecnologicamente na América Latina.

Atualmente, com a expansão da indústria da comunicação, a *Folha* transformou-se em um centro de atividades que engloba jornais, banco de dados, instituto de pesquisas de opinião e mercado, agência de notícias, serviço de informação e entretenimento em tempo real, gráfica de revistas e empresa transportadora e faz parte da elite dos meios de comunicação do Brasil.

Durante toda a sua história, a *Folha* viveu momentos de extrema dificuldade. Em 1930, com a vitória da Revolução Getulista, teve suas instalações destruídas e Olival Costa vendeu a empresa para Octaviano Alves de Lima, empresário ligado à produção e principalmente ao comércio do café. O novo dono tinha por objetivo defender os interesses da agricultura e dos produtores rurais, mas importantes fatos desviaram o foco da redação para diversificados temas, como a Revolução de 1932, quando os paulistas tentavam recuperar o poder político perdido para Getúlio Vargas, e posteriormente a Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945 e o Estado Novo, a ditadura getulista, de 1937 à 1945.

Olival era um homem de negócios sem nenhuma familiaridade com a imprensa e convidou o poeta Guilherme de Almeida para dirigir a empresa e Rubens do Amaral para o posto de Diretor Editorial. A redação adquiriu uma tendência abertamente anti-getulista e passou a sofrer forte pressão política e econômica do governo federal e transformou-se na Voz de Oposição à Ditadura.

Essa posição política trouxe dificuldades financeiras que levaram a troca de proprietários da empresa, em 1945.

Os novos donos, o fazendeiro Alcides Ribeiro Meirelles, o advogado José Nabantino Ramos e o administrador Clóvis Queiroga, eram alinhados politicamente com o governo federal. Nabantino Ramos foi indicado pelo interventor do estado de São Paulo, Fernando Costa, a pedido de Getúlio Vargas. Queiroga representava o conde Francisco Matarazzo que financiou a modernização da empresa com o objetivo de responder aos ataques que lhe faziam os jornais de Assis Chateaubriand, seu desafeto.

Em 13 de agosto de 1962, a *Folha* mudava de dono pela quarta vez, quando foi vendida aos empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

Os novos donos elegeram como tarefa prioritária, a recuperação do equilíbrio financeiro da empresa.

O cientista José Reis foi nomeado Diretor de Redação e convidou para auxiliá-lo nesta tarefa gigantesca, o jornalista Cláudio Abramo, que sucedeu Reis e manteve com Frias, uma produtiva convivência profissional que se prolongou por mais de vinte anos.



Superada a fase de dificuldades econômico-financeiras, o foco passou a ser a modernização industrial e um novo formato de distribuição dos exemplares, que criou a base para o salto dos números da circulação que vieram em seguida.

Em 1968, a *Folha* se tornou o primeiro jornal latino-americano a ser impresso no sistema *off-set*.

Em 1971, veio outra inovação, a aposentadoria dos moldes de chumbo e a adoção da composição "a frio".

O início da década de 70 foi de enormes dificuldades para a história do jornal. Acusado por grupos da luta armada de ser aliado da ditadura, a *Folha* transformou-se em alvo dos guerrilheiros e teve três caminhonetes de entrega de jornais queimadas, seguido de ameaça de morte a Octávio Frias.

Em resposta, Frias assinou o editorial de capa, "Banditismo", afirmando que não aceitaria a agressão e nem as ameaças.

Em 1972, a *Folha* voltou a adotar uma atitude política mais independente e afirmativa. Com essa nova posição, passou a ganhar espaço junto à classe média que ascendeu com o "milagre econômico". E inovou com a ampliação do jornalismo econômico, esportivo, educacional e de serviços.

E passou a apoiar a ideia da abertura política e a defesa da redemocratização. Reuniu um respeitável time de columnistas, como Jânio de Freitas, Paulo Francis, Tarso de Castro, Glauber Rocha, Flávio Rangel, Alberto Dines, Mino Carta, Osvaldo Peralva, Luiz Alberto Bahia e Fernando Henrique.

Em 1984, em plena efervescência da abertura política e a campanha Diretas Já, Octávio Frias Filho, assumiu a Direção de Redação. Foi implantado o Projeto *Folha*, que definia a linha para a prática de um jornalismo crítico, apartidário e pluralista. Esses princípios ensejaram a criação do Manual da Redação, que trazia um conjunto de normas e compromissos assumidos pelo jornal.

Em 1989, outra iniciativa pioneira, a *Folha* passou a ter um "Ombudsman", um profissional da empresa, encarregado de critica-la e acolher pleitos dos leitores.

Outra novidade foi a criação em 1991 da seção diária "Erramos", com a obrigação de publicar críticas e contestações às matérias publicadas.

Mantendo uma posição crítica aos sucessivos governos de Geisel, Figueiredo, Sarney, Collor e Itamar, Otávio Frias Filho foi processado com outros três jornalistas da *Folha* e teve a redação invadida pela Polícia Federal.

Nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef e Michel Temer, o jornal foi acusado de ser "pró-oposição" por todos eles.

Em 1992, o economista Luiz Frias assume a presidência do Grupo Folha. Formado em Economia pela Universidade de São Paulo, com mestrado na Universidade de Cambridge, na Inglaterra e Universidade de Paris, ingressou no Grupo Folha em 1981 e foi nomeado Diretor Executivo (CEO), em 1989.

No dia 21 de agosto de 2018, a *Folha* perdeu o seu grande comandante, faleceu aos 61 anos, Otávio Frias Filho. Foram 34 anos de uma profícua gestão que marcou a história do jornalismo brasileiro.

A jornalista Maria Cristina Frias assumiu a Diretoria de Redação e Diretoria Editorial do Grupo Folha. Formada em jornalismo e pós-graduada em Finanças, ocupou os cargos editora de Economia e columnista da editoria de Opinião, tendo sido antes repórter na área de educação, editorialista e tradutora.

Com o advento da internet e das novas mídias sociais, o jornalismo brasileiro está frente ao seu maior desafio. Depois de tantas mudanças ao longo de todo esse tempo, o Grupo Folha, com certeza encontrará novos caminhos que serão trilhados com o sucesso de sempre.



Hoje, o Senado da República, presta homenagem a um grupo de comunicação, que sob sua ótica, escreveu a história do Brasil nos últimos 98 anos. Daqui a dois anos, estaremos aqui, com a graça de Deus para celebrar o seu centenário.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!



Documento encaminhado pela Senadora Kátia
Abreu, nos termos do art. 210 do Regimento
Interno



Senhoras e senhores, bom dia.

Durante muitos anos temos ouvido que a imprensa é o quarto poder.

Mas é bem mais do que isso: a imprensa é o poder sobre os poderes; é quem se coloca à distância para ser a torre de vigília da sociedade.

Para além da vigilância, nos serve também como farol, indicando os melhores caminhos a seguir. Hoje estamos aqui para comemorar os 98 anos do jornal Folha de São Paulo, um dos principais periódicos do Brasil – até do mundo, eu diria – que se destaca por sua ampla e implacável cobertura da nossa realidade.

Hoje, vivemos tempos em que a informação corre livremente e de forma desordenada, com fatos sendo misturados a boatos nas chamadas redes sociais.

É preciso separar as coisas.

Jornais como a Folha de São Paulo estão aí para repor a verdade; para dar respaldo à realidade, mostrar os fatos como eles são e apresentar seus desdobramentos.

Para muitos homens públicos não é fácil compreender o papel da imprensa livre e responsável. Mas o certo é que sem uma imprensa livre não há democracia.

A Folha tem representado essa liberdade de forma exemplar. Sem medo de enfrentar os poderosos, tem contribuído enormemente para um país melhor. Tem feito o Brasil pensar e agir de forma diferente.

O jornalismo corajoso é a marca da Folha, que também mostra diversidade: por suas páginas desfilam nomes de todas as correntes de pensamento, dos mais conservadores aos mais progressistas. É um espaço para a livre circulação de ideias.

É uma história que se fez ainda maior nos 34 anos em que esteve sob a direção de Otávio Frias Filho, falecido ano passado, e que comandou uma verdadeira revolução na imprensa brasileira, com o início da modernização dos jornais.

Que venham os próximos 98 anos para a Folha; que o jornal continue sendo este símbolo da liberdade de expressão; que represente o homem comum diante dos poderes constituídos, que contribua cada vez mais para um país e um mundo melhores.

À Folha, seus funcionários e até seus leitores, os meus parabéns.


Paco Britto
Governador em exercício do DF

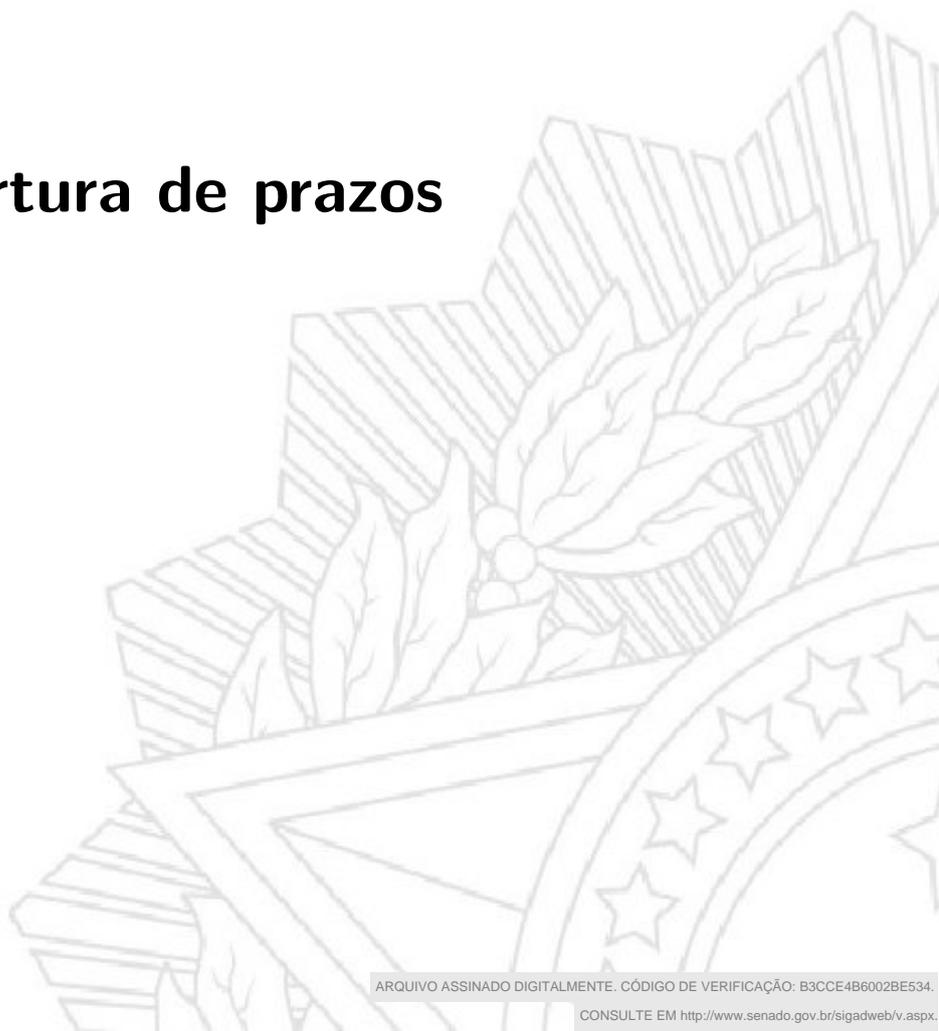
17
03
2019
Paco



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 23ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2017, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Recebidos os Memorandos nºs 5 e 6, de 2019, da CCT, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, dos Projetos de Decreto Legislativos nº 91, de 2017 e nº 74, de 2018.

Concluída a instrução dos projetos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

São os seguintes os memorandos:





Senado Federal
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

MEMO. nº. 005/2019 – CCT

Brasília, 13 de março de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Projeto de Decreto Legislativo.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 91/2017.

Atenciosamente,

SENADOR VANDERLAN CARDOSO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
PDS Nº 91 de 2017
Fls. 307





Senado Federal
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
Nº 74 de 2018
Fls. 203

MEMO. n.º. 006/2019 – CCT

Brasília, 13 de março de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Aprovação de Projeto de Decreto Legislativo.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 74/2018.

Atenciosamente,

SENADOR VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática



Comunicações





SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Ofício nº 025/2019 – BLPRD

Brasília, 14 de fevereiro de 2019

à publicação
Com 14/3/19
[Signature]

Excelentíssimo Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Solicito que sejam feitas alterações na composição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no sentido de que, nas vagas destinadas a este Bloco, o **Senador Telmário Mota** ocupe a 1ª suplência, seguido pelos **Senadores Jaques Wagner e Paulo Rocha**.

Senador Paulo Rocha
Líder do Bloco Parlamentar da Resistencia Democrática

Recebido em 14/3/19
Hora: 11:27
[Signature]
Juliana Soares Amorim
Matricula: 302809 SLSF/SGM





Senado Federal
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Ofício nº 005/2019– CRE

Brasília, 14 de março de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

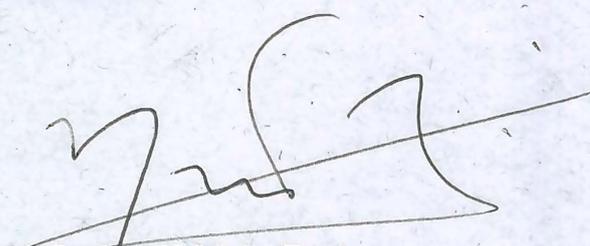
Assunto: Comunica a designação dos membros de Subcomissão - CRE

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a designação dos membros da Subcomissão Temporária para acompanhar a situação na Venezuela, criada pelo Requerimento nº 08/2019-CRE, de autoria do Senhor Senador **Marcio Bittar**.

Senadores(as) Membros designados(as): Titulares: **Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues**.
Suplentes: **Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério**.

Atenciosamente,


Senador Nelsinho Trad
Presidente

Recebido em 14.03.2019
Horas 12:17

Fernando Sachetti - Mat. 106218

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 5-B, CEP 70165-900, Brasília-DF
Telefones: (61) 3303-3259/3496/4777, Fax: (61) 3303-3546, E mail: scomcre@senado.gov.br





Senado Federal
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

A publicação
em 14.03.19

Ofício nº 006/2019- CRE

Brasília, 14 de março de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Eleição do Presidente e Vice de Subcomissão - CRE**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência as eleições dos Senhores Senadores **Telmário Mota e Marcio Bittar** para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão Temporária para acompanhar a situação na Venezuela, criada pelo Requerimento nº 08/2019-CRE, de autoria do Senhor Senador **Marcio Bittar**.

Atenciosamente,

Senador Nelson Trad
Presidente

Recebido em 14.03.2019
Horas 12 : 17

Fernando Sacchetto - Mat. 106218
SL - SGM

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 5-B, CEP 70165-900, Brasília - DF
Telefones: (61) 3303-3259/3496/4777, Fax: (61) 3303-3546, E mail: scomcre@senado.gov.br





Senado Federal
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

MEMO. nº 007/2019 – CCT

Brasília, 13 de março de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento do OFS nº 10/2015.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi dado conhecimento do teor do OFS nº 10/2015 aos membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, na 2ª reunião, extraordinária, deste Colegiado, realizada em 20/02/2019. Não tendo havido manifestação de interesse de Senador, encaminhado para arquivamento.

Atenciosamente,

SENADOR VANDERLAN CARDOSO

**Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática**

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
OFS Nº 10 de 2015
Fls. 07





Senado Federal
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

MEMO. n.º 008/2019 – CCT

Brasília, 13 de março de 2019.

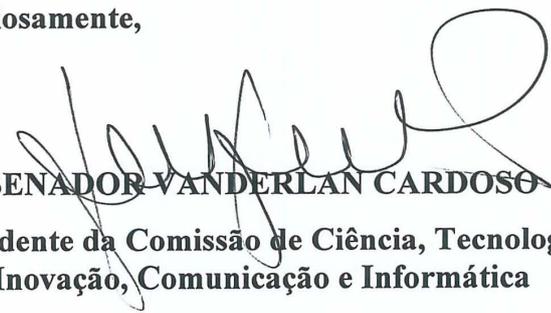
A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento do OFS n.º 6/2017.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi dado conhecimento do teor do OFS n.º 6/2017 aos membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, na 2ª reunião, extraordinária, deste Colegiado, realizada em 20/02/2019. Não tendo havido manifestação de interesse de Senador, encaminhado para arquivamento.

Atenciosamente,



~~SENADOR VANDERLAN CARDOSO~~

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação Comunicação e Informática
OFS N.º 6 de 20 17
Fls. 13





Senado Federal
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

MEMO. nº 009/2019 – CCT

Brasília, 13 de março de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento do OFS nº 5/2017.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi dado conhecimento do teor do OFS nº 5/2017 aos membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, na 2ª reunião, extraordinária, deste Colegiado, realizada em 20/02/2019. Não tendo havido manifestação de interesse de Senador, encaminhado para arquivamento.

Atenciosamente,

SENADOR VANDERLAN CARDOSO

**Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática**

Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática
OFS Nº 5 de 20 17
Fls. 14



As matérias vão ao Arquivo.



Discursos encaminhados à publicação



O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, há poucos dias, a imprensa noticiou que o homem mais rico do Brasil – Jorge Paulo Lemann – perdeu a liderança para outro brasileiro – o banqueiro Joseph Safra.

A fortuna pessoal do Sr. Lemann perdeu bilhões de dólares em apenas uma semana. Suas empresas estão passando por uma fase difícil e seu estilo de gestão – agressivo, focado em custos – está em xeque.

Segundo as mesmas fontes, o Sr. Lemann teria confessado a pessoas próximas que seu grande desafio, atualmente, é entender o consumidor. É conhecer seus desejos e suas aspirações, suas carências e dificuldades.

Entender a cabeça do consumidor, na verdade, é o maior desafio de qualquer empresa. Da pequena padaria da esquina aos grandes conglomerados industriais e tecnológicos, todos querem – e precisam – saber o que se passa na cabeça do consumidor. Não há economia pujante, que gere empregos e riqueza, sem que as necessidades do consumidor sejam compreendidas e atendidas.

O consumidor tem desejos variados. Hoje, ele quer produtos grandes; amanhã, prefere algo mais compacto. Ele pode preferir formas arredondadas, até que, subitamente, passa a gostar de linhas retas. Ontem, ele gostava de branco, hoje, de preto, e amanhã, quem sabe, do vermelho. O gosto e as preferências do consumidor – uma espécie de Santo Graal das empresas – mudam sempre. O que permanece inalterável na cabeça do consumidor é seu desejo constante e busca permanente por respeito.

Como disse o Presidente John Kennedy – em seu discurso que inaugurou, em 15 de março de 1962, o movimento em defesa dos direitos dos consumidores –, o consumidor sempre exigirá três coisas das empresas e do governo: o direito de receber informação completa e acessível sobre tudo o que está consumindo; o direito de ser protegido contra produtos e serviços perigosos ou ineficazes; e o direito de escolher livremente aquilo que lhe agrada e lhe convém.

15 de março é o Dia Mundial do Consumidor – ou, melhor dizendo, o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor. É um dia que diz respeito a todos nós, pois somos todos consumidores. É um dia para apreciar a notável evolução do direito positivo brasileiro no que toca a sua proteção. Para comemorar a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – o nosso Código de Defesa do Consumidor. E, também – sobretudo –, para analisar, investigar e examinar cuidadosamente que lacunas legais devem ser preenchidas para que o consumidor brasileiro tenha acesso real, concreto e pleno a seus direitos.

Essa tem sido uma das bandeiras de minha militância política. Em meus mandatos como Deputado Federal e, nos últimos anos, como Senador da República, sempre trabalhei pela aprovação de proposições legislativas em defesa do consumidor brasileiro. Minha atuação nesse campo é regida por princípios bem simples: eu acredito que o brasileiro tem direito a serviços de qualidade e a produtos seguros; e que deve ser tratado honestamente e com justiça quando, por qualquer motivo, algum aspecto da relação de consumo – seja um produto com defeito, ou um serviço que não sai como gostaríamos – acaba dando errado.

A título de exemplo, citarei dois projetos de lei que apresentei recentemente. Em primeiro lugar, o PL nº 641, de 2019, que busca alertar os consumidores sobre os malefícios à saúde da utilização do narguilé – esse dispositivo que muitos jovens, atualmente, usam para fumar tabaco. Muitos não fazem ideia de que estão correndo um risco real de desenvolver câncer de pulmão, de boca ou de esôfago, entre outras doenças. Nossos jovens merecem ter acesso a essa informação,



pois só assim poderão tomar decisões ponderadas e agir como consumidores conscientes, da maneira que deve ser. Em segundo lugar, gostaria de citar o PL 664, também de 2019. Esse projeto busca assegurar o fornecimento de peças de reposição por um período razoável, não deixando os consumidores desassistidos, prejudicados por produtos defeituosos e sem possibilidade de reparo.

Defender os direitos dos consumidores é defender os brasileiros. É contribuir para o crescimento da economia. É favorecer – e permitir – o desenvolvimento do País. Por isso, continuarei sempre empenhado nessa luta

Feliz Dia Mundial do Consumidor!

Muito obrigado.



O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cidadãs e cidadãos do meu Estado de Mato Grosso e de todo o Brasil que acompanham os trabalhos do Senado Federal: uma das mais profundas e significativas mudanças econômicas por que o Brasil vem passando nos últimos tempos consiste no deslocamento do eixo dinâmico das iniciativas e dos investimentos em infraestrutura para o setor privado. Sem prejuízo, é claro, do papel regulador e fiscalizador do Governo.

Nessa premissa, ainda no governo do ex-presidente Michel Temer, no marco do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), foram selecionados 73 projetos para privatização ou concessão.

Destes, foram leiloados 21, resultando numa arrecadação de R\$ 3,1 bilhões aos cofres da União.

O governo do Presidente Jair Bolsonaro decidiu acertadamente – dar continuidade ao programa. Cumpre-se, com isso, na prática, uma das condições fundamentais para que os projetos estruturantes do país deixem de ser uma ferramenta da política de Governo para se transformar numa política de Estado.

Aliás, antes de adentrar ao tema que me traz a esta tribuna, que é o de tratar das privatizações dos aeroportos, cujo leilão acontece nesta sexta-feira, permitam-me uma breve reflexão sobre a questão da política de Governo versus política de Estado.

Um dos fatores que demandam sucesso de qualquer tipo de investimento – seja ele público ou privado – se estabelece no bom planejamento e na previsibilidade. As concessões é um bom exemplo.

Atualmente, a Constituição Federal atribui à legislação ordinária a disciplina das concessões e permissões de serviços públicos. O regime de contratação das empresas concessionárias permissionárias de serviços públicos é normatizado por leis ordinárias, sujeitas a alterações pelo rito comum do processo legislativo e, até mesmo, por medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo.

O atual modelo, Sr. Presidente, gera fragilidade indevida, visto que as normas legais dessa matéria podem ser objeto de alterações sem maiores restrições.

A relevância que a prestação de serviços públicos tem para os cidadãos encontra reflexo nos princípios que regem a matéria, entre eles, o da regularidade, continuidade, segurança e atualidade.

Repito: regularidade, continuidade, segurança e atualidade.

Portanto, Sras. e Srs. Senadores, o pleno cumprimento desses princípios só pode ser atingido em um ambiente que proporcione estabilidade nas regras para os negócios e segurança jurídica dos contratos.

Os investimentos necessários para boa parte das concessões e permissões de serviços públicos são de grande monta e longo prazo de maturação, o que reforça a necessidade de estabilidade e segurança jurídica para garantir sua concretização.

Visando acabar com essa insegurança – tão lamentada pelos investidores – eu propus uma Emenda Constitucional alterando exatamente esse ponto. Ou seja: determinar que as concessões e permissões de serviços públicos sejam normatizados por lei complementar. Qualquer mudança no regime de concessões, dessa forma, só poderá ocorrer mediante quórum qualificado, que, sabemos, para ser alcançado, exige amplas discussões.



Na prática, transformamos a política de Governo, que regem as concessões, acabando com o humor do governante de plantão, em Política de Estado, isto é, independe de quem estiver sentado na cadeira governamental.

Essa PEC aguarda votação e eu aproveito para rogar aos meus colegas senadoras e senadores para que possamos avançar sobre ela, entendendo a profundidade que representa essa medida dentro de um país que precisa, de fato, mudar o eixo dos investimentos na defesa da causa pública.

Continuando, Sr. Presidente!

O atual Governo publicou editais relativos a 17 outros projetos (12 aeroportos, sendo que quatro deles no meu estado de Mato Grosso; uma estrada de ferro, a Ferrovia Norte-Sul; e quatro terminais portuários).

Vale ressaltar que, para a presente etapa, o Governo espera arrecadar R\$ 1,5 bilhão, e a expectativa é que todos esses editais, em torno de 30, segundo os estudos, venham a gerar mais de R\$ 6,4 bilhões em investimentos privados, com a criação de vários milhares de empregos formais.

A Frenlog (Frente Parlamentar Mista da Logística de Transporte e Armazenagem), que tenho a honra de presidir, e o IBL (Instituto Brasil Logística), que presta valioso apoio técnico à nossa frente saúdam essas decisões, por tudo que elas representarão para o fortalecimento da infraestrutura nacional no marco da intermodalidade, para a produção e circulação das riquezas agroindustriais geradas na vastidão do interior brasileiro.

A título de informação, em etapa preparatória avançada se encontram os editais de mais 30 concessões (10 aeroportos, 17 terminais marítimos, uma rodovia e duas ferrovias). O ministro da Infraestrutura, doutor Tarcísio Gomes, previu que, até o final do ano, o número desses leilões poderá chegar a mais de 100.

Ou seja: um vasto portfólio de oportunidades no Brasil e em favor do povo brasileiro.

Sr. Presidente, como disse há pouco, os quatro aeroportos componentes do Bloco Centro-Oeste se localizam em municípios mato-grossenses: Rondonópolis (minha cidade natal); Cuiabá, Sinop e Alta Floresta.

O investimento privado previsto atinge a magnífica cifra de R\$ 771 milhões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores: a modernização e ampliação desses quatro aeroportos mato-grossenses é um sonho longamente acalentado pelo meu estado. E lutamos muito por isso.

Me permitam recordar que há pouco mais de dois anos, em 2016 atuei como relator da Avaliação de Política Pública da Aviação Voltada para o Desenvolvimento Regional, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Naquela oportunidade, entre outras recomendações, meu relatório sugeriu estudos "para concessão em bloco de aeroportos nacionais e regionais; definição dos aeroportos hub nacional e hub regional por região, priorizando os voos de aeroportos regionais aos hubs para melhor acesso à malha de voos nacionais; e a exigência de integração operacional mínima entre empresas aéreas operadoras de rotas regionais subsidiadas e empresas aéreas nacionais, em especial quanto a horários de partida e chegada e procedimentos de conexão".

Agradeço o apoio que recebemos nessa relatoria do senador Davi Alcolumbre, então presidente da CDR, hoje, presidente do Senado Federal. A partir desse trabalho, senhor presidente, começou-se então a se desenhar esse modelo que agora se aplica às concessões aeroportuária e da qual acredito que trará relevantes resultados no leilão previsto para esta sexta-feira, na Bolsa de Valores de São Paulo.



Recordo que, em junho do ano passado, em audiência pública com a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), realizada em Cuiabá, elogiei o modelo de concessão em bloco dos referidos terminais aéreos, explicando que, assim, fica mais fácil promover o equilíbrio financeiro entre aqueles que, em razão do grande movimento são superavitários, e os demais, que, a despeito das dificuldades, prestam relevantes serviços ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social das áreas a que servem.

Mais recentemente, a Medida Provisória nº 863, baixada pelo Executivo em dezembro último, remove as atuais barreiras à participação de capitais estrangeiros na aviação comercial do nosso País. Trata-se de uma bem-vinda mudança que deverá baixar custos e ampliar as ofertas de voos. Ela também abre a oportunidade para que nós, membros do Poder Legislativo, aperfeiçoemos a proposição no sentido de que a malha aérea atenda de forma mais satisfatória o interior brasileiro e a região amazônica, com operação regular e aeronaves de maior capacidade, democratizando, assim, o acesso ao transporte aéreo de qualidade e com boas condições de segurança a todos os segmentos da nossa população interiorana.

Posso assegurar a todos que estou feliz ao ver que o sonho acalentado pelo povo do meu Mato Grosso, de termos aeroportos em condições adequadas e modernas, se configura muito próximo da realidade. E me sinto absolutamente contemplado sendo participante ativo dessa grande conquista, honrando a confiança que recebi do povo do meu querido Estado.

Os desafios continuam. São muitos. Mato Grosso precisa de muito mais para seguir dando as grandes respostas que o país precisa em termos de desenvolvimento econômico e social.

Mas com toda a certeza, hoje, gostaria de celebrar com o povo do meu querido Mato Grosso essa grandiosa realização.

Muito obrigado, Sr. Presidente!



O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela rádio Senado, internautas que nos seguem pelas redes sociais, nesta quinta-feira, 14 de março, em que se completa um ano da execução da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, o Brasil se vê em luto por outra tragédia nacional, que foi a ocorrida ontem, em Suzano, na Grande São Paulo.

Oito assassinatos praticados por dois jovens, que depois se mataram – sete deles dentro de uma instituição de ensino, a escola Professor Raul Brasil – deixaram outros 11 feridos e o país perplexo diante da crueldade e do enredo que envolve seus autores.

Dois rapazes de 17 e 25 anos que prepararam meticulosamente um crime bárbaro contra funcionários e colegas pelo simples exercício do ódio, o mesmo motor que deu ânimo aos executores de Marielle, como ressaltou a própria polícia.

Arquitetura do Crime

Como disse a mãe de um deles, "é chocante ver meu filho chamado de assassino. Mas chamar de quê?". É a triste constatação de alguém que desconhecia as atividades do próprio filho, não tinha ciência de seus interesses, às redes sociais por onde navegava, ao que via e buscava na Internet, aos jogos eletrônicos que usava e, sobretudo, a como combinava tudo isso com a realidade em que vivia.

Está muito evidenciado que os assassinos, ambos sem quaisquer antecedentes criminais, amigos de infância, são um produto dessa sociedade doente dos dias atuais, em que o diálogo, o embate de ideias e os fatos estão cedendo espaço à intolerância, à violência e à mentira.

E não posso deixar de registrar aqui que todo esse ambiente pernicioso no Brasil vem sendo intensificado nos últimos meses, com a entusiasmada militância de Jair Bolsonaro.

Não é segredo para ninguém que toda a vida pública de Bolsonaro foi pautada pelo discurso da truculência, do ataque ao outro, da desqualificação alheia, da defesa da tortura. Nada disso ele nega, ao contrário, tem orgulho de reafirmar. E tudo isso foi potencializado durante a campanha presidencial, em que o ódio aos adversários, especialmente ao PT, foi disseminado pelo então candidato.

Bolsonaro apresentou-se como um justiceiro. Vendeu aos brasileiros a imagem de que iria resolver os problemas da violência no país na base da bala, encarceramento indiscriminado, na lei do olho por olho, dente por dente, na supressão do direito de minorias, na eliminação de desafetos. E assegurou aos brasileiros que todos iriam poder resolver suas desavenças do mesmo jeito.

Foi ele que disse, como candidato, que iria exilar ou mandar prender opositores. Foi ele que insuflou seus eleitores a "fuzilar a petralhada". Foi ele que usou objetos nos comícios para simular fuzis e consagrou o gesto de se fazer uma arma com a mão.

Gesto, aliás, que ele ensaiou até mesmo com crianças em seu colo, simulando com elas o ato de atirar com armas de fogo.

No posto de Presidente da República, um dos primeiros atos de Bolsonaro foi autorizar – por meio de um decreto ilegal que estamos questionando no Supremo Tribunal Federal – que cada brasileiro possa ter a posse de quatro armas. E, agora, quer liberar o porte nos centros urbanos, vendendo essa medida como se ela, de pronto, fosse resolver todos os graves problemas pelos quais passa o Brasil.

Foi essa a tônica que marcou a chacina de ontem, em Suzano. Não há como nós não enxergarmos nesses dois jovens, um deles, pelo menos, defensor e apoiador de Bolsonaro nas redes



sociais, as digitais do discurso de ódio propagado permanentemente pelo presidente da República não só no período de campanha, mas também no exercício do cargo para o qual foi eleito. Bolsonaro e os que agem como ele influenciam autores de tragédias como essa.

Foram necessárias seis horas após o massacre para que ele fosse às redes sociais se manifestar em favor das vítimas e dos seus familiares. Talvez, porque não tivesse o que dizer. Talvez, porque estivesse pensando em alguma frase em que pudesse inserir no meio daqueles corpos de inocentes, como ousaram fazer alguns de seus apoiadores neste Congresso Nacional, a defesa das armas. Por fim, parece ter resolvido não cruzar a linha da sanidade e rendeu-se a chamar o ato de "monstruosidade".

Segurança Pública

A segurança pública é um monopólio constitucional do Estado. Ela não pode ser terceirizada. Ninguém pode oferecer ao cidadão a ideia de que ele possa ter uma arma e sair por aí fazendo justiça com as próprias mãos, que ele saia resolvendo suas diferenças na troca de tiros. Isso é algo inaceitável. É eliminar o Estado como responsável pela resolução de conflitos. É acabar com as forças de segurança. É empurrar a sociedade para o estágio da barbárie.

As milícias são um exemplo bem-acabado desse poder paralelo. Hoje, estão absolutamente fora de controle em lugares como o Rio de Janeiro, ingovernáveis, com seus tentáculos em todas as estruturas do Estado e seus membros recebendo honrarias e homenagens do Poder Público, como tomamos conhecimento recentemente.

O Brasil foi o país que mais registrou mortes por armas de fogo no ano passado em todo o mundo. Foram mais de 43 mil assassinatos. E o presidente da República, para atender aos interesses econômicos da indústria armamentista e dos países exportadores de armas, como os Estados Unidos, quer inundar o país com mais armas. É um absurdo.

Se o Estatuto do Desarmamento tem falhas, como a lacuna em relação às armas brancas, vamos aperfeiçoá-lo. Vamos endurecer a legislação para melhorar a lei. Esta é a função desta Casa.

Agora, o que é absolutamente inaceitável é, vivendo num cenário de guerra desse como o que vivemos, abrirmos as portas para que o país receba uma enxurrada de armamentos que acabem ficando à mão das nossas crianças e jovens, como os que ontem praticaram aqueles homicídios em São Paulo.

Nós precisamos de uma política de segurança pública séria e moderna, que seja capaz de responder aos novos desafios impostos pela atualidade. Precisamos equipar melhor nossas polícias e, fundamentalmente, precisamos investir em inteligência policial porque, sem ela, estaremos sempre atrás da criminalidade.

O Estado sobe o morro para revistar favelas. Violenta pobres e negros. Vai a escolas revistar bolsas de crianças à procura de arma. Mas é incapaz, por exemplo, de descobrir um matador de aluguel e tem em sua posse 117 fuzis M-16. Como pode o Estado, dessa forma, fazer face ao crime e à violência?

Então, num dia como o de hoje, em que se completa, um ano da morte de Marielle Franco e de Anderson Gomes e em que o Brasil enterra as vítimas do massacre de Suzano, nós temos de tomar consciência que não é escoando mais armas para a sociedade que nós vamos conter os homicídios, reduzir a violência.

Ao contrário, atos dessa natureza só vão piorar a nossa situação, razão pela qual esse decreto de Bolsonaro que ampliou a posse de armas deve ser imediatamente revogado e nós devemos nos



debruçar, seriamente, menos em factoides - como esse decreto ou pacotes anticrime - e mais em ações substantivas e consistente que nos ofereçam soluções mais duradouras e efetivas no combate a essa chaga social que ceifa tantas vidas e faz sangrar tantas famílias todos os dias no Brasil.

Muito obrigado a todas e a todos.



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução da Mensagem nº 3, de 2019, a Mensagem será deliberada oportunamente pelo Plenário.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1496, DE 2019

Dispõe sobre aplicações alternativas e sustentáveis aos resíduos e rejeitos decorrentes da exploração mineral, altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI N° , DE 2019**(Do Senador JAQUES WAGNER)**

Dispõe sobre aplicações alternativas e sustentáveis aos resíduos e rejeitos decorrentes da exploração mineral, altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º A destinação e disposição de resíduos sólidos e rejeitos da mineração cuja disposição final se dê a céu aberto ou em barragens dar-se-á em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se perigosos, para os fins do disposto na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, os rejeitos de beneficiamento de minérios, desde que depositados em barragens das quais existam comunidades que possam ser atingidas por seu eventual rompimento, nos termos de regulação expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Art. 2º. Ressalvados os metais pesados e demais rejeitos cuja toxicidade impeça a sua utilização, os resíduos sólidos e rejeitos provenientes da mineração serão destinados à fabricação de artefatos e materiais da construção civil, tais como blocos para alvenaria, tijolos, telhas, cerâmicas, e lajotas, observados os seguintes percentuais:

I – no mínimo dez por cento, a partir do ano subsequente ao da publicação desta Lei;





II – no mínimo trinta por cento, a partir do segundo ano subsequente ao da publicação desta Lei;

III – no mínimo cinquenta por cento, a partir do terceiro ano subsequente ao da publicação desta Lei;

IV – no mínimo setenta e cinco por cento, a partir do quarto ano subsequente ao da publicação desta Lei; e

V – cem por cento, a partir do quinto ano subsequente ao da publicação desta Lei.

§ 1º. O regulamento desta lei fixará os percentuais máximos de tolerância de variação dos percentuais estabelecidos no “caput”.

§ 2º. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 da Lei nº 12.305, de 2010, disporá sobre a destinação dos rejeitos não destinados na forma do “caput”, vedada a sua acumulação, a partir da data da publicação desta Lei, em barragens à jusante das quais existam comunidades que possam ser atingidas por seu eventual rompimento, nos termos do regulamento.

Art. 3º. Em caso de comprovada inviabilidade econômica da aplicação do disposto nesta Lei, a destinação dos rejeitos e resíduos sólidos da atividade de mineração será fixada pelo órgão ambiental competente, observado o disposto no § 2º do art. 2º.

Art. 4º Os artefatos da construção civil de que trata o art. 2º serão destinados para fins sociais e econômicos da forma que segue:

I – a doação a cooperativas de habitação e a projetos de habitação destinados a populações de baixa renda;

II – a doação aos municípios, para uso em obras de pavimentação, contenção de encostas e na construção, recuperação ou ampliação de logradouros públicos;

III – pela própria mineradora, em obras de seu interesse; e





V – à comercialização.

Art. 5º. O Poder Público poderá conceder isenção de tributos incidentes sobre a produção e comercialização de artefatos da construção de que trata o art. 2º, bem assim sobre o custo dos serviços de transporte de resíduos sólidos dos locais de depósito para os locais de produção de artefatos da construção civil de que trata o art. 2º.

Art. 6º A Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 47.....

.....

§ 3º. Ressalvados aqueles cuja toxicidade impeça a sua aplicação, a destinação dos resíduos de mineração observará os percentuais mínimos estabelecidos em lei de destinação para a produção de artefatos da construção civil. ” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As sucessivas tragédias ambientais e humanas, ocorridas recentemente nas cidades de Mariana e Brumadinho, ambas em Minas Gerais, evidenciaram que os atuais métodos de tratamento dos rejeitos têm gerado enormes passivos ambientais e não se mostram mais aceitáveis como única solução para as sobras da exploração mineral.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) relacionou uma lista com 717 barragens de rejeitos de mineração no Brasil, sendo que, pelo menos, 88 têm método de construção de "alçamento a montante ou desconhecido". Entre elas, 43 são classificadas como barragens de alto dano potencial associado.





Independentemente do método de construção utilizado, é fato que inúmeras barragens de rejeitos de mineração no Brasil alcançam, direta ou indiretamente, comunidades com risco eventual de colapso em caso de rompimento.

Pesquisas recentes, a exemplo do estudo da Universidade Federal de Minas Gerais em Pedro Leopoldo¹, mostram métodos alternativos de utilização dos rejeitos das barragens, com o reaproveitamento do material descartado em forma de tijolos, e indicam que é possível uma gestão sustentável do uso de rejeitos e resíduos de mineração.

A título de ilustração, o método empregado, a partir da queima controlada, possibilita calcinar microparticulados. Evandro Gama, da UFMG, explica que os rejeitos da barragem de lama, quando levados ao forno, passam pelo processo de secagem e calcinação, que separa a areia da pozolana e do pigmento. Segundo o pesquisador, “*esses coprodutos podem ser empregados na produção de concreto, argamassa, cerâmica, tijolos e blocos, com aproveitamento em obras de infraestrutura e construção civil.*”

Se é certo que a geração de rejeitos pela exploração do minério de ferro é inevitável, pesquisas recentes mostram, a toda evidência, que esse material também é passível de ser tratado, recuperado e ter uma destinação social e econômica sustentável. Ademais, a proposta tem como objetivo oferecer alternativas de geração de emprego e renda a partir do reuso, reciclagem e destinação dos rejeitos, que, atualmente, têm sido fator de grande risco à população de nosso país, considerando o elevado número de barragens.

Com efeito, pesquisadores brasileiros têm desenvolvido estudos, não é de hoje, de formas de acabar com as barragens da mineração. É importante que se diga que nossos pesquisadores já descobriam novas aplicações para utilização da lama, os rejeitos, em benefício da sociedade.

¹ <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisas-viabilizam-aproveitamento-integral-de-rejeitos-da-mineracao>



Assim, oferecemos à consideração dos Ilustres Pares, na forma deste Projeto de Lei, uma contribuição para o fomento de aplicações alternativas e sustentáveis aos resíduos sólidos e rejeitos decorrentes da exploração mineral para além da geração de passivos ambientais, a ser implementada de forma progressiva, de modo que, a partir do sexto ano subsequente ao da vigência da Lei, pelo menos 100% dos resíduos sejam destinados à produção de materiais destinados à construção civil.

Propomos fixar, ainda, a classificação, para os fins da Política Nacional de Resíduos Sólidos de que trata a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, como perigosos os rejeitos depositados em barragens das quais existam comunidades que possam ser atingidas por seu eventual rompimento, nos termos de regulação expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Nesses casos, assim, será sempre obrigatória a adoção de medidas para a redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos, e a elaboração de plano de gerenciamento dos resíduos. Passará a ser obrigatório que esse plano de gerenciamento de resíduos disponha sobre a destinação dos rejeitos não destinados ao aproveitamento, vedada a sua acumulação em barragens das quais existam comunidades que possam ser atingidas por seu eventual rompimento, nos termos de regulação expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM).

Sala das Sessões,

Senador **JAQUES WAGNER**

PT – BA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010 - Lei de resíduos sólidos - 12305/10

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12305>

- artigo 20



O Projeto de Lei nº 1496, de 2019, vai às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Meio Ambiente, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1504, DE 2019

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para destinar os bens da herança vacante adquiridos pelos Municípios, Distrito Federal ou União aos serviços de saúde, de educação ou de assistência social.

AUTORIA: Senador Jayme Campos (DEM/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador *Jayme Campos*
PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para destinar os bens da herança vacante adquiridos pelos Municípios, Distrito Federal ou União aos serviços de saúde, de educação ou de assistência social.



SF/19643.39541-64

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 28.**

§ 2º Não comparecendo herdeiro ou interessado para requerer o inventário até trinta dias depois de passar em julgado a sentença que mandar abrir a sucessão provisória, proceder-se-á à arrecadação dos bens do ausente pela forma estabelecida nos arts. 1.819 a 1.823, respeitado, quanto à transmissão do domínio, o disposto no parágrafo único do art. 37 e no art. 39.” (NR)

“**Art. 37.**

Parágrafo único. Se, no prazo previsto no *caput* deste artigo, o ausente não regressar, e nenhum herdeiro se habilitar na sucessão provisória, os bens arrecadados passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao domínio da União, quando situados em território federal, respeitado o disposto no art. 39 e nos §§ 2º e 3º do art. 1.822.” (NR)

“**Art. 1.822.**

§ 1º

§ 2º Após a declaração de vacância, os bens deverão ser destinados à prestação de serviços públicos de saúde, de educação



2

ou de assistência social ou serão objeto de concessão de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais ou educativos, no interesse do Município, do Distrito Federal ou da União.

§ 3º Na hipótese de venda dos bens, os valores deverão ser revertidos em favor da infraestrutura dos serviços públicos de saúde, de educação ou de assistência social, vedada a utilização dos recursos para pagamento de folha de pessoal.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Art. 3º Revogue-se o parágrafo único do art. 39 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

JUSTIFICAÇÃO

A herança vacante é aquela que acaba devolvida ao Estado por não terem sido identificados herdeiros para assumi-la, após todas as diligências legais, ou ainda em razão de ter havido a renúncia de todos eles à herança.

Até 1990, os bens arrecadados que compunham a herança vacante passavam ao domínio do Estado, ou ao do Distrito Federal, a depender de onde era domiciliado o autor da herança. Se o último domicílio tivesse sido em Território Federal, os bens se incorporavam ao domínio da União. O Decreto-lei nº 8.207, de 1945, previa a obrigatoriedade de aplicação destes bens em fundações voltadas ao desenvolvimento do ensino universitário, cabendo ao Ministério Público velar pela correta destinação dos recursos (art. 3º).

A Lei nº 8.049, de 1990, alterou os dispositivos do Código Civil de 1916 para destinar os bens que compunham a herança vacante ao domínio dos Municípios ou do Distrito Federal, a depender da localização dos bens, abandonando-se o critério do domicílio do autor da herança. Com isso, acabou por também revogar tacitamente o mencionado Decreto-lei que previa a aplicação obrigatória dos recursos no desenvolvimento do ensino universitário. Os municípios passaram a ser os principais destinatários dos bens das heranças vacantes sem que o ordenamento definisse especificamente a destinação pública à qual tais recursos deveriam ser direcionados.



3

O Código Civil de 2002 manteve a regra de transmissão do domínio ao Município ou ao Distrito Federal, de acordo com a localização dos bens, e a incorporação ao domínio da União quando situados em território federal (art. 1.822). Destinação semelhante foi dada à herança vacante dos ausentes (art. 39, parágrafo único).

O presente projeto tem por objetivo inscrever no Código Civil a destinação pública que deve ser dada a esses bens, voltada à promoção dos serviços de saúde, de educação ou de assistência social. Prevê-se a possibilidade de utilização direta dos bens nesses serviços públicos ou a concessão por meio de direito real de uso a entidades civis que comprovadamente tenham fins filantrópicos, assistenciais ou educativos, sempre de acordo com o interesse do Município, do Distrito Federal ou da União.

Na hipótese de venda dos bens arrecadados, prevê-se ainda que tais valores deverão ser revertidos em favor da infraestrutura dos serviços públicos de saúde, de educação ou de assistência social, vedada a utilização diversa dos recursos, especialmente para pagamento de folha de pessoal. Dessa forma, o ordenamento voltará a prever expressamente as destinações públicas que devem ser dadas aos bens que compõem a herança vacante, evitando-se que sejam revertidos meramente para o custeio das máquinas administrativas.

Cumprе mencionar, ainda, que o projeto corrige algumas referências equivocadas que existem no parágrafo único do art. 39 do Código Civil, passando a situar o dispositivo como § 1º do art. 37, como forma de dar mais clareza à disciplina da sucessão do ausente, sem descuidar das garantias existentes no Código para o caso de seu regresso (art. 39).

Certos de que nosso projeto contribuirá para a melhoria dos serviços de saúde, de educação e de assistência social, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua expedita aprovação.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 8.207, de 22 de Novembro de 1945 - DEL-8207-1945-11-22 - 8207/45
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1945;8207>
- Lei nº 8.049, de 20 de Junho de 1990 - LEI-8049-1990-06-20 - 8049/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8049>
- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>
 - parágrafo 1º do artigo 39



O Projeto de Lei nº 1504, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1507, DE 2019

Acrescenta o inciso IV ao § 1º do art. 2º da Lei no 12.153, de 22 de dezembro de 2009, e o inciso V ao § 1º do art. 3º da Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001, para permitir que o demandante possa optar pelo procedimento comum do processo de conhecimento do Código de Processo Civil nas causas cíveis de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e nas causas cíveis de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2019

Acrescenta o inciso IV ao § 1º do art. 2º da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, e o inciso V ao § 1º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, para permitir que o demandante possa optar pelo procedimento comum do processo de conhecimento do Código de Processo Civil nas causas cíveis de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e nas causas cíveis de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 2º da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 2º**

§ 1º

IV – as causas nas quais o demandante opte pelo procedimento comum do processo de conhecimento previsto no Título I do Livro I da Parte Especial da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). (NR)”

Art. 2º. O § 1º do art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 3º**

§ 1º



SF/19702.10482-64



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

V – nas quais o demandante opte pelo procedimento comum do processo de conhecimento previsto no Título I do Livro I da Parte Especial da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo as matérias de competência criminal. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal, o legislador constituinte tratou da liberdade de profissão como norma constitucional de eficácia contida, ou seja, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. E, no caso do exercício da advocacia, devemos ainda observar o previsto no art. 133 da Constituição Federal, no qual está dito que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Com efeito, a Constituição Federal, além de prever que o advogado é indispensável à administração da justiça, deixou claro que somente será considerado advogado aquele que atender às qualificações profissionais que a lei vier a estabelecer. Para atender a esse duplo comando constitucional, foi publicada a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1995 (Estatuto da Advocacia), na qual estão previstas as normas gerais do exercício da advocacia, com as suas restrições.

Pois bem. O art. 7º, inciso I, do Estatuto da Advocacia prevê que é direito do advogado exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional, sendo que faz parte dessa liberdade do advogado o direito de escolher, de planejar, e, sobretudo, o direito do advogado de traçar a melhor estratégia para a defesa do seu cliente, seja quanto à análise do melhor rito procedimento a ser



SF/19702.10482-64



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

adotado, seja o da escolha da ação a ser proposta, alcançando ainda a prova que será produzida, e a viabilidade a respeito da interposição dos recursos disponíveis.

Em relação a este último aspecto – a viabilidade recursal –, há diversas vedações e restrições que trazem diversos obstáculos ao exercício da advocacia, tais como: *i*) a impossibilidade da interposição de agravo de instrumento, quando negados pedidos pleiteados no primeiro grau; e *ii*) a impossibilidade de interpor recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça no âmbito da sistemática dos juizados especiais estaduais, embora, por arremedo, seja admitida a reclamação apenas quando há divergência jurisprudencial em relação ao Superior Tribunal de Justiça ou entre as turmas recursais..

Como outros exemplos de obstáculos ao livre exercício da advocacia, temos o art. 2º da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, e o art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, nos quais estão descritas, respectivamente, as matérias de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública e as causas cíveis de competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal. Com efeito, essas Leis, ao preverem a obrigatoriedade do uso de determinado rito procedimental, além de não cumprirem a sua finalidade principal – que é a de obedecer ao princípio da duração razoável do processo (art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal) –, impõem ao advogado e ao seu cliente prejuízos na defesa dos seus interesses em juízo, porque a sistemática dos juizados especiais não permite ampla dilação probatória, nem o deferimento de medida liminar para a proteção de direito ameaçado.

Em acréscimo, verificamos o crescente aumento dos conflitos de competência entre os juízos das varas da fazenda pública e os dos juizados especiais da fazenda pública, ocasionando, muitas vezes, grande demora apenas para que seja definida a competência para julgamento da causa.

Além disso, o art. 22 do Estatuto da Advocacia afirmar que “a prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência”, ou seja, o legislador especial assegurou ao advogado o direito de



SF/19702.10482-64



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

receber honorários de sucumbência, tenha o processo encerrado em primeira ou em última instância.

E, portanto, a não faculdade pelo rito, também, afeta o direito do advogado de receber honorários de sucumbência em ações propostas perante os juizados especiais que se esgotem em primeira instância. Perceba-se, a obrigatoriedade de opção por um dos ritos é incompatível com o sistema de direitos do advogado.

A propósito, o § 2º do art. 22 do Estatuto da Advocacia prescreve que, “na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, não podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB”.

Veja-se que o Estatuto da Advocacia sequer cogita a hipótese de o advogado não ser remunerado pelo trabalho exercido cuja base de cálculo é o valor econômico da questão.

Por fim, não podemos esquecer que, dentro da sistemática dos juizados especiais, já existe uma hipótese na qual o autor pode optar pelo procedimento comum. Trata-se do § 3º do art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no qual a opção pelo procedimento sumaríssimo previsto nesta Lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite de quarenta salários mínimos estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação. Assim, com base na Lei nº 9.099, de 1995, a parte não está obrigada a optar pelo rito sumaríssimo dos juizados especiais cíveis, podendo perfeitamente se valer do juízo cível comum para a satisfação do seu direito. Essa conclusão deixa claro que a escolha do procedimento a ser seguido é uma faculdade do autor, o qual, uma vez optando pelo procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais cíveis, apenas não poderá obter condenação do réu em quantia superior ao limite de quarenta salários mínimos, nas causas em que o valor serviu como critério definidor da competência.



SF/19702.10482-64





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Pelas razões alinhavadas, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM
PT/RS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - inciso XIII do artigo 5º
 - inciso LXXVIII do artigo 5º
 - artigo 133
- urn:lex:br:federal:lei:1995;8906
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;8906>
- Lei nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995 - Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;
Lei dos Juizados Especiais - 9099/95
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9099>
 - parágrafo 3º do artigo 3º
- Lei nº 10.259, de 12 de Julho de 2001 - Lei do Juizado Especial Federal - 10259/01
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2001;10259>
 - artigo 3º
 - parágrafo 1º do artigo 3º
- Lei nº 12.153, de 22 de Dezembro de 2009 - LEI-12153-2009-12-22 - 12153/09
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;12153>
 - artigo 2º
 - parágrafo 1º do artigo 2º
- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>



O Projeto de Lei nº 1507, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.



Projetos de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, para conferir maior flexibilidade, alcance e eficácia à regra fiscal que disciplina o crescimento das despesas correntes primárias no âmbito dos governos estaduais.

AUTORIA: Senador José Serra (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **JOSÉ SERRA**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2019 (Complementar)

Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, para conferir maior flexibilidade, alcance e eficácia à regra fiscal que disciplina o crescimento das despesas correntes primárias no âmbito dos governos estaduais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 1º Se o crescimento anual das despesas primárias correntes ultrapassar o limite de que trata o *caput* ao final do exercício financeiro, o excedente terá de ser eliminado, nos termos dos §§ 4º, 5º e 6º, no exercício seguinte, ou no exercício subsequente ao término do exercício total de vigência do *caput*;

.....

§ 4º Para eliminar o excedente, no prazo previsto no § 1º, o Ente deverá:

I - implementar planos de revisão de gastos, incluindo a agenda legislativa prioritária, evidenciando a implementação de medidas de redução de despesas para fins de cumprimento do limite de que trata o *caput*.

II - adotar as medidas previstas no art. 2º, § 1º, incisos I, II, IV e V, bem como se submeter às vedações elencadas no art. 8º, todos da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

§ 5º As medidas de redução de despesa previstas do inciso I do § 4º deverão evidenciar os critérios e formas de limitação de empenho e movimentação financeira a ser efetivada por ações, tais como:

I – revisão de contratos firmados pela administração pública junto a fornecedores de bens e serviços;

II – redução de cargos comissionados;

III – encerramento de programas governamentais não considerados de interesse público relevante;

IV – redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.



SF/19151.97747-14



§ 6º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação estabelecida no § 5º, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. ” (NR)

Art. 2º A alteração a que se refere o art. 1º será processada mediante assinatura de termo aditivo ao respectivo contrato.

§ 1º O termo aditivo de que trata o caput autoriza o alcance das novas regras para tratamento do descumprimento do limite de crescimento das despesas primárias correntes para o exercício de 2018.

§ 2º Aplica-se a dispensa dos requisitos referidos no art. 1º da Lei 13.631, de 1º de março de 2018, na efetivação de todos os atos necessários à celebração do termo aditivo que trata este artigo.

Art. 3º A aplicação da sanção de que trata o § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 156, de 2016, ficará suspensa pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação desta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste projeto de lei é aperfeiçoar a legislação que regula o Plano de Auxílio dos Estados, estabelecido em 2016 para socorrer financeiramente os governos estaduais.

A lei complementar nº 156, de 2016, criou o Plano de Auxílio aos estados e ao Distrito Federal, autorizando um prazo adicional de 20 anos para os estados amortizarem a dívida que foi federalizada em 2000 pelo Governo Fernando Henrique. Ainda nos termos dessa lei, ficou assegurado a esses entes o refinanciamento de suas dívidas contratadas junto às instituições públicas federais, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a concessão de uma redução extraordinária e temporária das prestações mensais das dívidas renegociadas, de julho de 2016 a junho de 2018.

A lei trata ainda da contrapartida exigida dos estados e do Distrito Federal, que se consubstancia na criação de um teto de gastos, onde a despesa primária corrente de cada unidade federativa não pode crescer mais do que a inflação no biênio 2018 e 2019. Vale lembrar que 9 estados descumprirão o teto - de acordo com matéria do jornal Valor Econômico - quando apresentarem o



relatório de acompanhamento do limite de gastos, ainda no primeiro semestre deste ano.

Ocorre que a sanção para o estado que descumpre o limite de crescimento da despesa exigido pela lei apresenta um problema. Se determinado estado não cumprir seu teto de gasto, o prazo adicional de 20 anos negociado em 2016 é revogado e o Tesouro Nacional fica obrigado a cobrar os valores que foram descontados da dívida. Ou seja, a regra não é flexível: descumprida, pune-se imediatamente o respectivo estado.

Não foi prevista “válvula de escape” para tornar o instituto mais flexível – como ensina a literatura – no caso em que as despesas superarem o limite estabelecido. No regime fiscal brasileiro, as demais regras fiscais previstas na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF apresentam regulamentação específica sobre o acionamento de medidas para situações em que os parâmetros e limites fixados são descumpridos.

Entendemos assim que a introdução de mecanismo dessa natureza seria relevante para corrigir a referida falha. Como referência, é preciso assim adotar as disposições normativas previstas em outras regras fiscais praticadas no País, como, por exemplo, o Teto de Gastos da União estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

É esse o objetivo deste projeto de lei.

Se esta proposta for aprovada, o estado que extrapolar o limite de crescimento do gasto terá o período de um ano para ajustar seu orçamento, sem perder automaticamente os prazos adicionais para amortização das dívidas com a União e o BNDES, incluindo a carência temporária das parcelas negociada com os estados. Neste caso, serão acionadas medidas de ajuste fiscal, como, por exemplo, a vedação para se criar despesas obrigatórias de caráter continuado.



O governo estadual também ficará obrigado a apresentar às respectivas assembleias legislativas planos de revisão de gastos para redução efetiva das despesas orçamentárias. Por exemplo, revisão de contratos firmados pela administração pública, encerramento de programas governamentais não considerados prioritários e redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

Com a aprovação desse projeto de lei, o teto de gastos dos estados ficaria mantido de maneira que seu descumprimento obrigasse os governadores a implementarem planos de ajuste fiscal efetivos e transparentes.

Peço o apoio dos Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ SERRA**
PSDB-SP



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - Teto dos Gastos Públicos - 95/16
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2016;95>
- Lei Complementar nº 156, de 28 de Dezembro de 2016 - LCP-156-2016-12-28 - 156/16
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2016;156>
 - artigo 4º
 - parágrafo 2º do artigo 4º
- Lei Complementar nº 159, de 19 de Maio de 2017 - LCP-159-2017-05-19 - 159/17
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2017;159>
 - artigo 8º
- Lei nº 13.631, de 1º de Março de 2018 - LEI-13631-2018-03-01 - 13631/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018;13631>
 - artigo 1º



O Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2019, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 63, DE 2019

Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

AUTORIA: Senador José Serra (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **JOSÉ SERRA**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2019 (Complementar)

Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, nos termos do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Conselho de Gestão Fiscal – CGF acompanhará e avaliará, de forma permanente, a política e a operacionalidade da gestão fiscal, consoante o disposto nos arts. 50, § 2º, e 67 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º Compete ao CGF:

I - coordenar a definição de critérios e procedimentos relativos à gestão fiscal dos entes da Federação;

II - harmonizar interpretações técnicas na aplicação das normas voltadas à responsabilidade da gestão fiscal, com vistas a garantir a sua efetividade;

III - editar normas gerais de consolidação das contas públicas, buscando-se a convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, especialmente no que diz respeito aos procedimentos contábeis patrimoniais, orçamentários ou aqueles que exijam tratamento específico e diferenciado, bem como relatórios contábeis e plano de contas padronizado para a Federação;

IV - editar normas relativas à padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos fiscais de que tratam esta Lei Complementar, bem como da aplicação da legislação que lhes seja relacionada;

V - adotar normas e padrões mais simples para os Municípios com menos de cinquenta mil habitantes;

VI - divulgar estatísticas fiscais nacionais, compreendidas informações contábeis, orçamentárias e fiscais do conjunto dos entes da Federação, bem assim relatórios e outros estudos voltados ao exercício de sua competência; e

VII - elaborar e alterar seu regimento interno.

§ 1º As normas, os padrões e os modelos a que se referem os incisos III e IV deste artigo são de observância obrigatória por todos os entes da Federação e vinculam as prestações e tomadas de contas, observada a legislação em vigor.

§ 2º Adotar-se-ão normas, padrões e modelos diferenciados e simplificados para os municípios com até cinquenta mil habitantes.



SF/19805.87233-07



Art. 3º O CGF poderá fixar prazos para que os entes federativos adotem normas e padrões voltados para a harmonização progressiva da critérios e procedimentos relativos à gestão fiscal.

Art. 4º O CGF é composto pelos seguintes 12 (doze) membros e respectivos suplentes, com direito a voto:

I – o Ministro de Estado da Economia, que o presidirá, com voto de desempate;

II – um representante do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

III – um representante do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;

IV – um representante do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

V – um representante da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal;

VI – um representante do Tribunal de Contas da União;

VII – um representante de Tribunal de Contas dos Estados;

VIII – um representante do CONFAZ- Conselho Nacional de Secretários de Fazenda;

IX – um representante de entidade nacional de representação municipal que represente, pelo menos, oitenta por cento dos municípios brasileiros ou cinquenta por cento da população brasileira, na forma do regulamento;

X – um representante do Conselho Federal de Contabilidade.

XI – um representante do Conselho Nacional de Justiça;

XII – um representante do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 5º O Secretário do Tesouro Nacional presidirá o CGF na ausência do Ministro de Estado da Economia.

Art. 6º O CGF, com sede na capital federal, será apoiado por câmaras técnicas responsáveis pela elaboração e proposição de normas e interpretações técnicas no âmbito das competências do Conselho, sendo que sua composição e forma de funcionamento serão definidas no regimento interno.

Art. 7º Os membros e especialistas indicados para o CGF e para as câmaras técnicas devem ser cidadãos de reputação ilibada e que detenham notório conhecimento e experiência profissional nas áreas de atuação do Conselho.

Art. 8º O órgão central de contabilidade da União exercerá, na forma do regulamento, as funções de secretaria-executiva do CGF e de coordenação das câmaras técnicas referidas no art. 6º.

Art. 9º As funções de membro do CGF e de especialistas integrantes das câmaras técnicas serão consideradas prestação de serviços de relevante interesse





público e não serão remuneradas, sendo que os custos referentes à sua participação caberão aos órgãos e entidades a que se vincularem.

Art. 10 O regulamento estabelecerá a forma de escolha dos membros representantes de que tratam os incisos VII a IX deste artigo, vedada a participação de entidades de representação de servidores públicos.

Parágrafo único. O CGF instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios quanto à qualidade e transparência dos seus demonstrativos e suas práticas fiscais, orçamentárias, contábeis e financeiras.

Art. 11 O CGF reunir-se-á ordinariamente, uma vez a cada quadrimestre, por convocação de seu presidente, ou, extraordinariamente, mediante convocação deste ou de um terço de seus membros, observado, em ambos os casos, o prazo mínimo de convocação previsto no regimento interno.

§ 1º O CGF apresentará suas deliberações por meio de resoluções, publicadas no Diário Oficial da União, sendo as reuniões iniciadas com a presença da maioria absoluta de seus membros, e exigida para deliberação a maioria relativa dos votos, permitida a abstenção.

§ 2º As Câmaras Técnicas deverão se reunir mediante convocação da Secretaria Executiva do CGF, preferencialmente em dia anterior à reunião do Plenário, observado o cronograma de discussão e prévia preparação de temas a serem submetidos às reuniões do Plenário do CGF, nos termos do regimento interno.

§ 3º Em caso de empate nas votações, o presidente do colegiado tem voto de qualidade.

Art. 12 As reuniões do CGF poderão ocorrer por meio de conferência de vídeo ou voz ou de qualquer outro recurso tecnológico idôneo

§ 1º Os atos e os documentos do CGF ou das Câmaras Técnicas poderão ser expedidos por meio eletrônico.

§ 2º As reuniões do Conselho serão amplamente divulgadas, transmitidas pela internet em sua totalidade e sem restrições, e ficarão disponibilizadas para acesso público na internet.

Art. 13 A inobservância das regras de padronização editadas pelo Conselho ensejará as penalidades previstas no § 2º do art. 51 da Lei complementar nº 101, de 2001.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste projeto de lei é dispor sobre a composição e a forma de funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal – CGF, em atenção ao disposto no § 2º do art. 67 da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Esta proposta leva em consideração todos os diferentes projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre o CGF, bem como as experiências internacionais no campo das relações fiscais intergovernamentais.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou estudo em 2016 com análise da gestão fiscal e das instituições existentes em 15 países, incluindo o Brasil. Uma das conclusões da pesquisa nos chamaram à atenção: a inexistência de um conselho intergovernamental para acompanhar as contas públicas das três esferas de governo compromete a performance da política fiscal brasileira.

A verdade é que as inúmeras regras fiscais e orçamentárias previstas nas normas gerais de finanças públicas - que valem para todos os entes da federação – não foram suficientes para evitar o atual colapso das contas públicas, sobretudo no nível estadual. Segundo Banco Mundial, tudo o mais constante, cerca de dez estados estarão insolventes em 2021, se prevalecer o ritmo lento de recuperação econômica.

Importa saber que nosso federalismo é do tipo integrado, conforme classificação da OCDE, e lembra o sistema adotado na Alemanha: as regras gerais do jogo são definidas pelo governo federal, e o resultado da partida depende de instituições capazes de coordenar a política fiscal adotada pelos diferentes entes federativos. Nossa federação não é similar ao esquema federativo americano, onde estados são plenamente autônomos para conduzir a política fiscal e assumir as consequências de desequilíbrios orçamentários.

Nesse sentido, entendemos que o ponto central do desarranjo fiscal dos estados se deve à ausência no país de uma arquitetura institucional intergovernamental, liderada pelo governo federal, para impulsionar a cooperação fiscal entre os entes da federação. Portanto, concordamos com o diagnóstico do Fundo Monetário Internacional sobre a gestão fiscal no Brasil: “a falta de um conselho fiscal, conforme contemplado na LRF, torna mais difícil assegurar a implementação, pelos governos, de normas apropriadas relativas à apresentação



de informações e o monitoramento eficaz das estatísticas fiscais em todos os níveis de governo”.

Este projeto de lei, se aprovado, abrirá caminho para instalação do Conselho de Gestão Fiscal. Passados 19 anos da adoção da LRF no Brasil, ainda falta uma lei federal para dispor sobre a composição e o funcionamento do conselho, que está previsto no art. 67 da lei de responsabilidade fiscal.

É premente a efetiva criação do conselho. Após aprovação da Lei nº 4.320, em 1964, o Brasil experimentou relevante avanço em direção a padronização das instituições orçamentárias no país. A LRF, por sua vez, significou um marco para as finanças públicas no país ao estabelecer procedimentos e limites voltados para a responsabilidade fiscal. A atual grave crise econômica e fiscal, contudo, revela a necessidade de se aprimorar as instituições fiscais no país.

Não há como negar que a política fiscal brasileira perdeu credibilidade em anos recentes por conta da adoção excessiva de medidas fiscais atípicas. Hoje há uma enorme confusão em torno da elaboração, divulgação e análise das contas do setor público.

Peço o apoio dos Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta matéria. A criação do Conselho de Gestão Fiscal certamente evitará práticas de artifícios contábeis e fiscais que comprometem a credibilidade da política fiscal adotada nos três níveis de governo. Entre as reformas a serem implementadas para se resgatar o espírito da responsabilidade fiscal no sistema federal brasileiro, a implantação do CGF deveria merecer o apoio das principais forças políticas do Congresso.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ SERRA**
PSDB-SP



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- parágrafo 2º do artigo 50

- artigo 67

- parágrafo 2º do artigo 67

- urn:lex:br:federal:lei.complementar:2001;101

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2001;101>

- parágrafo 2º do artigo 51



O Projeto de Lei Complementar nº 63, de 2019, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 2019

Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários.

AUTORIA: Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2019 – Complementar

Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Caso a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município venha a registrar resultado primário negativo no acumulado em doze meses encerrados em junho de um ano, não poderá, no ano seguinte:

I – conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e militares, exceto os derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal decorrente de atos anteriores à entrada em vigor desta Lei;

II – criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III – alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa e aquelas decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

V – realizar concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

VI – criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e militares;



VII – criar despesa obrigatória;

VIII – aumentar os gastos com despesas não obrigatórias, como com publicidade, locação de imóveis e veículos, pagamentos de diárias e passagens e aquisição de automóveis;

IX – criar ou expandir programas e linhas de financiamento, bem como a remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X – conceder ou ampliar incentivo ou benefício de natureza tributária;

XI – adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória, exceto para preservação do poder aquisitivo do salário mínimo, conforme previsto no inciso IV do *caput* do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 2º A União, caso venha a registrar resultado primário positivo no acumulado em doze meses encerrados em junho de um ano, poderá destinar até 5% (cinco por cento) desse resultado na forma de bônus para os servidores públicos, na forma do regulamento.

Parágrafo único. O bônus a que se refere o *caput* pode ser devido em adição a outros benefícios concedidos aos servidores, incluindo reajustes na remuneração.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor um ano após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo dos anos, o Congresso Nacional vem trabalhando no sentido de garantir maior rigor nas contas públicas. Assim, aprovamos, em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Posteriormente, o Senado Federal aprovou as Resoluções nº 43, de 2001, e 48, de 2007, com o objetivo de estabelecer limites e condições para o endividamento dos estados e municípios, bem como requisitos para a concessão de garantia da União. Mais recentemente, a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal, que mantém estável os gastos primários da União em termos reais.



Apesar de todo esse esforço, entendemos que é necessário aprofundarmos a legislação sobre finanças públicas para garantir maior controle sobre a dívida pública. O Poder Executivo, mesmo diante dos gigantescos déficits primários que temos observado, vem concedendo benefícios fiscais, perdões de dívidas ou reajustes salariais aos seus servidores. Esse comportamento agrava sobremaneira a dinâmica da dívida pública, pois torna necessário não somente o refinanciamento do principal, como também dos juros. Resultados primários negativos deveriam acender o sinal de alerta e requerer imediata ação dos governantes.

Entendemos que nenhum governante consegue administrar com eficiência, sem a devida participação de toda a sua equipe encarregada pela gestão. São os servidores, os responsáveis em última instância pela boa aplicação dos recursos públicos. Daí que surge a responsabilidade de todos, ou seja, compartilhada.

O que se busca com esta proposta de lei é implementar uma cultura de responsabilidade compartilhada entre todos os servidores e governantes. Assim, enquanto em situações de restrição fiscal restringe-se gastos, por outro lado, em situações de superávit, reconhece-se a importância da atuação dos servidores com a autorização para pagamento de bônus.

Tal possibilidade já é amplamente utilizada no setor privado, a exemplo de programas de distribuição de lucros e resultados.

Dessa forma, o que se espera com a presente proposta é que cada servidor passe a se sentir responsável pelo resultado do Governo, contribuindo para a eficiência e a melhor aplicação dos recursos públicos e, portanto, possa ser premiado por isso.

Por esse motivo, propomos que, caso venha a ser registrado déficit primário, os governos ficam proibidos de aumentar suas despesas, o que inclui, mas não se limita, aos gastos com funcionalismo. Ficam também proibidos de conceder qualquer benefício fiscal, inclusive ampliar qualquer política pública que implique concessão de subsídios. Em linhas gerais, este projeto replica as restrições previstas no Novo Regime Fiscal, aplicando-as no caso de geração de déficits primários.

Por outro lado, em atenção ao esforço a ser requerido por parte dos servidores, propomos que, diante de resultados primários positivos, parte desse resultado (até 5% do superávit) seja revertida na forma de bonificação, nos termos a serem definidos em regulamento. Destaque-se que essa



4

bonificação não impede a concessão de outros benefícios, incluindo o reajuste salarial.

Observe-se ainda que, por questões operacionais, a adoção das medidas tomará como referência o resultado acumulado em doze meses até junho. Dessa forma, será possível elaborar o orçamento para o ano seguinte já incorporando possíveis limitações para ampliação de gastos, ou, se for o caso, o bônus para o funcionalismo.

Dada a importância desta matéria, conto com o apoio dos nobres Senadores para aprová-la.

Sala das Sessões,

Senador ORIOVISTO GUIMARÃES



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso IV do artigo 7º

- Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - Teto dos Gastos Públicos - 95/16

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2016;95>

- urn:lex:br:federal:resolucao:2001;43

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2001;43>

- urn:lex:br:federal:resolucao:2007;48

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2007;48>



O Projeto de Lei Complementar nº 64, de 2019, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos.



Propostas de Emenda à Constituição





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2019

Prescreve a inimizabilidade penal dos menores de dezesseis anos e estabelece as condições para a imputabilidade dos maiores de quinze e menores de dezoito anos.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI) (1º signatário), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO)



[Página da matéria](#)



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE
2019

*A comissão
de Constituição, Jus-
ticia e Cidadania.
Em 14/03/19*

Prescreve a inimizabilidade penal dos menores de dezesseis anos e estabelece as condições para a imimizabilidade dos maiores de quinze e menores de dezoito anos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 228 da Constituição Federal passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 228.** São penalmente inimizáveis os menores de quinze anos, sujeitos às normas da legislação especial.

§ 1º O agente com idade igual ou superior a quinze e menor de dezoito anos será imimizável se o juiz considerar que tinha consciência da ilicitude da conduta praticada.

§ 2º A imimizabilidade prevista no § 1º somente será admitida nos seguintes casos:

- I - homicídio qualificado ou praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente;
- II - lesão corporal seguida de morte;
- III - latrocínio;
- IV - extorsão qualificada pela morte;
- V - extorsão mediante sequestro;
- VI - estupro e estupro de vulnerável
- VII - prática de tortura.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Recebido em 14 / 03 / 2019

Hora: 12 : 52

Alice Lima Lana

Alice Lima Lana



SF/19894.30589-20

Página: 1/5 06/02/2019 10:28:33

ff5afd315e5f1b436329cdf8029c2c48ba70fc34



JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, replicou a regra da imputabilidade penal dos menores de dezoito anos, prevista no Código Penal (CP), que data de 1940.

De acordo com o art. 26 do CP, a imputabilidade diz respeito à incapacidade de o agente entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

No caso, o critério de imputabilidade presente no art. 228 da CF implica a presunção absoluta de que o agente era incapaz, por sua tenra idade, de compreender o caráter ilícito da conduta.

O senso comum, todavia, indica que os jovens de hoje em dia são mais maduros do que os do século passado. Sua capacidade de discernimento faz com que todos se perguntem se a presunção estabelecida pelo art. 228 da CF está descontextualizada. Com efeito, é cada vez maior o número de menores infratores que praticam condutas correspondentes a crimes violentos, como homicídio ou latrocínio, sabendo mesmo do caráter ilícito do fato.

Parece, então, chegada a hora de se promover a atualização dessa norma, para adequá-la à realidade social. Acreditamos, contudo, que uma redução abrupta na maioria penal pode ter efeito devastador, tendo em conta que o sistema prisional vem se tornando em verdadeira “universidade do crime”, de modo que é de todo inconveniente encarcerar menores que praticaram crimes sem muita gravidade.

Nessa linha, nossa proposta é no sentido de admitir a imputabilidade do menor de dezoito e maior de quinze anos somente em delitos muito graves, praticados com violência ou grave ameaça a pessoa, condicionada, desde que o juiz considere que o agente tinha consciência da ilicitude do fato.

Buscamos inspiração no ordenamento jurídico da Alemanha, onde o agente maior de quatorze anos, que comete crime grave, é submetido aos rigores da lei, se for constatado que tinha consciência dos seus atos.

Acreditamos que esta Emenda tornará a regra do art. 228 da CF mais consentânea com a realidade sociológica do Brasil do século XXI,



SF/19894.30589-20

Página: 2/5 06/02/2019 10:28:33

ff5atd315e5f1b436329dd8029c2c48ba70fc34



3

motivo pelo qual pedimos que os ilustres Parlamentares votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,


Senador CIRO NOGUEIRA



SF/19894.30589-20

Página: 3/5 06/02/2019 10:28:33

ff5afd315e5f1b436329ddf8029c2c48ba70fc34



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2018

Prescreve a inimizabilidade penal dos menores de dezesseis anos e estabelece as condições para a imputabilidade dos maiores de quinze e menores de dezoito anos.

- OK 1. CIRO NOBUKIRA
- OK 2. Eduardo Figueira
- OK 3. ROMARIO
- OK 4. Marcelo Costa
- OK 5. Josef Kujawa
- OK 6. E AMIN
- OK 7. MARCELO LOPES
- OK 8. FURVIO BOLSONARO
- OK 9. MARCELO
- OK 10. ERAN VIGORZA VZ
- OK 11. maria do Carmo
- OK 12. Fernanda Bezerra
- OK 13. Jorginho Mello
- OK 14. MANCOZ DO VAZ
- OK 15. FUSCA
- OK 16. IASIER
- OK 17. TALCI LUCAS
- OK 18. AROLDENE OLIVEIRA
- OK 19. Sergio Peficos

[Handwritten signatures in blue ink corresponding to the list above]



SF/19894.30589-20

Página: 4/5 06/02/2019 10:28:33

ff5afd315e5f1b436329dd8029c2c48ba70fc34



- OK 20. Maíra Gomes
- 21. Raulo Leandoso
- OK 22. DANIELA RIBEIRO
- OK 23. OTTO MUECK
- OK 24. WISLA ROSA BILTE
- OK 25. Jana Braga
- OK 26. Jarbas Rosencelso
- OK 27. Neves de Jesus
- OK 28. [Signature]
- OK 29. Anderson
- OK 30. Marcos Rogério

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

- 31. _____
- 32. _____
- 33. _____
- 34. _____
- 35. _____
- 36. _____
- 37. _____
- 38. _____
- 39. _____
- 40. _____
- 41. _____
- 42. _____
- 43. _____
- 44. _____



Página: 5/5 06/02/2019 10:28:33

f5atd315e5f1b436329dd8029c2c48ba70fc34



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 228



A Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2019

Modifica o caput do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação nas Assembléias Legislativas, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODE/PR) (1º signatário), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
SENADOR ALVARO DIAS

Senado Federal
Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania

Em 14/03/19

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº, DE 2019

Modifica o caput do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação nas Assembléias Legislativas, e dá outras providências.



SF19450.19588-04

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O *caput* do art. 27 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 27.** O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de quinze, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de cinco. (NR)”

Art. 2º Os limites de cinco Deputados Federais e quinze Deputados Estaduais, a que se refere o *caput* do art. 27 da Constituição Federal, serão observados no quarto pleito a ocorrer após a promulgação desta Emenda, decrescendo-se os atuais limites de doze Deputados Federais e trinta e seis Deputados Estaduais, para os limites de oito Deputados Federais e vinte e quatro Deputados Estaduais, no próximo pleito e, para os três pleitos subseqüentes, à razão de uma e três unidades, respectivamente, por pleito.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o inciso I do art. 235 da Constituição Federal.

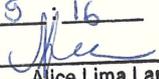
JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição pretende alterar a Constituição Federal para modificar o cálculo do número de Deputados das Assembléias Legislativas, com vistas a reduzir os respectivos quantitativos para que haja harmonia com a redução do quantitativo de Deputados federais, que também estamos propondo mediante outra proposta de emenda à Constituição.

Com efeito, o cálculo do número de Deputados Estaduais por Estado e pelo Distrito Federal (pela remissão ao art. 32, § 3º da CF) está previsto no art. 27, *caput*, da Lei Maior,

Recebido em 14/03/2019

Hora: 9:16


Alice Lima Lana





Página: 1/5 04/02/2019 15:52:13

e86bbd531f466438dda4ec46cca8acc69faf78b3



SENADO FEDERAL
SENADOR ALVARO DIAS

correspondendo ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

Dessa forma, o Estado com oito a doze Deputados Federais tem bancada três vezes maior na respectiva Assembléia Legislativa. A partir daí, para cada Deputado Federal a mais, haverá também um Deputado Estadual a mais.

A disciplina acima descrita apresenta característica de proporcionalidade em seu segmento inferior e de linearidade em seu segmento superior, pretendendo uma vinculação entre as representações na Câmara dos Deputados e na Assembléia Legislativa, que impeça o superdimensionamento das Assembléias, no caso dos Estados com grandes bancadas federais, o que nos parece adequado.

Em função desses fatores de cálculo, podemos observar que, se forem alterados os critérios de cálculo das bancadas de Deputados Federais, também serão alterados, por vinculação, os quantitativos de Deputados nas Assembléias Legislativas.

Em função dos objetivos de redução dos gastos públicos e diminuição do Estado e de garantia de uma representatividade adequada para as Casas legislativas estaduais, é lícito se pensar na manutenção dos critérios estabelecidos na Carta Magna, alterando-se o ponto de inflexão da disciplina, ora fixada em 12 Deputados Federais, para 8, 7, 6 e 5, em quatro pleitos sucessivos, a partir de 2010, mediante alteração do art. 27.

Quanto aos Deputados da Câmara Legislativa do Distrito Federal, as mesmas regras aplicadas aos Deputados Estaduais é a eles aplicada, por força da remissão contida no art. 32, § 3º, da Constituição Federal.

A presente Proposta de Emenda à Constituição pretende ser efetiva em relação à redução dos gastos públicos dos legislativos estaduais, sem prejuízo da representatividade que devem possuir aquelas Casas.

A redução de 37% no quantitativo de Deputados Estaduais e Distritais também não deve causar, a nosso juízo, especial impacto negativo na qualidade e quantidade do trabalho legislativo nas Assembléias Legislativas e na Câmara Distrital, pois o número de sessões plenárias e reuniões de comissões, realizadas numa sessão legislativa ordinária, pode ser tranquilamente cumprido mediante, por exemplo, a inclusão de pautas de trabalho nas segundas e sextas-feiras, em que normalmente não se realizam quaisquer atividades deliberativas, o que representa uma possibilidade de acréscimo na oferta de tempo para o trabalho parlamentar.

Adicionalmente, os novos quantitativos de Deputados Estaduais e Distritais não trariam perda de representatividade, já que, em suas Casas legislativas, não haveria distorções a menor que impedissem a representação, de caráter micro-regional, que tradicionalmente reflete a composição das mesmas.

Ademais, a redução ora proposta, num horizonte de quatro legislaturas, resultaria numa expressiva economia anual de recursos.



SF/19450.19588-04

Página: 2/5 04/02/2019 15:52:13

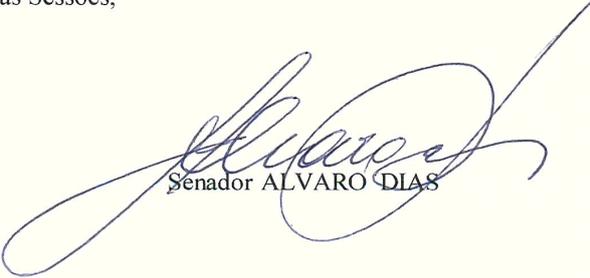
e86bbd531f466498da4ec46cca8acc69faf78b3



SENADO FEDERAL
SENADOR ALVARO DIAS

Em face da relevância da presente proposta solicitamos o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões,


Senador ALVARO DIAS



SF/19450.19588-04

Página: 3/5 04/02/2019 15:52:13

e86bbd531f466438da4ec46cca8acc69faf78b3



SENADO FEDERAL
SENADOR ALVARO DIAS

Modifica o caput do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação nas Assembléias Legislativas, e dá outras providências.

| SENADOR | ASSINATURA |
|----------------------|-------------------|
| 1 Alvaro Dias | [Assinatura] |
| 2 EDUARDO GIBÃO | [Assinatura] |
| 3 [Assinatura] | ORIOVISTO GUINRAU |
| 4 Emanoel Araújo | [Assinatura] |
| 5 Edmundo Fener | [Assinatura] |
| 6 Rose de Freitas | [Assinatura] |
| 7 Lasier Martins | [Assinatura] |
| 8 Flávio Arns | [Assinatura] |
| 9 MARCOS DO VAL | [Assinatura] |
| 10 KAJURU | [Assinatura] |
| 11 Paulo Paim | [Assinatura] |
| 12 Humberto Costa | [Assinatura] |
| 13 TPL 14 n 110 | [Assinatura] |
| 14 Zequinha Marinho | [Assinatura] |
| 15 FÁBIO BOLSONARO | [Assinatura] |
| 16 ALESSANDRO VIEIRA | [Assinatura] |
| 17 Carlos Viana | [Assinatura] |



SF/19450.19588-04

Página: 4/5 04/02/2019 15:52:13

e86bbd5311466438da4ec46cca8acc691af78b3



SENADO FEDERAL
SENADOR ALVARO DIAS

Modifica o caput do art. 27 da Constituição Federal, que dispõe sobre a representação nas Assembléias Legislativas, e dá outras providências.

| SENADOR | ASSINATURA |
|---------------------|------------|
| 18 E. AMIN | |
| 19 ZORGIBRO MELLO | |
| 20 PAULO ROCHA | |
| 21 FABIANO CAMARGOS | |
| 22 TRALCI | |
| 23 PAULO VALERIO | |
| 24 ROMÁRIO BRIN | |
| 25 DAN BRYAN | |
| 26 OLIVIANE LACERDA | |
| 27 MARIA DO CARMO | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |



SF/19450.19588-04

Página: 5/5 04/02/2019 15:52:13

e86bbd531f466438da4ec46cca8acc69faif78b3



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 27

- parágrafo 3º do artigo 32

- artigo 60

- inciso I do artigo 235



A Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2019

Altera o art. 144 da Constituição Federal, para incluir a Força Nacional de Segurança Pública dentre os órgãos de segurança pública.

AUTORIA: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA) (1ª signatária), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)



SF/19529.54988-16

Senado Federal
Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania
Em 14 / 03 / 19



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Eliziane Gama

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2019

*Altera o art. 144 da Constituição Federal,
para incluir a Força Nacional de Segurança
Pública dentre os órgãos de segurança pública.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 144.**
.....
VI – força nacional de segurança pública.
.....

§ 11. A força nacional de segurança pública, órgão permanente, destina-se a executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, mediante cooperação federativa de caráter consensual, sob coordenação conjunta da União, dos Estados e do Distrito Federal.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nossa sociedade clama por mais segurança e paz, frente a uma onda de violência que alcançou patamares inimagináveis. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública evidenciam que o país registrou mais de 63 mil mortes violentas intencionais apenas em 2017, o que corresponde a aproximadamente 175 mortos por dia. Na última década, mais de 550 mil

Recebido em 14 / 3 / 19
Para: [assinatura]
Suziana Soares Amorim
Matrícula: 302809 @LSF/SCM

Página: 1/3 26/02/2019 19:20:21
e1b572d37fac0e6e1fe63196571075a9a4db70b2



peças foram assassinadas no Brasil, número superior ao registrado na Síria, país que há anos enfrenta conflito armado.

As estatísticas evidenciam, assim, a urgente necessidade de mudança.

Ganha relevo, nesse contexto, a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), importante instrumento de preservação da ordem pública, da segurança das pessoas e do patrimônio. Ocorre que essa instituição, atualmente, sequer possui estrutura própria – constitui um programa de cooperação entre os Estados, o Distrito Federal (DF) e a União, que depende de policiais cedidos pelas secretarias de segurança pública dos Estados e do DF.

Com o objetivo de conferir a essa importante instituição a estrutura adequada para bem desempenhar suas atribuições, apresentamos a presente Proposta de Emenda à Constituição, que inclui a Força Nacional de Segurança Pública entre os órgãos de segurança previstos no art. 144. Trata-se de medida que permitirá a esse órgão contar com quadro próprio de pessoal, além daquele oriundo das forças policiais dos Estados e do DF, o que será determinante para o enfrentamento da violência que assola o país.

Certos da relevância da presente proposta para o enfrentamento do grave problema de segurança no Brasil, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2019.

Senadora ELIZIANE GAMA

| Nome do Senador | Assinatura |
|-------------------|----------------|
| JORGE KAJIURU | |
| 1. ANGELO CORONA | |
| 2. Plínio Valério | Plínio Valério |
| 3. Vera Bauer | Vera Bauer |



SF/19529.54988-16

Página: 2/3 26/02/2019 19:20:21

e1b572d37fac0e6e1fe63196571075a9a4db70b2



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2019

Altera o art. 144 da Constituição Federal, para incluir a Força Nacional de Segurança Pública dentre os órgãos de segurança pública.

| Nome do Senador | Assinatura |
|----------------------|------------|
| 4. REGUFFE | |
| 5. EDUARDO GISEL | |
| 5. CARLOS B. TOLEDO | |
| 6. ALESSANDRO VIEIRA | |
| 7. PEDRO COELHO | |
| 8. PAULO ROCHA | |
| 9. Humberto | |
| 10. CONEXIMMO VETD | |
| 11. MARCOS DO CAR | |
| 12. TORAYA THONICK | |
| 13. JAMIL CAMARGO | |
| 14. MAURO VILELA | |
| 15. GRAVIO GIES | |
| 16. E. AMIN | |
| 17. SELVA LINDA | |
| 18. WELTON | |
| 19. CIRO MALINA | |
| 20. SOPHA BARBER | |
| 21. JAMIL CAMARGO | |
| 22. CID FERNANDES | |
| 23. RICHARDO | |
| 24. LUISA RUI HEINZ | |
| 25. FORTUNA MARIATO | |
| 26. FERNANDE SAO | |
| 27. MELHINTO TRUET | |
| 28. SYLVANO VALENTIM | |
| 29. DAVIER | |
| 30. CARLOS B. TOLEDO | |
| 31. JUIZ | |
| 32. JOSE SERRA | |



SF/19529.54988-16

Página: 3/3 26/02/2019 19:20:21

e1b572d37fac0e6e1fe63196571075a9a4db70b2



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 144



A Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 137, DE 2019

Autorização para desempenho de missão no exterior no período de 5 a 10 de abril do corrente.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Antonio Anastasia

*Aprovado
em 14/3/2019*



SF/19414.22796-53 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº *137* DE *2019*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Doha (Catar), no período de 05/04/2019 a 10/04/2019, tendo sido designado para participar da 140ª Assembleia da União Interparlamentar, bem como da Sessão Ordinária do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe, conforme Autorização do Presidente do Senado Federal em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 05/04/2019 a 14/04/2019, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 14 de março de 2019.

Senador Antonio Anastasia
(PSDB - MG)

Recebido em *14/03/2019*
Hora *10:30*

Patricia Nóbrega - Mat. 187048
SGM - Senado Federal



Página: 1/1 14/03/2019 10:34:37

93eb544d92b3cdda61a6cb6e432d991f44f6bcc7





SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 123 /2019-PRESID

Brasília, 13 de MARÇO de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado ÁTILA LINS
Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Ref.: Documento nº 00100.0027778/2019-56

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação do Senador **Antônio Anastasia** na delegação brasileira que participará da 140ª Assembleia da União Interparlamentar, bem como da Sessão Ordinária do Grupo de Parlamentares da América Latina e do Caribe, a serem realizadas entre os dias 5 e 10 de abril de 2019, na cidade de Doha, Catar.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 138, DE 2019

Voto de pesar pela tragédia na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano/SP.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pela tragédia na Escola Estadual Raul Brasil em Suzano, no estado de São Paulo.

Sala das Sessões, 14 de março de 2019.

Senador Fernando Bezerra Coelho
(MDB - PE)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 139, DE 2019

Desarquivamento do PLS 185/2009.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

à publicação
14/3/19



SF/19688.86688-76 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº 139 DE 2019

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLS 185/2009, que Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com vistas a, nos novos contratos de concessão ferroviária, instituir o direito de passagem nas diferentes malhas concedidas e autorizar a utilização de fatores de produtividade nas revisões tarifárias periódicas.

Sala das Sessões, 12 de março de 2019.

[Assinatura manuscrita]
Senador Fernando Bezerra Coelho
(MDB - PE)

| Nome do Senador | Assinatura |
|-------------------|---------------------|
| Acir | <i>[Assinatura]</i> |
| Mayer Alimpio | <i>[Assinatura]</i> |
| STYVENSON VALENTE | <i>[Assinatura]</i> |
| Humberto Costa | <i>[Assinatura]</i> |
| Selma Arruda | <i>[Assinatura]</i> |

Recebido em 14/03/2019
Hora: 9 : 56



Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento do PLS 185/2009, que Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com vistas a, nos novos contratos de concessão ferroviária, instituir o direito de passagem nas diferentes malhas concedidas e autorizar a utilização de fatores de produtividade nas revisões tarifárias periódicas.

| Nome do Senador | Assinatura |
|-------------------------|------------|
| E. AMIN | |
| Paulo Páez | |
| Cláudio Valério | |
| Nelsono Troel | |
| Flávio ARNS | |
| Ético Rodrigues | |
| ANDRÉ L CORONEL | |
| Janderle Cardoso | |
| Elisavio Feres | |
| IZABEL MORAIS | |
| Carlos SIMÃO | |
| Maitza Gomes | |
| EDUARDO GOMES | |
| Roberto Carneiro | |
| Edson Lourenço | |
| Simone | |
| Nilde Amorim Amantassia | |
| Mário de Jesus | |
| Dairio Zinger | |
| Veneçiano FTD | |
| PRIVISTO GUIMARÃES | |

SF/19668.86688-76 (LexEdit)

Página: 2/3 12/03/2019 09:51:58

cs244b5ba12061cfd746bf8e5a541088ad42e6bd





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 140, DE 2019

Desarquivamento da PEC 56/2014.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

A publicação
em 14/03/19



SF719668.06500-57 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº 140 DE 2019

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento da PEC 56/2014, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e dá outras providências.

Sala das Sessões, 12 de março de 2019.

[Assinatura]
Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Senador

| Nome do Senador | Assinatura |
|--------------------|---------------------|
| Antonio Amador | <i>[Assinatura]</i> |
| Jenivaldo da Silva | Jenivaldo da Silva |
| RANDOLFE | <i>[Assinatura]</i> |
| Olimar Augusto | <i>[Assinatura]</i> |
| Plínio Veleiro | Plínio Veleiro |

Recebido em 13 / 3 / 19
Hora: 17 : 21



Página 2 de 4 Parte integrante do Avulso do RQS nº 140 de 2019.

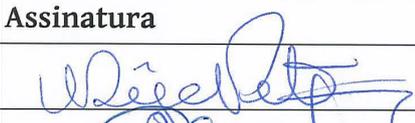
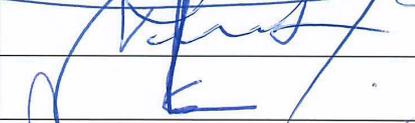
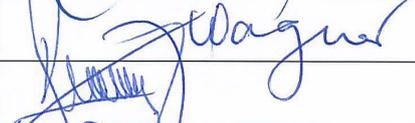
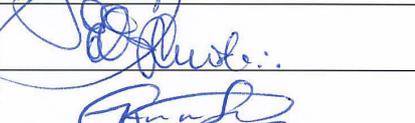
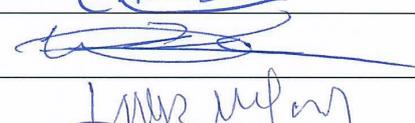
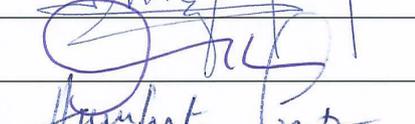
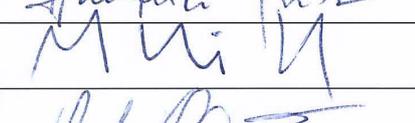
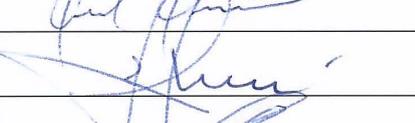
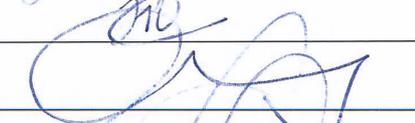
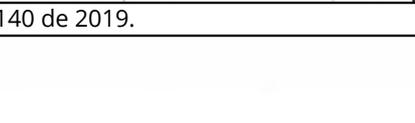
Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matricula: 231013 SLSF/SGM



Página: 1/3 12/03/2019 15:48:45

b98bfd899727470bc2f9025a5686a733ff4d6490

Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento da PEC 56/2014, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e dá outras providências.

| Nome do Senador | Assinatura |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| Conegromo da |  |
| FABIANO CONTINATO |  |
| Paulo Rocha |  |
| Rogério Canelho |  |
| KADURU |  |
| JAVES WAGNER |  |
| ACIR |  |
| Elmano Firer |  |
| STYUCENTON VAKENTIM |  |
| WEVERTON |  |
| LUCAS BARRETO |  |
| ALESSANDRO VIEIRA |  |
| HUMBERTO |  |
| KLAUDIO BRUS |  |
| ORNOVISTO |  |
| E. AMIN | |
| ZORGINHO MELLO | |
| ZASTIER | |
| REGUFFE | |
| CID F. GOMES | |
| TEJMAN RIO | |

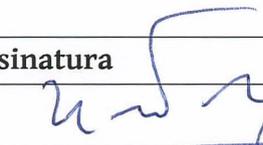
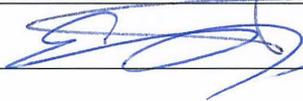
SF/19668.06500-57 (LexEdit)

Página: 2/3 12/03/2019 15:48:45

b98bfd899727470bc2f9025a5686a733ff4d6490



Requeremos, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento da PEC 56/2014, que dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal e dá outras providências.

| Nome do Senador | Assinatura |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Melsonha Froel |  |
| EDUARDO BONA |  |
| | |



Página: 3/3 12/03/2019 15:48:45

b98bfd899727470bc2f9025a5686a733ff4d6490





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 141, DE 2019

Desarquivamento do PLC n°s 68, 71 e 82, de 2011; 80 e 131, de 2012; 61 e 64, de 2013; 10, 11, 43, 66 e 113, de 2014.

AUTORIA: Senador Weverton (PDT/MA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Weverton

à Publicação
em 19/03/19

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2019

Requer o desarquivamento de proposições nos termos do §1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal.

Requeiro, nos termos do § 1º do artigo 332, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento e consequente continuidade da tramitação dos seguintes projetos relacionados:

| PROPOSIÇÃO | EMENTA | AUTOR |
|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| PLC Nº 10 de 2014 | Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a sinalização semafórica piscante. | Ângelo Agnolin |
| PLC Nº 61 de 2013 | Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu. | Assis do Couto |
| PLC Nº 68 de 2011 | Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados. | Enio Bacci |
| PLC Nº 71 de 2011 | Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para proibir a venda de armas e similares, mesmo que de brinquedo, à criança ou ao adolescente. | Enio Bacci |
| PLC Nº 82 de 2011 | Proíbe a pesca amadora com rede, tarrafa e puçá em todo o território nacional, durante o período de 3 (três) anos, para pescadores amadores e dá outras providências. | Enio Bacci |
| PLC Nº 80 de 2012 | Acresce parágrafo único ao art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. | Enio Bacci |

Req 39 ←
aguardando
inclusão
OD



SF/19599.56629-58

Página: 1/6 27/02/2019 11:33:42

a389af921c195aca30b432f17b76405221ce4c6e

Recebido em 13/03/2019
Hora: 18:36
[Assinatura]



| | | | |
|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------|
| PLC N° 131 de 2012 | Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências. | Enio Bacci | |
| PLC N° 66 de 2014 | Dispõe sobre a emissão gratuita da segunda via de documentos necessários ao exercício da cidadania que tenham sido furtados, roubados ou destruídos devido a ocorrência de desastres, para pessoas que recebam até 1 (um) salário mínimo e/ou para os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, do Governo Federal. | Enio Bacci | |
| PLC N° 64 de 2013 | Cria os Selos Verdes Cacau Cabruca e Cacau Amazônia | Felix Junior | Mendonça |
| PLC N° 43 de 2014 | Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para tipificar o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral. | Felix Junior | Mendonça |
| PLC N° 113 de 2014 | Faculta aos consumidores ou usuários de serviços públicos instalarem medidores para aferir o quantitativo gasto na utilização dos referidos serviços. | Felix Junior | Mendonça |
| PLC N° 11 de 2014 | Estabelece prioridade de tramitação para os processos penais relativos aos crimes hediondos, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. | Vieira da Cunha | |



SF/19599.58529-58

Página: 2/6 27/02/2019 11:33:42

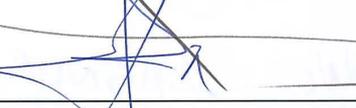
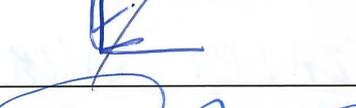
Sala das sessões,

Senador **WEVERTON**

a389af921c195aca30b432f17b76405221ce4c6e



Requer o desarquivamento de proposições nos termos do §1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal.

| SENADOR | ASSINATURA |
|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| ALESSANDRO VIEIRA |  |
| <i>Confúcio Moura</i> | <i>Moura</i> |
| IASIEA | <i>I. Iasiea</i> |
| MARCOS DO VAL |  |
| 8 ÁLVARO DIAS |  |
| 3 RANDOLFE RODRIGUES |  |
| JEAN-PAUL PRATES |  |
| FABIANO CONTINATO |  |
| PALMÁRIO |  |
| 3 KAUURU |  |
| CID F. FOMEP |  |



SF/19599.58529-58

Página: 3/6 27/02/2019 11:33:42

a389af921c195aca30b432f17b76405221ce4c6e



Requer o desarquivamento de proposições nos termos do §1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal.

| SENADOR | ASSINATURA |
|-----------------------------|-----------------------------|
| HUMBERTO COSTA | Humberto Costa |
| Raulo P. Botelho | Raulo P. Botelho |
| STYVENSON VALENTIM | Styvenson |
| Blunairo Farias | Blunairo |
| José BERGER | José Berger |
| Rômulo Valério | Rômulo Valério |
| JACQUES WAGNER | Jacques Wagner |
| E. AMIN | E. Amin |
| Leir | Leir |
| IZALEI LUCAS | Izalei Lucas |
| Rose de Freitas | Rose de Freitas |



SF/19599.58529-58

Página: 4/6 27/02/2019 11:33:42

a389af921c195aca30b432f17b76405221ce4c6e



Requer o desarquivamento de proposições nos termos do §1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal.

| SENADOR | ASSINATURA |
|---------------------|------------|
| Giziane Aparecida | Giziane |
| Jacqueline | Jacqueline |
| Tarcísio de Freitas | Tarcísio |
| Kátia Aparecida | Kátia |
| Mecis de Jesus | Mecis |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |



SF/19599.58529-58

Página: 5/6 27/02/2019 11:33:42

a389af921c195aca30b432f17b76405221ce4c6e





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 142, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

AUTORIA: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, informações sobre o grupo denominado "chans", suspeito de agir como idealizador da tragédia ocorrida na Escola Estadual Raul Brasil, na cidade de Suzano, em 13 de março de 2019.

Nesses termos, requisita-se:

1. Como o Ministério da Justiça e Segurança Pública está fomentando as ações e os planejamentos contra os integrantes desse grupo terrorista, denominados de "Chaneiros"?
2. Quais diretrizes de contenção da irradiação de crimes dessa natureza no País?
3. Nos últimos anos, o número de crimes cibernéticos cresceu de maneira exponencial. Qual estratégia utilizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para coibir esses delitos, visto que as delegacias especializadas estão sofrendo com falta de infraestrutura?



JUSTIFICAÇÃO

Em consonância com o ocorrido, o país se deparou com mais um massacre violento contra a sociedade brasileira. No entanto, nos espanta a existência e a organização desses criminosos denominados de "Chaneiros". Esta expressão é oriunda da palavra "chans", que é um fórum de Internet que funciona sem criação de contas que são geralmente anônimos.

Acontecimentos desta natureza ocorrem em âmbito mundial. Países como Japão, Estados Unidos, Portugal e Rússia já vivenciaram diversas tragédias semelhantes. Cumpre salientar que o problema deve ser analisado não apenas como de Segurança Pública, mas também de cunho Educacional, social e humanitário.

Neste diapasão, os frequentadores desses canais, além de espalhar ódio, organizam ações contra desafetos, ameaçam e criam sites falsos em nome de inimigos, bem como proporcionam centenas ameaças de morte, propagação de estupro, tortura e massacres públicos.

Pelos motivos expostos, solicito a Vossa Excelência as informações acima elencadas. agradecendo desde logo todos os esclarecimentos que puder nos remeter.

Sala das Sessões, 14 de março de 2019.

Senadora Eliziane Gama
(PPS - MA)
Líder do PPS





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 143, DE 2019

Autorização para desempenho de missão no exterior no período de 20 a 23 do corrente.

AUTORIA: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Eliziane Gama

REQUERIMENTO Nº 143 DE 2019

Requeiro, nos termos dos arts. 67 e 68, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença de representação externa em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, com ônus para o Senado Federal, em Nova Iorque (EUA), no período de 20/03/2019 a 23/03/2019, a fim de compor a delegação do Estado brasileiro, no período de 20 a 23 de março de 2019, na 63ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW).

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País a partir de 20/03/2019, por 04 dias, para desempenho desta representação.

JUSTIFICAÇÃO

Atendendo ao convite via ofício nº 658/2019 do Ministro Sérgio Luiz Cury Carazza, Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos.

Sala das Sessões, 13 de março de 2019.



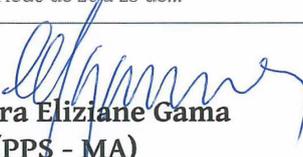
SF/19106.01826-53

Página: 1/2 13/03/2019 19:45:25

febebe3f23f5941b49e6b9650b7103877e74c94c



Requeiro, nos termos dos arts. 67 e 68, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença de representação externa em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional, com ônus para o Senado Federal, em Nova Iorque (EUA), no período de 20/03/2019 a 23/03/2019, a fim de compor a delegação do Estado brasileiro, no período de 20 a 23 de...


Senadora Eliziane Gama
(PPS - MA)
Líder do PPS



SF/19106.01826-53

Página: 2/2 13/03/2019 19:45:25

febebe3f23f5941b49e6b96650b7103877e74c94c



00100.032548/2019-17 (VIA 001) - 00100.037239/2019-25 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO Nº *025* /2019-PRESID

Brasília, *13* de *MARÇO* de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora **ELIZIANE GAMA**
Senado Federal

Ref.: Documento nº 00100.032548/2019-17

Senhora Senadora,

Cumprimentando-a cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, a fim de representar o Senado Federal na 63ª sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher – CSW, da Organização das Nações Unidas, a ser realizada entre os dias **11 e 22 de março de 2019**, na cidade de Nova York, Estados Unidos, nos termos do convite formulado pelo Ofício nº 658/2019/GM.MMFDH/MMFDH do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 1, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 3, de 2019, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senador Antonio Anastasia

14 de Março de 2019





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

RELATÓRIO Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 3, de 2019 (MSG nº 755/2018), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão.*



SF/19119.61294-99

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor OLYNTHO VIEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Islâmica do Paquistão e cumulativamente, junto à República Islâmica do Afeganistão e à República do Tajiquistão.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O Senhor OLYNTHO VIEIRA nasceu em 17 de junho de 1954, na cidade de São Paulo-SP. É filho de Manoel Olyntho Vieira Jandyra Hoehne Vieira.

Concluiu a graduação em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Industrial da Fundação de Ciências Aplicadas de São Bernardo do Campo-SP. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática nos anos de 1984 e 1985; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1993; e o Curso de Altos Estudos em 2005, ocasião em que apresentou a tese “Proteção Internacional de refugiados: o uso do reassentamento em terceiros países como solução durável e instrumento de compartilhamento de encargos. A experiência brasileira”.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1985 e Segundo-Secretário em 1990. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1997, a Conselheiro em 2003 e a Ministro de Segunda Classe em 2009.

Entre as funções por ele ocupadas, destacamos as seguintes: chefe substituto da Divisão de Acompanhamento e Coordenação dos Postos no Exterior (1996-96); Primeiro-Secretário e Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra (2000-04); Chefe do Setor de Administração, como Conselheiro, na Embaixada no México (2004-07); Coordenador-Geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio Ambiente da Agência Brasileira de Cooperação (2007-10); Ministro-Conselheiro e Representante Permanente Alterno na Representação Permanente junto à FAO (2010-15); Ministro-Conselheiro e Representante Permanente Alterno na Delegação Permanente junto à Organização da Aviação Civil Internacional (2015).

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Islâmica do Paquistão, bem como sobre a República Islâmica do Afeganistão e a República do Tajiquistão. Constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desses países, e de suas políticas interna e externa, bem como de suas situações econômicas.



SF/19119.61294-99





4

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O Paquistão, cortado pelo Rio Indo, às margens do qual surgiu uma das primeiras civilizações de que se tem notícia, é o sexto país mais populoso do mundo, sendo que mais de 96% de sua população é de muçulmanos. Oficialmente caracteriza-se como República Islâmica desde 1956. Mais de 20 milhões de habitantes encontram-se abaixo da linha de pobreza: é um dos países com menor índice de desenvolvimento humano (IDH). Trata-se de potência nuclear que conta com o sexto maior exército do planeta, em razão da permanente tensão vivida com a Índia.

O Paquistão mantém relações cordiais com o Brasil. Consideramos país prioritário na América Latina e guardamos convergências no campo multilateral, com destaque para ações conjuntas na liberalização do comércio internacional e questões internacionais monetárias e de desenvolvimento.

Tem-se verificado a realização de ações no campo da cooperação bilateral, em especial nas áreas agrícola e de defesa.

Em 2017, o intercâmbio comercial com o Brasil foi de US\$ de 660 milhões, com superávit de cerca de US\$ 551 milhões para o Brasil. Exportamos principalmente soja, algodão e óleo de soja. E importamos sobretudo instrumentos e aparelhos médicos, odontológicos e veterinários, tecidos de algodão e artigos e equipamentos de atividade física.

A República do Afeganistão, por sua vez, caracteriza-se pela posição geoestratégica que a levou a ser alvo de disputas territoriais ao longo de sua história. Somos por ela considerado seu principal parceiro na América Latina. O Brasil, de outro lado, tem apoiado os esforços da comunidade internacional para a reconciliação e reconstrução do país, propondo, nesse sentido, ações de cooperação por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

A República do Tadjiquistão, por seu turno, tem população de pouco mais de 8,3 milhões, sendo cerca de 90% de muçulmanos. Apenas 26% reside em áreas urbanas. Seu território conta com reservas de petróleo, urânio, ouro e prata. Possui, ainda, grande potencial de produção de energia elétrica. O comércio bilateral com o Brasil teve fluxo de apenas US\$ 4,8 milhões em 2017. Exportamos, basicamente, carne e miúdos de frango e importamos antimônio, usado em ligas metálicas e semicondutores. O superávit para o lado brasileiro é da ordem de 3,9 milhões.



SF/19119.61294-99





5

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefe de missão diplomática

MSF 3/2019 - OLYNTHO VIEIRA

Início da votação: 14/03/2019 10:45:22

Fim da votação: 14/03/2019 11:05:10

| TITULARES | | SUPLENTE | |
|------------------------------------------------------------|-------|------------------------------------------------------------|--------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP) | | Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP) | |
| MECIAS DE JESUS | votou | 1. RENAN CALHEIROS | |
| JARBAS VASCONCELOS | | 2. FERNANDO BEZERRA COELHO | |
| MARCIO BITTAR | | 3. SIMONE TEBET | |
| ESPERIDIÃO AMIN | votou | 4. CIRO NOGUEIRA | |
| DANIELLA RIBEIRO | | 5. VANDERLAN CARDOSO | |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL) | | Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL) | |
| ANTONIO ANASTASIA | votou | 1. ROBERTO ROCHA | |
| MARA GABRILLI | | 2. ORIOVISTO GUIMARÃES | |
| ROMÁRIO | | 3. FLÁVIO BOLSONARO | votou |
| MAJOR OLIMPIO | | 4. SORAYA THRONICKE | |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, | | Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, | |
| KÁTIA ABREU | | 1. ACIR GURGACZ | |
| RANDOLFE RODRIGUES | | 2. FLÁVIO ARNS | votou |
| MARCOS DO VAL | votou | 3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, | | Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, | |
| FERNANDO COLLOR | | 1. HUMBERTO COSTA | |
| JAQUES WAGNER | votou | 2. TELMÁRIO MOTA | votou |
| PSD | | PSD | |
| NELSINHO TRAD | votou | 1. AROLDE DE OLIVEIRA | |
| ANGELO CORONEL | votou | 2. CARLOS VIANA | voto não computado |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | | Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| CHICO RODRIGUES | | 1. MARCOS ROGÉRIO | |
| ZEQUINHA MARINHO | | 2. MARIA DO CARMO ALVES | |

Votação:

TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 14/03/2019

Senador Nelsinho Trad
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 3/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR OLYNTHO VIEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO E CUMULATIVAMENTE, JUNTO À REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFGANISTÃO E À REPÚBLICA DO TAJIQUISTÃO, COM 10 VOTOS FAVORÁVEIS, 0 VOTOS CONTRÁRIOS E 0 ABSTENÇÕES.

14 de Março de 2019

Senador NELSON TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa
Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 39, DE 2019-PLEN/SF (DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014, do Senador Armando Monteiro, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação.

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita

RELATOR: -

10 de Dezembro de 2014



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PARECER Nº , DE 2014

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014, do Senador Armando Monteiro, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação.*

RELATOR: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 160, de 2014, de autoria do Senador Armando Monteiro.

A iniciativa tem por finalidade alterar, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as condições e o prazo máximo de aplicação da medida socioeducativa de internação aos adolescentes autores de atos infracionais considerados extremamente violentos. São assim qualificados os atos infracionais que resultem em morte ou lesão grave ou gravíssima, e que sejam: praticados com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel; causa de intenso sofrimento físico ou mental; praticados em atividades típicas de grupo de extermínio; praticados mediante pagamento ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; por motivo fútil; à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa do ofendido; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; contra criança, idoso, enfermo ou gestante; equivalentes a estupro, estupro de vulnerável ou extorsão mediante sequestro.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

O prazo máximo da medida de internação aplicável aos adolescentes infratores passaria a ser de três anos – o prazo máximo atualmente vigente – somente para infratores com idade até 13 anos, aumentando em um ano a cada ano a mais de idade, podendo chegar a anos para infratores com idade entre 17 e 18 anos.

O PLS nº 160, de 2014, propõe, ainda, explicitar a separação entre entidades socioeducativas voltadas para meninas e meninos, determinar que a internação de maiores de 18 anos seja cumprida em estabelecimento distinto daqueles nos quais são internos adolescentes, e pormenorizar regras de apuração de atos infracionais.

Se aprovada a proposição, a lei dela resultante entra em vigor na data de sua publicação oficial.

O autor justifica sua iniciativa com fundamento no recente aumento de 36%, entre 2011 e 2012, da prática de atos infracionais graves, sendo cabível, no seu entender, alterar o ECA para “transmitir, simbolicamente, mensagem incisiva de reprovação social a atos violentos.” O aumento do prazo máximo de internação seguiria o desenvolvimento etário do adolescente infrator, acompanhando, no seu entender, a evolução da sua capacidade de compreender e discernir a gravidade de seus atos.

O PLS nº 160, de 2014, foi distribuído para exame desta CDH e, em caráter terminativo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram recebidas emendas à matéria.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições relativas à proteção à infância e à juventude. Sob esse prisma, passamos a examinar o PLS nº 160, de 2014.

Primeiramente, a título de esclarecimento, devemos notar que o aumento do número de internações resultantes da prática de atos infracionais graves, entre 2011 e 2012, citado pelo autor, sucede uma redução ainda mais expressiva – da ordem de 50% – da prática desses





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

mesmos atos no ano anterior, conforme dados do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), publicados em 2013. Entendemos, portanto, que o aumento de 36% é um repique dentro de uma tendência mais forte, decrescente, da prática desses atos.

Como o próprio autor da proposição reconhece, o sistema socioeducativo é muito mais eficaz do que o sistema penitenciário na prevenção da reincidência: as estatísticas variam em torno de algo como 20% de reincidência no sistema socioeducativo contra 80% no penitenciário. Traduzindo os números para os prognósticos sociais, o sistema socioeducativo recupera o infrator, enquanto o penitenciário galvaniza o criminoso. Essa relação inversa na eficácia das sanções aplicáveis aos adolescentes e aos adultos deriva, em grande parte, da própria natureza das medidas aplicadas: a promoção de atividades educativas e o foco na reinserção familiar e social do adolescente infrator se opõem ao caráter punitivo e à realidade dantesca das prisões. A brevidade da internação, prescrita no art. 121 do ECA, é precisamente um dos fatores que evitam a completa alienação social e familiar do adolescente infrator, criando condições mais favoráveis para a sua ressocialização do que para a reincidência, favorecendo seu ingresso na vida adulta como cidadão pleno e honesto, não como criminoso contumaz.

É claro que atos de violência horripilante eventualmente praticados por adolescentes chocam a nossa consciência, mas não podemos extrapolar casos isolados, mesmo que sejam muito graves, como se fossem representativos de todos os adolescentes infratores – isso seria tomar o todo pela sua pior parte, numa clara distorção. Mesmo nos casos mais graves, interessa mais à sociedade, do ponto de vista prático, ressocializar do que simplesmente punir, evitando a reincidência. E, como temos visto, o sistema socioeducativo do ECA, ainda que seja aplicado com muitas falhas, é muito mais eficaz e útil para toda a sociedade do que a lógica repressiva que norteia a execução penal.

Feitas essas ressalvas ao mérito do PLS nº 160, de 2014, entendemos que as alterações secundárias, relativas ao esclarecimento da separação de entidades voltadas para meninas e meninos, bem como sobre apuração de atos infracionais, podem ser discutidas com mais propriedade mediante proposições autônomas, dado seu vínculo excessivamente tênue com o objeto principal da proposição ora examinada.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Finalmente, é pertinente mencionar que há, ainda, vícios de técnica legislativa e de redação no PLS nº 160, de 2014, em desconformidade com as prescrições da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2014.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL





ATO DO PRESIDENTE Nº 7 , de 2019

Institui Comissão Especial destinada ao acompanhamento da tramitação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, que “modifica o sistema de previdência social”.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares,

CONSIDERANDO a relevância da temática da Reforma da Previdência Social para a sociedade brasileira e para o saneamento das despesas públicas;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, pelo Senado Federal, da tramitação e dos debates a ocorrerem na Câmara dos Deputados a respeito da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, que “modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e dá outras providências”;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Especial destinada ao acompanhamento da tramitação, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, que “modifica o sistema de previdência social”.

Art. 2º A Comissão Especial prevista no art. 1º terá 9 titulares e 9 suplentes e será composta pelos seguintes membros titulares:

- I – Otto Alencar (PSD-BA), que a presidirá;
- II – Tasso Jereissati (PSDB-CE), que relatará seus trabalhos;
- III – Eduardo Braga (MDB-AM);
- IV – Esperidião Amin (PP-SC);
- V – Cid Gomes (PDT-CE);
- VI – Veneziano Vital do Rego (PSB-PB);
- VII – Jaques Wagner (PT-BA)





VIII – Rodrigo Pacheco (DEM-MG);

IX – Elmano Férrer (PODE-PI).

Parágrafo único. Os membros suplentes deverão ser indicados pelos líderes, observada a proporcionalidade partidária.

Art. 3º A Comissão deverá acompanhar as audiências públicas e debates que ocorrerão na Câmara dos Deputados, tanto em suas comissões quanto no Plenário, e deverá relatar o andamento dos trabalhos ao Senado Federal.

Art. 4º A Comissão poderá realizar audiências públicas e debates no âmbito do Senado Federal, sendo-lhe facultado elaborar sugestões a serem encaminhadas ao Presidente da Câmara dos Deputados, para eventual consideração.

Art. 5º A Secretaria-Geral da Mesa deverá prover os trabalhos de Secretaria da Comissão.

Art. 6º As Consultorias Legislativa (CONLEG) e de Orçamentos (CONORF) do Senado Federal e a Instituição Fiscal Independente (IFI) auxiliarão os integrantes da Comissão com pesquisas e informações técnicas solicitadas no desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de março de 2019.

A blue ink signature of Davi Alcolumbre, consisting of several overlapping loops and a vertical stroke.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

-PSD - Otto Alencar*
-PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PODE - Romário*
-PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-PPS - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
-PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PSB - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PR - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Selma Arruda**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODE - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODE - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PODE - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PPS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PODE - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODE - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PR - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PPS - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

-PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODE - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
Bloco-PODE - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
-PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

-S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
-PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
-PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-PRB - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / PRB-1

| | |
|----------------------------------|----------|
| Ciro Nogueira. | PP / PI |
| Confúcio Moura. | MDB / RO |
| Daniella Ribeiro. | PP / PB |
| Dário Berger. | MDB / SC |
| Eduardo Braga. | MDB / AM |
| Eduardo Gomes. | MDB / TO |
| Esperidião Amin. | PP / SC |
| Fernando Bezerra Coelho. | MDB / PE |
| Jader Barbalho. | MDB / PA |
| Jarbas Vasconcelos. | MDB / PE |
| José Maranhão. | MDB / PB |
| Luis Carlos Heinze. | PP / RS |
| Luiz do Carmo. | MDB / GO |
| Mailza Gomes. | PP / AC |
| Marcelo Castro. | MDB / PI |
| Marcio Bittar. | MDB / AC |
| Mecias de Jesus. | PRB / RR |
| Renan Calheiros. | MDB / AL |
| Simone Tebet. | MDB / MS |
| Vanderlan Cardoso. | PP / GO |

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL - 20

PSDB-8 / PODE-8 / PSL-4

| | |
|------------------------------|-----------|
| Alvaro Dias. | PODE / PR |
| Antonio Anastasia. | PSDB / MG |
| Eduardo Girão. | PODE / CE |
| Elmano Férrer. | PODE / PI |
| Flávio Bolsonaro. | PSL / RJ |
| Izalci Lucas. | PSDB / DF |
| José Serra. | PSDB / SP |
| Lasier Martins. | PODE / RS |
| Major Olímpio. | PSL / SP |
| Mara Gabrilli. | PSDB / SP |
| Oriovisto Guimarães. | PODE / PR |
| Plínio Valério. | PSDB / AM |
| Roberto Rocha. | PSDB / MA |
| Rodrigo Cunha. | PSDB / AL |
| Romário. | PODE / RJ |
| Rose de Freitas. | PODE / ES |
| Selma Arruda. | PSL / MT |
| Soraya Thronicke. | PSL / MS |
| Styvenson Valentim. | PODE / RN |
| Tasso Jereissati. | PSDB / CE |

Bloco Parlamentar Senado Independente - 13

PDT-4 / PSB-3 / PPS-3 / REDE-3

| | |
|----------------------------------|-----------|
| Acir Gurgacz. | PDT / RO |
| Alessandro Vieira. | PPS / SE |
| Cid Gomes. | PDT / CE |
| Eliziane Gama. | PPS / MA |
| Fabiano Contarato. | REDE / ES |
| Flávio Arns. | REDE / PR |
| Jorge Kajuru. | PSB / GO |
| Kátia Abreu. | PDT / TO |
| Leila Barros. | PSB / DF |
| Marcos do Val. | PPS / ES |
| Randolfe Rodrigues. | REDE / AP |
| Veneziano Vital do Rêgo. | PSB / PB |
| Weverton. | PDT / MA |

PSD - 9

| | |
|-----------------------------|----|
| Angelo Coronel. | BA |
| Arolde de Oliveira. | RJ |
| Carlos Viana. | MG |
| Irajá. | TO |
| Lucas Barreto. | AP |
| Nelsinho Trad. | MS |
| Omar Aziz. | AM |
| Otto Alencar. | BA |
| Sérgio Petecão. | AC |

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

| | |
|---------------------------|-----------|
| Fernando Collor. | PROS / AL |
| Humberto Costa. | PT / PE |
| Jaques Wagner. | PT / BA |
| Jean Paul Prates. | PT / RN |
| Paulo Paim. | PT / RS |
| Paulo Rocha. | PT / PA |
| Rogério Carvalho. | PT / SE |
| Telmário Mota. | PROS / RR |
| Zenaide Maia. | PROS / RN |

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PR-2 / PSC-1

| | |
|-------------------------------|----------|
| Chico Rodrigues. | DEM / RR |
| Davi Alcolumbre. | DEM / AP |
| Jayme Campos. | DEM / MT |
| Jorginho Mello. | PR / SC |
| Marcos Rogério. | DEM / RO |
| Maria do Carmo Alves. | DEM / SE |
| Rodrigo Pacheco. | DEM / MG |
| Wellington Fagundes. | PR / MT |
| Zequinha Marinho. | PSC / PA |

S/Partido - 1

| | |
|------------------|----|
| Reguffe. | DF |
|------------------|----|

| | |
|-------------------------------------------------------|-----------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil. | 20 |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL. | 20 |
| Bloco Parlamentar Senado Independente. | 13 |
| Bloco Parlamentar Vanguarda. | 9 |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. | 9 |
| PSD. | 9 |
| S/Partido. | 1 |
| TOTAL. | 81 |



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

| | | |
|-----------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|
| Acir Gurgacz* (PDT-RO) | Izalci Lucas** (PSDB-DF) | Oriovisto Guimarães** (PODE-PR) |
| Alessandro Vieira** (PPS-SE) | Jader Barbalho** (MDB-PA) | Otto Alencar* (PSD-BA) |
| Alvaro Dias* (PODE-PR) | Jaques Wagner** (PT-BA) | Paulo Paim** (PT-RS) |
| Angelo Coronel** (PSD-BA) | Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE) | Paulo Rocha* (PT-PA) |
| Antonio Anastasia* (PSDB-MG) | Jayme Campos** (DEM-MT) | Plínio Valério** (PSDB-AM) |
| Arolde de Oliveira** (PSD-RJ) | Jean Paul Prates* (PT-RN) | Randolfe Rodrigues** (REDE-AP) |
| Carlos Viana** (PSD-MG) | Jorge Kajuru** (PSB-GO) | Reguffe* (S/Partido-DF) |
| Chico Rodrigues** (DEM-RR) | Jorginho Mello** (PR-SC) | Renan Calheiros** (MDB-AL) |
| Cid Gomes** (PDT-CE) | José Maranhão* (MDB-PB) | Roberto Rocha* (PSDB-MA) |
| Ciro Nogueira** (PP-PI) | José Serra* (PSDB-SP) | Rodrigo Cunha** (PSDB-AL) |
| Confúcio Moura** (MDB-RO) | Kátia Abreu* (PDT-TO) | Rodrigo Pacheco** (DEM-MG) |
| Daniella Ribeiro** (PP-PB) | Lasier Martins* (PODE-RS) | Rogério Carvalho** (PT-SE) |
| Dário Berger* (MDB-SC) | Leila Barros** (PSB-DF) | Romário* (PODE-RJ) |
| Davi Alcolumbre* (DEM-AP) | Lucas Barreto** (PSD-AP) | Rose de Freitas* (PODE-ES) |
| Eduardo Braga** (MDB-AM) | Luis Carlos Heinze** (PP-RS) | Selma Arruda** (PSL-MT) |
| Eduardo Girão** (PODE-CE) | Luiz do Carmo* (MDB-GO) | Sérgio Petecão** (PSD-AC) |
| Eduardo Gomes** (MDB-TO) | Mailza Gomes* (PP-AC) | Simone Tebet* (MDB-MS) |
| Eliziane Gama** (PPS-MA) | Major Olimpio** (PSL-SP) | Soraya Thronicke** (PSL-MS) |
| Elmano Férrer* (PODE-PI) | Mara Gabrilli** (PSDB-SP) | Styverson Valentim** (PODE-RN) |
| Esperidião Amin** (PP-SC) | Marcelo Castro** (MDB-PI) | Tasso Jereissati* (PSDB-CE) |
| Fabiano Contarato** (REDE-ES) | Marcio Bittar** (MDB-AC) | Telmário Mota* (PROS-RR) |
| Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE) | Marcos Rogério** (DEM-RO) | Vanderlan Cardoso** (PP-GO) |
| Fernando Collor* (PROS-AL) | Marcos do Val** (PPS-ES) | Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB) |
| Flávio Arns** (REDE-PR) | Maria do Carmo Alves* (DEM-SE) | Wellington Fagundes* (PR-MT) |
| Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ) | Mecias de Jesus** (PRB-RR) | Weverton** (PDT-MA) |
| Humberto Costa** (PT-PE) | Nelsinho Trad** (PSD-MS) | Zenaide Maia** (PROS-RN) |
| Irajá** (PSD-TO) | Omar Aziz* (PSD-AM) | Zequinha Marinho** (PSC-PA) |

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODE-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PPS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

| | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP ⁽²⁶⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 13 Eduardo Braga ^(3,25,33)</p> <p>Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro ⁽⁶⁾ Vice-Líder do PP Ciro Nogueira ⁽²⁾</p> <p>Líder do PRB - 1 Mecias de Jesus ⁽¹²⁾</p> | <p>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE/PSDB/PSL) - 20</p> <p>Líder Eduardo Girão - PODE ⁽²⁴⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODE - 8 Alvaro Dias ⁽⁹⁾</p> <p>Vice-Líderes do PODE Oriovisto Guimarães ⁽²⁹⁾ Rose de Freitas ⁽²⁸⁾ Lasier Martins ⁽²⁷⁾</p> <p>Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha ⁽¹⁵⁾</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas ⁽³⁵⁾ Rodrigo Cunha ⁽³⁶⁾</p> <p>Líder do PSL - 4 Major Olimpio ⁽¹⁰⁾</p> | <p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/PPS/PSB/REDE) - 13</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB ⁽²⁰⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PDT - 4 Weverton ⁽⁴⁾</p> <p>Líder do PPS - 3 Eliziane Gama ⁽⁷⁾</p> <p>Líder do PSB - 3 Jorge Kajuru ⁽⁵⁾</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues ⁽¹⁸⁾</p> |
| <p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT ⁽³⁷⁾</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia ^(22,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Humberto Costa ^(13,21)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho ⁽³²⁾</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota ⁽¹⁷⁾</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia ^(22,30)</p> | <p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PR/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR ⁽²³⁾</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco ^(1,19) Jorginho Mello ^(8,16) Zequinha Marinho ^(14,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco ^(1,19)</p> <p>Líder do PR - 2 Jorginho Mello ^(8,16)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho ^(14,31)</p> | <p>PSD - 9</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD ⁽¹¹⁾</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p> |
| <p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB ^(3,25,33)</p> | <p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB ⁽³⁴⁾</p> | <p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE ⁽¹⁸⁾</p> |

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
2. Em 02.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
3. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
4. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
5. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
6. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
7. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
8. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
9. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
10. Em 02.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
11. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
16. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA).
18. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
20. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
21. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
22. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
23. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT).
33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54).
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2ª vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD).



| |
|---------------------------------------------|
| COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO |
|---------------------------------------------|

1)CPI DE BRUMADINHO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 180 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho.

Requerimento nº 21, de 2019

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽⁸⁾

Leitura: 13/02/2019

| TITULARES | SUPLENTE |
|--------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾ | 1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾ |
| Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹⁾ | |
| Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾ | |
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾ | 1. |
| Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾ | |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾ | 1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾ |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾ | |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾ |
| PSD | |
| Senador Carlos Viana (MG) ^(6,9) | 1. Senador Otto Alencar (BA) ^(6,9) |

Notas:

1. Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIROAO).
2. Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
3. Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
4. Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
5. Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
6. Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
7. Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
8. Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegera a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).
9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).



Secretário(a): Reinilson Prado / Diogo Peixoto
Telefone(s): 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾ | 1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19) |
| Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾ | 2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19) |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾ | 3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾ |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾ | 4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾ |
| Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾ | 5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾ |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾ | 6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18) |
| Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾ | 7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾ | 1. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾ |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾ | 2. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾ |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾ | 3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁸⁾ |
| Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾ | 4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁸⁾ | 5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾ |
| Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾ | 6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾ | 1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾ |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾ | 2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾ |
| Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾ | 3. Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽³⁾ |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾ | 4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾ |
| Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾ | 5. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾ | 1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾ |
| Senador Fernando Collor (PROS-AL) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾ |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾ | 3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾ |
| PSD | |
| Senador Omar Aziz ⁽²⁾ | 1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾ |
| Senador Otto Alencar ⁽²⁾ | 2. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾ |
| Senador Irajá ⁽²⁾ | 3. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾ |
| Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾ | 3. Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾ |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde de Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾ | 1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾ |
| Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾ | 2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾ |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾ | 3. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾ |
| Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾ | 4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾ |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾ | 5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾ | 1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁷⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁶⁾ | 2. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁶⁾ |
| Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁶⁾ | 3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾ |
| Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹⁵⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾ | 1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾ |
| Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾ | 2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾ |
| Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾ | 3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾ |
| Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽²⁾ | 4. Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾ |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17) |
| Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾ | 3. |
| PSD | |
| Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾ | 1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾ |
| Senador Irajá ⁽¹⁾ | 2. Senador Lucas Barreto ^(1,13) |
| Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾ | 3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾ | 1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾ |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾ | 2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾ |

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrielli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3515

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽¹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾ | 1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾ |
| Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾ | 2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾ |
| Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾ | 3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾ |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾ | 4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾ |
| Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾ | 5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾ |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾ | 6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾ |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾ | 7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾ | 1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁷⁾ |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁷⁾ |
| Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾ | 3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾ |
| Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁸⁾ | 4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾ |
| Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾ | 5. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾ |
| Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹³⁾ | 6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾ | 1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾ |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾ | 2. Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽³⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾ | 3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾ |
| Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾ | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾ |
| Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾ | 5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17) |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾ | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(6,16) |
| Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,16) | 2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾ |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾ | 3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁶⁾ |
| PSD | |
| Senador Otto Alencar ⁽²⁾ | 1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾ |
| Senador Angelo Coronel ⁽²⁾ | 2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾ |
| Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾ | 3. Senador Carlos Viana ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾ |
| Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾ | 2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾ |
| Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾ | 3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾ |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR)

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾ | 1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾ |
| Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾ | 2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾ |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾ | 3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾ |
| Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾ | 4. |
| Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾ | 5. |
| Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾ | 6. |
| VAGO ⁽¹¹⁾ | 7. |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾ | 1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾ |
| Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾ | 3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁷⁾ |
| Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁷⁾ | 4. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁷⁾ |
| Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾ | 5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾ |
| | 6. |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾ | 1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾ |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾ | 2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾ |
| Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾ | 3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾ |
| Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽³⁾ | 4. |
| Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾ | 5. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾ |
| Senador Fernando Collor (PROS-AL) ⁽⁵⁾ | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾ |
| Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾ | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾ |
| PSD | |
| Senador Angelo Coronel ^(1,2) | 1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾ |
| Senador Carlos Viana ⁽¹⁾ | 2. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾ |
| Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾ | 3. Senador Irajá ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾ |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾ | 2. |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾ | 3. |

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾ | 1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16) |
| Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾ | 2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁶⁾ |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾ | 3. |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾ | 1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾ |
| Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) | 2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾ |
| Senador Lasier Martins (PODE-RS) ^(9,15) | 3. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ⁽¹⁵⁾ |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾ | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾ |
| Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽³⁾ | 2. Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾ | 1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾ |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾ |
| PSD | |
| Senador Carlos Viana ⁽²⁾ | 1. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾ |
| Senador Otto Alencar ⁽²⁾ | 2. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾ | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾ |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).

14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).

15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).

16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾ | 1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾ |
| | 2. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾ |
| | 3. |
| | 4. |
| | 5. |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁷⁾ | 1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁷⁾ |
| Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾ | 3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾ |
| Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹¹⁾ | 4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹²⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾ | 1. Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾ |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾ | 2. |
| Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾ |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾ | 2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾ |
| PSD | |
| Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾ | 1. Senador Sérgio Petecção ^(1,2) |
| Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾ | 2. Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾ | 1. |
| | 2. |

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).



Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 7/2019, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽¹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽¹¹⁾ | 1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾ |
| Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹¹⁾ | 2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹¹⁾ |
| Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹¹⁾ | 3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁰⁾ |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹³⁾ | 4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾ |
| Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾ | 5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾ |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾ | 1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁸⁾ |
| Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾ | 2. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁹⁾ |
| Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁹⁾ | 3. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾ |
| Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾ | 4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾ | 1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾ |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾ | 2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾ |
| Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽³⁾ | 3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Fernando Collor (PROS-AL) ⁽⁷⁾ | 1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁷⁾ |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,17) |
| PSD | |
| Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾ | 1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾ |
| Senador Angelo Coronel ⁽²⁾ | 2. Senador Carlos Viana ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾ |
| Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾ | 2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾ |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).



12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
17. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-GLDPP).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾ | 1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾ |
| Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁹⁾ | 2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾ |
| Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾ | 3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾ |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾ | 4. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾ |
| Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁰⁾ | 5. |
| Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹³⁾ | 6. |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾ | 1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾ |
| Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾ |
| Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁷⁾ | 3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁷⁾ |
| Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹²⁾ | 4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾ |
| | 5. Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾ | 1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾ |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾ | 2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾ |
| Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾ | 3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾ |
| Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽³⁾ | 4. Senador Alessandro Vieira (PPS-SE) ⁽³⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾ |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾ | 2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾ |
| | 3. |
| PSD | |
| Senador Lucas Barreto ⁽²⁾ | 1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾ |
| Senador Carlos Viana ⁽²⁾ | 2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾ |
| Senador Irajá ⁽²⁾ | 3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾ |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹¹⁾ | 1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾ |
| Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾ | 2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(10,13) |
| VAGO ^(5,15) | 3. |
| | 4. |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾ | 1. Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾ |
| Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾ |
| Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,9) | 3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁸⁾ |
| Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾ | 4. Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹²⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾ | 1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾ |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾ | 2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,16,17) |
| Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽³⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾ | 1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾ |
| Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾ | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾ |
| PSD | |
| Senador Lucas Barreto ⁽²⁾ | 1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾ |
| Senador Omar Aziz ⁽²⁾ | 2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽⁴⁾ |
| Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾ | 2. |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrielli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLPSD).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB).

16. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).

17. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾ | 1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾ |
| Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾ | 2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾ |
| Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾ | 3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾ |
| Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾ | 4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾ |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾ | 1. Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾ |
| Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾ | 2. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁷⁾ |
| Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹⁴⁾ | 3. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽¹⁶⁾ |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾ | 1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾ |
| Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²⁾ | 2. |
| Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽²⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾ |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾ | 2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾ |
| PSD | |
| Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾ | 1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾ |
| Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾ | 2. Senador Otto Alencar ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾ | 1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾ |
| Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾ | 2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽³⁾ |

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrielli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹⁷⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾ | 1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹¹⁾ |
| Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾ | 2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾ |
| Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾ | 3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹¹⁾ |
| Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾ | 4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁶⁾ |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾ | 1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾ |
| Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾ | 2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾ |
| Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽¹⁰⁾ | 3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁰⁾ |
| Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽¹³⁾ | 4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| VAGO ^(4,15) | 1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,16) |
| Senador Marcos do Val (PPS-ES) ⁽⁴⁾ | 2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽⁴⁾ |
| Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾ | 3. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾ | 1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ⁽⁸⁾ |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾ | 2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾ |
| PSD | |
| Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾ | 1. Senador Carlos Viana ^(2,3) |
| Senador Angelo Coronel ^(2,3) | 2. Senador Sérgio Petecção ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾ | 1. |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾ | 2. |

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel e Sérgio Petecção, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
16. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
17. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 hs -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾ |
| Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁸⁾ | 2. |
| | 3. |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁵⁾ |
| | 2. |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| | 1. |
| | 2. |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾ | 1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾ |
| PSD | |
| Senador Irajá ⁽¹⁾ | 1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,6) | 1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾ |

Notas:

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁴⁾

| TITULARES | Suplentes |
|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB) | |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁷⁾ | 1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾ |
| Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁷⁾ | 2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾ |
| Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁷⁾ | 3. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁷⁾ |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹²⁾ | 4. |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL) | |
| Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾ | 1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾ |
| Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾ | 2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁵⁾ |
| Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁶⁾ | 3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(6,13) |
| Senadora Selma Arruda (PSL-MT) ⁽⁹⁾ | 4. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁰⁾ |
| Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, PPS, PSB, REDE) | |
| Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾ | 1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,15) |
| Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾ | 2. Senadora Eliziane Gama (PPS-MA) ⁽²⁾ |
| Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾ | 3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾ |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾ | 1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾ |
| Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾ | 2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾ |
| PSD | |
| Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾ | 1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾ |
| Senador Otto Alencar ⁽¹⁾ | 2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾ |
| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC) | |
| Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾ | 1. Senador Jorginho Mello (PR-SC) ⁽¹¹⁾ |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,11) | 2. |

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).

13. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).

14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).

15. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

